JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

# ÍNDICE ANOTADO DA REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ

# EXPLICAÇÃO

A convite dos Srs. William Berrien e Rubens Borba de Morais, preparamos, em 1944-1945, os índices anotados da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* e da *Revista do Instituto do Ceará*. partes de um plano de índices anotados das principais revistas históricas brasileiras incluído num programa maior de desenvolvimento dos estudos latino-americanos financiado pela Fundação Rockfeller. Os fundos foram postos à disposição do Conselho Americano de Sociedades Eruditas (*American Council of Learned Societies*), presidido pelo meu velho amigo Waldo Leland, e coube ao historiador Clarence H. Haring, então professor da Universidade de Harvard e presidente do Comitê de Estudos Latino-Americanos, meu orientador em Boston, no ano de guerra de 1944, indicar os nomes dos Srs. Rubens Borba de Morais e William Berrien que, por sua vez, me convidaram. Circunstâncias várias impediram a publicação dêsses índices até a presente data, embora os referentes a Pernambuco e Ceará estivessem prontos desde 1945.

Em 1954, no Congresso de História comemorativo do Tricentenário da Restauração de Pernambuco, Raimundo Girão me fêz a sugestão de publicar pelo Instituto do Ceará o índice de sua Revista. Incorporada tôda a matéria dos novos volumes, desde o nº 57 ao 68, o Instituto tomou a si o encargo da edição contando com o apoio do Reitor da Universidade do Ceará, prof. Antônio Martins Filho, que propôs imprimi-lo nas oficinas da Universidade.

Êste índice anotado foi arrumado em forma de catálogo-dicionário, registando autores, assuntos, e títulos numa só ordem alfabética. Aos menos familiarizados com êste tipo de arranjo, chamamos atenção que numa leitura seguida se há de encontrar muitas repetições, que lhes poderão parecer tediosas. Encarado êste volume, entretanto, como um instrumento de trabalho e consultado como se fôsse um catálogo de biblioteca, logo se reconciliará o leitor com esta arrumação, pela facilidade da consulta e a variedade do material registado. A colaboração de cada autor foi ordenada segundo a ordem alfabética dos artigos, seguindo-se as traduções ou edições feitas por êle e os artigos sôbre a sua pessoa ou a sua obra, quando se trata de autores de produção variada e a propósito dos quais constam vários trabalhos. O material relativo aos assuntos ou personagens aparece, também, na ordem alfabética dos autores e títulos a propósito dos mesmos. O comentário consta da entrada principal (autor ou título, conforme o caso).

Encontrarão os leitores neste índice muitas informações que com-

pletam as tentativas de Eusébio de Sousa (*Meio século de existência. Subsídio para a História do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1937), Carlos Studart Filho, Raimundo Girão e Maria da Conceição Sousa, tôdas publicadas na *Revista*, excetuada a de Eusébio de Sousa, que só em parte foi nela impressa.

Aconselhamos sua consulta, como complemento ao nosso trabalho.

Êste índice foi feito desde o início em colaboração com Lêda Boechat Rodrigues. Datilografado mais tarde por Cydnéa Bouyer, a quem agradecemos a inteligente colaboração, foi inteiramente revisto pelos autores.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES.

---

## ABREVIATURAS

ABN — Anais da Biblioteca Nacional
RB — Revista do Brasil
RIC — Revista do Instituto do Ceará
RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

# INTRODUÇÃO

## A HISTORIOGRAFIA CEARENSE NA REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ

D. Diogo Botelho e D. Diogo de Meneses são os padrinhos de nascimento do Ceará para a história. Ao primeiro deve a capitania a expedição de conquista e colonização dirigida em 1603 por Pero Coelho e ao segundo não só a idéia da criação das duas capitanias de Jaguaribe ou Ceará e do Camocim, abrangendo seu atual território, como também a origem da primeira feitoria ali estabelecida por esfôrço de Martim Soares Moreno. Êste é, porém, seu fundador. Participou da primeira expedição de 1603, lá estêve várias vêzes e, em 1611, fundou o fortim, sinal de posse e conquista.

Entre a viagem de 1603, de Pero Coelho, e a de 1611, o Ceará fôra batizado pelo sacrifício e paixão do padre jesuíta Francisco Pinto. Em 1619, obteve Martim Soares Moreno a capitania por dez anos e, dois anos depois, por carta régia de 13 de junho, era o Ceará, juntamente com o Pará e o Maranhão, separado do Estado do Brasil e constituído em Estado do Maranhão.

Em 1623, Francisco Coelho de Carvalho tomava posse do lugar de capitão geral e governador. O novo Estado estendia-se do rio Oiapoque ou Vicente Pinzón até o Cabo de São Roque. Martim Soares Moreno protestou contra a inclusão do Ceará no novo Estado do Maranhão, extinto em 1652, restaurado em 1654 e, finalmente, desmembrado em 20 de agôsto de 1772.

Em 23 de setembro de 1621, aportava Martim Soares Moreno ao Ceará. Trazia sementes, cana de açúcar, cavalos, vacas e povoadores. Eis, em resumo, a concepção, nascimento e batismo da nova terra descoberta e colonizada.

A descrição do seu corpo físico fôra feita pelos que primeiro o conheceram, os cronistas, religiosos ou leigos, das primitivas entradas,

surpresos com as novidades da terra virgem, agora trazida à comunidade portuguêsa.

O primeiro documento, sua certidão de batismo, foi escrito em 1608, por Luís Figueira, companheiro da paixão de Francisco Pinto. O padre Luís Figueira regista suas primeiras impressões sôbre os índios e seus costumes.

A terra vem, porém, melhor reparada na obra de Diogo de Campos Moreno, redigida em 1613, com observações fornecidas pelo governador Diogo de Meneses ou colhidas nas cartas por êste escritas ao Rei. Num como noutro, aparece desde logo registado o destino cearense, determinado pelas condições geográficas e econômicas.

Dizia Diogo Campos Moreno: "A terra de esta capitania geralmente he terra fraqua, mas para gados e criações que para canaviaes e roças e as vezes faltão nelas chuvas, mas tem muytas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as agoas são rastra.as e os matos não são de madeira tão reais como os da prahiba, mas não faltão as que oje podem ser necess.as, lenhas não faltarão nunqua" (1). Se compararmos a êsse texto a carta escrita ao Rei, em 1º de março de 1612, por Diogo de Meneses, notaremos as mesmas observações sôbre a qualidade e utilidade das terras até o Jaguaribe, consideradas "arenosas e fracas e boas só para pastos e gados" (2). Naturalmente, sendo a fonte de informação a mesma, ambos o mesmo registavam.

A sêca e a criação, condições geográficas e vida econômica haviam de ser as determinantes da formação da nova terra.

E a gente! Era infinito o gentio tupinambá e outros bárbaros que habitavam as províncias e que deveriam ser pela doutrina espiritual ou pelas armas incorporados à história portuguêsa. Eis uma ingente tarefa, que não resultaria na absorção ou assimilação dos indígenas, mas na formação de uma nova cultura — a cultura brasileira, para a qual negros, índios e portuguêses participaram igualmente.

No regimento dado a Martim Soares Moreno por Alexandre de Moura fala-se em "domesticar aquela gente não só para saúde de suas almas como para a quietação de suas famílias" (3).

Mas o índio não estava disposto a tais concessões. Se Jacaúna é um símbolo da domesticação, a morte do padre jesuíta Francisco Pinto é a primeira e cruel gôta de sangue que há de manchar o território cearense. Muito sangue correrá ainda até que a terra fique encharcada e

---

( 1 ) Diogo Campos Moreno, "Livro da Rezão do Estado do Brasil", RIC, t. 22, 1908, p. 194.

( 2 ) ABN, vol. 26, 1905, p. 307-310, ou RIC, t. 23, 1909, p. 69.

( 3 ) Barão de Studart, "Documentos para a história de Martim Soares Moreno", RIC t. 19, 1904, p. 59.

o gentio imponha alguma mudança cultural. Um cearense ilustre observou que nenhum estado nortista foi talvez, como o Ceará, cenário de lutas violentas, de combates os mais desesperados entre aborígenes e lusitanos. "O indígena da terra de Iracema bateu-se com estranha energia contra o europeu e opôs tenaz resistência ao invasor e só se sujeitou quando, por falta de número, não pôde mais pelejar" (4).

O Ceará torna-se, assim, um dos melhores exemplos de conflito dos povos primitivos com a civilização. Se não houvesse o contato cultural de mútuas conseqüências, mas apenas a imposição, à fôrça, da vida lusitana, teríamos uma caricatura e um lamentável arremêdo de civilização. A cultura brasileira resultante dêste contato é uma síntese entre o antigo e o novo, pois mesmo onde uma instituição ocidental é aceita como um todo supostamente inalterado ela não permanece o que era mas adapta-se à estrutura geral do povo que o adotou (5).

Na célebre discussão entre Sílvio Romero e Capistrano de Abreu relativa às influências diversificadoras sôbre o europeu aqui aclimado, pareceu ao primeiro que ao negro se devesse atribuir tal ação, enquanto que para o segundo o elemento aborígene foi o veículo em que se dissolveu o português. O que é de louvar neste debate é que ambos reagiram contra a tendência, tão a gôsto dos historiadores menos críticos, de considerar a cultura brasileira como a cultura do grupo lusitano.

No negro ou no índio encontramos não os contribuintes de nossa civilização, mas participantes, desde nossas origens, da formação de uma cultura diferente e diversa da portuguêsa. Hoje é talvez o português de Portugal quem sinta enormes e profundas feridas trazidas à sua vida pelas influências dessa nova cultura para a formação da qual tanto participou.

É no Ceará, de certo modo menos sujeito às influências negras, que se podem ver as raízes indígenas da nossa formação.

Se é difícil encontrar o *espeta caju*, como lembrava Capistrano de Abreu, é fácil encontrar o cabeça chata, talvez proveniente dos cariri.

O pastoreio, a miscigenação do branco com o índio, as condições climáticas quase caracterizam uma região. É o "Outro Nordeste", na expressão de Djacir Menezes.

Mas para que êsse contato traga suas conseqüências definitivas é necessário, antes de tudo, que a vida econômica dos povos indígenas esteja desfeita. A atividade econômica é o centro vital de todo o con-

(4) Carlos Pereira Studart, "Contribuição para a etnologia brasileira. As tribos indígenas do Ceará", RIC, t. XL, 1926, p. 54.

(5) Diederich Westermann, "Die Zukunft der Naturwolker", *in* Konrad Theodor Preuss, *Lehrbuch der Volkerkunde*, Stuttgart, F. Enke, 1937, p. 385.

junto cultural e condiciona do modo mais profundo e irresistível os outros fatôres culturais (6).

Devemos, assim, tentar compreender não só as razões econômicas do desmoronamento cultural dos grupos indígenas como também as razões econômicas da nova síntese atingida através do contato entre o antigo grupo e o novo, dominador.

A derrota indígena, apesar da resistência maior ou menor, funda-se na anulação das fôrças sociais, no abandono das práticas sagradas, na redução do homem como ser social, de vida comunal, a um indivíduo sem apôio e sem recurso.

O português europeu traz objetos que despertam sua cobiça e pelos quais os indígenas pagam preços elevados. Rompe-se a comunhão econômica de negócios, de vez que o companheiro que trabalhou para o intruso não reparte entre os membros da sua sociedade os frutos do cansaço. A introdução do dinheiro desempenha papel preponderante como meio de troca. Forma-se uma economia individualista, com propriedade privada de grandes terras, a população separa-se em ricos e pobres e a antiga estrutura social se desfaz.

Êste papel dissolvente da cultura indígena e criador de uma nova síntese quem o realiza é Martim Soares Moreno. Encarregado de comerciar por terra (7), logo escreve "que não há um palmo de terra que dê mantimentos por nenhuma maneira, tudo são areais desertos". Mas, para "pastos de todo gado são estas as melhores terras que hei visto".

O pastoreio vai ser introduzido, as terras divididas por sesmeiros e o indígena, já dissolvido, mais fàcilmente se adaptará a êsse regime econômico do que à agricultura. Daí a razão por que o Ceará precisará de menos negros, tão indispensáveis ao nordeste agrícola e açucareiro. Conseqüentemente, a miscigenação aqui, mais do que em qualquer parte do Nordeste, será de índio e branco, como foi essencialmente a do Norte.

A excelência portuguêsa na preparação desta síntese está no seu atraso capitalista. O destino econômico de um povo depende de sua engrenagem na economia mundial. Portugal, comparado à Holanda e à Inglaterra, padrões pelos quais devemos aferir o avanço econômico no século XVII, não se destacava como país capitalista. Das principais condições de vida capitalista — o crédito e a usura — um não o pos-

---

(6) E. Grosse, *Les debuts de l'Art, apud* Fernando Augusto Pires, *A forma primitiva da família*, Rio de Janeiro, 1930, p. 38. Vide também Wilhelm Schmidt, *The Culture Historical method of etnology*. New York, 1939, p. 328.

(7) Martim Soares Moreno, "Relação do Seará", *in* "Documentos para a história de Martim Soares Moreno", RIC, t. XIX, 1905, p. 67-75.

suía Portugal e a outra considerava-a pecado terrível, sujeito nesse mesmo século às penas da Inquisição.

Esta excelência é, talvez, o pecado original do nosso nascimento, de vez que nos falta crédito para empreendimentos maiores. Nascemos no Brasil sem crédito para as aventuras arriscadas do capitalismo. A nossa catolicidade, talvez tão boa para a formação de nossa democracia étnica, foi-nos altamente prejudicial para a vida econômica capitalista.

A rêde é um símbolo de ociosidade indígena que herdamos, e que nos incapacitou para a luta econômica feroz do capitalismo já então dominante na economia internacional do ocidente. Ao ilimitado apetite pelo ganho, contrapomos a dignidade do ócio e a indignidade do trabalho manual, profissional ou comercial. A vida comercial, o negócio é apenas a negação do bom e digno ócio. A riqueza era um perigo para a salvação da alma e talvez isso fôsse um obstáculo à melhor organização do sistema econômico que nascia (8).

Êste mal de raiz não é cearense, mas de todo o Brasil e só aos poucos poderemos confirmá-lo ou negá-lo.

O que importa acentuar aqui é a grande participação indígena para a formação do Ceará. As razões econômicas da nova síntese estão marcadas por esta participação. O Ceará será essencialmente pastoril, não só por causa de seu clima que dificulta a agricultura, mas também porque o indígena melhor se adapta àquele regime. Ainda em 1800 escrevia Bernardo Manuel de Vasconcelos, governador da capitania: "São as terras desta capitania geralmente falando muito arenosas e quase insuscetíveis de cultura, à exceção de algumas vargens e fraldas de serra" (9).

Prende-se a esta dedicação e interêsse pela criação de gados a própria história do povoamento do sertão. "Foram os baianos que, procurando terrenos apropriados à criação do gado, passaram à serra do Espinhaço, espontaram todos os vistosos rios secos que retalham Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, chegando à grande bacia do Parnaíba" (10).

Devassado o território, reduzido o índio, estava a inaugurar-se a época do couro, tão magnìficamente descrita por Capistrano de Abreu.

---

(8) Descrevendo o Ceará em 1816, dizia o Ouvidor José Antônio Rodrigues de Carvalho que dois entraves ao desenvolvimento do Ceará eram "a preguiça e o prejuízo de não servir homem fôrro, ainda que seja prêto". "Descripção Geographica Abreviada da Capitania do Ceará", RIC, t. XII, 1898, p. 13.

(9) "Documentos para a história do govêrno de Bernardo Manuel de Vasconcelos", RIC, t. 28, 1914, p. 330-336.

(10) Capistrano de Abreu, "Sôbre uma história do Ceará", RIC, t. XIII, 1899, e também *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, p. 223.

As conseqüências da implantação dêsse regime pastoril influiram de modo decisivo na vida do Ceará.

No sertão abundavam os mulatos, mestiços e pretos forros, trazidos pelos vaqueiros dos sertões de Pernambuco e da Bahia (11). Era uma gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tinha ao trabalho da agricultura. Era tal a sua inclinação pelo exercício nas fazendas de gado que procurava com empenho ser nêle ocupada, constituindo tôda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. "Vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre êles" (12).

Se havia mais escravos no sertão, onde não se exercia a agricultura, do que na marinha, e se a criação de gados não carece de muita gente, é fácil concluir mais uma vez esta verdade decisiva: a quase imunidade do Ceará às influências das culturas negras.

O autor anônimo do "Roteiro do Maranhão a Goiás" produz em favor dessa tese uma prova quase irrespondível. Diz êle: As mesmas três léguas de terra, que sendo aptas para a criação de gado não carecem de mais de dez ou doze pessoas, sendo próprias e destinadas às lavouras das canas de açúcar, do tabaco e mais gêneros do País não chegariam a ver sua cultura em um estado de perfeição com os braços de oitocentos ou mil escravos (13).

A essência de sua formação, dependente das condições geográficas, etnográficas e econômicas, explica sua vida social e política.

Dois fatos sociais dos mais característicos encontram nas crises climáticas e econômicas e na participação indígena a raiz de sua explicação.

A história social e política do Ceará está cheia de grandes crimes, grandes criminosos e de grandes crises de fanatismo. Não significa isso que na formação das outras capitanias não surjam iguais fenômenos sociais. Mas no Ceará os alicerces sociais se mancharam de sangue e com o sangue se foi formando a consciência política e social.

É sabido que a população original do Ceará vivia, como de resto no Brasil todo, em luta contínua. Tupinambá ou Potiguara, Tupiniquim ou Tabajara, Cariri e Tremembé não repousavam o seu ódio mútuo. Mais tarde, domesticado o gentio, devassado o sertão, exercitado o ofício da criação, iniciam-se as longas lutas entre famílias sertanejas. Capistrano de Abreu escreveu excelente trecho sôbre o crime no sertão, mostrando como reinava maior respeito à propriedade do

(11) "Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhy", *O Patriota*, 3º vol., e RIHGB, t. 62, parte I, p. 88.
(12) Ob. cit., p. 88.
(13) "Roteiro do Maranhão a Goiaz", RIHGB, t. 62, parte I, p. 89.

que à vida. "Ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos: a vida humana não inspirava o mesmo acatamento" (14).

J. A. Rodrigues de Carvalho capitula entre as razões do definhamento do Ceará "a facilidade de se manter o furto de gados, a freqüência de crimes de morte, que perde logo dois homens, o morto e o agressor, que ordinàriamente escapa não só pela fugida e dificuldade de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos inimigos" (15).

Só mais tarde é que o sertão será invadido pelo crime político. E, então, não só o sertão mas a cidade e a própria capital. Paulino Nogueira Borges da Fonseca escreveu uma excelente contribuição sôbre as execuções de pena de morte no Ceará (16) e expôs com probidade e autêntica documentação a luta dos chefes das administrações cearenses contra o crime. José Martiniano de Alencar combateu os "facinorosos que infestavam o interior", e quis "fazer parar a torrente de bárbaros assassinatos que todos os dias sucediam na capital" (17). Havia uma generalizada impunidade e fraqueza entre os jurados. O mesmo sucedeu com José Maria da Silva Bitencourt, cujo primeiro ato foi punir o crime e defender a segurança individual (18).

"O puxar da faca é o modo usual de liquidar desavenças nesta terra sem lei", escreveu o viajante George Gardner (19). Era tão difícil aplicar a lei, que José Martiniano de Alencar, quando do famoso assassinato jurídico de Joaquim Pinto Madeira, a quem foi negado o direito de apêlo e agravo, escrevia: "o interior do nosso Brasil ainda não está bem preparado para as instalações que garantem o nosso Código de Processo Criminal" (20).

Mas não só o crime significa a reação violenta contra as crises climáticas e econômicas. Há também a reação mística. Antônio Conselheiro, filho de Quixeramobim; Padre Cícero, do Juàzeiro; o beato José Lourenço e muitos outros revelam a decomposição espiritual da an-

(14) Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, 4ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Sociedade de Capistrano de Abreu, 1954, p. 224.

(15) "Descripção geographica abreviada da capitania do Ceará", RIC, t. XII, 1898, p. 13.

(16) RIC, t. VIII, 1894, p. 3-99, 175-332.

(17) Paulino Nogueira Borges da Fonseca, "Presidentes do Ceará, 7°. presidente, José Martiniano de Alencar", RIC, t. XIII, 1899, p. 47-106.

(18) Paulino Nogueira Borges da Fonseca, "Presidentes do Ceará, 12°. presidente, José Maria da Silva Bitencourt", RIC, t. XXI, 1907, 3-11.

(19) George Gardner, *Viagens no Brasil*, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942, Brasiliana, vol. 223, p. 146.

(20) Paulino Nogueira Borges da Fonseca, "Presidentes do Ceará, 7°. presidente, José Martiniano de Alencar", RIC, t. XIII, 1899, p. 47-106.

tiga cultura. Basta lembrar que é o Vale do Cariri o trecho peculiar do banditismo e do fanatismo sertanejo (21).

Os cariri foram incorporados em grande parte à atual população do Brasil. Repelidos pelos tupi para o interior, resistiram bravamente à invasão dos colonos europeus, mas os missionários conseguiram aldear muitos e a criação de gado ajudou a conciliar outros (22). Assim os homens do vale do Cariri são especialmente antigos descendentes dêste gentio ou mestiços de sangue indígena.

É evidente que o desmoronamento econômico e a destruição da vida social acarretam o esfacelamento da vida religiosa, pois todos constituem uma unidade indissolúvel. O culto dos antepassados e tôdas as práticas religiosas estão intimamente ligadas ao grupo e seu *habitat*. O exemplo dos brancos com os quais entrou em contato mostra que existe outra religião, o que significa viver sem a sua. As raízes religiosas atrofiam-se e o que permanece é apenas magia ou bruxaria. A vida para a população que resulta dessa transição do mundo antigo para o novo torna-se deserta e os valores vitais desaparecem (23). A invasão ocidental provoca o desequilíbrio, a fé e a crença não aceitam as novas formas de exercício, buscam afirmar-se numa síntese exdrúxula e exótica. Surge, então, o fanatismo, como crença religiosa. Surgem as crises que abalam a história do Ceará.

O recurso às práticas do fanatismo só aparece quando a crise estoura. A vida local já é uma síntese nova, uma nova criação não lusitana, mas lusitana, indígena e muito pouco negra.

Estas crises históricas, climáticas e econômicas são facilitadas pela crença do dominador, a fé católica. O calvinismo ou o puritanismo são por natureza demasiado pessimistas e práticos para produzirem imagens exaltadas. Enquanto os países protestantes apresentam poucas revoluções, os católicos são fartos de crises violentas.

Na fase inicial de uma crise é sempre o lado negativo que surge, a reação violenta ou fanática, protesto acumulado contra os sofrimentos, as injustiças e as contrariedades (24). Mas ela revela também um lado positivo e ideal. As fôrças do desespêro criadas pela crise estimulam grandes decisões e geram os líderes que renovam ou depuram as formas de vida. Dessas crises se originaram, muita vez, as primazias

(21) Djacir Menezes, *O Outro Nordeste*, Rio de Janeiro, Livraria José Olimpio, 1937, p. 181.

(22) Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, ed. cit., p. 56.

(23) Diederich Westermann, ob. cit., p. 391-392.

(24) Na sêca de 1845, apareceu a Sociedade dos Penitentes do Crato, cujos membros se flagelavam para expungir seus pecados e chamavam os governadores de judeus republicanos. cf. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, "Presidentes do Ceará", RIC, t. XXI, 1907, p. 337-352.

do Ceará. Primazias políticas ou sociais nascidas da terra, geradas pelas condições de vida econômica da comunidade. Foi assim a luta pela independência do Maranhão e Piauí; foi assim a adesão à Revolução de 1817; foi assim a adesão à Confederação do Equador; foi assim a conquista do Amazonas; foi assim a libertação dos escravos em 1884, facilitada pela greve dos jangadeiros de Fortaleza.

Note-se que se a sêca de 1816/17 não foi tão aguda, a de 1824/25 foi tremenda e acompanhada de epidemias, mormente da varíola (25).

A história política do Ceará não pode ser revelada apenas pela superfície, pela casca. A eclosão e simpatia dos movimentos de 1817 e 1824 entre as Províncias do Nordeste denuncia a semelhança, as características e as condições de uma mesma região. Quando muito, o Ceará poderia ser uma sub-região.

Em todos os movimentos políticos sempre se fêz praça forte dos sentimentos unificados dos povos do Nordeste.

Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, num ofício, incita o presidente do Rio Grande do Norte a colaborar para a "vitória dos princípios liberais, em perfeita união de sentimentos e interêsses aos povos desde a Bahia até o Pará" (26). O mesmo diria Pereira Filgueiras ao governador das armas de Pernambuco: O Ceará tem brio, seus filhos têm valor, êles tomarão parte nas gloriosas fadigas de Pernambuco (27).

A unidade dos interêsses e aspirações regionais nunca secou o sentimento de côr local. Pelo contrário, foi o desejo de conhecer as causas do mal cearense que gerou uma sentida e inspirada literatura provinciana.

A principal vocação literária de côr local é representada pela historiografia. A década de 1850 a 1860 marca o encontro do Ceará com a sua própria história. Não é sem razão que Capistrano de Abreu escreveu ser o Ceará "dos Estados do Norte, quiçá de todos da União, o que com mais afinco se entrega ao estudo de suas coisas passadas" (28).

Haveria uma razão para esta prova de tanta dedicação. Capistrano de Abreu apressou-se a explicá-la de modo que não nos parece de todo satisfatório. Disse êle: "Talvez por não ter pròpriamente história, isto é, faltarem-lhes fatos estrondosos que chamam e fixam a atenção, nada mais deixando ver além, como as guerras espanholas no Rio Grande do Sul, as invasões francesas no Rio de Janeiro, revoluções pernambucanas, o longo duelo com os jesuítas a pronósitos de índios

(25) Barão de Studart, *Geographia do Ceará*, Fortaleza, Typ Minerva, 1924, p. 254-255
(26) RIC, t. especial comemorativo da Confederação do Equador, 1924, doc. n.º 14, 3-5-1824.
(27) RIC, *id*, doc. n. 13.
(28) "Sôbre uma história do Ceará", RIC, t. 13, p. 22.

no Maranhão e Amazonas. Os estudiosos dos anais cearenses encontrando poucos episódios dramáticos recolheram pequenos fatos que os analistas de outros Estados comumente desdenham: concessões de sesmarias, fundações de capelas, instituições de freguesia" (29).

Se é certo que os fatos estrondosos têm provocado muita dedicação histórica, se é exato que a guerra como suprema crise nacional tem originado uma rica literatura histórica, não é menos verdadeiro que a vida cotidiana é excelente estímulo de produção histórica.

A guerra, seja ela vitoriosa ou vencida, foi sempre, desde Tucídides, o tema mais sedutor e talvez mais criador na historiografia. As guerras têm provocado uma genuína vocação histórica, porque representam uma crise de origem externa. Foi o que se deu com as invasões holandesas, geradoras da mais extensa e mais variada literatura histórica brasileira. Além disso, Capistrano de Abreu não poderia referir-se tão sòmente à fase colonial, de vez que a produção histórica cearense naquela época era geral e não especial. Neste caso não era pobre em fatos estrondosos, como os da independência do Maranhão e do Piauí, as revoluções de 1817 e 1824, as lutas internas de Pinto Madeira em 1831 e a abolição em 1884.

Mas aquêle cotidiano, aquêles pequenos fatos que compõem para Capistrano de Abreu a história do Ceará não são pouco heróicos e miúdos. O cotidiano cearense é heróico porque representa uma constante agonia. A luta contra a sêca, as lastimosas semi-existências que vegetam então, sem descanso e sem liberdade do temor e da necessidade, significam uma crise autêntica, uma suprema razão de interêsse para a indagação histórica.

Não se imagine que estamos a sustentar que a sêca seja a causa da grande produção histórica do Ceará. Ela produziria, como produziu, uma outra literatura especialmente dedicada ao problema. O que queremos afirmar é que há também aspectos dramáticos da vida passada do Ceará que tornam inevitável a pesquisa histórica, de vez que esta nasce sempre que um interêsse especulativo ou pragmático formula aos homens uma pergunta. Croce assim explicou o nascimento da historiografia: "Ela é sempre o ato de compreender e entender induzido pelas exigências da vida prática" (30).

A história do nascimento de uma historiografia aparece quando, para o conhecimento de uma situação atual, exige-se a compreensão do curso da vida real de um sucesso até aquêle ponto que sugeriu nossa pergunta.

---

(29) Capistrano de Abreu, *ibid*, p. 22.

(30) Benedetto Croce, *La historia como hazaña de la libertad*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1942, p. 14.

Assim, não é só o brilho de uma vitória ou o amargor de uma derrota que geram o estudo de suas causas. Nem o cotidiano jamais foi causa de esterilidade histórica. Pelo contrário, êle fêz brotar a história econômica e social. Alguém, com certo humor, já atribuiu a esta o lugar que uma escolar de Matthew Arnold assinalou a uma das partes da sentença: se uma palavra não é um verbo, um nome ou um adjetivo, entra na peneira comum, que é o advérbio. A êle, tão modesto, cabe modificar o verbo, o adjetivo e, às vêzes, o substantivo ou pronome.

Pois bem, são êstes modestos advérbios, o povo e o cotidiano, que induziram a historiografia cearense para o campo social e econômico. Deve-se ao povo cearense, tão varonil, tão resistente, tão rico de aventuras e conquistas, tão confiante e cheio de fé, frutos da longa adversidade histórica, a atração da historiografia pelo cotidiano, miúdo às vêzes, mas quase sempre heróico e agônico.

A paixão pela gente, o advérbio de Arnold, e pela terra árida e que "não pode fazer progressos vantajosos, pelas emigrações contínuas, ocorrência de sêcas e padecimentos de moléstias daí provindas e que tudo faz definhar, faz nascer o desejo de se conhecer melhor o passado, de saber os motivos de um presente tão pouco promissor" (31).

Ainda mais quando as tempestades do confuso presente estão cheios de tons trágicos, gerados pelas crises climáticas, econômicas e etnográficas, a que nos referimos. Na sêca, na miséria, no crime e no fanatismo existe dramaticidade ainda maior, por isso mesmo que a coerência de sua sucessão implica numa ansiedade maior que a batalha, cuja recorrência não se verificou nem se verificará.

O nascimento da historiografia cearense se dá nesta década de 1850 a 1860, intervalo de horrorosas sêcas. Aparecem, então, um geógrafo e três diferentes histórias, escritas em lugares diversos.

O primeiro é Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), advogado, senador do Império e professor de história e geografia no Liceu provincial. Dedicado especialmente à geografia e aos estudos de população, o Senador Pompeu escreve obra variada e vizinha da história. A princípio, de caráter didático, mas logo a seguir seus trabalhos demográficos e estatísticos surgem sem cessar (32). Nas suas análises da

(31) J. A. Rodrigues Carvalho, "Descripção geographica abreviada da capitania do Ceará", RIC, t. XII, 1898, p. 13.

(32) Trabalhos didáticos são: *Elementos de geographia*, Ceará, 1851; *Compendio de Geographia, Ceará*, 1856; *Compendio elementar de geographia geral e especial do Brasil*, 3ª. ed., 1859; *Compendio elementar de geographia geral e especial do Brasil*, 4ª. ed., 1864; 5ª. ed., 1869. Entre os trabalhos demográficos e estatísticos citam-se: *Memoria estatistica da Provincia do Ceará, sobre sua relação physica, politica e industrial em* 1848; *Diccionario topographico e estatistico da Provincia do Ceará*, Rio de Janeiro, 1861; *Ensaio Estatistico da Provincia do Ceará*, São

população, o Senador Pompeu divulgou não só os dados estatísticos dos movimentos da população, como das suas condições econômicas, sociais e intelectuais. Foi um precursor dos estudos demográficos, ecológicos e estatísticos no Brasil. Se sua obra geográfica, a única da época, nada acrescentou à de Aires do Casal, suas pesquisas sôbre a população e sôbre o clima e as sêcas cearenses avultam pela seriedade, segurança e originaldaide.

Sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro na ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico. Nascido em Icó, aos 7 de outubro de 1821, filho do grande patriota Tristão Gonçalves de Alencar, Presidente do Ceará na República do Equador, e de D. Ana Triste de Alencar, Araripe formou-se na Fac. de Direito de São Paulo em 1845. Exerceu vários cargos públicos, tais como juiz municipal de Fortaleza (1845), deputado provincial (1849-1850), juiz de direito em Bragança, Pará (1854), presidente do Rio Grande do Sul (1876), deputado geral (1869-1879), presidente do Pará (1885), ministro do Superior Tribunal de Justiça (1886), ministro do Supremo Tribunal Federal (1890), ministro da Fazenda e Justiça no Govêrno do Marechal Deodoro da Fonseca. Como se vê, não foi Clio, a musa da história, quem primeiro o atraiu, e sim a política. Seu primeiro trabalho foi um ensaio sôbre as eleições em Pernambuco, em 1863 (33).

Aproveitando-se de sua estada em Fortaleza por mais de três anos, Araripe consultou o arquivo da antiga câmara da vila do Aquirás e em "livros truncados e quase ilegíveis, por seu estado de deterioração, foi colhendo notícias dos sucessos dos primitivos tempos da província". Mais tarde, na Secretaria do Govêrno Imperial encontrou algumas notícias de tempos mais próximos (34). Foi baseado em autêntica documentação que Alencar Araripe escreveu sua *História da Província do Ceará,* citada como exemplo de boa história estadual por Varnhagen. No prefácio, dizia o autor, modestamente, que não pretendia ostentar talento de historiador e que sua história era uma "modesta e sincera narração dos fatos mais notáveis acontecidos na minha província, autenticada por documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados".

---

Luís, 1863-64, 2. t. em 3 volumes; *Memoria sobre o clima e seccas do Ceará,* Rio de Janeiro, 1877; *Systema ou configuração orographica do Ceará,* Rio de Janeiro, 1877; *Memoria sobre a estatistica da população e industria da Provincia do Ceará,* em 1856, Ceará, 1857; "População da provincia do Ceará, 1859", RB, II, 1859 p. 429-432; *Relatorio do estado da instrução publica e particular da provincia do* Ceará no ano de 1857. Ceará, 1858.

(33) Notícia bio-bibliográfica na RIC, t. 22, 1908, p. 403-409, e Sacramento Blake, *Dic. Brasileiro,* t. 7, 1902.

(34) *Historia da Provincia do Ceará desde os tempos mais primitivos até* 1850. Typ. do Jornal do Recife, 1867.

Dizia ainda fazer consistir o mérito do seu singelo trabalho na verdade. Sua obra descreve a descoberta, as tribos, os progressos da população, a administração nos tempos coloniais, as entradas, sesmarias, gado e lavoura. É opinião generalizada entre os historiadores cearenses que a parte relativa à povoação da terra e à civilização dos índios constitui um dos melhores e mais completos subsídios para a história definitiva de referida região

Da variada obra histórica de Araripe (35) cumpre destacar, pela documentação e originalidade, as Memórias lidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como a "Independência do Maranhão", a "Expedição do Ceará em auxílio de Piauhy e Maranhão", a "Guerra Civil no Rio Grande do Sul", e a "Notícia sôbre a maioridade". Na primeira procura provar que não se deve atribuir a Lord Cochrane a independência do Maranhão, pois quando êste aportou àquele Estado já estava tôda a província, com exceção de dois pontos da capital e Alcântara, sob o domínio dos independentes. O triunfo da independência maranhense deve-se especialmente à patriótica emprêsa cearense e piauiense e aos esforços dos próprios maranhenses. Grande e variada documentação encontra-se publicada no trabalho sôbre a "Expedição do Ceará em auxílio do Piauhy e Maranhão", escrito para mostrar a parte que coube ao Ceará "no êxito glorioso de nossa independência política".

Alencar Araripe traduziu pela primeira vez do francês e do latim alguns viajantes e cronistas da época colonial, cujos depoimentos eram de incontestável importância. Assim, por exemplo, o trecho das Memórias de Du-Guay Trouin (36) relativo ao ataque e tomada do Rio de Janeiro, a Viagem de Hans Staden (37), a de Jean de Léry (38), a

(35) Sua bibliografia histórica é a seguinte: *Patriachas da Independencia*, Conferencia feita em 12-3-1876, Porto Alegre, Tip. Jornal do Comércio, 1876, publicada também na RIHGB, t. 47; *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, Memoria lida no Inst. Hist. e Geog. Bras., acompanhada de documentos, Rio de Janeiro, Laemmert, 1881, (tiragem especial da RIHGB, t. 43, 1880); *Noticia sobre a maioridade*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1882 (também na RIHGB, t. 44, 2ª. p., 167-268); "Independencia do Maranhão" (Memoria), RIHGB, t. 48, 2ª p., p., 159 e sgts.; "Retificações historicas",RIHGB, t. 48, 2ª. parte, p. 173-179; "Primeiro navio francês no Brasil",RIHGB, t. 49, 2ª. parte, p. 315 e sgts; "Primazias do Ceará", *in Comemorando o 3º. centenario da vinda dos primeiros portuguezes ao Ceará*, 1603-190, Ceará, Tip. Minerva, 1903, p. 227-233; "Movimento colonial da América", RIHGB, t. 56, parte 2, p. 91-115; "Embaixadas e Tratados", RIHGB, t. 56, parte 2, p. 123 e segts; "Pater familias no Brasil nos tempos coloniais", RIHGB, t. 55, 2ª. parte, p. 15-23.

(36) "Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro por Duguay Trouin em 1711", RIGHB, t. 47, parte 1ª., p. 61-85. A tradução foi fetia das *Memorias de Monsieur Du Guay Trouin, Lieutenant General des Armés Navales de France et Commandeur de l' Ordre Royal & Militaire de Saint Louis*. A Amsterdam, Chez Pierre Mortier, 1740.

(37) RIHGB, t. 54. p. 2ª., p. 186 e segts. A tradução foi feita da versão francêsa de Ternaux — Compans, a qual não era boa e carecia de notas.

(38) "Viagem à terra do Brasil por João Lery", RIHGB, t. 52, parte 2ª., p. 111 e ss.

do padre Estanislau de Campos (39), reitor do Colégio da Bahia em 1698 e Provincial dos jesuítas em 1705, e a de Álvaro Nunez Cabeza de Vaca (40). Como editor de obras raras Araripe não pode ser louvado. Não escolhia o texto original e melhor, não anotava as variações, não comparava as várias edições e traduções, usando, além disso, de uma ortografia originalíssima, o que dificultava ou afastava seus leitores. Deve-se-lhe reconhecer êste mérito indiscutível: o de haver sentido a necessidade de dotar o estudioso brasileiro, incapaz de leituras estrangeiras, de um texto traduzido das grandes e fundamentais obras históricas sôbre o Brasil.

Escreveu Alencar Araripe muita outra obra, política ou econômica, que se tornou, com o tempo, boa fonte secundária para a história. As descrições ou críticas, políticas, sociais, econômicas ou ideológicas, da atualidade, são fontes indispensáveis ao historiador, que nelas pode, algumas vêzes, documentar-se. A esta categoria pertencem várias obras, tais como *Males Presentes* (41), indispensável para a história política de Pernambuco; *Negócios do Ceará em* 1872 (42), reunião de artigos publicados no *Jornal do Comércio* sôbre a questão suscitada pelo ato de suspensão do presidente da Câmara Municipal de Sobral pelo vice-presidente da Província, Conselheiro Joaquim da Cunha Freire; *A questão religiosa*, série de artigos de jornais do Rio, em 1872, por ocasião da luta entre os bispos e a maçonaria, da qual fazia parte (43); *Discurso sôbre as sêcas do Ceará* (44), proferido na Câmara dos Deputados, por ocasião da mais horrosa sêca sofrida pela população cearense. Esta tremenda crise, o ponto mais alto da desolação e do sofrimento cearense, provocou a ruína da fortuna particular, o desaparecimento da indústria criadora e 180.000 mortos (45); *O elemento servil* (46), onde discute os problemas da emancipação, agitados com a discussão na Câmara da lei do ventre livre (47).

---

(39) "Vida do Padre Estanislau de Campos, da C. de Jesus", t. 52, parte 2ª., p. 5 e sgts. da RIHGB. A tradução foi feita da obra latina de Jerônimo Moniz, *Vita P. Stanislau de Campos.*

(40) "Comentarios de A. N. C. de Vaca adelantado e governador do Rio da Prata, redigidos por Pedro Hernandez", RIHGE, t. 56.

(41) *Males presentes, Pernambuco,* 1864.

(42) *Negocios do Ceará em* 1872. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Villeneuve & C. 1872, 62 p. É assinado por Tabajara, pseudônimo de A. Araripe.

(43) *A questão religiosa, o beneplacito e a desobediencia. Considerações pelo verdadeiro crente.* Rio de Janeiro, Tip. Im. e Const. de J. Villeneuve & C., 1873.

(44) *Discurso sôbre as providências relativas ás sêcas do Ceará, proferido em sessão da Camara dos Deputados de 27 de junho de* 1877. Rio de Janeiro, Tip. de J. Villeneuve & C., 1877, 33 p.

(45) Barão de Studart, *Geographia do Ceará,* Fortaleza, 1924, p. 256.

(46) *O elemento servil Artigos sôbre a emancipação.* Paraiba do Sul, Tip. do Parahibano, 1871, 34 p.

(47) *Consolidação do processo criminal do Brazil,* Rio de Janeiro, Editor-prop. A. A.

Alencar Araripe, que durante tôda sua vida sempre exerceu cargos da magistratura, desde os mais modestos aos mais elevados, não poderia deixar de escrever obra jurídica (48). Fêz poesia, dissertou sôbre geografia e arqueologia, bem como disse discursos e preparou projetos e relatórios.

Apontada a sua obra histórica e suas principais contribuições, é necessário conhecer a teoria histórica que orientou Alencar Araripe. Êle não foi, por certo, apenas um investigador dotado de sentimento prático da histórica. Procurou estudar alguns mestres da historiografia e trouxe para nossa concepção histórica algumas idéias novas e originais. Sentindo as deficiências da formação do historiador brasileiro procurou, em conferência pública, dissertar sôbre a metodologia da história do Brasil. A conferência pronunciada em 7 de fevereiro de 1876 sôbre *Como cumpre escrever a história do Brasil* (49) estuda o modo de escrever a história pelos historiadores antigos e modernos, apontando os dois principais intuitos do historiador: primeiro, premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano; e, segundo, excitar novos estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo. Trata-se de um sumário pouco refletido e mal informado sôbre as características da historiografia clássica e moderna. Daí o autor extraiu determinadas conclusões que, na verdade, são muito menos fruto desta exposição ligeira, do que das idéias de certos historiadores que indicou como exemplares. Entre êste avultam William Robertson (1721-1793), Louis Adolphe Thiers (1797-1877) e George Bancroft (1800-1891), decisivos na formação do seu espírito.

Alencar Araripe, ao comparar neste trabalho as características da história antiga e moderna, acusa aquela de preferir os acontecimentos estrondosos, de que eram protagonistas os reis e homens notáveis, e exalta, na moderna, a decidida atração pelo povo. "A história antiga representa ùnicamente o drama das peripécias ruidosas; a moderna narra as ações dos operários" (50). Para escrever uma história em que

---

da Cruz Coutinho, 1876, 752 p.; *Classificação das leis do processo criminal e civil do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1885; *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico por José Pereira de Carvalho*, Rio de Janeiro, 1879.

(48) Soneto ao Marechal Deodoro. Reminiscências, Rio, 23-8-1897; "Neologia e neografia geographica do Brasil", *Rev. da Sociedade de Geographia*, n. 2, t. 1, 1885; "Visconde de Rio Branco na Maçonaria", Alocução proferida por Alencar Araripe por parte do Grande Oriente no ato de dar-se a sepultura o cadáver do Grão Mestre Visconde do Rio Branco no cemitério do Caju, RIHGB, t. 53, p. I, p. 304; "Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil", RIHGB, t. 50, p. I, p. 213.

(49) *Como cumpre escrever a história do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Cons. de J. C. de Villeneuve & C. 1873 (32 p.). Foi republicado sob o título *Indicações sobre a Istoria Nacional*, Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1895 (36 p.).

(50) Sente-se aqui a influência bem nítida de G. Bancroft, quando escrevia: "A voz popular é entre nós tôda poderosa, êste é o nosso oráculo, e nós o reconhe-

o povo seja o principal personagem é indispensável não limitar-se à vida política, mas estudar "a legislação, a indústria e a religião". Caminhava, assim, para uma história social e econômica, mal delineada ainda, cheia de flagrantes contradições. Sua concepção histórica era ainda a de uma disciplina cívica, sendo "o historiador um benfeitor da humanidade se soubesse no manejo da pena escolher assuntos e figurar os grandes moldes em que deve fundir-se o patriotismo nacional". A simples preocupação pela escolha de assuntos dignos, a indicação de que não convinha "descer às minudências da crônica, mas narrar com amplidão suficiente", e a constante afirmação de que os reis eram apenas tiranos, que haviam causado grandes estragos, mostram como Robertson influiu no seu espírito histórico (51). O desprêzo pelos fatos triviais e a escolha dos grandes assuntos revelam também um espírito inteiramente em desacôrdo com a prática da história econômica, social e popular.

Suas idéias sôbre a história brasileira são ainda menos aproveitáveis do que sua concepção da história universal. Para êle, de Rocha Pita por diante só se encontram dois historiadores que parecem haver desempenhado com vantagem o seu encargo: Roberto Southey e o Conselheiro Pereira da Silva. Não haveria o que opor a Southey, mas hoje ninguém poderia aceitar a opinião que sôbre Varnhagen expende nesta frase: "Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu sem crítica e sem estilo, e consumindo largas páginas com fatos de somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos notáveis dignos de mais desenvolvida notícia". O conceito final é decisivo: Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras *História Geral do Brasil* e *História das Lutas com os Holandeses* o não realçam.

Num país pobre de teoria histórica, de ensino superior da história, onde qualquer um se aventura às atividades históricas, Alencar Araripe merece ser discutido por ter sido um dos poucos que procurou analisar as novas direções da história no fim do século XIX. A falta de um melhor preparo teórico e crítico impediu que seu folheto pro-

---

cemos, a voz de Deus". E ainda quando dizia: "A verdadeira ciência política venerasa as massas, escuta, com reverência, a voz da humanidade humilde". Cf. G. P. Gooch, *Historia e historiadores en el siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Economica, 1942, p. 404-405.

(51) Veja-se, para comparação, esta sentença de William Robertson (1721-93), presbiteriano liberal, em seus *Works* (VIII, 177): "É uma mortificação cruel, ao procurar por aquilo que é instrutivo na história dos tempos passados, verificar que as explorações de conquistadores que desolaram a terra e os caprichos de tiranos que tornaram nações infelizes, são registrados com cuidado minudente e muitas vêzes desagradável, enquanto que a descoberta de artes úteis e o progresso dos ramos mais benéficos do comércio são silenciados e afundam no esquecimento".

pagasse um método tão necessário à grande maioria dos que se dedicavam aos estudos históricos.

Mesmo na prática histórica Alencar Araripe, apesar de suas valiosas contribuições, teve grandes excessos, como os praticados nas *Primazias do Ceará,* ou grandes defeitos. Teòricamente êle foi muito mais um professor de história cívica do que de história do Brasil. Basta para provar-lhe o civismo esta frase final de uma carta dirigida ao Conselheiro Pereira da Silva, a quem dedicava profunda admiração: "Um dos mais importantes fins do ensino da História Nacional é por certo suscitar no ânimo dos nossos mancebos o sentimento da gratidão pelos serviços prestados ao país, excitando na juventude o desejo de imitar a benemerência dos nossos grandes cidadãos" (52). Restringido o valor da sua metodologia, restam-lhe ainda a virtude da agitação do problema, as tendências democráticas e liberais do seu espírito, a indicação das vantagens da história menos política e mais social e econômica, e, sobretudo, sua contribuição histórica referida linhas acima.

Seguem-se João Brígido dos Santos e Pedro Théberge, historiadores da fase anterior ao Instituto do Ceará. O primeiro no Crato e o segundo no Icó trabalham especialmente à base da tradição popular e oral. Nenhum dos dois apresenta o mesmo valor ou a mesma contribuição dos historiadores já referidos. São modestos pesquisadores, a colhêr pelo interior, ainda vivas, as vozes da consciência popular. João Brígido está impregnado do sentimento local da terra e da gente. *As Ephemerides do Ceará* (1590-1892) (53) constituem sua principal contribuição, embora já estejam depreciadas em face da obra igual do Barão de Studart. João Brígido publicou vários trabalhos, alguns modestos, outros mais valiosos (54). Do ponto de vista da história econômica merece destaque o seu ensaio sôbre o comércio da capitania e, do ponto de vista biográfico, o estudo, baseado em reminiscências e depoimento pessoal, sôbre Nogueira Angelim, cearense que participou, como um dos chefes, das lutas da cabanada no Pará. Foi o primeiro a divulgar a parte relativa ao Ceará da "Idéia da População da Capitania de Pernambuco", que se encontrava em manuscrito na Biblioteca Nacional do

(52) Tristão de Alencar Araripe, Carta a J. M. Pereira da Silva, assinada do Rio de Janeiro aos 19 de novembro de 1872, RIHGB, t. 48, p. I, p. 170.

(53) RIC, t. XIV, p. 3-64 e 137-226. Foi publicado em Fortaleza, Tip. Studart, 1900. O "Resumo Chronologico para a historia do Ceará" foi publicado na RIC, t. II, p. 25-79. Êste Resumo foi primeiramente impresso no *Ensaio Estatistico* do dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Maranhão, 1863), e depois foi publicado duas vêzes em periódicos de Fortaleza e outras tantas em brocuras. João Batista Perdigão de Oliveira refutou trechos dêste trabalho. Vide o "Resumo cronologico para a história do Ceará pelo sr. Major João Brígido dos Santos. Ligeira apreciação", RIC, 1888, 1º. trimestre.

(54) Vide *Indice.*

Rio de Janeiro (55). O seu livro *Ceará-Homens e Factos* (56) reúne o resumo cronológico e vários ensaios históricos sôbre o povoamento, sôbre Fortaleza em 1810 e sôbre lutas de família. João Brígido, fluminense de nascimento, era advogado e professor de gramática portuguêsa no Crato. Radicado no Ceará, chegou a deputado estadual. Escreveu, ainda, "Apontamentos para a história do Cariri" e *Crônica do sul do Ceará* (57).

Pedro F. Théberge, nascido em 1811, em Marcé, na França, formou-se em medicina da Universidade de Paris, em 1837, quando veio para o Brasil. Foi para o Ceará em 1845, tendo falecido em Icó, aos 8 de maio de 1864. Sua história, a quarta em ordem cronológica, foi de incontestável préstimo aos estudiosos do passado cearense. Escreveu sôbre a flora cearense e levantou uma carta corográfica da Província. Nem sempre foi imparcial, especialmente com os sucessos de data recente, como observou o Barão de Studart. Sua *História do Ceará* foi editada pelo seu filho Henrique, tendo a terceira e última parte sido publicada em 1895. Embora estrangeiro, Pedro Theberge soube recolher ainda vivaz alguma tradição, a qual, junta aos manuscritos existentes no município do Icó, possibilitou uma interessante contribuição histórica (58).

A esta primeira geração de historiadores vai suceder outra, cêrca de vinte anos depois. É de 1860 a 1875 que vai surgir um forte movimento literário, iniciador da literatura legìtimamente cearense nas raízes e nos temas.

A terrível prova por que passou o Ceará em 1870, a necessidade de adquirir consciência de sua própria vida, o instintivo amor pelas suas cidades e sua gente, a certeza de que a divulgação literária dos sacrifícios cearenses poderia ajudar a vencê-los, tudo isso conduz ao desenvolvimento literário, que se inicia em 1872, com a fundação da Academia Cearense. Naturalmente, razões outras, alheias à Província, nacionais ou estrangeiras, fecundam o movimento. O fim da guerra do Paraguai, o contágio com as outras Províncias, a repercussão das idéias republicanas (O Manifesto Republicano é de 1870), influem no sucesso literário dos 70 no Ceará. Ao lado dessas razões nacionais coexistem fatôres estranhos, tais como a importação das idéias européias. O romantismo desaparecia para dar lugar ao naturalismo. Positivismo ci-

(55) Desde 1923 publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro, v. XL.
(56) Rio de Janeiro, Typ. Besnard, Frère, 1919.
(57) Fortaleza, 1888, 154 págs.
(58) Theberg publicou na RIC, v. 25, 1911 p. 222-285, os "Extratos do antigo Senador do Icó desde 1738 até 1835".

entífico, ceticismo e materialismo são as formas do pensamento que nutrem o naturalismo.

A Academia Cearense de 1872 reflete esta tendência. Capistrano de Abreu já estudou as influências teóricas que formaram Rocha Lima, o crítico dêste grupo acadêmico (59). Hipólito Taine (1828-1893), Henry Thomas Buckle (1821-1862), Augusto Comte (1798-1857) serão também os pensadores de todo o grupo, inclusive e especialmente de Capistrano de Abreu, que escrevia em 1878 ser a moderna geração cearense obra genuína de Rocha Lima.

Em 1875, novo grupo literário se formara: o Gabinete Cearense de Leitura. Não foi de menor influência para a agitação das idéias e o despertar de um interêsse decididamente voltado para o próprio Ceará.

O interêsse local, literário ou histórico, encontra suas raízes na própria formação cearense. Os males e vexações que oprimem o Ceará, as dificuldades econômicas e as sêcas dão uma direção definida às formas literárias. A convergência dinâmica da sociedade e da literatura revela-se na magnífica vocação cearense, criadora de uma das mais ricas historiografias estaduais e valiosa contribuinte da forma literária do indianismo.

As crises de sua vida particular, as incertezas de sua organização social inspiram na consciência do tempo e da gente os problemas dinâmicos e significativos que esperam respostas.

O indianismo foi um grito da consciência nacional, uma afirmação de que embora não quiséssemos regressar às velhas culturas indígenas, estimávamos o nosso passado e seus valores, tão decisivos na formação do destino da pátria e de sua cultura. Como lembrou Capistrano de Abreu, o indianismo foi um fato importante não só nos anais literários como nos anais políticos. Politicamente, havia sido a consciência da nossa superioridade sôbre a metrópole (60). Mais tarde, José de Alencar responde aos apêlos de sua terra e sua gente. Era uma resposta literária às solicitações do seu meio e de sua cultura e a recrudescência local de uma atividade independente contra a excessiva afirmação centralizadora e o classicismo lusitano.

De 1875 a 1879, nada há que registrar. Uma grande crise climática abalara a estrutura social e econômica da Província (61). De 1880 a 1884 destacam-se os abolicionistas, poetas e prosadores, convertidos à causa do negro escravo.

---

(59) Capistrano de Abreu, "Raimundo da Rocha Lima", *"Ensaios e Estudos, 1ª. série*, Rio de Janeiro, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p. 109-123.

(60) *Ensaios e Estudos*. 3ª. *série*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1938, p. 177.

(61) Barão de Studart, *Geographia do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1924, p. 293.

A fundação do Instituto do Ceará em 1887 dá maioridade aos estudos históricos naquele Estado. A historiografia cearense inicia então a sua fase de amadurecimento, de contínua e sistemática pesquisa local. Causas geográficas e econômicas fazem coincidir a história estadual com a história regional. É sabido que muito se distinguem estas duas especializações históricas. A história estadual é quase sempre precária nos seus fundamentos, pois, esquecida das semelhanças e diferenças básicas que podem juntar ou separar dois ou mais estados, quase limítrofes, entrega-se de corpo e alma à cronologia política e militar. A base física e a estrutura econômica, com tôdas as conseqüências sociais e ideológicas, são inteiramente desprezadas. É por isso que na moderna teoria histórica aconselha-se, de preferência, o exercício da história regional ao da estadual, quase sempre puramente política e militar. Se o Ceará não constitui de fato uma região, perfeitamente delimitada, forma, sem dúvida, uma sub-região, ou se quiserem, no conceito de Turner, uma secção econômica. As próprias condições econômicas e geográficas em que nasceu e cresceu a historiografia cearense impediram-na de esterilizar-se na mera compilação dos seus fatos superficiais. Assim, a produção histórica não registra apenas os aspetos estaduais, mas os regionais e mesmo seccionais. O seccionalismo de Turner distingue-se do regionalismo pelo fato de basear-se exclusivamente na economia regional e nos interêsses de classe, enquanto aquêle último cuida das peculiaridades étnicas, raciais e religiosas ou, melhor, culturais. Assim, por circunstâncias alheias à própria doutrina que por fortuna tenha influído na formação da historiografia cearense, a verdade é que os estudiosos cearenses praticaram história estadual, regional ou seccional e local. Sôbre tôdas dominava a estadual ou a local, estas abrangendo municípios, vilas, freguesias ou comarcas. Os exemplos de historiografia regional ou seccional foram inspirados pela consciência dos seus ideais e costumes e pelo sentimento da sua distinção em face das outras partes do país. A região ou a secção econômica foi unificada pelas condições geográficas, sociais e econômicas.

O Instituto do Ceará foi, como o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, uma das melhores expressões da variedade regional, essência do crescimento e da originalidade nacional.

Fundado aos 4 de março de 1887, o Instituto do Ceará representou um genuíno movimento intelectual destinado não sòmente ao estudo do passado mas também à tentativa de compreender, pela análise das origens, o desenvolvimento da vida presente. Reuniu um corpo dedicado de estudiosos e investigadores, alguns pouco treinados, mas cheios de devoção ao novo trabalho. O contato logo estabelecido entre os mestres como o Barão de Studart e os novos "chamados" favoreceu o

exercício de uma prática de utilidade incontestável. A doutrina foi a da época, aquela que então seduzia os melhores espíritos. A escola histórica, que exaltava a pesquisa e declarava a vitória do documento manuscrito e inédito sôbre a interpretação fácil e ligeira. Era êle o mesmo discípulo de Varnhagem e, como Capistrano de Abreu, a quem sempre considerou um verdadeiro mestre, julgava com acêrto a investigação documental a mais importante tarefa do historiador.

Reunidos vários estudiosos cearenses, tais como Paulino Nogueira, Guilherme Studart, Joakim de Oliveira Catunda, Antônio Bezerra de Menezes, Virgílio Brígido, João Batista Perdigão de Oliveira (62) e outros, decidiram-se as finalidades, organização e regime estatutário da nova associação. Seu principal órgão foi a *Revista*, tornada em breve um dos melhores e mais valiosos periódicos históricos do Brasil. *A Revista do Instituto do Ceará* é, então, depois da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o mais rico repositório histórico e geográfico brasileiro, particularmente precioso para a história antiga e moderna do Ceará.

*A Revista do Instituto do Ceará* é, para nós, mais valiosa do que a do *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, pois num espaço de quarenta e três anos ela segue as mesmas linhas diretivas, obedece à mesma orientação do Barão de Studart. Enquanto a *Revista do Instituto Arqueológico* apresenta grandes fases, como as de José Higino, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa e Oliveira Lima, e fases de abatimento, como a de Mário Melo, iniciada em 1918, a *Revista do Instituto do Ceará* consegue, pela diligência, esfôrço e competência de Studart, manter-se durante quarenta e três longos anos num mesmo espírito de objetividade histórica, de infatigável pesquisa, cheia e rica de preciosos documentos. As excelentes notícias histórico-descritivas de municípios, vilas e freguesias revelam o acêrto da orientação metodológica. Ao invés de generalizações fáceis sôbre história geral do Brasil, a especialização dos estudos locais e estaduais. As características subregionais possibilitam estudos sôbre Estados vizinhos, tornando ainda maior o interêsse pela sua consulta. Um rápido exame da matéria contida nos 65 volumes da *Revista* mostrará a importância da documentação inédita publicada, em grande parte graças aos cuidados do benemérito Guilherme Studart.

Os sete primeiros tomos foram dirigidos por uma comissão de três sócios, na qual se distinguia Paulino Nogueira. Coube ao Barão de Studart a exclusiva direção da revista durante trinta e cinco anos (do tomo 8 ao 42), e nesta ingente tarefa houve sempre a exaltada preocu-

(62) O número e o nome dos iniciadores do Instituto encontram-se no livro de Eusébio de Sousa, *Meio século de existência*, Fortaleza, Tip. Minerva, 1937.

pação pela pesquisa e pelo documento. Ocorrem, então, todos ou quase todos os documentos importantes, desde o primeiro, a pungente carta escrita pelo Padre Luís de Figueira em 1608 (63), até as coleções sôbre certos períodos ou figuras, reunidas e classificadas pelo Barão de Studart. Na publicação de documentos ninguém se lhe avantajou. Os inéditos que coligiu e a correspondência oficial que resumiu serão indicadas logo que dêle se trate. Aos poucos a autoridade e segurança da *Revista* foram crescendo e a repercussão do seu nome se dilatou a ponto de alcançar países de poucas relações culturais com o Brasil. Dizia, em 1930, o Barão de Studart: "Não faz muito foi ela solicitada pelo govêrno inglês para algumas de suas bibliotecas e igual pedido recebemos de algumas cidades russas, onde a nossa Revista tem sido procurada" (64).

Na primeira fase distingue-se a nobre figura de Paulino Nogueira Borges da Fonseca.

Paulino Nogueira não exagerou seu exercício historiográfico: trabalhou relativamente pouco, mas êsse pouco é o suficiente para revelar a excelência, a probidade e a correção de seus trabalhos. Nascido em Fortaleza, aos 27 de fevereiro de 1842, era bisneto de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, que foi governador do Ceará de 1765 a 1782 e autor da "Nobiliarquia Pernambucana" (65).

Trazia, assim, nas veias, a vocação pela história, feita e cultivada pelos seus antepassados. Podia, pelo sentimento e pela intuição que lhe vieram do nascimento, criar e recriar, de um só golpe, a vida vivida.

Feitos os estudos preparatórios no Liceu de Fortaleza (1854-1859), foi para o Recife, onde completou o curso de direito, formando-se em 1865. Promotor público na comarca de Saboeiro, oficial da secretaria do Govêrno, em 1866, professor de latim, diretor geral do ensino e do Liceu em que se preparara, Paulino Nogueira já em 1871 exercia, pelas suas qualidades à mostra, o cargo de secretário do govêrno da Bahia. Daí em diante sua carreira pública não teve interrupção. Deputado à Assembléia Geral Legislativa (1872), 4º. vice-presidente da Província (1823) e 3º vice-presidente em 1875, em 1878 foi presidente da Província, sendo membro do Partido Conservador.

Jornalista, professor, político militante, Paulino Nogueira, conservador e católico praticante, iria encontrar no Tribunal da Relação do Ceará a calma necessária ao desenvolvimento dos seus estudos. A base fundamental dos seus trabalhos estava no seu profundo conhecimento da terra e da gente. Geógrafo, lingüista e etnólogo, escreveria o *Voca-*

(63) RIC, 1930, t. XVII, p. 97-140.
(64) RIC, t. 43-44, 1929-1930, p. 354.
(65) Publicado nos ABN, v. 47-48.

*bulário indígena em uso na Província do Ceará,* ainda hoje atual e consultado pelos mestres. Nesse trabalho coligia e explicava alguns nomes indígenas, definindo a etimologia dos nomes de cidades, vilas e povoados cearenses (66).

De caráter geográfico é a defesa da criação da Província dos Cariris Novos, formada pela povoação de Crato (67). Mas aos poucos, talvez pelo exercício da atividade política e da magistratura, Paulino Nogueira encaminhou-se para a biografia e a história política. O estudo sôbre a vida de Antônio Rodrigues Ferreira (1842-1908) mostra o sentimento pragmático de sua concepção histórica. Êle desejava julgar, apreciar, valorizar e não só expor e narrar. Para êle, Antônio Rodrigues Ferreira é o político que mais legítima, benéfica, extensa, desinteressada e exemplar influência exerceu na política conservadora. Sabendo, naturalmente, que só a simpatia pode permitir a exata compreensão de uma figura ou de um acontecimento, Paulino Nogueira sempre evitou retratar os *chimangos.* Nos seus ensaios não ocorre apenas a pura informação biográfica, mas examinam-se os episódios políticos e sociais que podem caracterizar o biografado e sua época (68).

Na biografia do Padre Ibiapina (dr. José Antônio Pereira Ibiapina, (1806-1883), utiliza-se da fonte primordial que é a correspondência entre o então juiz de direito de Quixeramobim e o presidente da Província José Martiniano de Alencar. Preocupado com o problema da criminalidade, Paulino Nogueira mostra como Ibiapina se distinguiu na luta pelo estabelecimento de instituições disciplinadoras, como o júri, e de medidas que pudessem diminuir o índice geral da criminalidade.

No estudo sôbre o naturalista João da Silva Feijó (1760-1824), ao lado da notícia bio-bibliográfica encontram-se as informações indispensáveis para o conhecimento do cientista que prestou serviços inestimáveis à Província, especialmente na pesquisa das minas de salitre. Vários outros estudos biográficos são os relativos ao Padre Francisco Pinto, o coronel José Antônio Machado, José Cardoso de Moura Brasil, Padre Gonçalo e Coronel Andrade (69).

São pequenos estudos, aditamentos e retificações, que revelam o cuidado e o amor de Paulino Nogueira pela verdade histórica. Trabalhos de referência úteis e valiosos são a "Relação dos cearenses titulares e condecorados" e a "Relação dos presidentes e vice-presidentes

(66) RIC, t. I., 1887, p. 209-434.
(67) RIC, t. VI, p. 222-226.
(68) RIC, t. I, 1887, p. 13-51.
(69) RIC, t. 18, 1904, p. 5-49; t. 9, 1895, p. 291-329; t. 15, 1900, p. 304-319; t. 3 1889, p. 204-210.

que têm administrado a Província do Ceará de 1824 até 1866" (70).

Sua obra histórica mais importante compõe-se da série "Presidentes da Província do Ceará; do 1º. Reinado ao 2º.", na qual estuda do primeiro ao décimo-quinto presidentes (71). São estudos magníficos, pela investigação documental, pela correção da síntese. O autor não esquece de acentuar alguns aspectos sociais e econômicos de extraordinário interêsse, informando-nos sôbre preços, sôbre sêcas de 1825 a 1845, a situação econômica em 1829, a revolta no Crato em 1832, a sedição militar de 1833, a criminalidade na Província e a instituição do júri, a criação do Banco Provincial em 1835-37, o problema eleitoral, as lutas contra os Balaios, a rebelião em Sobral, a sedição em Exu, a construção do primeiro cemitério em 1842-44, a instalação do primeiro Liceu em 1845. Foi no jornal *Constituição* que êle iniciou essa série, tão importante para a história política do Ceará, mas também indispensável, como acentuamos, para o estudo da vida econômica e social.

Depois dêsse trabalho, a obra mais vultosa, como contribuição para a história do direito no Brasil, é o valioso estudo intitulado "Execuções de pena de morte no Ceará" (72). É realmente uma achega importantíssima para a história do direito penal no Brasil, feita com consciência, baseada em documentos, trabalho criterioso no julgamento jurídico e na apuração dos dados. O autor sumaria as execuções levadas a efeito em Icó, pela Comissão Matuta, as promovidas pela Comissão Militar em 1825, após o sufocamento da Confederação do Equador, e estuda o assassinato jurídico de Joaquim Pinto Madeira no Crato, em 1834.

Dêste sumário bibliográfico e das características originais de sua formação, não é difícil caracterizar o trabalho histórico, o processo de pesquisa e criação do desembargador. Já escrevemos, em relação a Cândido Mendes, onde melhor que em ninguém se apura o fato, porque êle teve uma projeção e uma obra muito maiores do que a de Paulino Nogueira, que o direito é um dos melhores caminhos para a compreensão do fenômeno histórico. Nascido historiador, educado juridicamente, amando a terra, observando a gente, estudando os fatos da subestrutura, conhecendo a língua indígena, Paulino Nogueira estava preparado para enfrentar com singular agudeza os fastos da história local cearense. Mas ao lado do direito, como elemento formador da compreensão histórica, atuava também a direção política do seu espírito, mais que a direção social.

O Estado é a história, o Estado forma-se e age como fator preponderante, mais que a classe ou qualquer outro elemento social. Por

(70) RIC, t. 9, p. 55-59 e t. 16, p. 101-103.
(71) Vide *Indice*.
(72) RIC, t. 8, p. 3-99 e 157-332.

tudo isso, sua história é a história dos presidentes, encarnação pessoal do poder, da fôrça de direção política, social e econômica, e sua história é também a história da disciplina jurídica que se impõe à comunidade. Por tudo isso, faz história do direito e especialmente do direito penal, que é a expressão mais encarnada do poder disciplinador do Estado. Nesse sentido deve-se compreender, parece-nos, o valor de sua contribuição à historiografia local e à história jurídica, ramo pouco cultivado no Brasil. Esta a significação da obra de Paulino Nogueira dentro do caráter regional em que se formou seu espírito. É certo que do ponto de vista da exposição Paulino Nogueira pecava muito, não por deficiência estilística, que importa menos, mas pelas reflexões despropositadas e os lugares comuns de que está recheada a sua síntese. Às vêzes, parecia ter lido Ranke, ao desvanecer-se de haver escrito, sem ódio, sem afeição. Dizia êle: "Em matéria de história, nos documentos acho, nos documentos deixo. Quem vier após mim há de se convencer de que fui tão fiel à verdade histórica quanto respeitador das conveniências sociais que, como nos casos, às vêzes, podem mais do que as leis. Por isso, sempre que foi preciso, preferi que falassem por mim os documentos e os autores a emitir juízo próprio e conceitos próprios" (73).

Nestas suas palavras se expressa a sua teoria da história. O mais perfeito respeito ao texto, que não deve ser interpretado, mas transcrito, como se fôra a própria construção histórica. A transcrição simples e pura do texto impede a aplicação teórica, evita a explicação, elimina a interpretação. Parece na prática do trabalho histórico, no resultado final da construção e da síntese, a aplicação da regra metodológica de Ranke ("wie es eigentlich gewesen"; o que realmente ocorreu), de que se deve usar tôda fonte, tôda evidência da própria época em que se desenrolaram os acontecimentos. Mas para o próprio Ranke isso não significa transpor o documento, exibi-lo, e sim construir a narrativa, sob a sua base. Também sua declaração de que sabia respeitar as conveniências sociais mostra o critério de seleção da matéria histórica e seu espírito cheio de compostura, conservador, que caminha para a história política como o principal tema da história.

De Paulino Nogueira marcha-se, então, para a maoir figura da historiografia cearense, que já ultrapassa realmente qualquer valor puramente local para transformar-se numa expressão nacional. O Barão de Studart foi o maior historiador local do Brasil. Não há, em nenhuma historiografia estadual ou regional brasileira, quem se lhe avantaje no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de

(73) RIC, t. 4, p. 41-42.

realização, como cronista, geógrafo, historiador e editor de documentos. O Barão de Studart era a enciclopédia viva do Ceará; sabia-lhe a geografia, a crônica, a vida presente. Se fizermos aqui uma sumária apresentação de sua enorme bagagem histórica, logo se perceberá a verdade da afirmação anterior. Ninguém trabalhou mais no campo da historiografia local que o Barão de Studart e êle deve e pode figurar ao lado de Varnhagen, o maior acumulador de fatos da história brasileira, seu maior pesquisador, seu maior realizador. Mas não é só esta singularidade que une e aproxima os dois. Studart representa na historiografia local o mesmo papel de Varnhagen na história brasileira geral. Uma pesquisa sem fim, um trabalho exaustivo pelos arquivos e bibliotecas européias, uma vontade inabalável de realizar e, sobretudo, uma nova inspiração, um novo método, uma nova orientação.

Seu trabalho eurístico não se limitou aos cartórios, coleções particulares e aos arquivos e bibliotecas do Brasil, de onde extraía as cópias que divulgava na sua *Revista*. Procurou em Portugal, na Espanha, na Inglaterra, na França, na Holanda e na Itália a matéria prima reveladora do passado brasileiro. Era com os seus próprios recursos que empreendia as viagens e recolhia, por cópia, os documentos históricos. Sua preciosa coleção particular compreendia em 1892, quando ainda muitos anos de pesquisa o esperavam, 1333 documentos (74).

Suas pesquisas foram qualificadas de conscienciosas por Capistrano de Abreu, extremamente severo no julgamento (75).

De uma tenacidade incansável e inquebrantável — pois a ela se deve a existência, durante quarenta anos, do Instituto e da *Revista do Instituto do Ceará* —, o Barão de Studart é um pesquisador que resiste a qualquer confronto com os mais idôneos e os melhores. Êle próprio diz: "É verdade que por longos mêses e ininterruptamente consagrei-me a pesquisar e estudar velhos manuscritos, que enriquecem a capital portuguêsa". "É verdade que consegui retirar do pó dos arquivos alguns preciosos documentos que em breve estariam perdidos, tal é o estado em que já se encontram, e poderei proprocionar também o meu contingente para que em futuro não remoto possua a sua história escrita o belo torrão em que nasci". Excessivamente modesto, Studart limitava sua capacidade à pesquisa, escrevendo: "Já que me falecem os requisitos para ser historiador, entrego-me ao santo júbilo de colaborar também com alguma cousa para que outrem de mais luzes e de maior competência realize obra de tamanha magnitude" (76).

(74) *Relação dos Manuscritos Originaes e Copia sobre a historia do Ceará que constituem a Coleção Dr. G. Studart*, Lisboa, Tip. do Recreio, 1892.
(75) RIC, t. XIX, p. 117-122.
(76) RIC, Carta do Barão Santa-Anna Nery, t. 55, 1941, p. 124-125.

Reunira tal documentação, que em carta a Capistrano de Abreu, pedindo-lhe com simplicidade sua opinião sôbre as "Notas para a história do Ceará", dizia ter documentos para 60 ou 80 volumes, e mais: "Diga-me sinceramente se há nelas alguma coisa que se aproveite. Opiniões de homens competentes como V. servem-me muito" (77).

E tudo isso no meio da caridade e da medicina, que exercia com zêlo e constância. "Os doentes procuram-me como dantes ou mais ainda (pois se venho dalém Atlântico e só val o que cheira a estrangeiro, pensa o povo que trago no bôlso algum elixir de longa vida) e anteponho tudo ao exercício da profissão médica, mas estou resolvido a dar às pesquisas de história e geografia pátrias todo o tempo que dela me sobrar' (78).

Assim, depois de sua viagem à Europa, o chamamento histórico era insopitável. Nada havia, mesmo a sua extrema caridade, que o afastasse do amor à verdade histórica e do zêlo pela história pátria. Naquele nome inglês, naquele filho de inglêses, naquele vice-Cônsul dos interêsses britânicos no Ceará, escondia-se um admirável brasileiro.

Sua metodologia era relativamente apurada. Pesquisador incansável, bom editor de documentos, com respeito à integridade e autenticidade, trabalhador incansável, com suas monografias e ensaios o Barão de Studart é um modêlo, o mais alto, que produziu a historiografia estadual no Brasil.

Diz êle: "A história é assim mesmo que se faz e se apura. Longos anos são narrados os fatos desta ou daquela forma, até que do pó dos arquivos se desentranha um documento, que, *merecedor de fé, bem interpretado*, dá aos indivíduos e aos seus atos uma feição diferente daquela com que até então haviam sido encarados e julgados" (79).

Esta sentença, que bem revela a sua concepção histórica e especialmente a sua metodologia, foi escolhida por muitos estudiosos cearenses como moto dos seus trabalhos. Por ela que se vê que o Barão de Studart atribuía importância fundamental à descoberta do novo documento, que fôsse merecedor de fé (autenticidade) e bem interpretado (crítica interna).

Quem melhor definiu os valores da historiografia do Barão de Studart foi Capistrano de Abreu. "Seria interessante inquirir como Guilherme Studart, doutor em medicina, cultor de ciências positivas, entusiasta de sua profissão, passou a quase exclusivamente consagrar-se a estudos históricos. Sua mais antiga publicação neste ramo data de

(77) RIC, Carta de 26 de junho 1893, t. 54, 1940, p. 68-69.
(78) *Id. ib.*
(79) Guilherme Studart, "Trincentenário da vinda dos portugueses ao Ceará", RIC, t. 17, 1903, p. 77.

cêrca de vinte anos, e tratou da família a que pertence pelo lado materno. Será a genealogia que o encaminhou para a história? Se assim sucedeu, de fato pode-se bem repetir as palavras do poeta sôbre outro Guilherme, Wilhelm Meister, que como Saul, filho de Cis, saindo a procurar o fato paterno, tornou ungido com um reino. Circunstância de grande alcance para conservá-lo nestes domínios, uma vez devassados, deve ter sido a abundância de documentos colhidos aqui e além mar. Sua monografia sôbre Martim Soares Moreno assenta sôbre 29 peças justificativas, das quais só uma conhecida antes de suas pesquisas. A tragédia de Ibiapina funda-se apenas em um testemunho, mas êste provém de um dos protagonistas, ocupa 50 páginas de impressão, e pode ser comparado, sem desvantagens, com os mais importantes documentos dos nossos anais. Se tempos primitivos tão opulentamente estão representados, pode imaginar-se o que sucede com épocas menos remotas. Na publicação e elaboração do material reunido tem consumido mais de 20 anos, e prossegue com o ardor dos primeiros encantamentos. Leva a correção das provas a um apuro verdadeiramente raro. Para ser o ideal do editor de papéis velhos, pouco lhe falta. Falta declarar sempre o paradeiro dos seus documentos, deixando de parte as tristes reservas de um Varnhagen, para adotar a granqueza e o desassombro de um Harrisse, de um Rio Branco, de um Medina. Falta-lhe ocupar-se com os escritos de pessoas não conhecedoras de documentos por êle revelados; isto dá às suas palavras um tom militante e às vêzes agressivo contra os antecessores na mesma seara. Se em vez disto, se aplicasse mais exclusivamente ao exame do material assombroso que tem acumulado, o estudo intensivo dos documentos fàcilmente lhe daria resultados mais fecundos do que retificações que qualquer faria à vista dêles" (80).

Não seria possível uma análise mais objetiva da posição de Guilherme Studart. As críticas foram em parte aceitas pelo historiador cearense, tanto que, em 1905, quando publicou os *Documentos para a história de Martim Soares Moreno*, indicava a proveniência dos mesmos. Nota-se, também, que Capistrano de Abreu preferia ver Studart como editor de documentos, a lançar sempre novas luzes e novos caminhos.

A *Revista do Instituto do Ceará*, de que foi o fundador e sustentáculo, publicou quase todos os seus trabalhos e atingiu, em 1930, quando estava prestes a retirar-se de sua comissão de redação, o mais alto ponto do seu justo renome. Da Inglaterra e da União Soviética recebia Studart pedidos de números da *Revista*. Era a repercussão extra-nacio-

(80) "Tricentenário do Ceará", RIC, t. XVIII, 1904, 57-58.

nal, patrimônio conquistado pelo esfôrço, diligência e capacidade de seu editor.

Sua vasta obra, espalhada pela Revista e tirada em separatas, compreende a geografia, a cronologia, a bibliografia, a edição de documentos, a biografia e a história.

A "Geografia do Ceará" foi escrita em poucos dias, a pedido da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, para figurar no Livro comemorativo do Primeiro Centenário da Independência, que aquela Sociedade pretendia editar. A edição da *Revista do Instituto do Ceará* saiu ampliada e emendada (81). Tratava-se de excelente monografia, na qual o Barão, num sumário dos seus vastos conhecimentos, baseados em documentação autêntica, na mor parte por êle mesmo publicada na *Revista*, dava-nos o histórico do Ceará desde as terras que o formaram até a presidência de Justiniano de Serpa (1920-1923). O capítulo histórico ocupa grande parte do livro (pp. 160-233) e nela se encontra a lista dos presidentes republicanos e a biografia das figuras coloniais. O Barão estuda a geografia física, dá uma excelente notícia econômica, uma boa informação sôbre educação, literatura, jornalismo, organização eclesiástica e da justiça. A "Descrição do município de Barbalha" e a "Descrição do Rio Ceará" (82) são as suas primeiras contribuições à geografia cearense. É especialmente na cronologia que se distingue a obra de Guilherme Studart (83).; aí se mostra a importância que êle soube dar à fixação correta dos acontecimentos cearenses e seus trabalhos podem figurar ao lado das melhores efemérides nacionais, como as de Varnhagen, Rio Branco e Teixeira de Melo, ou das estaduais, como as de Xavier da Veiga, J. J. Ribeiro e Cardoso Barata (84).

Mas não eram só a geografia, como ciência vizinha da história, e a cronologia, como disciplina auxiliar, que cultivava o curioso espírito de Guilherme Studart. Na biobibliografia êle publicou aquêle magnífico *Dicionário,* que é talvez o mais erudito trabalho desta espécie na

(81) RIC, t. 37, p. 160-384.

(82) RIC, t. 2, p. 9-3; e t. 3, 1889, p. 51-53.

(83) Guilherme Studart, "600 Datas para a cronica do Ceará na segunda metade do seculo XVIII", RIC, t. 5, p. 121-231 e Tipografia Econômica, 1891: *Datas para a historia do Ceará no sec. XVII*, RIC, t. 8, p. 103-153 e Tip. Econômica, 1894; *Tres mil datas para a historia do Ceará no presente seculo*, Tip. Econômica, 1894; *Datas e fatos para a historia do Ceará*, 1º. volume, Ceará Colonia, Tip. Studart, 1896, 2º. vol. ceará Provincia, Tip. Studart, 1896, 3º. vol. Ceará Estado, Tip. Studart, 1899; "Efemérides do Ceará. Ceará Republicano", RIC, t. 15, p. 137-151; t. 15, p. 302-322; t. 19, p. 313-332; t. 21, p. 127-136; t. 22 p. 383-393; t. 23, p. 389-394; t. 26, p. 376-381; t. 30, p. 338-349; t. 31, p. 104-106; t. 32, p. 127-129; t. 33, p. 252-258; t. 36, p. 94-96; "A Confederação do Equador no ceará. Parte Cronologica", RIC, t. especial, 1924, p. 141-188.

(84) Vide José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 305, n. 115.

história não só estadual, como brasileira (85). Suas principais contribuições biográficas publicadas na *Revista* foram incluídas no *Dicionário,* mas não é demais lembrar o admirável documentário biográfico que conseguiu reunir para a história de Martim Soares Moreno (86), para a história da expedição de Francisco Pinto e Luís Figueira (87), os apontamentos biográficos de figuras contemporâneas sob o título de *"Os Mortos do Instituto"* (88), e muito especialmente o seu *"Estrangeiros e o Ceará"*, onde reuniu uma erudita bibliografia estrangeira sôbre aquêle Estado, a mais completa no campo da história local (89). São ao todo 72 nomes de estudiosos da flora, da fauna, da etnografia e da história cearense. Em outros trabalhos (90), dá-nos valiosos dados biográficos e informes históricos, que representam grande auxílio do ponto de vista da referência e consulta. Nesse sentido não se devem esquecer as suas importantes contribuições para a história da imprensa no Ceará (91).

O juízo de Capistrano de Abreu sôbre a maneira correta por que o Barão de Studart editava documentos pode ser largamento observado, pois êle magnificou grandemente a *Revista* com inúmeros documentos oriundos de suas investigações. Os "Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará", os "Documentos para a história da Confederação do Equador", os relativos ao Mestre de Campo Morais Navarro, os do tempo da Independência, os da Revolução de 1817, os relativos ao litígio de limites entre o Ceará e o Piauí e vários outros (92) revelam a amplitude de sua colheita e a capacidade de sua edição textual. Preocupado também, como era característico de sua época, com a direção política e com o Estado, Guilherme Studart contribuiu

(85) *Diccionário Bio-bibliographico cearense,* Fortaleza, 1910-1915, 3 v

(86) "Documentos para a história de Martim Soares Moreno, colligidos e publicados pelo Barão de Studart", RIC, t. 17, p. 177-228, t. 19, p. 1-116 e t. 23, p. 334-336.

(87)) RIC, t. 17, p. 51-96.

(88) RIC, t. 21, p. 415-432; t. 23, p. 295-403; t. 24, p. 400-405; t. 25, p. 372-382; t. 26, p. 382-395; t. 29, p. 361-398; t. 30, p. 365-374; t. 33, p. 343-351; t. 4, p. 364-368.

(89) RIC, t. 32, p. 191-274; t. 33, p. 239-248; t. 34, p. 351-358; t. 36, p. 381-389.

(90) "Cearenses elevados ao solio episcopal", t. 36, p. 416-429; "Conselho Geral da Provincia do Ceará", t. 36 p. 456-494; "Cearenses Presidentes da Província do Ceará", t. 36, p. 236-41, "Moradores do Ceará no Tribunal do Santo Oficio", t. 40, p. 204-212; "Ligeiros traços biográficos dos mártires de 1824", t. esp., 1924, p.618-634; "Alexandre Humboldt e Bernardo Manuel de Vasconcelos" t. 2, p. 81-86; e "Antônio Cardoso de Barros, t. 23, p. 294-299.

(91) "Catálogos dos jornais de grande e pequeno formato publicados em Ceará", t. 12, p. 167-211; t. 18, p. 196-291; "Jornais do Ceará nos primeiros quarenta anos, 1824-1864", t. esp., 1924, p. 48-118, afora a lista que dava periòdicamente sôbre os jornais dêste ou daquêle ano.

(92) "Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará", t. 24, p. 215-399; t. 34, p. 231-330; t. 35, p. 3-137, t. 37, p. 97-230; t. 37, p. 20-145; "Documentos para a história da Confederação do Equador no Ceará", t. esp., 1924, p. 355-565; e t. 40, p. 79-82; "Documentos relativos ao

grandemente para a história do govêrno cearense. Os estudos sôbre Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, João Carlos Augusto d'Oeynhausen, Francisco Alberto Rubim, Barba Alardo, Luís da Mota Féo e Tôrres e Azevedo de Montaury são baseados em pesquisa original e boa crítica documental e apresentados em excelente síntese.

A bio-bibliografia de Guilherme Studart encontra-se registrada no volume que lhe dedicou o Instituto do Ceará, em 1938, repleto de discursos e notas jornalísticas, nos *Apontamentos bio-bibliográficos* (93), editados durante sua vida, e no trabalho de Eusébio de Sousa (94) a propósito do meio centenário da *Revista*.

O Barão de Studart pode justamente ser considerado como o maior historiador que a história regional já produziu no Brasil. Êle representa o ponto mais alto, o sinal do amadurecimento da historiografia local. O Ceará é o Estado brasileiro que produziu a melhor historiografia regional, a melhor revista histórica, os maiores historiadores no campo regional e brasileiro, Studart e Capistrano.

Morto o Barão, o Instituto perdeu seu líder, seu guia, seu mestre. A pesquisa, a erudição, a bibliografia, o vasto conhecimento acumulado serviram como exemplo, orientação e herança aos seus sucessôres Êle fôra um modêlo raro de historiador regional.

De 1928 (vol. 42), quando Guilherme Studart se retira da direção da *Revista*, até 1942 (vol. 56), esta não nos pareceu seguir a mesma e genuína intenção de dar primazia aos textos e não aos pretextos, isto é, de fazer com que a divulgação de fontes e os estudos e intepretação baseados nas fontes primordiais sobrepujassem os discursos, as orações comemorativas, as crônicas e dissertações literárias e históricas, os artigos de caráter jornalístico, que tanta censura mereceram de Henri Hauser a propósito de outras revistas históricas brasileiras (95).

Não era mister destacar as exceções, pois a *Revista* sempre foi louvada pela alta categoria de seus colaboradores, entre os quais já se distinguiam Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho, cujos vastos conhecimentos e erudição eram por todos procurados em suas páginas. O que se desejara fôra assinalar que nessa fase, ao lado destas contribuições sérias, as menores, que sempre existem, começaram a figurar em

---

Mestre de Campo Morais Navarro, t. 30, p. 350-364; t. 31, p. 161-223; "Documentos do tempo da Independência", t. 36, p. 308-323; "Documentos da Revolução de 1817", t. 31. p. 31. p. 13-93; e 107-160; t. 41. p. 231-242; "Para o litígio sôbre limites entre Ceará e Piauí", t. 35. p. 160-165.

(93) Fortaleza, Ceará, 1921.

(94) *Eusébio de Sousa, Meio século de existência. Subsídio para a história do Instituto do Ceará*, 1887-1937. Ceará, Tip. Minerva, 1937.

(95) Henri Hauser, "Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil", *Revue Historique*, t. 181, Janvier — Mars, 1937, p. 85-98.

número demasiado, ocupando proporcionalmente mais páginas do que normalmente lhes devia caber.

Êste o nosso pensamento em 1945, quando êste estudo foi escrito e inicialmente publicado na *Notícia de Vária História* (96), em face das dificuldades que o *índice*, entregue ao Sr. Rubens Borba de Morais, encontrara para sua divulgação.

Nenhuma intenção tivemos de amesquinhar a *Revista*, e muito menos os grandes e pequenos que, nela colaborando, elevaram-na à categoria de uma de nossas principais revistas históricas, da qual se fazia indispensável um *índice*, para facilitar a todos os estudiosos brasileiros e estrangeiros a consulta aos seus documentos e estudos (97). A retomada dos trabalhos em 1953 para atualização do índice, com a incorporação da matéria do volume 57 (1943) ao volume 68 (1954), nos faz crer que a *Revista* novamente ascendeu, não pela primazia dos documentos, como na época do Barão, mas pelo valor das contribuições e, especialmente, pela revelação dos estudos de Raimundo Girão, Joaquim Alves, Florival Seraine, Dolor Barreira, Renato Braga, Fernandes Távora, José Aderaldo Castelo, Mozart Soriano Aderaldo, Jósa Magalhães, Dom Joaquim G. de Luna O.S.B. e Francisco Alves de Andrade, nova equipe que vem mostrando o mérito da compreensão e da interpretação, do domínio sôbre o documento e da adequada aplicação teórica ao texto histórico. Os estudos de Girão sôbre o "Bandeirismo Baiano e o Povoamento do Ceará" e as "Notas para uma introdução à genealogia cearense" (t. 61 e 62); de Joaquim Alves sôbre o "Vale do Cariri" (t. 59), "Joazeiro, Cidade mística" (t. 62), e "A divisão do Ceará em regiões naturais" (t. 65); de Florival Seraine, "Contribuição à toponímia cearense" (t. 60, 61 e 62), "Contribuição ao estudo da influência indígena no linguajar cearense" (t. 63), "Aspectos Históricos da língua nacional no Ceará" (t. 63), "Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses" (t. 65); de Dolor Barreira sôbre história literária cearense (t. 57, 60, 63); de Renato Braga, "Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste" (t. 61); de Manuel do Nascimento Fernandes Távora sôbre "O Padre Cícero" (t. 57), "Monsenhor Távora" (t. 59), "A Personalidade Moral e Cívica do Padre Ibiapina" (t. 63); de José Aderaldo Castelo, "Biografia Literária de Araripe Júnior" (t. 62); de Mozart Soriano Aderaldo, "Colonização das terras devolutas do Ceará" (t. 62) e "As três últimas reformas administrativas do Ceará" (t. 65); de Jósa Magalhães, "Previsões folclóricas das sêcas e dos invernos no Nordeste

(96) José Honório Rodrigues, *Notícia de vária História*, Rio de Janeiro, Livraria S. José, 1951.

(97) Essas palavras se referem à crítica que o autor mereceu de Mozart Soriano Aderaldo, "A Revista do Instituto e o Sr. José Honório Rodrigues", *Boletim do Instituto do Ceará*, ano II, novembro, 1951, n. 10, p. 12-27.

Brasileiro" (t. 66); do beneditino Dom Joaquim G. de Luna, "Monges Beneditinos no Ceará" (t. 66); de Francisco Alves de Andrade, "O Pioneiro do folclore no Nordeste do Brasil" (t. 62), representam, ao lado das novas investigações etnográficas, de lingüística indígena, de pré e proto-história de Pompeu Sobrinho, e de história, de Carlos Studart Filho, subsídio de alta categoria intelectual, seja pela seriedade da investigação, seja pelo teor da interpretação, seja finalmente pela exposição, esta última às vêzes conturbada pela prolixidade de Pompeu e Studart. Deve-se, também, assinalar a utilidade e significação do ensaio de Ábner de Vasconcelos divulgando no Brasil, pela primeira vez, a teoria histórica de A. Xenopol, especialmente quando se verifica que muito raramente se dedicam as revistas de história a matéria teórica e a filosofia da história, tão indispensáveis à compreensão dos fatos. É por tudo isso que a *Revista do Instituto do Ceará* ocupa hoje, ao lado da *Revista de História*, de São Paulo, o primeiro lugar na divulgação da pesquisa e na interpretação histórica.

Entre as Revistas dos Institutos Históricos só a da Bahia se lhe aproxima, pois aí também um jovem grupo renovador estimula novas investigações e cria campos de estudo. O seu plano de *História do Ceará* (Cr. t. 60, 1946, p. 5-19) é um empreendimento monumental, o mais amplo jamais tentado por qualquer instituição histórica regional. Qualquer que seja a crítica à composição teórica do plano de História do Ceará, capaz de mutilar a unidade porque revelará 26 aspectos da vida que interessam aos 26 especialistas, quebrando talvez a continuidade histórica, que não é percebida totalmente, mas aparentemente, sob cada aspecto unilateral que se elegeu, êle denuncia a profunda tentativa de buscar as origens históricas do Ceará e de libertá-lo pela catarse histórica dos males que nasceram e cresceram com sua formação e desenvolvimento. É um plano de grande audácia intelectual, que revela o pleno amadurecimento da historiografia regional.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO DO CEARÁ

T. 1 (1887); 2 (1888); 3 (1889); 4 (1890); 5 (1891); 6 (1892); 7 (1893); 8 (1894); 9 (1895); 10 (1896); 11 (1897); 12 (1898); 13 (1899); 14 (1900); 15 (1901); 16 (1902); 17 (1903); 18 (1904); 19 (1905); 20 (1906); 21 (1907); 22 (1908); 23 (1909); 24 (1910); 25 (1911); 26 (1912); 27 (1913); 28 1914); 29 (1915); 30 (1916); 31 (1917); 32 (1918); 33 (1919); 34 (1920); 35 (1921); 36 (1922); 37 (1923); 38 (1924); 39 (1925); 40 (1926); 41 (1927); 42 (1928); 43 (1929); 44 (1930); 45 (1931); 46 (1932); 47 (1933); 48 (1934); 49 (1935); 50 (1936); 51 (1937); 52 (1938); 53 (1939); 54 (1940); 55 (1941); 56 (1942); 57 (1943); 58 (1944); 59 (1945); 60 (1946); 61 (1947); 62 (1948); 63 (1949); 64 (1950); 65 (1951); 66 (1952); 67 (1953); 68 (1954); tomo especial (1924) — "Commemorando o primeiro centenario do jornalismo cearense e de adhesão do Ceará à Confederação do Equador"; tomo especial (1929) — "Em homenagem à memória do Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil"; tomo especial (1938) — "Dedicado ao barão de Studart".

# A

**Abadia de Santa Cruz de Quixadá**

— Rescrito e despacho para a ereção canônica da Abadia de Santa Cruz de Quixadá.
t. XVII, 299-300.
O rescrito é datado de 8-11-1901 e o despacho de 14-9-1903.

**Abastecimento**

— Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará. Coleção Studart
t. XXVI, 97-230.
Os documentos ns. 377, 383, 384, 391, 399, 400 e 408 dizem respeito a questões de abastecimento. Para os títulos, vide a entrada principal.

**Abdicação de d. Pedro I.**

— Precizo dos sucessos que ocazionarão o Grande Acontecimento do Faustozo Dia SETE DE ABRIL, dirigido aos Cearenses pelos seus Deputados abaixo assinados.
t. XXVII, 307-311.

**Abolição**

— AMARAL, Angêlo do
Lei de 13 de maio.
t. XXI, 331-336.

— FAZENDA, Vieira
Ventre livre.
t. XXI, 33-38.

**Abolição no Ceará**

—FONSECA, Júlio César da, filho (1853-1931).
Em tôrno da abolição.
t. XXXVIII, 355-360.

— MARTINS, Antônio
Para a história da libertação dos escravos no Ceará, etc.
t. XI, 105-112.

— SOUSA, Eusébio de
O Ceará e a Abolição.
t. XXXVII, 385-390.

**ABREU, Cruz**

— Aspiração malograda.
t. XLII, 123-131.
Oferece alguns dados biográficos de Vicente Machado Pimentel, um dos primeiros

estudantes do Liceu Cearense e que ali chegou a lecionar. Indo para o Rio, para fazer o curso universitário em 1849, aí faleceu em 1853, sem ter atingido o seu fito. Dá os nomes de alguns de seus colegas que chegaram a ocupar altas posições sociais. — Paulino Nogueira.

t. XLVI, 45-49.

Pequena e resumida biografia de Paulino Nogueira Borges da Fonseca, acompanhada de uma notícia bibliográfica, extraída do **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**, do Barão de Studart.

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. Cel. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 2º vice-presidente em exercício. (De 1º de agôsto de 1850 a 16 de novembro de 1850).

t. XXXVI, 3-43.

História da administração do Coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, vice-presidente que exerceu de 1-8-1850 a 16 de novembro do mesmo ano a presidência do Ceará. Conta as repercussões da política federal no Ceará e os sucessos políticos da província. Conservadores (carangueijos) dificultaram as atividades administrativas do vice-presidente em exercício e a Assembléia, não reconhecendo a legitimidade de seu govêrno, nem se quer lhe enviava as leis votadas. Cita algumas medidas de interêsse geral tomadas por Mendes. Fala na existência de uma biblioteca de empréstimo (1849). Trata-se de trabalho não ordenado e pouco informativo nos fatos mais essenciais.

— Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 16º presidente, Fausto Augusto de Aguiar.

t. XXXIII, 110-197.

O A. oferece dados biográficos de Aguiar e relata seu período de govêrno no Ceará de 13-5-1848 a 1-8-1850. Transcreve uma descrição publicada no jornal Pedro II, órgão do partido carangueijo, do baile que lhe foi oferecido dez dias depois de sua posse, interessante como demonstração do jornalismo da época. Descreve a situação da população, da iluminação e cemitérios. Da p. 124 a 143 disserta sôbre a instrução, dando as cadeiras lecionadas, os nomes de vários professôres e os compêndios adotados, transcrevendo longos trechos do Relatório de 1849 do Dr. Tomás Pompeu de Souza Brasil, sôbre a instrução secundária e primária na Província. Há dados sôbre ordenados dos professôres e número de escolas. Trata, a seguir, da fôrça pública, comandada pelo Tenente-Coronel Luís Antônio Favila (falecido em 1868), de quem oferece dados biográficos, os nomes dos oficiais e tabelas de vencimentos (143-164). Fala da constituição da justiça e dá a lista dos jurados. Trata da polícia, dando traços biográficos de seu chefe, Dr. Miguel Joaquim Aires do Nascimento. Dá os nomes dos juízes de direito, juízes municipais e promotores da capital e das comarcas, dando um ou outro dado biográfico dos mesmos.

— Presidentes do Ceará: Segundo Reinado, 16º presidente, Fausto Augusto de Aguiar. (Continuação).

t. XXXIV, 3-139. 3 retrs.

O A. continúa a estudar a administração de Aguiar passando em revista as várias repartições como a Secretaria do Govêrno, a da Polícia, a tesouraria provincial e geral, a alfândega, os correios, as freguesias. Descreve as eleições para a Câmara e juízes de paz, que se procederam em 7-9-1848, transcrevendo peças oficiais sôbre as lamentáveis ocorrências dêste dia. Transcreve uma poesia satírica sôbre as eleições da autoria de Pedro Pedreira, bem como um artigo do correspondente do **Correio Mercantil** do Rio de Janeiro. Analisa as dificuldades de Aguiar com o corpo

legislativo da Província, transcrevendo enormes trechos do Relatório oficial lido a 1-7-1848. Aí se encontram dados estatísticos sôbre as finanças e a produção do Estado. Indica as leis aprovadas durante a sessão legislativa de 1848. Fala dos trabalhos da Assembléia de 1849 e das condições financeiras da Província. Mostra a fôrça da oposição dirigida por Tristão de Alencar Araripe e transcreve a representação dirigida ao Govêrno Imperial e por aquêle deputado contra os despotismos de Aguiar. Transcreve várias outras peças assinaladas por Tristão de Alencar Araripe e indica as leis votadas em 1849. Descreve os reflexos da política imperial no Ceará e as eleições de 24-2-1849, dando os nomes dos candidatos e dos eleitos; os trabalhos da Assembléia de 1850, transcrevendo trechos do Relatório apresentado pelo Presidente em 28-6-1850; acontecimentos políticos e a retirada em 3-8-1850 de Aguiar da Província. É artigo cheio de dados e informações, mas pobre na ordenação dos fatos e na capitulação crítica, de seleção dos principais sucessos. O A. não tem critério metodológico.

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado, 17º presidente, Ignácio Francisco Silveira da Motta. (Depois Barão de Vila Franca). (De 16 de novembro de 1850 a 6 de julho de 1851).

t. XXXVIII, 125-195. retr.

O A. historia a administração de Inácio Silveira da Mota (1815-1885), chegado ao Ceará em 14 de novembro de 1850, tomando posse a 16. Sua principal preocupação foi combater a criminalidade que infestava a zona limítrofe entre o Ceará e o Piauí, para o que julga imprescindível a colaboração do govêrno do Piauí. Dá as várias medidas tomadas e mostra como os criminosos eram protegidos por grupos políticos. Trata ainda das finanças do Estado, da fuga dos presos da cadeia de Icó em 21 de maio de 1851, dos melhoramentos materiais feitos durante sua gestão, tais como a penitenciária de Fortaleza, a melhoria do pôrto dessa cidade, a máquina de descaroçar algodão, a luta contra as formigas que devastavam a lavoura, etc. Trata de outros pequenos fatos de menor importância e transcreve a mensagem que os liberais lhe entregaram, saudando-o, quando passou o govêrno ao seu substituto, e a sua resposta, em agradecimento. Dá, no final, pequena nota biográfica de Silveira da Mota que teve o título de Barão de Vila Franca em 1875. Foi durante sua administração que Gonçalves Dias estêve no Ceará, a fim de examinar as bibliotecas, arquivos e repartições públicas.

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 18º presidente, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo (de 6 de julho de 1851 a 28 de abril de 1853).

t. XLII, 33-63. retr.

Historia a administração de Almeida Rêgo, médico que, nomeado presidente da Província, em 31-5-1851, aí chegou a 4 de julho do mesmo ano. Conta a introdução da terapêutica homeopática no Ceará em 1849 e os que a praticavam. Enumera as farmácias existentes. A febre amarela, vinda do sul, assolara também o Ceará. O autor fala das medidas que foram adotadas para combatê-la e transcreve um ofício do médico de pobreza e provedor de saúde, Dr. Liberato de Castro Carreira, no qual êste diz que o único tratamento aplicado era o homeopático. Transcreve alguns documentos oficiais sôbre o escoamento da Lagoa do Garrote.

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 18º Presidente, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo (de 9 de julho de 1851 a 28 de abril de 1853). (Continuação).

t. L, 129-186.

Continuando seu estudo sôbre a administração de Almeida Rêgo, fala das obras

públicas que se iniciaram ou se fizeram durante seu govêrno, como as da cadeia e as do trapiche. Noticia a abertura da Assembléia Provincial em 1-9-1852, dá os nomes dos membros da mesa e das comissões permanentes. Nessa sessão de 1852 começou o apanhamento taquigráfico dos debates, sendo o contrato feito com João Ferreira Vilela. Dá os títulos das leis aprovadas e resume o relatório de 1852, do presidente Almeida Rêgo, no qual êle fala da situação do ensino e dá os nomes dos professôres, as cadeiras que ensinavam e os seus vencimentos. Relata o autor as eleições gerais de 1852 e os distúrbios que se verificaram. A 28-4-1853 Almeida Rêgo passou o govêrno ao seu sucessor.

— Presidentes do Ceará: Segundo Reinado. 18º Presidente, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo (de 9 de julho de 1851 a 28 de abril de 1853). (Continuação).

t. XLVIII, 173-184.

O A. conta a luta de Almeida Rêgo contra a febre amarela e os principais casos fatais da epidemia.

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 18º presidente, Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rêgo (de 9 de julho de 1851 a 28 de abril de 1853). (Continuação).

t. XLIX, 101-160.

Continuando seu estudo sôbre a administração do Dr. Almeida Rêgo, o A. dá notícia das principais vítimas da febre amarela no ano de 1851. Transcreve comentários da imprensa da época sôbre a dedicação dos médicos. Regista o aparecimento do Compêndio de Geografia de Pompeu e dá notícia das reedições da obra. Refere-se aos principais fatos ligados ao combate da epidemia de febre amarela. Dá os nomes da mesa e das comissões permanentes da Assembléia Provincial, inaugurada a primeiro de outubro. Nessa legislatura foi aprovado o projeto de criação da taquigrafia, contratando-se para isso um profissional. Foram aprovadas 30 Resoluções, cujos títulos o A. transcreve. Resume os pontos principais do relatório de Almeida Rêgo. Dá os resultados das eleições de deputados provinciais para o biênio 1852-1853.

— O regresso dos heroes.

t. XXXVI, 236-240.

Descreve o desembarque festivo, a 31-3-1870, no Rio de Janeiro, do 26º batalhão de voluntários que voltava da Guerra do Paraguai. Cearenses formavam a quase totalidade do batalhão, que era chefiado pelo General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa.

**ABREU, João Capistrano de (1853-1927).**

— Carta a Antônio Bezerra.

t. XLV, 280-281.

— Ceará e Rio Grande. (D'O Jornal, Rio, anno 2º, n. 285).

t. XXXV, 141-145.

Artigo transcrito d'**O Jornal**, de 7-7-1920, e reimpresso também na 3ª série de **Ensaios e Estudos**, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio, 1938, p. 49-54). Discute a questão de limites entre os dois estados, que se iria encerrar no Supremo Tribunal. Admira-se o A. de que neste debate de fundo histórico se tenha esquecido um fato de fundamental importância: durante quase um século o Ceará andou ligado ao Maranhão. Escreve sôbre essa junção e fala da anexação do Ceará, dizendo não saber se foi incorporado com os antigos limites ou recebendo novos. Lembra a Representação da Câmara de São José de Ribamar, de 15-5-1700, pela qual se verifica que o marco que dividia o Rio Grande do Ceará fica circunvizinho ao pôrto

do Touro, e que êsse marco deve ser o mencionado por Betendorf. O Barão de Studart faz uma pequena nota, dizendo ter sido a questão decidida a favor do Rio Grande do Norte.

— Em memória de Eduardo Prado.

t. XXXIII, 286-293.

Trata-se do prefácio à **História da Missão dos Padres Capuchinhos**, de Claude d'Abbeville, na edição fac-similar da Série Eduardo Prado, de 1922. O Prefácio foi aqui publicado antes que o livro fôsse entregue ao público, devido à demora na reprodução fac-similar. A Sociedade Capistrano de Abreu, nas suas publicações, incluiu êste trabalho na 2ª Série dos **Ensaios e Estudos**, 1932, p. 231-240.

— Sôbre uma história do Ceará.

t. XIII, 22-33.

Capistrano de Abreu, depois de escrever que o Ceará é o Estado do Norte que mais se dedica à sua história, louva os estudiosos, esta Revista, e especialmente o Dr. Guilherme Studart. Estuda sua obra **Datas e fatos para a história do Ceará**, que alcança até o reconhecimento da independência do Ceará e desenvolve alguns comentários sôbre a história cearense. Considera Datas e Fatos como resultado de muitos anos de esfôrço indefesso e de investigação conscienciosa, donde a segurança, a precisão e a abundância das informações.

Êste trabalho, tirada a parte inicial sôbre os estudos históricos no Ceará, foi transcrito em **Caminhos e Povoamento do Brasil**, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, p. 219-231.

— Tricentenário do Ceará.

t. XVIII, 57-69.

Transcrição d'**A Notícia** do Rio de Janeiro. O A. refere-se a dois trabalhos publicados pelo Barão de Studart por ocasião do tricentenário do Ceará: um relativo a Martim Soares Moreno e outro aos jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira. Analisa o primeiro e faz muitas referências ao segundo. Trata-se de excelente trabalho crítico.

Reproduzido em **Caminhos antigos e Povoamento do Brasil**, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, p. 235-247.

— Um livro sôbre a Marqueza de Santos.

t. XXXV, 285-298.

Crítica ao livro de Alberto Rangel, **D. Pedro I e a Marquesa de Santos. Elogia o** livro dizendo que saiu com documentação forte e sólida e que dificilmente se encontraria trabalho nacional lançado em alicerces tão profundos e seguros. Analisa as relações de D. Pedro e D. Domitila de Castro Canto e Melo (1797-1867). Êste artigo foi primeiramente publicado no **Jornal do Comércio**, de 10-6-1917, e depois reproduzido nos **Ensaios e Estudos**, 2ª série, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio, 1932, p. 155-172).

— Vaz de Caminha e sua carta.

t. XXIV, 134-147.

Êste estudo foi primeiramente publicado na **Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro**, t. 71, parte 2, 1908. Revisto pelo autor, foi depois reproduzido no Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência Brasileira (Anuário do Brasil). Trata-se de excelente estudo crítico sôbre a Carta de Caminha. Começa com uma notícia bibliográfica sôbre as várias edições da Carta e fornece alguns dados biográficos de Pero Vaz de Caminha.

— KATZER, Friedrich
Paizagens do Ceará. Trad. de Capistrano de Abreu.
t. XVII, 291-298.
— ALENCAR, Mário
Sôbre um livro de Capistrano de Abreu.
t. XXVIII, 309-318.
— BARREIRA, Dolor
Por que não escreveu Capistrano de Abreu a **História do Brasil**?
t. LVII, 223-229.
— CALÓGERAS, João Pandiá
Capistrano de Abreu.
t. XLI, 259-272.
— Capistrano de Abreu. Sua moléstia e seus últimos momentos.
t. XLI, 273-275.
Transcrevem-se, do **Correio do Ceará**, de 16 de setembro de 1927, trechos de uma interessante carta escrita por uma senhorita que assistiu os últimos momentos de vida de Capistrano de Abreu.
— LIMA, Alceu de Amoroso
Capistrano de Abreu.
t. XLII, 132-142.
Trata-se de excelente artigo em que o autor, a propósito da edição dos **Capítulos de História Colonial**, pela Sociedade Capistrano de Abreu (Rio, 1928), estuda o papel de Capistrano na historiografia brasileira e a contribuição original da obra então reeditada.
— MOTA, Leonardo Ferreira da (1891-1948).
Capistrano de Abreu anedótico.
t. LVI, 55-78.
— PRADO, Aécio
Reminiscências. O brasileiro que mais sabe...
t. XXXII, 74-79.
— SALLES, Antônio
Reminiscências. Capistrano de Abreu.
t. XLI, 253-258.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
João Capistrano de Abreu.
t. XLI, 243-252.

**ABREU, João da Cruz**
(Necrológio).
t. LXI, 298.

**ABREU, Júlio**
— O Padre Domingos da Mota Teixeira e a Vigararia do Icó.
t. LXVIII, 143-148.
As notas biográficas são colhidas de fontes indiretas, de valor desigual, e ainda assim recortadas de informações sôbre terceiros.
— A velha academia de Olinda.
t. LX, 86-110.
Dá o autor a lista dos bacharéis cearenses formados pela Faculdade de Olinda, a partir de 1832, até 1854, com ligeiros dados biográficos dos mesmos.

— A velha Academia de Olinda. (Continuação).

t. LXII, 189-217.

Destaca alguns estudantes que, tendo-se bacharelado em Olinda, mais tarde se notabilizaram. Obedece à cronologia das turmas de bacharéis (1832-1836).

— A velha Academia de Olinda. (Continuação).

t. LXIII, 20-48.

O autor continua seu estudo sôbre os bacharéis da Academia de Olinda, abrangendo as turmas de 1836 a 1839.

— A velha Academia de Olinda. (Continuação).

t. LXIV, 142-167.

Dá os nomes e dados biográficos dos bacharéis formados em Olinda, nas turmas de 1840 a 1854.

— Em tôrno da nomeação de um Bispo Coadjutor.

t. LVIII, 182-190.

Trata do pedido feito ao Govêrno Imperial pelo Bispo D. Luís Antônio dos Santos, em fins de 1887, da nomeação de um Bispo Coadjutor. Transcreve a correspondência trocada entre o Bispo e o Barão de Cotegipe. Diz o autor ignorar se chegou a efetivar-se a nomeação. É trabalho de compilação, sem pesquisa original.

— Evocações e sindicâncias. (Meio século de uma tragédia).

t. LV, 205-224.

O autor evoca a data de 16 de fevereiro de 1892, quando o General José Clarindo Queirós foi deposto do Govêrno do Ceará pela oficialidade do 11º Batalhão de Infantaria e pelos alunos da Escola Militar. Relembra as atividades oposicionistas do General Clarindo contra Floriano Peixoto e cita alguns trechos do pedido de **habeas corpus** feito por Rui Barbosa no Supremo Tribunal Federal, em favor dos treze oficiais superiores, inclusive o General Clarindo, que assinaram o Manifesto contra Floriano Peixoto.

— A lenda de uma bofetada.

t. XLVIII, 189-201.

O A. procura refutar que o Senador José Martiniano de Alencar tivesse esbofateado Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí, ministro do Império, nos corredores do Senado. Diz que êsse fato não passa de mera exploração política.

— O maior general de um hemisfério. Um centenário memorável.

t. LIX, 240-251.

O A., querendo relembrar o centenário da terminação da guerra farroupilha e a pacificação do Rio Grande do Sul, compila opiniões e trechos de autores e obras publicadas de merecimento desigual, sendo algumas de caráter secundário. Ressalta a figura do Duque de Caxias.

**ABREU, Sílvio Froes de**

— A comissão científica de 1859.

t. XXXIII, 196-207.

Sugerida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a idéia da organização de uma comissão científica para estudar alguns pontos menos conhecidos do país e aprovado o projeto pelo govêrno, o Ceará foi a região escolhida. Chefiada pelo Conselheiro Dr. Francisco Freire Alemão Cisneiro, foi a mesma dividida em 5 secções: geológica, zoológica, botânica, astronômica-geográfica-etnográfica e de descrição de viagem. O A. dá os nomes dos componentes dessas secções e uma rápida notícia de suas atividades. A comissão partiu do Rio em 26-1-1859 e demorou cêrca

de dois anos e meio, deixando o Ceará em 13-7-1861. O trabalho é datado do Rio, janeiro de 1919.

— A glaciação de Agassiz e a relatividade de Einstein.

t. XL, 91-94.

A propósito da teoria da relatividade, tão discutida no Brasil, especialmente porque Einstein dissera que o céu do Ceará a confirmava, o A. lembra a expedição científica de J. L. R. Agassiz ao Brasil, em 1865, e sua teoria da glaciação pleistocênica, baseada nas serras cearenses. A teoria foi refutada pelo Barão de Capanema e mais tarde por J. C. Branner. Diz que se deve esperar com paciência outro Branner, que refute as teorias de Einstein.

— O salitre no Ceará.

t. XXXVI, 172-177.

Conta a expedição de 1799-1800, de João da Silva Feijó, em busca de salitre, e a exploração das nitreiras encontradas. Com a guerra de 1914-18, procurou-se salitre no Ceará e Piauí, sem resultados apreciáveis.

— Schisto bituminoso da chapada do Araripe. Ceará.

t. XXXVIII, 363-377.

Excelente estudo sôbre a ocorrência de carvão de pedra no Ceará. O A. resume as várias pesquisas de Marcos de Macedo, do Barão de Capanema, do Conde Adolpho van den Brule, do Dr. Arrojado Lisboa. Faz um apanhado geral da geologia, dos afloramentos do xisto, analisa as propriedades físicas e químicas, constituições, origem e idade do xisto. As considerações gerais procuram chamar atenção para o aspecto econômico da questão. Para o autor, a propalada fertilidade do Cariri é função de sua formação geológica. Faz referências à cidade do Crato, principal centro da zona, e diz que os xistos betuminosos do Cariri talvez possam resolver o problema do combustivel para o estabelecimento de indústrias e os meios de locomoção.

— Sôbre a gênese dum schisto bituminoso do Ceará.

t. XL, 12-19.

O A. fala sôbre a tese apresentada por C. Eg. Bertrand ao Congresso Geológico Internacional, em 1900, sôbre carvões gelósicos e carvões húmicos. Há nesse trabalho referências a um xisto betuminoso do Ceará. No arquivo do geólogo brasileiro Gonzaga de Campos encontrou Fróis de Abreu a tradução da memória de Bertrand sôbre o xisto do Ceará. Copiou-a e publicou-a aqui.

— O Titanio no Ceará.

t. XXXVI, 219-224.

O A. fala da ocorrência do titânio no Brasil e especialmente no Ceará.

**Academia Brasileira dos Esquecidos**

— ALVAREZ, Martins d'

Academia Brasileira dos Esquecidos.

t. LX, 188-197.

**"Academia Cearense" e "Academia Cearense de Letras" (1894-1930).**

Por Leonardo Mota.

t. LIV, 73-80.

**Academia de Olinda**

— ABREU, A velha Academia de Olinda.

t. LX, 86-110; t. LXII, 189-217; t. LXIII, 20-48; t. LXIV, 142-167.

**Accioly, Antonio Pinto Nogueira**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Geografia do Ceará.
t. XXXVII, 160-384.
Dados biográficos do dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, que governou o Ceará de 1896 a 1900, de 1904 a 1908 e ainda de 1908 a 1912, p. 230-231.

**Acre**

— BULCÃO, José Pedro Soares (1873-1942).
O comendador João Gabriel. A origem do nome Acre.
t. XLVI, 25-40.
Plácido de Castro.
t. LI, 185-199.
Subsídio para a história do Departamento do Alto Purus.
t. LIV, 5-21.

**Acta da acclamação do Senhor Dom Pedro 2º por unanime acclamação dos povos. Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil.**
t. VI, 68-70.
Oferecida pelo Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Datada de 29-5-1831, e realizada nos paços da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza. É assinada pelos vereadores e pessoas presentes.

**Acta da 1ª reunião preliminar para a creação de um Club Republicano na cidade do Aracaty.**
t. XIV, 280-284.
Datada de 21-4-1870. Em nota, o Barão de Studart explica que não teve vida o Clube de que se publica esta ata da sessão preliminar, mas que foi novamente criado em sessão solene inaugural de 27-10-1872. Dá os nomes dos sócios do Clube.

**Acta da 1ª vereação da Villa Nova de Soure.**
t. V, 236.
É datada de 17-10-1759. Foi oferecida pelo Dr. Guilherme Studart.

**Actas da Camara do Crato. De 11 de maio até 27 de janeiro de 1823.**
t. XXV, 201-221.
Atas de importância incontestável para a história do Crato. Nas sessões de 11 e 19-5-1817 registram-se as medidas tomadas contra a revolução republicana dêsse ano, que estourara em Pernambuco e teve suas ramificações no Ceará. A Revolução se fêz em 3-5-1817 e a restauração da monarquia em 11-5-1817.

**Açúcar**

— STUDART Guilherme, barão de (1856-1938).
Azevedo de Montaury e seu govêrno no Ceará.
t. V, 5-81.

**Açudes e Reservatórios**

— BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa, Sobrinho.
A capacidade irrigatória do açude "Orós".
t. XLI, 159-166.
Açude Quixeramobim.
t. XXVI, 215-279.
O fator moral nas construções dos grandes açudes.
t. XLVII, 77-88.

— REVY, Júlio J.
Reservatório no Açude do Boqueirão de Lavras.

t. XV, 104-106.

**ADAM, PAUL**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Estrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia de Paul Adam, p. 260.

**ADERALDO**, Mozart Soriano

— Colonização das terras devolutas do Ceará. (Subsídios para a solução de um problema).

t. LXII, 296-319.

Excelente estudo, com um resumo histórico do povoamento, fatores principais do despovoamento, resumo histórico da legislação cearense sôbre terras devolutas e das tentativas de apropriação indébita das terras devolutas. O autor estuda o aspecto jurídico da administração das terras devolutas, faz uma sinopse do Serviço de Colonização de Minas Gerais para cujo estudo fôra comissionado pelo Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Ceará. Finalmente, na conclusão apresenta suas sugestões para a solução do caso cearense. Estudo de objetivos práticos e muito bem fundado na apreciação histórica.

— Considerações em tôrno das três últimas reformas administrativas do Ceará.

t. LXV, 110-133.

Estudo rico em informações toponímicas, em que o A. alude ao decreto-lei federal n. 311, de 2-3-1938, que dispôs sôbre a divisão territorial do país, e ao decreto estadual n. 169, de 31-3-1938, modificado pelo de n. 262, de 2-6-1938, e retificado pelo de n. 378, de 20-10-1938, que deu execução ao decreto-lei federal. Trata também do decreto estadual n. 346, de 1-9-1938, que adotou as normas sugeridas pelo I.B.G.E. para a fixação da nova divisão territorial e da toponímia no Estado, decreto em parte alterado pelo de n. 391, de 11-11-1938, referentemente ao prazo fixado. O A. trata, ainda, da primeira reforma administrativa, consubstanciada no decreto-lei estadual n. 448, de 20-12-1938, que fixou os limites inter-municipais e inter-distritais e alterou a toponímia de várias cidades e vilas, a vigorarem de 1-1-1939 a 31-12-1943. Êsse decreto-lei extinguiu 21 distritos, criou 32 distritos, transferiu de um município para outro 4 distritos, transferiu as sedes de 4 distritos e alterou os topônimos de 115 núcleos de população (vilas ou cidades). O critério adotado foi o de, dentro do território cearense, não coexistirem dois topônimos iguais. Ainda trata o A. da segunda reforma administrativa, feita pelo decreto-lei estadual n. 1114, de 30-12-1943, pela qual foram adotados 17 novos topônimos de cidades e 117 de vilas, criando-se um distrito novo. O novo critério seguido foi o de não coexistirem topônimos iguais em todo o território nacional, prevalecendo os mais antigos dentro de cada categoria (vilas, cidades e capitais). O A. fornece preciosos dados informativos sôbre cada um dêles. Finalmente, trata o A. da lei estadual n. 1.153, de 22-11-1951, que fixou a nova divisão territorial do Estado a vigorar até dezembro de 1953. Êsse diploma legal criou 16 novos municípios, transferiu de um município para outro 1 distrito, criou 41 distritos, suprimiu 6 distritos e alterou os topônimos de 5 cidades e 9 vilas, revigorando algumas antigas denominações. O A. finaliza criticando essa última reforma.

— Discurso ao ser recebido como sócio.

t. LXIV, 290-399.

Nesse discurso, o A., entre outras coisas, estuda a cidade de Fortaleza de 1887, ano da fundação do Instituto do Ceará, com seus costumes e tradições.

— Pe. Francisco Longino Guilherme de Melo. (O Verdeixa Mossorôense).

t. LXVIII, 69-83.

Biografia de um sacerdote que viveu em Moçoró e outras regiões nordestinas no decorrer do século XIX, convulsionando a política com seu gênio violento. Trabalho onde se colhem informações sôbre os costumes da época e da região.

— Minha árvore genealógica. (Modesta contribuição ao estudo da genealogia cearense).

t. LXIV, 61-94.

Em atendimento a um apêlo do Instituto do Ceará, empenhado em divulgar a genealogia das principais famílias cearenses, o A. divulga a sua, com informações que interessem ao sociólogo e ao antropólogo, além de outros.

— A reforma administrativa de 1953.

t. LXVII, 291-294.

O A., que havia estudado as reformas administrativas do Ceará de 1938, 1943 e 1951, aponta as irregularidades da de 1953. Nessa reforma, foi mudado o nome de 1 município, transferida a sede de outro município, criados 8 distritos novos, mudado o nome de 1 distrito e transferido 1 distrito de um município para outro.

**Adhesão do Ceará à Confederação do Equador.**

t. esp. 1924, 594-600.

Discurso pronunciado em nome do Instituto do Ceará por Antônio Augusto de Vasconcelos por ocasião da comemoração do primeiro centenário da adesão do Ceará à Confederação do Equador.

**Administração Barba Alardo, pelo Barão de Studart.**

t. XXII, 327-369.

**Administração da Capitania do Ceará Grande.**

— MONTAURY, João Baptista de Azevedo Coutinho.

Noticia geral da Capitania do Seará Grande. (Da Colleção Studart).

t. XLIX, 85-100.

**Administração de João Carlos Augusto de Oeynhausen no Ceará. Parte documental.**

Documentos pertencentes á Colleção Studart.

t. XXXVI. 241-279.

Publicação de documentos oficiais relativos à administração de João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravenburg, Marquês de Aracati, que governou o Ceará de 1803 a 1807. A parte cronológica dêsse trabalho foi publicada nesta **Revista**, t. III, p. 168.

**Administração de João Carlos Augusto d'Oeynhausen no Ceará. Documentos da Colleção Studart.** (Continuação da Revista de 1925).

t. XL, 133-192.

Continua-se aqui a publicação das peças oficiais relativas à administração de Oeynhausen no Ceará, de 1803 a 1807. A parte cronológica, feita pelo Barão de Studart, foi publicada nesta Revista, t. III, p. 168 e sgts.

**Administração dos Correios do Ceará. Por M. Satyro.**

t. XXXVII, 156-159.

Historia a administração dos correios do Ceará, dá os nomes dos chefes ou administradores do serviço postal e enumera os prédios em que tem êle funcionado.

**A administração Homem de Mello e a Revista do Instituto do Ceará.**

Por Antônio Bezerra de Menezes.

t. X, 209-214.

**A administração Homem de Mello e a Revista do Instituto do Ceará. Por Paulino** Nogueira Borges da Fonseca.

t. X, 96-105.

Paulino Nogueira transcreve uma carta que lhe endereçou o Barão Homem de Melo a propósito do Artigo de Antônio Bezerra de Menezes, "Descrição da cidade de Fortaleza". Reclama contra a completa omissão que nela se dá de tudo quanto fêz a administração Homem de Melo e resume suas principais medidas. A carta é datada de 25-2-1896. O Barão Homem de Melo governou a Província do Ceará de 1865 a 1866.

**Administração Manoel Ignacio de Sampaio. (1º Visconde de Lançada).**

Parte chronologica. Pelo Barão de Studart.

t. XXX, 201-247.

**Adoção**

— VASCONCELOS, Abner Carneiro Leão de

Aspecto sucessorio da adopção.

t. I., 79-87.

**AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe (1807-1873).**

— ABREU, Silvio Froes de

A glaciação de Agassiz e a relatividade de Einstein.

t. XL, 91-94.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Estrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia sôbre Agassiz e o Ceará, p. 213-216. Estiveram os Agassiz no Ceará em 1865. Trata-se de boa nota biobibliográfica.

**Agricultura**

— Duque, J. Guimarães

Algumas lições históricas na agricultura.

t. LXVIII, 252-256.

**AGUIAR, Fausto Augusto de**

— ABREU, Cruz

Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 16º presidente, Fausto Augusto de Aguiar.

t. XXXIII, 110-197, t. XXXIV, 3-139. 3 retrs.

**AGUIAR, João José Ferreira de, barão de Catuama (1810-1888).**

— Barão de Catuama. João José Ferreira de Aguiar.

t. XXV, 124-128.

**AGUIAR, Martins, vide Silva, Antônio Martinz Aguiar e .**

**AGUIAR, Osvaldo.**

— Eusébio de Souza (Necrológio).

t. LXI, 210-215.

**ALBUQUERQUE, Diogo Coelho de**

— Carta Patente de nomeação de Diogo Coelho de Albuquerque para Capitão-Mor do Ceará. (Da Colleção Studart).

t. XXVI, 45-46.

Esta Carta Patente foi extraída da Biblioteca Nacional de Lisboa, Chancelaria de D. João IV, Livro 19, f. 57v. Diogo Coelho foi nomeado aos 13-7-1645. Governou até 1646, quando seguiu para o Rio de Janeiro.

**ALBUQUERQUE, Duarte Coelho de**
— Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará.
(Colleção Studart).
t. XXIV, 215-399.
**ALBUQUERQUE, Jerônimo de**
— MORENO. Diogo de Campos
Jornada do Maranhão por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brazil.
t. XXI, 209-330.
— Treslado do auto e mais deligencias que se fizerão sobre as datas de terras da capitania do Ryo grande. que se tinhão dado. (Documento da Colleção Studart).
t. XXIII, 112-159.
**ALBUQUERQUE, João Cavalcante de**
— Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará. (Colleção Studart).
t. XXIV, 215-399.
Documento n. 70: "10 de junho de 1649. Atestação passada a João Cavalcanti de Albuquerque". (Com assinaturas autógrafas de João Fernandes Vieira, Francisco Barreto e Manuel de Abreu Soares).
**ALBUQUERQUE, José Mariano de**
— Documentos para a história da revolução de 1817.
t. XXVIII, 3-57.
Documentos importantíssimos para a história da revolução de 1817 em Pernambuco. Tratam-se das perguntas feitas a José Mariano de Albuquerque. Transcrevem-se as seis perguntas e respostas feitas no dia 30 de outubro de 1818, bem como a acareação do referido prêso, com Manuel de Azevedo do Nascimento.
**ALBUQUERQUE, Manuel Soriano d' (1877-1912).**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto.
t. XXIX, 361-398.
Dados biográficos do Dr. Manuel Soriando d'Albuquerque, p. 380-384.
**Aldeia de Paupina**
— Dous documentos referentes à antiga aldeia de Paupina.
t. XXVII, 225-227.
**ALECRIM, João da Costa**
— MARTINZ, Antônio, filho
Ligeiras notas sôbre João da Costa Alecrim.
t. LVIII, 191-194.
**ALENCAR, Álvaro Gurgel de (1861-1945).**
— General Antônio de Sampaio.
t. XLIII-XLIV, 40-47.
O A. fala do falecimento do General Sampaio em Buenos Aires e da trasladação de seus restos mortais para Fortaleza. Durante a cerimônia, falou o dr. Augusto Gurgel, cujo discurso é transcrito (42-47).
— O cólera morbus no Ceará. Cólera epidêmico.
t. LVII, 35-38.
O cólera-morbus, que atacara o Rio de Janeiro em 1855, grassou na Provincia do Ceará em 1862, sendo várias as localidades atingidas. Em Icó, sobretudo, houve o maior número de casos fulminantes, distinguindo-se os drs. Pedro Théberge e

Rufino de Alencar na luta contra a epidemia. Trata-se de pequeno subsídio para a história da medicina no Ceará.

— Discurso.

t. L, 119-122.

Pronunciado durante a cerimônia da incorporação da casa de José de Alencar ao Museu Histórico do Estado.

— Discurso.

t. LI, 409-411.

Pronunciado na sessão de 28 de fevereiro de 1937, do Congresso Regional de História e Geografia promovido pelo Instituto do Ceará.

— Des. Álvaro Gurgel de Alencar.

Necrológio pelo Des. Abner de Vasconcelos e Dr. Dolor Barreira.

t. LIX, 261-269.

Álvaro Gurgel de Alencar foi juiz, professor de direito e autor do Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará (1903).

**ALENCAR, Bárbara de**

— CARVALHO, José

Heroína nacional. Bárbara de Alencar.

t. XXXIV, 199-220.

— FONSECA, João Nogueira Borges da

D. Bárbara e o Governador Sampaio.

t. XLII, 106-113.

**ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de**

— Carta ao Padre Marcos de Araújo Costa.

t. LVI, 135-138.

Carta datada do Ceará, 17-5-1843, em que trata do assassinato de Reinero d'Alencar Rodovalho, dizendo que quem o assassinou foi a tropa de primeira linha que veio de Oeiras e que o capitão Manuel Rodrigues nenhuma parte teve nisso. No final há uma nota biográfica sôbre o Padre Marcos (1778-1850).

**ALENCAR, Celso de**

— Um católico íntegro e um cientista notável.

t. esp. 1938, 91-93.

Notícia biográfica do falecido Barão de Studart. Transcrição d'A Voz de S. Antônio, dezembro, 1938.

**ALENCAR, José Martiniano de (1829-1877).**

— BARROSO, Z.

Uma página da História Pátria. José de Alencar.

t. XXXII, 345-357.

— BRASIL, Thomás Pompeu de Sousa, sobrinho.

José Martiniano de Alencar. O Homem.

t. XLIII — XLIV, 1-19.

Oferece o A. alguns dados biográficos de José de Alencar e traça o seu perfil literário, analisando suas principais obras.

— CARVALHO, José

Heroína nacional. Bárbara de Alencar.

t. XXXIV, 199-220.

— A casa de José de Alencar. Discurso por Alvaro de Alencar.

t. L, 119-127.

— COSTA, Antônio Theodorico da (1861-1939).

A minha homenagem.

t. XLIII-XLIV, 37-39.

Trecho de discurso ou artigo, louvando José de Alencar e congratulando-se com a inauguração do monumento erigido à sua memória em Fortaleza.

— José de Alencar.

t. XI, 142-182.

Transcrição de vários artigos publicados na imprensa brasileira quando da inauguração da estátua de José de Alencar no Rio de Janeiro. Os principais artigos são os do **Jornal do Comércio**, de 1-5-1897, e da **Gazeta de Notícias**, de 2-5-1897.

— JUSTA, José Lino da (1863- ).

O Centenário de José de Alencar. (Discurso).

t. XLIII-XLIV, 29-36.

Discurso com algumas considerações sôbre a obra literária de José de Alencar. Não chegou a ser pronunciado.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

José Martiniano de Alencar.

t. XLIII-XLIV, 20-28.

Notícia biobibliográfica de José de Alencar. São registadas suas principais obras, com as várias edições.

**ALENCAR, José Martiniano de, padre (1794-1860).**

— Carta que aos Eleitores da Província do Ceará dirige José Martiniano d'Alencar, deputado pela mesma Província.

t. XXVII, 312-363.

Carta datada de 8-9-1830. Censurada sua conduta na Câmara por alguns jornais, Alencar se dirige aos eleitores cearenses dando-lhes conta de sua conduta na primeira sessão da mesma Câmara. Divide sua carta em três partes, em que trata: 1) das matérias que deram motivo à censura, ou seja, por ter votado pela validade das eleições do Rio Grande do Sul, das eleições em geral e pela não exclusão de José Clemente Pereira; 2) das matérias gerais, ou seja sôbre o seu modo de votar em relação às leis de responsabilidade dos empregados públicos, sôbre os abusos da liberdade de imprensa, orçamento e outras; 3) das coisas peculiares ao Ceará, ou seja sôbre o seu modo de votar nas várias questões surgidas relativamente à província. Transcreve discursos que proferiu nas várias ocasiões, em defesa de seus pontos de vista, e apela para o julgamento de seus eleitores.

— Cartas do Padre José Martiniano de Alencar, Presidente do Ceará, a Manuel do Nascimento Castro e Silva, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Fazenda.

t. XXII, p. 3-103.

É desnecessário chamar atenção para a importância dessa correspondência. Como diz o Barão de Studart, em nota à p. 104, ela lança luz precisa sôbre os acontecimentos e sôbre os homens daquela época, não só cearenses como no Brasil em geral.

A primeira carta é datada do Ceará, 16-11-1834, e a última também do Ceará, 29-7-1837. Os originais se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Ceará, lata n. 1, maço n. 44). As cópias foram feitas pelo Barão de Vasconcelos e o confronto das cópias com os originais pelo Barão de Vasconcelos, Barão de Studart e Capistrano de Abreu. As cartas de resposta de Castro e Silva, publicadas adiante, guardavam-se no arquivo da família Alencar. O Barão de Vasconcelos copiou os originais e ofereceu as cópias ao Instituto. São transcritas da p. 104-154.

— Discurso.
t. XVI, 114-120.
Entre outras peças, é aqui transcrito um discurso de Alencar na presença do Imperador sôbre o assassinato do Major João Facundo de Castro Menezes.
— Duas "falas" do Senador Alencar.
t. LXI, 283-297.
Fala do Padre José Martiniano de Alencar, presidente da provincia do Ceará, abrindo a 2ª Sessão Ordinária da Assembléia da mesma Provincia a 1-8-1836 (283-292); e Relatório abrindo a 3ª Sessão, a 1-8-1837 (292-297).
— ABREU, Júlio.
A lenda de uma bofetada.
t. XLVIII, 189-201.
— Amora, Manoel Albano
A outra "Súplica".
t. LXV, 172-174.
— CAMARA, J. E. Torres
A Confederação do Equador. José Martiniano de Alencar.
t. esp. 1924, 273-354.
— CARVALHO, José
Heroina nacional. Bárbara de Alencar.
t. XXXIV, 199-220.
— Da correspondência do Senador Alencar.
t. XXXIII, 274-285.
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908)
O Padre Ibiapina.
t. II, 157-220.
— Presidentes do Ceará. Período regencial. 7º Presidente, Senador José Martiniano de Alencar.
t. XII, 34-57 e 89-166; t. XIII, 47-106 e 199-216.
— Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 10º presidente, Senador José Martiniano de Alencar.
t. XVI, 5-29.
— Um trecho da vida do Senador Alencar narrado por um seu parente.
t. XXXVI, 328-330.
Narra episódios da fuga de Alencar depois do fracasso da Confederação do Equador.
— Precizo dos successos que occazionarão o Grande Acontecimento do Faustozo Dia SETE DE ABRIL, dirigido aos Cearenses pelos seus Deputados abaixo assignados. (Padre José Martiniano de Alencar e outros).
t. XXVII, 307-311.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Cearenses presidentes da província do Ceará.
t. XXXVI, 236-241.
— Faze o bem, não cates a quem, ou uma página da vida do Senador Alencar.
t. I, 87-91.

**ALENCAR, Mario de**
— Sôbre um livro de Capistrano de Abreu.
t. XXVIII, 309-318.
A propósito do livro Capítulos de História Colonial. Transcrição do Jornal do

**Comércio**, do Rio de Janeiro, de 25-10-1907. Há observações e reparos valiosos, devido ao contacto do autor com o grande historiador.

**ALENCAR**, Peixoto de

— Discurso.

t. XVI, 114-120.

Entre outras peças, é aqui transcrito um discurso do deputado Peixoto de Alencar na presença do Imperador sôbre o assassinato do Major João Facundo de Castro Menezes.

**Alencares** de sangue e afins. Por João Nogueira Jaguaribe.

t. LIV, 99-118.

**Alexandre de Moura e os jesuítas Gomes e Nunes.**

t. XVI, 263-264.

Documento da coleção Studart, datado de Setúbal, 20-10-1620, e assinado por **A.** de Moura. O documento trata do pedido feito por êle a respeito de jesuítas que o acompanhassem à conquista do **Maranhão.**

**Algodão.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Administração Barba Alardo.

t. XXII, 327-369.

**Alimentação**

— PAULET, Antônio Jozé da Silva

Descripção geografica abreviada da Capitania do Ceará.

t. XII, 5-23.

**ALMEIDA, Eufrásio de**

— BARREIRA, Dolcr Uchoa

Eufrásio de Almeida

t. LXIII, 134-144.

**ALMEIDA, Fernando Henrique Mendes de**

— Aplicação de um moderno princípio doutrinário.

t. LV, 9-11.

O autor procura interpretar os artigos 174 e 180 da Constituição de 1937.

**ALMEIDA, Joaquim de Toledo Piza e (1842-1908).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto em 1908.

t. XXII, 394-416.

Dados biográficos do Conselheiro Joaquim de Toledo Piza e Almeida, p. 409-411.

**ALMEIDA, José Martiniano de**

— Duas cartas de 1825. (Copiadas e offerecidas pelo consócio Barão de Studart).

**ALMEIDA, Manoel Esteves d'**

— Registro de memoria dos principaes estabelecimentos, factos e casos raros acontecidos nesta villa do Aracaty, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de Julho de 1782 pelo Vereador Manoel Esteves d'Almeida, desde a fundação da dita villa, até o anno presente de 1885.

t. I, 83-86.

Datado de 30 de dezembro de 1795. Historia a fundação da Vila, no lugar do Aracati, em 1748, e dá noticia da grande fábrica de carne sêca, da importância do comércio, exportação do algodão em 1795, assim como trata da grande sêca de 1790-1794 e de seus terriveis efeitos, inclusive a epidemia de varíola em 1793. Aracati era então a mais populosa e mais rica comarca do Ceará, fazendo negócios que

orçavam em 400 mil cruzados. A cópia foi oferecida por Júlio César da Fonseca Filho (1850-1931).

**Alto Purus, Departamento do**

— BULCÃO, José Pedro Soares (1873-1942).

Subsídio para a história do Departamento do Alto Puruz.

t. LIV, 5-62.

**ALVAREZ**, José Martins d'

— Academia Brasileira dos Esquecidos.

t. LX, 188-197.

Notícia, baseada em Rocha Pita e Alberto Lamego, sôbre a Academia Brasileira dos Esquecidos, fundada na Bahia em 1724, funcionando até 1725.

— Dados biográficos.

t. LX, 289.

**ALVES**, Joaquim

— Discurso.

t. esp. 1938, 8-10.

Proferido por ocasião do sepultamento do Barão de Studart, em nome da Sociedade Cearense de Geografia e História.

— Discurso.

t. LVIII, 220-226.

Recepção do novo sócio Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora.

— A divisão do Ceará em regiões naturais.

t. LXV, 134-138.

O A. atendendo à designação do Diretório Regional de Geografia expõe a divisão do Estado do Ceará em regiões naturais: Região Litorânea (8 municípios), Região das Serras Litorâneas (5 municípios), Região da Uruburetama (3 municípios), Região da Ibiapaba (9 municípios), Região Central (20 municípios), Região Jaguaribana (17 municípios), Região Sul (17 municípios). O A. em quadro especifica os municípios, população e área. Excelente contribuição geográfica.

— O ensino primário na primeira metade do século XX.

t. LXVIII, 128-142.

Magnífica contribuição para a história do ensino primário no Ceará e Brasil, apoiada em base estatística (1900-1950), inteligentemente interpretada.

— Juàzeiro, cidade mística.

t. LXII, 73-101.

Admirável estudo sôbre as origens do misticismo brasileiro, sôbre o misticismo em Juàzeiro e sôbre o Padre Cicero e sua influência nos sertões do Nordeste. Objetivo, conciso, o autor analisa a formação psicológica do sertanejo e as razões do seu misticismo.

— O vale do Cariri.

t. LIX, 94-133.

Excelente estudo sôbre as características físicas, a flora, o povoamento, as datas de Sesmarias, a população, a vida econômica, o custo da vida e a vida cultural do vale do Cariri. Monografia histórico-geográfica, competentemente realizada. Trabalho objetivo, exemplar para estudos locais.

— Registo bibliographico.

t. XLIII-XLIV, 364-374.

Notícia bibliográfica do livro **Nas fronteiras do Nordeste, de Joaquim Alves**, assinada J.S. (372-373).

— DUQUE. Guimarães
Discurso de posse no Instituto do Ceará.
t. LXVII, 305-314.
— SERAINE, Florival
A morte de Joaquim Alves.
t. LXVI, 30-35.

**ALVES, José Luís (1832-1938).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto em 1908.
t. XXII, 394-416.
Dados bio-bibliográficos de José Luís Alves, p. 413-414.

**AMARAL, Alberto**

— Para a história de Sobral.
t. XXXIII, 259-260.
Dá uma lista dos padres filhos de Sobral ordenados até o ano de 1916.
— Para a história de Sobral.
t. XLV, 122-132.

O A. transcreve trecho de uma carta que lhe dirigiu Monsenhor Fortunato Alves Linhares, a propósito do nome dado à cidade de Sobral. Para o autor, Monsenhor Linhares é um dos mais competentes conhecedores das origens da cidade. O ouvidor Carreira e Sá, que deu nome à cidade, era natural do distrito de Sobral, freguesia ou município de Vizeu ao norte de Portugal. Isto coincide com as opiniões do autor, sustentadas em trabalho anterior, do que divergiu Eusébio de Sousa.

A seguir, transcreve o têrmo e o levantamento do pelourinho na criação da vila de Sobral, em 1773. Dá vários dados históricos sôbre os primitivos habitantes da ribeira do Acaraú, tribos, imigrações, primeiros sesmeiros, estabelecimentos de fazendas de gados, etc. Finalmente, transcreve a escritura de doação de 100 braças de terra, feita em dezembro de 1756 pelo capitão Antônio Rodrigues Magalhães e sua mulher ao Orago de Nossa Senhora da Conceição, terra que ainda hoje constitui o patrimônio da Padroeira de Sobral.

— Para a história de Sobral.
t. LIV, 272-275.

Dá o ato de constituição da comarca e os nomes dos juízes de direito a partir de 1841, dos juízes municipais e de órfãos a partir de 1831, dos promotores formados a partir de 1845 e dos curas e vigários.

— O Senador Francisco de Paula Pessoa.
t. LXIV, 203-209.
Bosquejo biográfico do Senador Francisco Paula Pessoa (1795-1879), nascido em Granja.

— Para a história de Sobral. Coleção Alberto Amaral.
t. LV, 225-226.

**AMARAL, Ângelo do**

— Lei de 13 de maio.
t. XXI, 331-336.

Convidado pelo Barão de Vasconcelos a opinar sôbre a exatidão de sua afirmativa de que a Pedro Pereira da Silva Guimarães cabia a glória de ter proposto pela primeira vez no Parlamento um projeto de extinção da escravidão e se ao Ceará a honra de ter sido a primeira província a realizá-la, o A. confirma as afir-

mações do Barão (artigo publicado no t. XX, 1906). Lembra fatos pessoais relativos ao projeto de emancipação, ocorridos na época em que êle exercia a deputação federal.

**AMORA, Gil**

— O municipio de Baturité. Chronica.

t. III, 177-197.

O autor, quando no exercício do cargo de juiz municipal e de órfãos do Município de Baturité, encontrou alguns documentos inéditos no Arquivo da Câmara Municipal sôbre a proclamação da república de 1824 (Confederação do Equador). Publica dois documentos: o primeiro, datado de 10 de outubro daquele ano, que é o juramento de fidelidade à Confederação. O 2º, datado de 3 de novembro de 1824, de fidelidade e homenagem a S.M.I., é acompanhado de um têrmo de juramento. Faz antes algumas considerações sôbre a criação da Vila de Monte-Mor Novo da América e o município de Baturité, seus costumes, agricultura, clima, educação, receita e despesa. É valiosa descrição histórico-geográfica. Foi oferecido pelo sogro do autor, Coronel Manuel Francisco da Silva Albano.

**AMORA, Manoel Albano**

— A outra "Súplica".

t. LXV, 172-174.

O A. reproduz e comenta um sonêto que Alencar escreveu em 1817, quando prêso, dirigido ao Governador Sampaio. Salienta que a "Súplica" de 1825 não foi a primeira.

**ANCHIETA, José de, padre (1534-1597)**

— FURTADO, Manoel Antonio de Andrade.

O IV Centenário de Anchieta.

t. XLIX, 71-83.

— MARQUES, Xavier

As reliquias do Padre Anchieta. Communicação apresentada ao Instituto Historico da Bahia.

t. XXVIII, 108-116.

— As reliquias do Padre Anchieta. Nova communicação ao Instituto Historico da Bahia.

t. XXVIII, 303-308.

**ANDRADE, Francisco Alves de**

— A propósito do centenário do dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil

t. LXVI, 5-29.

Excelente estudo biográfico e crítico sôbre o presidente do Instituto do Ceará Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929) e sua obra.

— Discurso ao ser recebido como sócio.

t. LXV, 290-300.

Fala de seu antecessor Álvaro Bomílcar da Cunha.

—O pioneiro do folclore no Nordeste do Brasil

t. LXII, p. 243-265.

Bibliografia de Juvenal Galeno da Costa (1836-1931), nascido em Fortaleza, autor de numerosos trabalhos folclóricos. O estudo é excelente, baseado em bibliografia selecionada e rico de apreciações críticas.

— Saudação a Guimarães Duque, (Discurso).

t. LXVII, 295-304.

**ANDRADE, José Júlio de**

— Uma confissão.

t. LIV, 119-124.

Transcreve a história de sua vida, que lhe contou o Padre Vítor Nicolau Perron, primeiro missionário e depois pároco de Almeirim.

**ANDREONI, João Antonio**

— Trechos de cartas do jesuita Pe. João Antonio Andreoni, escriptas nas Cartas Annuas de 1714-16-21.

t. XXXVI, 77-81.

Tratam-se de importantes cartas ânuas do grande escritor da **Cultura e Opulência do Brasil** por suas drogas e minas (1711). Na primeira noticia o estado espiritual da província do Brasil e narra a luta que se deu na prefeitura do Ceará entre os selvagens e portuguêses. É datada de 15-6-1714. A segunda, de 24-12-1716, conta a visita do padre Antônio Guedes a Ibiapaba, bem como outros fatos relativos à situação dos índios no Ceará. A terceira, de 24-3-1721, é sem importância quanto ao texto, levantando apenas a dúvida quanto à morte de Antonil até então tida, pelos seus melhores biógrafos, como tendo se dado em 1716. A carta, escrita em 1721, faz ruir êsse seguro dado.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Uma questão bibliográfica. Carta do Barão de Studart a Capistrano de Abreu.

t. LIV, 68-69.

**Anexação do Ceará ao Maranhão.**

— Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará.

Colleção Studart.

t. XXXV, 3-137. índice dos docs., 138-140.

Os documentos ns. 275, 278, 284 dizem respeito à anexação do Ceará ao Maranhão.

**Anexação do Pará aos Estados Unidos, Proposta de**

— SANTOS, João Brígido dos (1829-1921).

Homens da terra. Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

t. XXIII, 266-279.

**ANGELIM, Eduardo Francisco Nogueira ( -1882).**

— SANTOS, João Brígido dos (1829-1921).

Homens da terra. Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

t. XXIII, 266-279.

**Anistia**

— Lord Cochrane e Tristão Gonçalves. (Documentos da Colleção Tristão Araripe).

t. XXVII, 268-270.

**ANTA, João de Andrade Pessoa (1787-1825).**

— Duas cartas de 1825. (Copiadas e offerecidas pelo consocio Barão de Studart).

t. XXIX, 345-347.

— Martins, Vicente, padre

Pessoa Anta. (Biographia).

t. XXXI, 280-335.

— SANTOS, João Brígido dos (1829-1921).

Biographias. Coronel João de Andrade Pessoa Anta.

t. III, 61-75.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Ligeiros traços biographicos dos martyres de 1824.

t. esp. 1924, 618-634.

Dados biográficos do Coronel Pessoa Anta, p. 626-628.

**"Antiga historia do Brasil". Por Carlos Studart Filho.**

t. XLII, 169-198.

**ANTONIL, André João, vide ANDREONI, João Antônio (1650-1716/21?)**

**Antoniu, Malatios Nakad Z., padre**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIII, 239-248.

Entre outros estrangeiros que estiveram no Ceará, o A. regista o nome do padre Malatios Nakad Z. Antoniu com uma pequena notícia.

**Apontamentos biographicos do Pe. A. Chevalier, lazarista.**

t. XVII, 251-290.

Em nota à p. 252 o autor anônimo informa que seu trabalho foi escrito em agôsto de 1901 e que por motivo de fôrça maior só agora pôde ser publicado. O Padre Pedro Augusto Chevalier nasceu em França em 1831 e morreu no Ceará em 17 de junho de 1901. Foi um dos fundadores do Seminário do Ceará e trouxe 20 irmãs de caridade para lá em 1865, as quais fundaram o Colégio da Imaculada Conceição. Viveu 37 anos no Ceará.

**Apontamentos para a chronica do Ceará: A Junta de Delegação Expecionaria do Ceará ao Piauhy e Maranhão. 1823.**

t. XX, 112-142.

Historia a viagem e os feitos da expedição que, dirigida pelo governador das armas do Ceará, José Pereira Filgueiras, e o primeiro vogal do govêrno, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, lutou pela libertação do Piauí e do Maranhão do domínio português. Relata o que se deu com a capitulação de Caxias a 31 de julho de 1823. O autor reivindica para a expedição do Ceará os maiores esforços pela independência do Maranhão e Piauí do domínio português. É valiosa contribuição, baseada em boas fontes.

**Apontamentos sobre Patricio da Nobrega e Vasconcellos.**

t. XII, 212-213.

Documento oferecido pelo Dr. G. Studart. Cópia dos Papéis do Conselho Ultramarino, nomeações de pessoas para o posto de mestre de campo.

**Aracati**

— Autos da creação e divisão do curato de Aracaty.

t. VI, 62-67.

Oferecidos pelo Dr. Guilherme Studart. São datados de 28-7-1780.

— Decreto real com relação ao termo assignado à villa do Aracaty.

t. VI, 176-187.

Datado do Rio de Janeiro, 16-2-1820.

— Um edital que mandou a Camara de Aracaty affixar no lugar da extrema de Mossoró.

t. VI, 219-221.

— Para a historia do Aracaty. Termo de vereação da Camara em 17 de setembro de 1785.

t. XII, 266-269.

Documento da coleção Studart.

— Provisão regia demarcando o terreno que se deve dar à villa do Aracaty.

t. VI, 217-218.

Datado de Lisboa, 17-12-1793.

— Registo de memoria dos principais estabelecimentos, feitos e casos raros acontecidos nesta villa do Aracaty, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de julho de 1782 pelo Vereador Manoel Esteves d'Almeida, desde a fundação da dita Villa, até o anno presente de 1885.

t. I, 83-86.

— SANTOS, Benedicto A. dos

Para a história de algumas localidades cearenses.

t. XXIII, 189-265.

O A. trata, entre outras localidades, da história de Aracati, p. 222-235.

**ARACATY, marquês de, vide GRAVENBURG, João Carlos Augusto d'Oyenhausen e, marquês de Aracati.**

**ARAGÃO, Manoel Ximenes de (1807- ).**

— Memorias do Professor Manoel Ximenes de Aragão. As phases de minha vida. Genealogia.

t. XXVI, 47-157.

O A., nascido em 1807, conta fatos por êle presenciados, ligados à Confederação do Equador, à morte do Padre Mororó e de Pessoa Anta, julgamentos das comissões militar e matuta, sêca de 1825 e seus terríveis efeitos, curso da moeda falsa denominada "xem-xem", episódios de lutas entre as famílias Mourão e Menezes e, finalmente, episódios da Balaiada. Refere uma operação cirúrgica a que assistiu com a aplicação do ópio como anestésico, alguns costumes familiares e especiamente costumes sertanejos na cura de doenças e feridas. A dor de dentes, por exemplo, não tinha tratamento e levava o paciente à cama (vide p. 124). Relata o rapto de sua noiva e as obrigações que daí se seguiram.

Trata-se, realmente, de valiosa memória para a história da vida e dos costumes do interior do Ceará.

Estas Memórias foram conseguidas do autor, professor primário velho e cego, pelo Coronel João Brígido dos Santos. O original foi levado para o Rio de Janeiro por Capistrano de Abreu e se encontrava no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**ARANHA, Manoel Guedes**

— Opinião de Guedes Aranha sobre o commercio do Ceará.

t. XX, 94.

Oferecido pelo Barão de Studart. Extraído do manuscrito "Papel Político sôbre o Estado do Maranhão apresentado em nome da Câmara ao Senhor Rei Dom Pedro Segundo por seu Procurador Manoel Guedes Aranha. Anno de 1682". Biblioteca Nacional de Lisboa, E. 5.33, p. 229.

Já fôra impresso na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 46, parte 1, p. 1-160. A cópia foi extraída por Antônio Henriques Leal do manuscrito "Obras de vários autores", existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi escrito em 1682 e plagiado em 1693 pelo padre João de Sousa Ferreira, na América Abreviada, também publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 57, parte 1, p. 5-153.

**ARARIPE, Tristão de Alencar (1821-1908).**

— Carta do Illmo. snr. Consº Alencar Araripe ao Director da "Revista do Instituto do Ceará".

t. 129-133.

Acusa o recebimento do folheto sôbre Martim Soares Moreno e estende-se em considerações sôbre a formação de nomes de cidades, dizendo que se tivesse de ser

mudado o nome da capital do Ceará opinaria que se adotasse a denominação Morenópolis (em homenagem a Soares Moreno) e não Iracema, conforme sugerira o Barão de Studart.

— Expedição do Ceará em auxilio do Piauhi e Maranhão.

t. XXVII, 242-248.

Embaraçada que foi a proclamação da Independência no Piauí e Maranhão por adversários dela, o Ceará, pelo seu govêrno provisório, decidiu mandar uma expedição de auxílio àquelas províncias, sob as ordens de José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. O A. conta essa expedição e o assédio de Caxias, até a rendição de José da Cunha Fidié, em 1° de agôsto de 1823. Para melhor conhecimento da ação do Ceará, Araripe publica os seguintes documentos: 1) Deliberação do Govêrno Provisório do Ceará. 2) Correspondência oficial da junta expedicionária. 3) Peças oficiais concernentes ao assédio e rendição de Caxias. A pequena introdução de Araripe é datada do Rio, 29-3-1885. Em nota final se diz que os diversos outros documentos podem ser lidos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 48, 1885.

— Independencia do Maranhão. Memoria lida no Instituto Historico e Geografico Brazileiro.

t. XXVII, 249-260.

Narra o autor a chegada de Cochrane ao Maranhão e a proclamação da Independência na capital da provincia em 28-7-1823. Nega que a independência daquela província tenha sido conseqüência apenas da ação daquele almirante e diz que o movimento pela proclamação da independência partiu do interior para a capital e que quando Cochrane chegou ao Maranhão a província já estava quase tôda sob o domínio dos independentes, auxiliados pelos cearenses e piauienses. Todo o seu estudo é desenvolvido no sentido de provar essa tese.

— Independencia no Maranhão. Trechos de uma Memoria lida no Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

t. XV, 77-83.

Transcrição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1885. O A. conta o papel que representaram na Independência do Maranhão as fôrças cearenses e piauienses e o auxílio de Lord Cochrane. No livro posteriormente publicado "História do Ceará" ocorre êste trecho.

— Letreiros lapidares.

t. XXIII, 359-377.

Tratam-se de notas e comentários à obra do padre Francisco Teles de Menezes Lima, autor do "Mapa curioso de novo descoberto". Discute alguns letreiros lapidares encontrados pelo referido padre no Ceará.

— Retificações historicas.

t. XXVII, 261-267.

Artigo de crítica à **História da fundação do império brasileiro** de João Manoel Pereira da Silva, em que aponta várias inexatidões contidas nessa obra e procura corrigí-las. Êste estudo fôra publicado em 1883.

— ABREU, Cruz

Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 16° presidente, Fausto Augusto de Aguiar. (Continuação).

t. XXXIV, 3-139. 3 retrs.

Com retrato de Araripe.

— OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de (1854-1929).

Um capitulo da historia do Ceará. Ligeiras retificações por J. B. Perdigão de Oliveira. Conquista dos indigenas.

t. IV, 118-154. Com 16 docs. p. 131 e sgts.

Artigo de crítica à **História da Provincia do Ceará**, do Conselheiro Araripe.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto, em 1908.

t. XXII, 394-416.

Notícia bio-bibliográfica de Alencar Araripe, p. 403-409.

**ARARIPE, Tristão de Alencar, Junior (1848-1911).**

— Relação dos documentos e notas sobre a Historia do Ceará colijidos pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe e oferecidos ao Instituto Historico do Ceará por seu filho o dr. T. A. Araripe Junior.

t. XXV, 58-60.

Precede a publicação dessa Relação uma carta de Araripe Júnior ao Barão de Studart que diz enviar alguns documentos e a relação dos mesmos. É datada de 14-1-1910. A seguir, p. 61-101, são publicados os três primeiros documentos relacionados.

— CASTELO, José Aderaldo

Biografia literária de Araripe Júnior. O homem e a época.

t. LXII, 221-242.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXV, 372-382.

Dados biográficos de Tristão de Alencar Araripe Júnior, p. 378-382.

**ARARIPE, Tristão Gonçalves de Alencar (1790-1824).**

— Documentos para a historia de 1824. (Offerecidos pelo Barão de Studart).

t. XL, 79-82.

Cartas de Tristão Gonçalves a Manoel Paes de Andrade, presidente do govêrno da província de Pernambuco, datadas de 30 de abril, 3, 5 e 11 de maio de 1824.

— Lord Cochrane e Tristão Gonçalves. (Documentos da Colleção Tristão Araripe).

t. XXVII, 268-270.

— A morte de Tristão Gonçalves em Santa Rosa. Homenagem do Ceará ao grande republicano.

t. XXVI, 24-26.

— SOUSA, Eusebio Neri Alves de (1883-1947)

A epopéia de Santa Rosa. Para o genial autor do — "Terra de Santa Cruz".

t. XXXV, 368-375; t. XXXVI, 15-23.

— Tristão Gonçalves. As brilhantes festas de 31 de outubro, primeiro centenario do combate de Santa Rosa, no qual tombou o grande heroe cearense.

t. XXXVI, 27-39.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Ligeiros traços biographicos dos martyres de 1824.

t. esp., 1924, 618-634.

Dados biográficos de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, p. 618-621.

**Araujo, Vicente Ferrer de Barros Wanderley de (1857-1915)**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXIX, 361-398.

Dados biográficos do dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley de Araujo, p. 395-397.

**ARAÚJO, Antônio Gomes, padre**

— Os Arnaud no Cariri.

t. LXVII, 68-80.

O A. mostra a influência baiana na formação da gente caririense. Estuda os Arnaud, cujo chefe, João Correia Arnaud, foi fundador da Missão Velha no século 18 e deixou grande descendência.

**As armas do Ceará. Lei n. 393 de 11 de setembro de 1897.**

t. XI, 228.

Esta lei dispõe sôbre as armas do Estado do Ceará.

**As armas do Estado. Por C.A. Rocha Carneiro.**

t. XLVIII, 272-275.

O A. critica a lei estadual n. 393, de 22-9-1897, que mandou adotar as Armas do Ceará. Diz que o brasão está descrito no texto da lei em absoluto desacôrdo com a tecnologia heráldica e faz um apêlo no sentido de que sejam retificadas as falhas e redigida a legenda corretamente, mediante novo decreto.

**ARMSTRONG, D.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

Notícia de D. Armstrong, p. 226-227.

**ARNAUD, João Correia**

— ARAÚJO, Antônio Gomes, padre

Os Arnaud no Cariri.

t. LXVII, 68-80.

**Arneiroz, Freguesia de**

— MORAES, Francisco Carlos de, padre

Apontamentos sobre as Freguezias de Arneiroz e Saboeiro.

t. XVI, 72-82.

Informa sôbre os vigários e visitadores das duas freguesias e sôbre as prestações de contas dos vigários.

**Arquivo de Alberto Rangel.**

t. LVI, 139-141.

Transcrição da Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro, de 6-3-1883, sob o título "A terra da luz" (notas colhidas na Biblioteca Nacional, em 14-7-1942). O artigo comenta um telegrama vindo do Ceará em que os membros da Sociedade Cearense Libertadora se dizem cercados de um aparato bélico assombroso, mas que a isso respondem com novas libertações de escravos.

**Arraial. (Villa de S. João da Uruburetama). Por Soares Bulcão.**

t. XLV, 145-178.

**ARRAIS, R. Monte**

— A influência portuguêsa na formação social do Brasil.

t. XLIX, p. 74-93.

O autor pretendeu escrever artigo de caráter interpretativo baseado em sociólogos modernos, mas, na realidade, a não ser as expressões científicas, nada é novo. Trata dos primeiros contatos.

**ARRUDA, Edgar Cavalcante de**

— Notas para a genealogia das familias Holanda Cavalcante e Arruda.

t. LVI, 226-234.

**Arthur Vianna. Membro correspondente do Instituto do Ceará.**

t. XXVII, 220-224.

Notícia bio-bibliográfica de Artur Viana (1873-1911), diretor da biblioteca pública do Pará, membro da comissão de limites entre o Pará e o Amazonas e entre o Pará e Mato Grosso, sócio correspondente do Instituto do Ceará.

**Artigos 1º e 2º do Regimento dado a André Vidal de Negreiros a 14 de abril de 1655, os quaes se referem ao Ceará.**

t. XIII, 217.

Nomeado por resolução régia de 25-8-1654, capitão general do Estado do Maranhão, chegou André Vidal de Negreiros ao Maranhão e tomou posse a 11-5-1655. Deixou o govêrno em 23-9-1656. O Regimento constava de 58 artigos. Aqui se reproduzem apenas os dois referentes ao Ceará.

**Ascendentes paternos do Dr. Leandro Bezerra Monteiro. (Segundo papeis do Archivo da familia).**

t. XXIX, 69-76.

Notícia genealógica do Dr. Leandro Bezerra Monteiro sôbre quem já publicou esta revista (t. 19) um artigo biográfico-genealógico.

**Assaltos dos Francezes à Capitania Nª Sª da Conceição: (Doc. offerecido pelo B. de Studart).**

t. XX, 341-342.

Cópia da Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina. É datado de 13-6-1692.

**Assembléia Constituinte, Pedido em 1849 de uma**

— Um documento historico de 1849. Pedido de uma Assembléa Constituinte.

t. XXXVI, 227-229.

**A Assembléia Provincial. Processos de magistrados. Por Benedito Santos.**

t. XXIV, 105-122.

**ASSIS, Joaquim Maria Machado de (1839-1908).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto em 1908.

t. XXII, 394-416.

Dados bio-bibliográficos de Machado de Assis (p. 411-412).

**Associações e estabelecimentos nacionais e estrangeiros em relação com o Instituto do Ceará.**

t. XXIV, 423-425; t. XXVI, 410-413; t. XXIX, 416-419; t. XXXII, 379-383; t. XXXVI, 514-519.

**Atas das sessões do Instituto do Ceará.**

t. I, 7 (1887) e t. LI (1937), Ata da fundação do Instituto do Ceará; t. II, 37 (1888); t. III, 76 (1889); t. XLIII-XLIV, 386-422 (1929); t. XLV, 241-288 (1930); t. XLVI, 331-352 (1931); t. XLVII, 237-268 (1932); t. XLVIII, 286-307 (1933); t. L, I-XXVII (1934-1935); t. LI, I-XXIV (1936); t. LIII, I-XXII (1937-1938); t. LIV, 288-304 (1939); t. LV, 261-282 (1940); t. LVI, 244-268 (1941); t. LVIII, 257-272 (1942); t. LVII, 297-314 (1943); t. LIX, 293-304 (1944); t. LX, 291-308 (1945); t. LXI, 299-313 (1946); t. LXII, 431-445, (1947); t. LXIII, 283-306 (1948); t. LXIV, 400-455 (1949-1950); t. LXV, 304-328 (1951); t. LXVI, 321-383 (1952); t. LXVII, 321-340 (1953); t. LXVIII, 277-293 (1954).

**ATHAYDE, Austregesilo**

— Barão de Studart.

t. esp. 1938, 74-75.

Boa crônica sôbre a perda do Barão de Studart. Transcrita da Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo, setembro e outubro de 1938.

**AUGUSTO, José vide MENEZES, José Augusto Bezerra de**

**AULER, Guilherme**

— Aspectos da vida de d. Luiz de Bragança.

t. LV, 96-108.

Estuda D. Luiz de Bragança como escritor, no Instituto Histórico, na Grande Guerra de 1914-18, como pretendente ao Trono e também suas cartas.

**Auto da creação da Villa de S. Bernardo do Governador (Docs. offºs pelo Snr. Eduardo Marques Peixoto, secretario do Archivo Publico Nacional).**

t. XX, 231-253.

**Auto da creação e levantamento da povoação de S. Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira em villa, mandado fazer pelo muito alto e poderoso rei e senhor nosso, o Sr. Dom João VI... sendo encarregado desta diligência, por provisão do mesmo senhor de nove de Agosto de mil oitocentos e dezessete, o Dr José Raymundo de Passos de Porbem Barbosa...**

t. IV, 300-304.

Datado de 8-1-1818. Transcreve-se o respectivo alvará, de 20-5-1816. O pelourinho foi levantado e a vila erecta em 8-1-1818. A cópia foi oferecida pelo Dr. Guilherme Studart.

**Auto de corpo de delicto que mandou proceder o Juiz de paz do primeiro anno, Capitão-mór Joaquim José Barbosa, no cadaver do Major João Facundo de Castro e Menezes, assassinado no dia antecedente. — Discursos, que na presença de S M. o Imperador, recitarão os Snrs. Senador Alencar, deputado Peixoto de Alencar, Dr. José Lourenço, presidente da camara da capital do Ceará, sobre o assassinato do vice-presidente Facundo.**

t. XVI, 114-120.

Da coleção Studart. Discursos transcritos do Maiorista, janeiro de 1842.

**Auto de vistoria feito no local em que foi ferido o Capitão d'infantaria Carlos Ferreyra, governador interino do Ceará (1708).**

t. VI, 179-180.

Documento oferecido por Guilherme Studart. É datado de 13-8-1708.

**Auto do 1º lançamento da decima urbana em Fortaleza.**

t. IX, 138-140.

Oferecido pelo Dr. Guilherme Studart. É datado de 1808.

**Autographos de Alexandre de Moura. Pertencentes á collecção Studart.**

t. XXII, 320-326.

São ao todo 27 autógrafos, pertencentes à Coleção Studart. Tratam de assuntos variados.

**Autos da creação e divisão do curato do Aracaty.**

t. VI, 62-67.

Oferecidos pelo Dr. Guilherme Studart. São datados de 28-7-1780.

**AVELAR, Amaro Soares de**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Revolucionario e poeta.

t. XXIX, 312-314.

Curiosa crônica sôbre Amaro Soares de Avelar, um dos revolucionários de 1817 na Paraíba. Transcreve o A. o sonêto À Mocidade Bernambucana, oferecido pelo promotor de justiça como corpo de delito.

**AVILA, Francisco Dias d'**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

O Padre Martin de Nantes e o Cel. Dias d'Ávila.

t. XLV, 37-52.

**AZAMBUJA, Graciano Alves de (1847-1911).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXVI, 382-395.

Dados biográficos do Dr. Graciano Alves de Azambuja, p. 282-283.

**AZEMAR, Antoine**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Ligeira notícia do estrangeiro Antoine Azemar que estêve no Ceará, p. 219.

**AZEVEDO, Duarte de (1831-1912).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXVI, 382-395.

Dados biográficos do Conselheiro Duarte de Azevedo, p. 394-395.

**Azevedo de Montaury e seu governo no Ceará. Pelo Dr. Guilherme Studart.**

t. V, 5-81; t. VI, 141-178 (Parte documental).

# B

**Bacharéis formados em Olinda**

— ABREU, Julio

A velha Academia de Olinda.

t. LX, 86-110, t. LXII, 189-217; t. LXIII, 20-48; t. LXIV, 142-167.

**BAENA, Sanches de, visconde**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto em 1909.

t. XXIII, 395-408.

Dados biográficos do visconde Sanches de Baena, p. 405-406.

**BÁHLIS, Jorge**

— Registro bibliografico.

t. XLVII, 215-220.

Nota bibliográfica sôbre o livro de Jorge Báhlis. **Civilização Préhistóricas,** assinada C.F.S. (220).

**Balaiada**

— ARAGÃO, Manoel Ximenes de (1807- ).

Memorias do Professor Manoel Ximenes de Aragão. As phases de minha vida. Genealogia.

t. XXVI, 47-157.

**Balaios**

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

Presidentes do Ceará. Período regencial. 10º presidente, Bacharel Francisco de Souza Martins.

t. XV, 5-61.

**Banco Provincial do Ceará.**

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

Presidentes do Ceará. Período regencial. 7º presidente, Senador José Martiniano de Alencar (Conclusão).

t. XIII, 119-216.

Entre muitas outras informações o A. noticia a criação do Banco Provincial do Ceará e transcreve os seus estatutos.

**BANDEIRA, Thomaz de Aquino Pinto**

— A commissão de Luiz R. Chaves a Pernambuco. Segundo o testemunho de Thomaz de Aquino Pinto Bandeira.

t. XXXVI, 324-327.

Tomando os revolucionários de 1824 conta do govêrno do Ceará, mandaram Luís Rodrigues Chaves a Pernambuco, a fim de reclamar de Manoel Paes de Andrade armamento e o mais que preciso fôsse para se proclamar a República do Equador. Acompanhou-o Tomás de Aquino Pinto Bandeira, que relata as peripécias da missão e a prisão de Chaves.

**A bandeira da Confederação do Equador.**

t. esp. 1924, 538.

**A Bandeira de Pero Coelho. Por Carlos Studart Filho.**

t. L, 13-37.

**Bandeirantes dos ares, Por Carlos Livino de Carvalho.**

t. XLVII, 160-178.

**Um bando do Governo do Ceará sobre a moeda "Xemxem".**

t. XIV, 279.

Aí se declara quais as moedas que estão em circulação e se proíbe a circulação da moeda falsificada de cobre apelidada "xemxém".

**Banimento da familia ex-imperial, Revogação do**

— Decreto revogando o banimento da familia ex-imperial do Brazil.

t. XXXV, 279-284.

**Barão de Camucim (Homenagem do Instituto do Ceará no dia comemorativo do primeiro centenário do seu nascimento — 2 de fevereiro de 1947).**

t. LXIII, 105-116.

Discurso de Leonardo Mota (105-108) e Lauro Chaves (108-116) sôbre Geminiano Maia, Barão de Camucim, comerciante, filantropo e membro do Partido Liberal, agraciado com o título pelo Rei de Portugal (1893). Foi Presidente da Associação Comercial.

**Barão de Catuama. João José Ferreira de Aguiar.**

t. XXV, 124-128.

Transcrição do Diário de Pernambuco, de 20-11-1888. Notícia biográfica do Barão de Catuama (1810-1888), professor, parlamentar e, durante algum tempo, presidente do Rio Grande do Norte.

**Barão de Studart.**

t. XLIII-XLIV, XIII-XIV.

Nota da redação, noticiando que foi conferido ao Barão de Studart o título de

Grande Benemérito do Instituto e sallentando os serviços por êle prestados à Revista.

t. LII, 217.

Nota da redação anunciando a morte do Barão de Studart e a edição de um número especial sôbre êle.

t. esp. 1938, 121-122.

Noticia da entrega pelo arcebispo D. Joaquim José Vieira ao Dr. Guilherme Studart do Breve de 22-1-1900 do Papa Leão XIII, conferindo-lhe do título de Barão. A notícia é transcrita d'A República, de 7-3-1900.

**BARATA, Manuel de Mello Cardoso (1841-1916).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXXIII, 343-351.

Dados biográficos do Dr. Manuel de Melo Cardoso Barata, p. 351.

**Barbalha, Municipio de**

— Geographia physica e política de Barbalha.

t. XXIV, 130-133.

Transcrição d'A União, maio de 1909. Descrição da cidade, comarca e município de Barbalha. Fornece dados econômicos e agrícolas.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Descripção do municipio de Barbalha.

t. II 9-13.

**BARBOSA, Antonio**

— Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará.

(Colleção Studart).

t. XXIV, 215-399.

Os documentos referentes a Antônio Barbosa são os de ns. 11 e 12.

**BARBOSA, Bruno**

— Confederação do Equador. 1824-1924.

t. XXXVI, 59-63.

Transcrição do "Comércio de Santos", de 2-7-1924. Ligeira notícia sôbre a Confederação do Equador.

— A Independência no Ceará.

t. XXXVII, 3-6.

Refere ligeiramente a repercussão da Independência no Ceará, transcreve a ata do juramento da Independência em Fortaleza, publicada em um livro do Barão de Studart, datada de 24-11-1822, e o auxílio prestado pelo Ceará na proclamação da Independência do Piauí e Maranhão.

**BARBOSA, Ruy**

— COSTA, Antonio Theodorico da (1861-1939).

Ruy Barbosa. (Ligeiro perfil).

t. XXXVII, 146-155.

Discurso.

— GOMES, Misael, padre

O apóstolo da República.

t. LXIII, 261-278.

Discurso.

**BARBOSA, Victoriano Soares**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e seu governo no Ceará.
t. IV, 189-234. Da p. 235-247, 8 docs.

**BARCELOS, José de (1843-1919).**

— VALDEZ, Alba
Uma grande figura da historia educacional cearense.
t. LXII, 166-179.

**BARREIRA, Américo (1868-1912).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto.
t. XXIV, 400-405.
Notas biográficas do Dr. Américo Barreira, p. 401-402.

**BARREIRA, Dolor Uchoa**

— Associações literárias e científicas no Brasil, e particularmente no Ceará. Oiteiros.
t. LVII, 148-204.
No capítulo "Outeiros", na **História da Literatura Cearense** (Editôra "Instituto do Ceará", 1948, p. 67-73), Dolor Barreira retifica pequenos equívocos dêste estudo.
Discurso.
t. LVI, 203-218.
Proferido na sessão fúnebre com que o Instituto do Ceará comemorou, a 17 de agôsto, o 30º dia do falecimento de José Pedro Soares Bulcão. Dá alguns traços de sua vida, comenta sua obra, transcreve alguns versos e diz que no Instituto êle se distinguiu como genealogista.
— Discurso de recepção ao novo sócio Boanerges Facó.
t. LXV, 278-279.
— Discurso de recepção ao novo sócio Carlos Ribeiro.
t. LXII, 351-355.
— Discurso de recepção ao novo sócio Fran Martins.
t. LXII, 377-398.
— Eça de Queirós e o Brasil.
t. LX, 52-85.
Trata da influência literária de Eça de Queirós no Brasil, noticiando os conceitos recíprocos entre Machado de Assis e Eça, e as relações dêste com Eduardo Prado.
— Elogio de Clovis Bevilaqua.
t. LVI, 115-122.
Discurso pronunciado na Côrte de Apelação, em nome do Instituto do Ceará, por ocasião da festa comemorativa da conclusão da obra de direito civil de Clóvis Beviláqua, ou seja com a publicação do seu "Direito das Coisas", em 2 vols.
— Elogio de Demócrito Rocha.
t. LVIII, 195-206.
Discurso pronunciado em nome do "Instituto do Ceará" e da Academia Cearense de Letras, no dia 29 de dezembro de 1943, sôbre a obra de Demócrito Rocha (1888-1943) poeta, orador e jornalista cearense.
— Eufrásio de Almeida (Um dos capítulos do 2º tomo da "História da Literatura Cearense").
t. LXIII, p. 134-144.
Publicado no 2º tomo 1ª pte. da História da Literatura Cearense (Monogr. nº 18) Editôra Instituto do Ceará, 1951, p. 460-474.
— Necrológio do Des. Álvaro Gurgel de Alencar.
t. LIX, 263-269.

— Por que não escreveu Capistrano de Abreu a **História do Brasil?**
t. LVII, 223-229.

O autor condensa várias opiniões sôbre Capistrano de Abreu. Afirma que Capistrano não escreveu uma história do Brasil porque: primeiro, não possuia capacidade filosófica; e, segundo, porque "não pensou, de início e em verdade, em fazer a história do Brasil". Capistrano foi o historiador de maior capacidade filosófica que o Brasil já possuiu e escreveu uma história do Brasil, os seus **Capítulos de História Colonial**. A segunda afirmação não parece exata, conforme se pode verificar pela correspondência de Capistrano de Abreu citada no prefácio da 4ª ed. dos **Capítulos de História Colonial**.

— Saudando Clóvis Beviláqua. em nome do Instituto dos Advogados do Ceará.
t. **LXI**, 1947, 142-148.
Discurso.

— BRASIL, Pompeu de Sousa.
História da Literatura Cearense. (Comentários ao livro de Dolor Barreira).
t. LXII, 180-188.

**BARRETO, Fausto Carlos (1852-1908).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto.
t. XXX, 365-374.
Dados biográficos de Fausto Barreto, p. 367-369.

**BARRETO, Miguel Coelho Sá**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto em 1909.
t. XXIII, 395-408.
Dados biográficos de Miguel Coelho Sá Barreto, p. 404-405.

**BARROS, Antonio Cardoso de**

— Foral de doação e mercês mandado passar em favor de Antonio Cardoso de Barros. (Documento da Colleção Studart).
t. XXIII, 10-16.

No t. XXXIII, p. 294-299, há um estudo do Barão de Studart sôbre Antônio Cardoso de Barros.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Antonio Cardoso de Barros.
t. XXXIII, 294-299.

**BARROS, João de (1496-1570).**

— Foral de direitos e mercê mandado passar em favor de João de Barros. Dito em favor de Ayres da Cunha. (Documento da Colleção Studart).
t. XXIII, 3-9.

**BARROS, João de**

— Regresso? A Helio Lobo.
t. LI, 462-463.
Crônica.

**BARROS, José da Costa (1779-1839).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Cearenses presidentes da Provincia do Ceará.
t. XXXVI, 236-241.
Pequena notícia de José da Costa Barros, primeiro presidente do Ceará, 1824-1825.

**BARROS, José de Paula Leite de ( -1939).**

— Os mortos do Instituto.
t. LIII, 271-272.
Regista-se a morte do sócio José de Paula Leite de Barros.

**BARROS, José Julio de Albuquerque**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Cearenses presidentes da Provincia do Ceará.
t. XXXVI, 236-241.
Pequena notícia do Dr. José Albuquerque Barros, 41º presidente do Ceará, 1878-1880.

**BARROS, Pedro José da Costa (1779-1839).**

— BOITEUX, Lucas Alexandre.
O Tenente-Coronel Pedro José da Costa Barros.
t. XLV, 133-144.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 1º Presidente, Coronel Pedro José da Costa Barros.
t. IV, 43-71.

**BARROSO, Benjamin Liberato**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Geographia do Ceará.
t. XXXVII, 160-384.
Dados biográficos do coronel Benjamin Liberato Barroso, que governou o Ceará de 1914 a 1916, p. 232.

**BARROSO, Gustavo**

— Os camellos do Ceará.
t. XLI, 69-74.
Transcrição d'O Jornal, de 6-5-1921. O A. procura provar que a afirmativa do viajante e pintor francês F. Biard de que vira nas praias de Fortaleza camelos não era inexata. O A. consultou o Barão de Studart, que lhe forneceu os dados históricos sôbre a introdução dos camelos no Ceará, em 24 de julho de 1859. Conta a história dêsses animais importados oficialmente e diz que nada mais se sabe dêles depois que foram comprados em leilão em 1867. Cita outra tentativa feita no Peru de introdução dos camelos. O livro **Dois anos no Brasil**, de F. Biard, está hoje traduzido e publicado na Brasiliana, v. 244, 1945.

**BARROSO, Z**

— Uma pagina da Historia Patria. José de Alencar.
T. XXXII, 345-357.
Artigo datado de 15-7-1918. O A. conta detalhes da vida de José de Alencar e se interroga porque não se publicou até aquela época uma biografia do escritor cearense. Recorda a política do império a propósito da exclusão por D. Pedro II do nome de José de Alencar para senador pelo Ceará. Publica duas poesias de Alencar, escritas na época de estudante.

**BARTOLOMEU, Floro**

— SOBREIRA, Azarias, padre
Floro Bartolomeu — O caudilho bahiano.
t. LXIV, 193-202.

**BASTIDE, Roger (1898- ).**

— Dados biográficos.
t. LX, 289.

**BASTOS, Filinto**

— Homenagem à memoria do Cons. João Nepomuceno Torres.

t. XXIX, 143-151.

Transcrição do discurso pronunciado pelo Cons. Filinto Bastos, orador na sessão fúnebre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em homenagem à memória ao Conselheiro João Tôrres, que foi também membro do Instituto do Ceará. O A. oferece dados biográficos do extinto, que nasceu em 1855 e morreu em 1913.

**BATISTA, Cícero Romão, padre**

— CARVALHO, Carlos Livino de (1881- )

A tomada do Crato.

t. XLVI, 119-136.

— SOBRAL, Lívio (pseudônimo do pe. Azarias Sobreira).

O Padre Cícero Romão.

t. LIV, 136-141; t. LV, 176-179; t. LVI, 110-114; t. LVII, 285-296.

— TÁVORA, Manuel do Nascimento Fernandes

O padre Cícero. (Considerações sôbre sua mentalidade e ação social).

t. LVII, 268-281.

**Baturité. Subsidio geografico, historico e estatístico. Por Pedro Catão.**

t. LI, 49-99; t. LII, 177-200; t. LIII, 155-198.

**Baturité**

— AMORA, Gil

O município de Baturité.

II, 177-197.

Registro dos autos de erecção de real vila de Monte Mor o Novo da América.

t. V, 82-106 e 265-300.

— CATÃO, Pedro

Subsídio geográfico, histórico e estatístico

t. LI, 49-98; LII, 177-200; LIII, 155-198.

**BAZET, Margarida, irmã.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIV, 351-358.

Pequena notícia da Irmã Margarida Bazet, superiora do Colégio Imaculada Conceição, p. 354-355.

**Beberibe, Vila do**

— SANTOS, Benedicto A. dos

Para a historia de algumas localidades cearenses.

t. XXIII, 189-265.

O autor trata, entre outras localidades, da Vila do Beberibe, p. 247-252.

**BECK, Mathias**

— Diario da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Traducção do hollandez por Alfredo de Carvalho.

t. XVII, 325-405. 1 planta.

Trata-se de documento importantíssimo para a história do Ceará. Foi trazido por José Higino Duarte Pereira do Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais em Haia. A publicação do documento é precedida de uma nota introdutória de Alfredo de Carvalho. Da p. 331-383 se vê o "Diário e mais informações de Matias Beck do Ceará" (Journael en andere bescheyden van Mathias Beck uyt Siara), que compreende o período de 18 de março a 3 de maio de 1649. A parte do Diário de 4 de

maio a 22 de julho não foi encontrada por José Higino. A seguir, vem o "Diário do que aconteceu depois da partida do capitaine des armes Roberto Bruyn (Continuação do diário escripto no Ceará pelo S. Beck)" (p. 385-405), que compreende de 23 de julho a 9 de setembro de 1649. Entre as p. 372-373 ocorre a reprodução de uma excelente planta do Forte Schoonenborch.

**BELASBY, Roberto Gow**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 230-231.

Belasby foi autor de um projeto para o abastecimento de água e a construção de esgotos de Fortaleza.

**BELMAR, A. de**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 232; t. XXXIV, 353.

Belmar foi autor de Voyage aux Provinces Bresiliennes du Para et des amazones em 1860...

**Beneditinos**

— Rescripto e despacho da erecção canonica da Abbadia de S. Cruz de Quixadá.
t. XVII, 299-300.

— LUNA, Joaquim G. de, monge beneditino.
Os monges beneditinos no Ceará.
t. LXVI, 192-238; t. LXVI, 220-240.

— Documento a respeito d'uma fundação da Ordem de S. Bento no Ceará.
t. XVI, 126-133.

**BENEVIDES, Augusto Tavares de Sá e**

— Apontamentos para a historia do termo de Maria Pereira.
t. LVI, 83-90.

Traça a história do têrmo de Maria Pereira a partir de 1835, quando era julgado. O município foi criado pela lei 550, de 27-11-1851. Dá os nomes dos juízes municipais que ali serviram, bem como dos juízes de direito e promotores da comarca. Transcreve algumas notas curiosas tiradas de inventários antigos.

— Mombaça.
t. LXI, 247-270.

Estuda a origem do nome Mombaça, nome do município situado nos sertões do Ceará e seus primeiros habitantes.

— 1º Centenário do município de Mombaça. (27 de novembro de 1951).
t. LXV, 139-145.

A Lei nº 550, de 27 de novembro de 1851, criou o município de Mombaça. O A. relembra as origens dêste e dá a lista dos que exerceram as funções de chefe do executivo municipal.

**BERFORD, Antonio de Sales Nunes**

— Officio ao Ministro do Imperio José Feliciano Fernandes Pinheiro sobre Conrado J. de Niemeyer.
t. XXIV, 155-159.

É datado de 28-2-1826. Queixa-se Berford da "condição estranha e descomedida" de Conrado Jacob Niemeyer, comandante militar da província, e relata quais os motivos da indisposição dêste contra a sua administração. Termina por pedir sua demissão.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 3º Presidente, Coronel Antonio de Sales Nunes Berford.

t. VI, 227-246.

**BERGAMO, Cyrillo de, frei**

— Apontamentos historicos das capellas da parochia de Canindé, pelo revdmo. Frei Cyrillo de Bergamo, missionario capuchinho.

t. XXXVI, 430-447.

Dá os nomes e dados históricos das seguintes capelas: das Pedras, da Piedade, de Sant'Ana, da Caridade, "Ad instar" do Serrote, dos Grossos, "Ad instar" do Londá, dos Veados, da Madeira Cortada, do Ipu, e da Caiçarinha.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia de Frei Cirilo de Bergamo (p. 238-239), missionário capuchinho, autor da Secção Histórica do Santuário de São Francisco das Chagas de Canindé, publicado nesta Revista, 1916.

**BERTHOT, Pierre Florent**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-174.

Notícia sôbre Berthot, engenheiro contratado para o serviço de melhoramento do Pôrto de Fortaleza, p. 207-209.

**BERTOLASO STELLA, Jorge**

— FERRARIO, Benigno.

Não confundamos.

t. LV, 55-62.

**BERTRAND, C. Eg.**

— Sobre a gende dum schisto bituminoso do Ceará.

t. XL, 13-19.

Em nota inicial (p. 12-13), Sílvio Fróis de Abreu fala sôbre a tese apresentada por C. Eg. Bertrand ao Congresso Geológico Internacional, em 1900, sôbre carvões gelósicos e carvões húmicos. Há nesse trabalho referências a um xisto betuminoso do Ceará. No arquivo do geólogo brasileiro Gonzaga de Campos encontrou Fróis de Abreu a tradução da memória de Bertrand, copiou-a e publicou-a aqui.

**BETENDORFF, João Felipe, padre (1625-1698).**

— Extractos da Chronica da missão da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão pelo Padre João Felippe Betendorff.

t. XX, 37-52.

O Padre Betendorff (1625-1698?) escreveu esta Crônica por sugestão dos superiores da Ordem. É obra de larga informação, estendendo-se de 1601 a 1698. O Barão de Studart fêz os extratos aqui publicados pela primeira vez, à vista do manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. A edição dessa obra se fêz em 1910, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, de acôrdo com a cópia obtida por Gonçalves Dias na Tôrre do Tombo, durante sua missão à Europa, em 1854.

— Trechos da Chronica do Pe. Betendorff relativos ao Ceará.

t. XXIV, 186-214.

Continuação dos trechos extraídos da Crônica da Missão da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão, pelo Pe. Betendorff.

**BEVILAQUA, Clovis (1859-1944).**
— Franklin Tavora.
t. XLVIII, 277-285.
Notas bio-bibliográficas de João Frânklin da Silveira Távora (1842-1888), transcritas de um estudo escrito por Clóvis Beviláqua na **Revista da Academia Cearense** (t. IX, 1904).
— BARREIRA, Dolor.
Elogio de Clóvis Beviláqua.
t. LVI, 115-122.
Saudando Clóvis Beviláqua, em nome do Instituto dos Advogados do Ceará. (Discurso).
t. LXI, 142-148.
— CLAUDIO, Affonso
Bosquejo biographico de Clovis Bevilaqua.
t. XXX, 155-197.
**BEZERRA, Antônio vide MENEZES, Antônio Bezerra de (1841-1921).**
**BEZERRA, Aristoteles**
— Poesia (Ao Barão de Studart).
t. esp. 1938, 69.
Publicada na Revista do Conselho Central Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo, setembro e outubro de 1938.
**BEZERRA, Leandro**
— Dr. Leandro Bezerra.
t. XXVI, 206-214.
Artigo transcrito d'**O Fluminense** de Niterói, de 11-6-1907. Dá traços biográficos de Leandro Bezerra Monteiro, deputado federal e vereador na Câmara da Paraíba do Sul.
**BEZERRA DE SÁ, Murilo.**
— Famílias cearenses. Estudo genealógico dos Bezerra de Menezes.
T. LX, 215-225.
**Biblioteca de empréstimo**
— ABREU, Cruz
Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. Cel. Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 2º vice-presidente em exercício. (De 1º de agôsto de 1850 a 16 de novembro de 1850).
t. XXXVI, 4-43.
O autor historia a administração do coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães e entre outros fatos fala na existência de uma biblioteca de empréstimo em 1849.
**BIERRENBACH, João Cesar Bueno (1872-1807).**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto em 1907.
t. XXI, 415-432.
Dados biográficos de Bierrenbach da p. 431-432.
**Biographias. Dr. Casemiro José de Moraes Sarmento. Coronel José Antonio Machado.**
t. XX, 345-354.
Dados biográficos de Casemiro José de Morais Sarmento (1814-1860), p. 345-349; e de José Antônio Machado (1782-1868).
**Biotipologia**
— BRASIL, Pompeu Pequeno de Sousa.

Biotipologia e genealogia.
t. LXVII, 34-41.

**Bispado do Ceará**

— Inauguração do novo Bispado do Ceará, desmembrado do de Pernambuco.
t. VI, 189-190.
Documento oferecido pelo reverendo monsenhor Graça. É datado de 16-6-1861.

**Bispos do Ceará**

— FIGUEIREDO, Bruno, padre
Os primeiros bispos do Ceará.
t. XXXII, 71-73.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Cearenses elevados ao solio Episcopal.
t. XXXVI, 416-429.

**BITANCOURT, José Maria da Silva ( -1875).**

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1841-1908).
Presidentes do Ceará. Segundo Reinado, 12º presidente, Brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt.
t. XXI, 3-11.

**BIZARRIA, Raymundo**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto.
t. XXV, 372-382.
Dados biográficos de Raimundo Bizarria, p. 372-375.

**BOAVIDA, Luiz Gonzaga**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Ligeira notícia de Luiz Gonzaga Boavida e o Ceará, p. 220.

**BOITEUX, Lucas Alexandre**

— O Tenente-Coronel Pedro José da Costa Barros.
t. XLV, 133-144.
Trecho do trabalho **Ministros da Marinha**. Oferece uma notícia biográfica do Tenente Coronel Pedro da Costa Barros (1779-1839), que além de ocupar a presidência do Ceará e do Maranhão e de desempenhar vários outros cargos públicos foi Ministro da Marinha durante quatro dias, de 15 a 19-11-1823.

**BOLÃO, Luis Ignacio de Azevedo ( -1825).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Ligeiros traços biographicos dos martyres de 1824.
t. esp. 1924, 618-634.
Dados biográficos de Luís Inácio de Azevedo, apelidado Bolão, p. 630-31.

**BOMILCAR, Álvaro vide CUNHA, Álvaro Bomilcar da (1874- )**

**BORGES, Frederico**

— Limites entre Ceará e Rio Grande do Norte. Razões finaes.
t. XVIII, 139-195.
Decidida a questão dos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, no tocante à barra do rio Moçoró, por sentença arbitral firmada pelo conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, na qual ficou reconhecido o direito do Ceará, não se conformou o Rio Grande do Norte. Levada a causa ao judiciário, são aqui transcritas as razões finais assinadas pelo Dr. Frederico Borges, nas quais êle reafirma os fundamentos

do direito do Ceará e pede a confirmação judicial da sentença arbitral. As razões não estão datadas.

**BORIES, Pedro Augusto**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Geographia do Ceará.

t. XXXVII, 160-384.

Dados biográficos do Dr. Pedro Augusto Borges que governou o Ceará de 1900 a 1904, p. 230-231.

**BORGES DA FONSECA, José Vitoriano vide Fonseca, José Victoriano Borges da**

**BORMANN, J. B. de**

— MATTOS, Cunha

Historia militar patria. A campanhia do Uruguay (1864-1865).

t. XXVI, 302-305.

Ligeiro comentário ao livro do General J. B. de Bormann sôbre a campanhia do Uruguai. Procura retificar alguns enganos.

**Borracha da maniçoba.**

t. XV, 110-113.

Transcrição da **República**, de Fortaleza. Trata-se da tradução de um artigo do botânico Charles Naudin, publicado na **Revue des Cultures Coloniales**, sôbre a maniçoba do Brasil.

**BOTELHO, Diogo**

— Documentos do tempo de Diogo Botelho relativos ao Ceará.

t. XXVI, 15-27.

**BOUCHARDET, Joanny ( -1919).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIV, 351-358.

Pequena notícia de Joanny Bouchardet, p. 356.

**BOURROUL, Estevam Leão (1856-1914).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXXIV, 364-368.

Necrológio do Dr. Estêvão Leão Bourroul, p. 364-365.

**BRAGA, Raimundo Renato de Almeida.**

— Discurso. (Ao tomar posse como sócio).

t. LVIII, 246-256.

— Discurso na recepção do novo sócio Francisco Alves de Andrade.

t. LXV, 300-303.

— Plantas do Ceará.

t. LXII, 21-62.

Estuda, mais do ponto de vista prático que científico, as plantas nativas ou exóticas. É um inventário do mundo vegetal cearense.

— Plantas do Ceará.

t. LXIII, 145-175.

Dicionário das plantas do Ceará: Letras B e C, até o verbete "Cajàzeira".

— Plantas do Ceará.

t. LXIV, 95-141.

Dicionário das plantas do Ceará, Letra C (Cajueiro) até Carmelitana.

— Plantas do Ceará.

t. LXV, 229-256.

Dicionário das plantas do Ceará: desde "Carnaúba" até "Chumbinho".

— Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste.

t. LXI, 149-162.

Estudo publicado na revista **Cultura Política**, ano IV, n. 38, março de 1944, Rio de Janeiro. O autor, baseado em boa bibliografia, esclarece a história da indústria da carne sêca.

**BRAGANÇA, Luiz de**

— AULER, Guilherme.

Aspectos da vida de d. Luiz de Bragança.

t. LV, 96-108.

**BRANDÃO, Matheus N.**

— Explanação relativa aos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte.

t. XIX, 282-290.

Resume os pontos principais da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte (barra do rio Moçoró) e transcreve o questionário que deve ser respondido a respeito dos mesmos limites. É datado do Rio de Janeiro, 23-5-1903.

**BRANNER, John Casper (1856- ).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Boa notícia bio-bibliográfica de Branner, dando especialmente conta da expedição Stanford.

**BRASIL, José Cardoso de Moura**

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1938).

Naturalidade do dr. José Cardozo de Moura Brasil.

t. XV, 304-310.

Ainda a naturalidade do Dr. José Cardoso de Moura Brasil.

t. XVI, 60-71.

— VASCONCELLOS, Abner Carneiro Leão de

Moura Brasil. (Discurso).

t. LX, 277-286.

**BRASIL, Pompeu Pequeno de Sousa**

— Arte, sua crítica e evolução.

t. LXIII, 117-133.

Desenvolvendo a tese de que Arte é expressão, o A. expende considerações própria e alheias e critica Croce. Trata da crítica de arte, procura fórmulas matemáticas de crítica científica e, finalmente, trata da evolução artística.

— Biotipologia e genealogia.

t. LXVII, 42-59.

O A. trata das correlações entre a biotipologia e a genealogia, tomando como base de aplicação seus filhos.

— Em tôrno da genealogia cearense.

t. LXIV, 178-192.

Comentário ao artigo de Raimundo Girão, "Notas para uma introdução à Genealogia Cearense", e sugestões para o plano do mesmo.

— História da Literatura Cearense. (Comentários ao livro de Dolor Barreira).

t. LXII, 180-188.

Comentário crítico sôbre o 1º tomo da **História da Literatura Cearense** de Dolor Barreira.

**BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa (1852-1929)**

— Discurso proferido pelo sr. dr. Thomaz Pompeu na sessão de 12 de março de 1889, por occasião de sua posse de socio effectivo.

t. III, 106-112.

— Juizo historico do Senador Pompeu sobre factos do Ceará.

t. IX, 5-54.

O autor narra fatos ocoridos no Ceará e tece sôbre os mesmos considerações pessoais. Fala sôbre as sêcas de 1825, 1826 e 1827, acusando o Coronel José Antônio Machado de má distribuição dos donativos feitos para as vitimas das sêcas. Chama atenção para o recrutamento de 1825 e 1826 e para a mortandade do recrutas. Fala na administração da justiça e na ignorância dos magistrados. Relata ocorrências no Crato e Jardim, de 1817 a 1832, o motim militar de 27-8-1828, as lutas entre o Tenente-Coronel Conrado Jacob Niemeyer, comandante das armas, e Berford, presidente da provincia, e a revolta de Joaquim Pinto Madeira, publicando alguns documentos. Em contradita às afirmações do Senador Pompeu sôbre o Coronel José Antônio Machado e a sêca de 1825-1827, escreveu Paulino Nogueira Borges da Fonseca o artigo intitulado "Coronel José Antônio Machado injustamente acusado pelo Presidente Coronel Antônio de Sales Berford. (Sêca de 1825 a 1827)", publicado às p. 291-329 dêste mesmo tomo.

— População do Ceará.

t. III, 78-104.

Trabalho demográfico apresentado pelo autor ao Instituto a fim de se candidatar à vaga do sócio falecido José Sombra. Resume os dados estatísticos encontrados em vários autores sôbre o século XVIII e discrimina os referentes ao século XIX, consignando a população de cada paróquia e freguesia e o número de homens e mulheres, livres e escravos, alfabetizados e analfabetos. É trabalho conscienciosо e de grande utilidade.

— População do Ceará.

t. IV, 72-77.

Fala na necessidade da estatística, refere-se à mortalidade infantil, dizendo ser a mesma relativamente insignificante, provindo geralmente "do defeito da alimen-gundo várias estimativas, desde 1775 até 1888, em anos variados. Observa que o Ceará estava no segundo lugar no quadro da densidade de população das provincias do Império.

— População do Ceará. Em 1889.

t. IV, 253-272.

Servindo-se dos dados estatísticos encontrados em relação a alguns anos, o A. procura estabelecer a lei do desdobramento da população no Ceará, calculando-a em percentagem não inferior a 2,5% anualmente. A seguir, confronta o seu cálculo com os dados relativos a assentos de batizados e casamentos. Publica uma tabela dos batizados e casamentos desde o ano de 1878 até 1887.

— Trechos do livro "O Ceará no Seculo XX"

t. XXIX, 323-344.

Transcrevem-se alguns trechos do livro "O Ceará no começo do século XX", Fortaleza, 1909. Os trechos se referem à configuração do solo, litoral, sertão, hidrografia, lagoas, ilhas, cavernas, minerais, clima e temperatura.

— ANDRADE, Francisco Alves de

A propósito do centenário do dr. Tomaz Pompeu de Souza Brasil.

t. LXVI 5-29.

— CATUNDA, Hugo

O Senador Pompeu.

t. LVII, 39-43.

— Parecer da comissão de admissão de sócios.

t. III, 77.

Parecer sôbre a admissão do dr. Tomaz Pompeu de Sousa Brasil como sócio do Instituto. Datado de 27 de fevereiro de 1889.

— SOUSA, José Bonifácio de

O centenário de Tomás Pompeu de Sousa Brasil. (Discurso).

t. LXVI, 313-320.

**BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa, sobrinho**

— Açude "Quixeramobim".

t. XXVI, 215-279.

Magnífica memória sôbre os problemas da sêca e seus remédios. Estuda, a princípio, as zonas áridas e a irrigação sistemática em várias partes do mundo, detendo-se, especialmente, nas primeiras iniciativas cearenses, desde a época imperial. Faz um bom histórico das várias medidas tomadas desde 1884 com a autorização para a construção do açude de Quixadá, concluída em 1906, depois do impulso devido à grande sêca de 1888. Enumera as vantagens econômicas e sociais da solução da sêca, com o aproveitamento de áreas enormes. Estuda depois o açude de Quixeramobim, fazendo o histórico da vila, elevada à cidade em 1853. Estuda, a seguir, num capítulo especial, denominado "Bacia hidrográfica", os aspectos botânicos, clima, temperatura, os dados hidrográficos e o projeto de construção. Contém uma pequena bibliografia. É uma memória de indiscutível importância para a história das sêcas no Ceará.

— Alguns aspectos da geografia humana cearense.

t. LIV, 153-192.

Trata da conquista da terra, dos rios, da caatinga e dos índios. Mostra a luta contra o clima e na apropriação do solo. Trata ainda do efetivo humano e das concentrações demográficas no Ceará. É trabalho muito informativo.

— Barão de Studart.

t. esp. 1938, 109-111.

Notas biográficas do falecido Barão de Studart. Transcrição do **Boletim do Rotari Clube de Fortaleza**, de 16-11-1938.

— A capacidade irrigatória do açude "Orós".

t. XLI, 159-166.

Diz o A. que o assunto predileto sôbre as grandes obras de irrigação do nordeste brasileiro foi sempre da capacidade irrigatória dos açudes, especialmente o de Orós, o maior e mais eficiente dentre os dez que a Inspetoria de Sêcas pretendia construir. Como até então não se estabelecera a verdadeira capacidade irrigatória do Orós, variando de 40.000 a 200.000 hectares por ano as estimativas, decidiu o A. fazer paciente investigação, procurando uma solução que acabasse com a divergência, que provinha do modo irregular e empírico com que se discutia a questão. Neste artigo escreve as suas conclusões, terminando por afirmar que a capacidade do Orós é de 85.000 hectares de terra, mesmo que sobrevenham dois anos sucessivos de grandes sêcas.

— Contribuição para o estudo das afinidades do Kariri.

t. XLII, 3-21.

Após algumas considerações gerais sôbre os Cariri, apresenta grupos de palavras mostrando afinidades das mesmas com os grupos tupi, animará, ketchua, caribe e gê, e sugerindo que as línguas apontadas resultam da diferenciação de um mesmo idioma, falado em qualquer região da América, porém mais antigo.

— Os crânios da gruta do Canastra.

t. LVI, 153-193.

Valiosa contribuição à antropologia física dos índios do Brasil. Em 1937, a Sociedade Cearense de Geografia e História de Fortaleza, informada de que na serrota do Corrente, perto do lugar Santa Maria do município de Sobral, fôra descoberto um cemitério indígena, constituí uma comissão para exame do mesmo. A comissão encontrou alguns vasos de argila, de forma troncocônica, com ossadas, agrupados uns ao lado dos outros. O material antropológico foi obtido pelo Instituto do Ceará e constitui o objeto do presente estudo craniológico. São 12 os crânios estudados. Há ainda observações complementares e comparações étnicas. O autor indica as obras e autores consultados.

— Discurso.

t. esp. 1924, 5-10.

Pronunciado na sessão comemorativa do 1º centenário do jornalismo cearense a 1º de abril de 1924. Traça em resumo, a história do jornalismo cearense.

— Discurso.

t. esp. 1924, 581-593.

Discurso pronunciado na sessão solene do Instituto a 26-8-1924, comemorativa do primeiro centenário da Confederação do Equador. O A. comenta a obra de Eusébio de Sousa e procura investigar a psicologia daquela época. Estuda as origens do movimento, acentuando a agitação e anarquia provocadas pela Independência.

— Os dois primeiros capítulos da protohistória cearense.

t. LVII, 71-147.

Trata-se de excelente estudo, de grande erudição, contendo os dois primeiros capítulos do livro **Protohistória do Ceará**, monografia nº 4 da História do Ceará. Editorial do Instituto do Ceará, 1946, 243 p.

— Dois topônimos cearenses. (Quixeramobim e Ubatuba).

t. LIV, 63-67.

O A. transcreve uma carta de Teodoro Sampaio ao Sr. Luís Studart, datada de 3 de abril de 1931, a propósito dos dois topônimos Quixeramobim e Ubatuba. Sampaio entende que a palavra Quixeramobim não é de origem cariri, mas de outro grupo tapuia, e que a palavra Ubatuba é de origem tupi. Tomás Pompeu tece algumas considerações em tôrno da carta e dos dois topônimos, discordando quanto à significação da palavra Ubatuba.

— Ensaio de crítica científica de arte.

t. LVI, 123-134.

O A. examina as possibilidades de uma teoria científica da crítica artística.

— Estrutura geológica do Ceará. Noções estratigráficas e geogenia.

t. LV, 159-175.

O A. estuda o complexo cristalino, a era proterozóica, as denudações, a era mesozóica, senozóica e psicozóica ou quaternária. Esboça depois a geogenia do território cearense. Trata-se, assim, de contribuição à geologia do Ceará.

— Etymologia de algumas palavras indígenas.

t. XXXIII, 208-227.

O A. interpreta algumas palavras de origem indígena.

— O fator moral na construção dos grandes açudes. As grandes barragens cearenses.

t. XLVII, 78-88.

Êste trabalho foi originalmente publicado n'O Povo, de 26-3-1931. Trata-se de crônica sôbre as responsabilidades morais dos engenheiros construtores de açudes. O A. aponta os males que poderiam causar os desastres, desabamentos e rompimentos dos açudes.

— O homem do Nordeste.

t. LI, 321-388.

O A. pretende definir o homem nordestino e para isso faz uma análise da geografia histórica da região do nordeste. Estuda a área da caatinga, seu clima, temperatura, a casa, família, caminhos, as etnias, a história do povoamento com a introdução dos negros, a influência indígena e a miscigenação. Procura determinar o normotipo, descrevendo a alimentação, trabalho, várias qualidades físicas e intelectuais, as doenças mais freqüentes. Estuda a moral sertaneja e o direito penal do sertão, a economia e o meio comercial. Como se vê, abrange matéria variada e vasta. O autor fornece alguns dados estatísticos.

— Indios fulniô. Karnijós de Pernambuco.

t. XLIX, 31-58.

O A. escreve uma ligeira introdução sôbre os tapuias nordestinos e especialmente sôbre os Karnijó. Declara não aceitar a classificação de Rodolfo Garcia de que os Karnijó são Cariri. Baseia-se em material linguístico recolhido por Mário Melo, J. C. Branner e um Sr. Jacobina, do Serviço de índios, para afirmar que a língua dos índios Karnijó difere consideràvelmente da dos Kariri. Não nos parece suficiente o acervo linguístico aproveitado pelo autor para uma conclusão tão positiva. Seguem-se as notas gramaticais.

— Indios merrime.

t. XLV, 5-35.

O autor faz algumas considerações gerais sôbre os índios do Maranhão; publica um quadro linguístico comparativo para dar uma idéia da uniformidade linguística das tribos indicadas e, finalmente, apresenta um vocabuláro merrime-português, por êle organizado com três grupos de índios. Os Merrime pertencem ao grupo dos índios Canela e o A. dá uma nota bibliográfica sôbre o que se tem escrito sôbre êles. O vocabulário ocupa da p. 13-35. Trata-se de contribuição original.

— índios Tremembés.

t. LXV, 257-267.

Contribuição histórica sôbre os Tremembé, antigos indígenas habitantes do Ceará.

— José Martiniano de Alencar. O Homem.

t. XLIII-XLIV, 1-19.

Após oferecer alguns dados biográficos de José de Alencar (1829-1877), o A. traça o seu perfil literário, analisando as suas principais obras. Baseia-se nesta parte nos conhecidos autores de história literária brasileira.

— Lendas mehin.

t. XLIX, 189-217.

O A. precede a publicação de algumas lendas mehin de considerações gerais sôbre a relação entre as lendas e os sonhos. Os índios Mehin vivem no sertão do Maranhão, bacia do rio Corda. As lendas transcritas são as seguintes: Kenegumã, e Hokti (sôbre a origem dos pássaros); Menegumã e Kukói, Dzawô, Tet. txuá e

Pótxête, Pódwô, Pud e Pudlêra (sôbre o sol e a lua), Aukê. A seguir, vêm Notas sôbre as lendas, explicando a sua significação.

— Os litóglifos da Pedra do Oratório e uma hipótese relativa às origens das inscrições rupestres.

t. XLVIII, 5-30.

O A. descreve e estuda os litóglifos da Pedra do Oratório, situada a 59 km ao sul da cidade do Quixadá. Formula a hipótese de que a inscrição teria sido uma das antigas, quiçá até das primeiras que foram gravadas na América do Sul, rivalizando, neste ponto, com algumas do Oeste da América do Norte.

— O "mapa de Pero Coelho". Considerações gerais, autoria, data, toponímia.

t. LXII, 139-165.

O autor estuda o mapa geográfico seiscentista, elaborado na 1ª década do século XVII, por Pero Coelho de Sousa. Como todos os trabalhos do autor, êste examina exaustivamente o valioso documento cartográfico, apenso ao Manuscrito "Razão do Estado do Brasil", escrito na segunda década daquele século. O exame toponímico e o estudo da relação com outros mapas constitui uma das mais valiosas contribuições dêste artigo.

— O Nordeste e as suas feições geográficas mais características.

t. LII, 57-141.

Boa descrição do clima, hidrografia, rios, serras, planaltos e planícies do Ceará. Como contribuição à geografia estadual merece ser consultada.

— Nota bibliografica sobre o livro de Rodrigo Otavio **Les sauvages americains devant le droit**.

t. XLVII, 217-220.

— Parenthese geographico.

t. XLVI, 137-176.

Trata-se de crítica ao livro de Fidelino de Figueiredo **Parêntesis anti-geográfico**. A enorme análise não é ordenada, clara e bem fundamentada. O A. faz grandes explanações teóricas sôbre a história e sociologia, comparando-as com a patologia, a biologia, etc.

— Pontos controvertidos.

t. XLVI, 233-240.

Responde à crítica que lhe fez Carlos Pereira, a propósito do artigo que escrevera sôbre o **Retrato do Brasil**, de Paulo Prado.

— Povoamento do Nordeste brasileiro.

t. LI, 107-162.

Valiosa contribuição para a história do povoamento do Nordeste. O A. estuda os primitivos habitantes, os ciclos de povoamento (3 ciclos), e o estado atual da distribuição demográfica.

— Pré-História Cearense.

t. LXVI, 36-181.

O A. trata do povoamento pré-colombiano do Nordeste Brasileiro. É nova contribuição do A. da **Proto-História Cearense** (1946). Lista das obras consultadas às pags. 166-181.

— Protohistória cearense. Cap. 3 e 4.

t. LVIII, 15-173.

Contém o 3. e 4. capítulos do erudito e competente estudo reproduzido na monografia n.º 4, Proto-história do Ceará, 1946, Editôra do Instituto do Ceará, p. 243.

— Relatório do "Brasão de Armas" [illegible]

t. XLIII-XLIV, 145-246.

O A., receoso de que a obra de Paulo Prado, "Retrato do Brasil", repercutisse desfavoràvelmente na mocidade brasileira, decidiu criticá-la, negando a tese de que a cobiça e a luxúria do colonizador português provocassem a tristeza brasileira. Seu trabalho é longo, mal ordenado, sem sistema e sem boa base teórica, citando escritores de autoridade contestável e não recorrendo a documentação original. Tenta provar, por exemplo, que a tese de Paulo Prado de que a era dos descobrimentos foi em parte o resultado da libertação, no mundo ocidental, do mêdo de Deus e do Diabo, é falsa, porque a Inquisição continuou a regular a vida dos povos cristãos. O A. se esquece que a Inquisição só apareceu exatamente porque a heresia, a descrença e o ceticismo começavam a invadir a alma católica, antes incapaz de se insurgir. A Inquisição é assim uma reação à liberdade de pensamento. Essa crítica foi também publicada em folheto.

— Significação de algumas palavras indígenas.

t. XLVII, 179-184.

O A. interpreta as seguintes palavras indígenas: acaracu, aracoiaba, crateús e papará.

— Taquias do Nordeste.

t. LIII, 221-235.

O A. começa mostrando a dificuldade em verificar a que grupo étnico linguístico pertence cada uma das numerosas tribos tapuias. Distingue a cultura tapuia de caráter continental da tupi litorânea no nordeste do Brasil, e define na época protocolonial três áreas culturais: 1) a litorânea dos tupi, que dominavam a costa; 2) sublitorânea que se expandia além do litoral; e 3) a do interior, onde viviam os cariri. Com os poucos dados linguísticos disponíveis, procura distinguir duas grandes famílias tapuias da região: a dos Tarairiu e a dos Kariri.

— Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman.

t. XLVIII, 7-28.

O A. faz, a princípio, uma interessante introdução sôbre o conhecimento colonial relativo aos tapuias, declarando que antes da invasão holandesa tudo que se sabia provinha dos tupi inimigos dos tapuia. Aponta os cronistas e missionários que entraram em contacto com os cariri e afirma finalmente que a Descrição de E. Herckman avulta pela abundância de detalhes e fidelidtade dos informes. Dedica pequeno trecho a esta monografia, dizendo serem suas informações justas e de muito valor sôbre o aspecto etnográfico e histórico. Transcreve então o trecho da "Descrição sôbre os Costumes dos Tapuias", segundo a tradução feita em 1886 por José Higino na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. As notas de pé de página, críticas e comparativas, baseadas em cronistas da época, permitem extrair excelentes dados sôbre a vida e os costumes dos tapuias nordestinos. É, assim, contribuição original, valiosa e interessante, não só para a etnografia como para a história dos holandeses no Brasil.

— Sistema de parentesco dos índios Cariris.

t. LXI, 163-180.

O A., com sua reconhecida competência e baseado em excelente e moderna bibliografia, estuda a região, a família, a estrutura terminológica e o sistema de parentesco dos Cariri.

— Topônimos indígenas dos séculos XVI e XVII na costa cearense.

t. LIX, 156-205.

Magnífica contribuição sôbre os topônimos indígenas no Ceará. O A., com alta

competência e rigoroso método, declara de início que os velhos indígenas da costa do Ceará, considerada do delta do rio Parnaíba à foz do rio Apodi, podem ser enquadrados dentro de vários períodos ou ciclos, com significação própria e regular caracterização. Afora o estudo individual de cada topônimo, a parte inicial é uma admirável lição de método histórico aplicado a êstes estudos.

— Vicissitudes da costa cearense.

t. LX, 116-184.

O A., em suas próprias palavras, fixa os primitivos extremos das costas cearenses ao sul e ao norte e, em seguida, acompanha o processo de expansão e retração até a fase atual, quando, estabilizada definitivamente a linde setentrional, na foz do rio Timonha, se intenta acerta de modo permanente o limite meridional em um dos pontos contestados: foz do rio Apodi, advogada pelo Estado do Ceará, ou morro do Tibau, almejado pelo Estado do Rio Grande do Norte.

— Vocabulário dos índios mutuans do Yamundá.

t. L, 69-77.

Baseado em vocabulário mutuan, colhido pelo Sr. Tristão de Carvalho, o A. aventa a hipótese de que o falar dêsses índios mutuans seja Karaíba. Acresce que moram numa região em que predominam os Karaíba. Após algumas observações gerais, dá o vocabulário comparativo, com 25 línguas indígenas.

— MAGALHÃES, Basílio de

— Tres obras de historia.

t. LXIII, 279-282.

Resenha crítica sôbre a **Protohistoria Cearense**, de Pompeu Sobrinho.

— Notas e transcrições.

t. XLV, 223-240.

Da p. 227-233, Carlos Pereira comenta a monografia de Pompeu Sobrinho criticando o **Retrato do Brasil**, de Paulo Prado.

— Registo bibliographico.

t. XLIII-XLIV, 364-374.

Notícia bibliográfica do livro **O cearense e a literatura regional**, de Pompeu Brasil, assinada A. T. (373-374).

**O Brasil Hollandez. Por J. B. Hafkemeyer.**

t. XXXVI, 294-307.

Crítica bibliográfica do livro de Waetjen: **O Império colonial holandês no Brasil**, Gotha e Haag, 1921. Resume partes do livro e transcreve algumas informações econômicas.

**BRESCIA, Timoteo Zani da, frei**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia de Frei Timoteo Zani da Brescia, misionário capuchinho, autor de **Al Pará, Maranhão e Ceará, Brasile del Norde, Note de viaggio**, 1903 (p. 241-242).

**BRICOUT, Pierre**

— Registro bibliografico.

t. XLVII, 215-220.

Nota bibliográfica sôbre o livro de P. Bricout **Microenergética**, assinada A. T. da C. (216.).

**BRIGIDO, Virgilio (1854-1920).**

— Ligeiras considerações sobre as lutas de 1824.

t. II, 3-8.

O A. descreve alguns episódios sangrentos das lutas de 1824 que, segundo êle, foram inteiramente inspiradas pelo fanatismo de um povo ignorante e sectário.

— O pessimismo. (Conferencia).

t. III, 123-140.

Dissertação acadêmica sôbre o pessimismo na filosofia, desde a antiguidade. Sem a menor importância.

**BRITO, Raymundo Farias ( -1917).**

— Divagações em torno de uma grande mentalidade.

t. VI, 115-133 e 193-199.

Artigo expositivo sôbre a filosofia de Spencer e o método associacionista.

— CUNHA, Álvaro Emilcar da (1874-1957).

Farias Brito.

t. XLVIII, 83-87.

O A. faz ligeiras considerações sôbre a obra de Farias Brito, falecido em 1917.

— Um inedito de Farias Brito.

t. LIV, 125-135.

**BRITO, Anisio, ed.**

— Documentos relativos à adhesão do Piauhy à Confederação do Equador. Colligidos pelo dr. Anisio Brito.

t. XXXVI, 76-163.

Documentos e peças oficiais sôbre a adesão do Piauí à Confederação do Equador. A maioria dos documentos é assinada por Manoel de Souza Martins, Barão da Parnaíba, Presidente da Província, e datados de 1824 e 1825. Contém três peças de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, datadas de 3 de maio, 14 de maio e 16 de junho de 1824.

**BRUNDSEIL, João**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

O Barão trata, às p. 205-206, de Brundseil, pintor e desenhista alemão. A êle se devem as pinturas que adornavam as bandeirolas das portas do salão nobre do Palácio dos Presidentes do Ceará e retratos de várias famílias de Fortaleza.

**BRUNET, Luis ou João Jacques**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIII, 239-248.

Entre outros estrangeiros que estiveram no Ceará, o A. regista o nome de Luís ou João Jacques Brunet, com uma pequena notícia.

**BUEJO, Raul**

— Reminiscencias de um simples.

t. XLVII, 65-77.

O A. historia a vida política cearense desde a presidência de J. J. de Albuquerque Barros até a República. Conta em detalhes as lutas partidárias dos liberais e conservadores e a influência dos ministérios federais na política cearense. O autor recorda pessoalmente alguns fatos sucedidos no govêrno de Satiro Dias (1883), quando era criança, até a instalação da República. Dá uma lista bibliográfica dos trabalhos consultados.

**BULCÃO, Hiram Soares**

— Discurso.

t. LVI, 218-222.

Proferido em agradecimento, em nome da família Soares Bulcão, na sessão de 17 de agôsto de 1942, em que o Instituto do Ceará comemorou o 30º dia do falecimento de José Pedro Soares Bulcão. (1873-1942).

**BULCÃO, José Pedro Soares (1873-1942).**

— Arraial. (Villa de S. João da Uruburetama).

t. XLV, 145-178.

Estudo bem documentado, embora mal ordenado, sôbre a mudança do nome da Vila de São João da Uruburetama. Só a partir de 1899 é que, por têrmo de 28 de julho, se deu à vila de São João do Arraial a atual denominação de São João de Uruburetama, inovação que o A. considera desnecessária e sem justificativa.

— O comendador João Gabriel.

t. LIII, 199-205.

O A. procura corrigir e retificar enganos e omissões cometidos em artigo anterior, sôbre o mesmo assunto (t. 46, 1932). É extraído do Almanaque do Ceará de 1939.

— O Commendador João Gabriel. A origem do nome Acre.

t. XLVI, 25-40.

O A. escreve a biografia de João Gabriel de Carvalho e Melo (1820-1895), primeiro cearense emigrado para o interior do Amazonas e iniciador das correntes imigratórias que se sucederam desde as grandes sêcas de 1845-1871, para aquela provincia. João Gabriel levou em 1857 para Itapá, perto da foz do rio Purus, 40 famílias maranhenses e cearenses, destinadas a explorar os seringais, óleo de copaiba, salsa, etc. Explorou o Purus acima até Arimã e Tauariá, onde se localizou definitivamente e onde viveu o resto de sua vida, mesmo depois de ter chegado além da confluência do Acre. Em 1869 voltou ao Ceará e, retornando no mesmo ano, levou 53 amigos e parentes, os quais, de volta ao Ceará, iniciaram a partir de 1877, data da grande séca, o movimento imigratório cearense para o Amazonas. Foi assim um dos grandes colonizadores e exploradores da indústria extrativa amazonense.

— Placido de Castro.

t. LI, 185-199.

Descreve a ação de Plácido de Castro, revolucionário e administrador que organizou politicamente o Estado Independente do Acre, após a capitulação definitiva dos bolivianos em 24-1-1903 e governou o Acre Meridional. Mostra a origem de sua fortuna, feita na exploração dos seringais e no comércio de gado.

— S. José da Serra de Uburetama. Freguezia de Nossa Senhora das Mercês, antiga Vila da Imperatriz, hoje Vila Velha.

t. LIII, 237-262.

Historia o autor a criação da freguesia de Nossa Senhora das Mercês, no local onde se erigiu a capela de Nossa Senhora das Mercês, em 30-8-1757. Segue-lhe o desenvolvimento, contando lutas e sucessos de sua história desde a época em que era denominada de povoado de São José da Serra da Uruburetama, até sua transferência em Vila da Imperatriz, em 17-10-1823, e em Vila Velha em 20-12-1938.

— Subsidio para a historia do Departamento do Alto Puruz.

t. LIV, 5-62.

Diz o autor, em nota preliminar, que estando êle em Serra-Madureira nos anos de 1915 a 1918 como "Encarregado do primeiro pôsto fiscal do Alto Purus" e sendo prefeito do departamento o Dr. Samuel Barreira, foi êle incumbido de escrever uma

história do Alto Purus. Não quis, entretanto, escrever a parte relativa à administração do Dr. Samuel Barreira; assim, seu trabalho ficou incompleto. Publica-o agora, sem atualizá-lo.

Inicia seus subsídios com o descobrimento e exploração, trata das questões de limites, da administração amazonense, das insurreições acreana e da ação de Plácido de Castro, o "modus vivendi" acordado entre o Brasil e a Bolívia. Trata ainda das missões peruanas e do incidente do São Salvador. Fala das negociações diplomáticas entre o Brasil e o Peru e do Tratado de Petrópolis de 27-11-1903, entre o Brasil e a Bolívia, que liquidou de vez o litígio de fronteiras entre as duas nações. Fala da instalação da prefeitura do Alto Purus e dos prefeitos que a administraram até iniciar-se a do Dr. Samuel Barreira.

— Os mortos do Instituto em 1942.
t. LVI, 235-239.
Regista-se a morte de José Pedro Soares Bulcão.

— ROCHA, Demócrito
A vida sentimental de Soares Bulcão.
t. LVII, 247-267.
Soares Bulcão.
t. LVI, 200-225.

# C

**Cabanada. 1834-1837.**

— SANTOS, João Brígido dos (1829-1921).
Homens da terra. Eduardo Francisco Nogueira Angelim.
t. XXIII, 266-279.

**Cacau**

— Documentos.
t. L, 187-195.

**Café**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Ligeiras notas sôbre o café no Estado do Ceará.
t. XLII, 93-102.
Os Xerez.
t. XXXII, 59-61.
Reprodução do Unitário, de 20-6-1916. Nêle se traça a genealogia do Capitão José Xerez, que em 1747 pela primeira vez plantou, no seu sítio Santa Úrsula, um pé de Café. Dêle se originaram quase todos os cafêeiros do Ceará.

**CAIGNY, Majolo de, d (1862-1939).**

— LUNA, Joaquim G. de, monge beneditino.
Os monges beneditinos no Ceará.
t. LXVI, 220-240.
Trata de d. Majolo de Caigny, p. 231-236.

**CALABAR, Domingos Fernandes**

— "Gremio Literario Cearense". Jury historico. Julgamento de Calabar.
t. XXXII, 358-361.

**CALOEN, Gerardo van, monge beneditino (1853-1932).**

— LUNA, Joaquim G. de, monge beneditino.
Os monges beneditinos no Ceará.
t. LXVI, 220-240.
Trata de d. Gerardo van Caloen, p. 21-231.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 236-238.
D. Gérard van Caloen foi beneditino reformador da Congregação Beneditina no Brasil.

**CALOGERAS, João Pandiá**

— Capistrano de Abreu. Discurso proferido... na sessão do Instituto Historico.
t. XLI, 259-272.
O A. faz um excelente estudo do grande historiador e de sua obra e influência na historiografia brasileira.

**Calvinismo**

— VIEIRA, Antônio, padre (1608-1697).
Relação da Missão da Serra de Ibiapaba pelo Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus.
t. XVIII, 86-138.

**CAMARA, J. E. Torres**

— A Confederação do Equador. José Martiniano de Alencar.
t. esp. 1924, 273-354.
O A. formou êste trabalho com excertos de livros e jornais, especialmente a edição do **Jornal do Comércio** comemorativa do primeiro centenário da Independência, dos Anais do Parlamento e peças oficiais, algumas acompanhadas de notas e comentários. É o próprio autor quem isso declara em nota inicial, mostrando assim não haver unidade na obra. Pretende provar com os trechos ajuntados que a Confederação do Equador, em 1824, foi uma conseqüência da dissolução da nossa primeira Constituinte, a 12-11-1823, e nunca informada por idéias separatistas. Pretende mostrar ainda que um dos seus chefes, o senador Alencar, em 7-4-1831, desempenhou papel decisivo para a manutenção do Império e da unidade nacional.
— A Independência. Ligeiro historico.
t. XLI, 81-124.
O A. sumaria, em artigo ligeiro, mal escrito e ordenado, a história da independência, desde a revolução do Pôrto, de 1820, até o ato de 9-1-1822, conhecido na história do Brasil como o "Fico".

**CAMARÃO, Antônio Felipe (1601-1648).**

— COSTA, Francisco Augusto Pereira da
D. Antonio Felipe Camarão.
t. XXXII, 323-333.
— PINHEIRO, J. C. Fernandes.
D. Antonio Felipe Camarão.
t. XXXV, 44-50.
— SOUTO MAIOR, Pedro
Dous indios notaveis e parentes proximos. Pedro Poty e Philippe Camarão. Documentos interessantissimos e ineditos.
t. XXVI, 61-71.
— SOUSA, Eusebio de
A epopéia de Camarão.

t. XXXII, 143-151.

**Camelos no Ceará**

— BARROSO, Gustavo

Os camelos no Ceará.

t. XLI, 69-74.

Os camelos no Ceará.

t. L, 234-239.

Transcrição de um artigo d'**O Povo**, de 7-1-1934, sôbre a tentativa mal sucedida de aclimatação dos camelos no Ceará, em 1859.

— RAPOZO, Ignacio

Martyrologio dos camelos no Ceará.

t. XLVIII, 237-244.

**CAMINHA, Pero Vaz de (1450?-1501).**

— ABREU, João Capistrano de (1853-.927).

Vaz de Caminha e sua carta.

t. XXIV, 134-147.

**CAMPOS, João da Silva (1880-1940-.**

— Os mortos do Instituto em 1940.

t. LIV, 283-287.

Regista-se o falecimento, entre outras pessoas, do Dr. João da Silva Campos.

**CAMUCIM, Geminiano Maia, barão de (1847-1916).**

— Barão de Camucim. (Homenagem do Instituto do Ceará no dia comemorativo do primeiro centenário do seu nascimento — 2 de fevereiro de 1947).

t. LXIII, 105-116.

**Canindé**

— COSTA, João Facundo Vieira da

Notas politicas e religiosas da Villa de Canindé no Estado do Ceará, a datar do seculo passado.

t. XX, 53-68.

— LEITÃO, Luiz de Sousa, padre

Notas politicas e religiosas da vila de Canindé.

t. XVI, 46-59.

— ROCHA, Augusto

Notas chronologicas de Canindé.

t. XXVIII, 286-302.

**Canindeenses illustres Por Augusto Rocha.**

t. XXXV, 168-184.

**Capelas**

— BERGAMO, Cyrillo de, frei

Apontamentos historicos das capellas da parochia de Canindé.

t. XXXVI, 430-447.

— Capela de Nossa Senhora dos Remedios do Curral-Grande. (Documento offerecido pelo consocio Antonio Bezerra).

t. XX, 179-181.

Trata-se da transcrição da escritura de doação e patrimônio que fazem o Capitão-mor Pedro Barroso Valente e sua mulher D. Maria de Souza à capela que pretenderam erigir no lugar do Curu, sítio do Curral-grande. Datada de 29-4-1742.

— Documentos para a historia da Capella de Nossa Senhora da Conceição do Oiteiro da Prainha, em Fortaleza.

t. XIV, 128-136.

— Documentos sobre a Capella de S. Bernardo, em Fortaleza.

t. XIV, 275-278.

— Escriptura de contracto da obra da Capella Mor de Fortaleza.

t. XII, 214-216.

Documento oferecido por Guilherme Studart. Datado de 12-1-1795.

— SANTOS, Benedicto

As Capelas de São José em Aracaty.

t. XXXI, 354-367.

**Capitães-mores no Ceará**

— MENEZES, Luiz Barba Alardo de

Memoria sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes.

t. XI, 36-60.

Entre muitas outras informações, o governador Menezes dá uma lista dos capitães-mores governadores da capitania do Ceará Grande e dos seus governadores independentes.

**Capitania do Ceará.**

— Capitania do Ceará.

t. XXIII, 296-308.

Documento da Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos, Ceará, Lata 3ª, Documento 6, oferecido pelo Barão de Vasconcelos. Descreve sumàriamente a geografia, história e organização política e administrativa do Ceará. Dá o número de habitantes em 1811 (130.396 habitantes). Descreve ainda as várias vilas, como a de Fortaleza, Soure, Arronches, Mecejana, Aquirás, Montemor o Novo, Santa Cruz do Aracati e outras. Dá o rendimento da Alfândega e o número de tropas.

— MONTAURY, João Baptista de Azevedo

Noticia geral da Capitania do Seará Grande.

t. XLIX, 85-100.

— Noticia da Capitania do Seará. Os indios offerecem aos côtrarios entregar-lhres o reduto que nella temos o qual ganhão sem resistencia. Anno 637.

t. XX, 229-230.

Extraída da Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica, de Brito Freire, Livro X, p. 422 e 423, ed. de Lisboa, 1675.

— PINHEIRO, Manuel, padre

Notizie della capitania del Seará e de patimenti de nri padri nella fondazione della casa nostra.

t. XLVI, 200-205.

— SANTOS, João Brigido dos

A Capitania do Ceará. Seu comercio.

t. XXIV, 172-185.

**CARAPINIMA, Feliciano José da Silva.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Ligeiros traços biographicos dos martyres de 1824.

t. esp. 1924, 618-634.

Dados biográficos de Feliciano José da Silva Carapinima, p. 631-633.

**CARDOSO, Graccho**

— O tricentenário.

t. XVII, 33-36.

Transcrição d'A República, de Fortaleza. Crônica em tôrno da comemoração do tricentenário da chegada dos portuguêses ao Ceará.

— Tricentenário da vinda dos primeiros portuguezes ao Ceará.

t. XVII, 229-241.

Descrição das festas comemorativas do tricentenário. Transcrição d'A República, de Fortaleza.

**CARIRI**

— ARAÚJO, Antônio Gomes, padre

Os Arnaud no Cariri.

t. LXVII, 68-80.

— BEZERRA, Antônio

Cariri.

t. LXVIII, 257-260.

— BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa, sobrinho

Contribuição para o estudo das afinidades do Kariri.

t. XLII, 3-21.

Sistema de parentesco dos índios Cariris.

t. LXI, 163-180.

— CARVALHO, José (1872-1933).

Mais uma tradição sobre a descoberta do Cariri.

t. XLV, 111-117.

— GIRÃO, Raimundo.

Tentativa de interpretação do Cariri.

t. LXVII, 34-41.

— GOEJE, C. H. de

O cariri. (Nordeste Brasileiro). Tradução do alemão de Oswaldo de Oliveira Riedel.

t. LII, 201-215; t. LXIV, 210-251.

**Cariris e Karnijós**

— BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa, sobrinho.

Indios fulinôs. Karnijós de Pernambuco.

t. XLIX, 31-58.

**Cariris Novos, Província dos**

— Provincia dos Cariris Novos. Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Camara dos Deputados.

t. VI, 222-226.

Documento oferecido e anotado por Paulino Nogueira Borges da Fonseca, no qual se chama atenção para a conveniência e pública utilidade da criação da província dos Cariris Novos. A povoação fôra elevada à vila em 1764, com a denominação de Crato.

**CARNEIRO, Antonio de Mariz**

— Extracto do Regimento de Pilotos e Roteiro da navegação e conquistas do Brazil, Angola, S. Tomé, Cabo Verde, Ilha e Indias Occidentais. Pello Dezembargador Antonio de Mariz Carneiro, ... Publicado por Manoel da Silva, Anno 1655.

t. III, 226-231.

O Extrato compreende a parte referente ao Maranhão (Ceará). Foi oferecido ao Instituto, por cópia, pelo Dr. Guilherme Studart, que o colheu na Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

**CARNEIRO, C. A. Rocha**

— As armas do Estado.

t. XLVIII, 272-275.

O A. critica a lei estadual n. 393, de 22-9-1897, que mandou adotar as Armas do Ceará. Diz que o brasão está descrito no texto da lei em absoluto desacôrdo com a tecnologia heráldica e faz um apêlo no sentido de que sejam retificadas as falhas e redigida a legenda corretamente, mediante novo decreto.

Carne Sêca

— BRAGA, Renato

Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste.

t. LXI, 149-162.

Caroá

— Carta do Bispo d. José Joaquim de Azeredo Coutinho sobre os índios da Capitania.

t. XI, 124-128.

**Carta ao comendador dr Antonio Pinto Nogueira Accioly, Por Paulino Nogueira Borges da Fonseca.**

t. X, 330.

O presidente do Instituto do Ceará comunica ao presidente do Estado a mudança de sede (ofício datado de 25-7-1896).

**Carta ao desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, pelo dr. Guilherme Studart.**

t. X, 331.

Comunica ter feito entrega ao secretário do Instituto das coleções da Revista que se encontravam sob sua guarda. Datada de 1-10-1896.

**Carta ao dr. P. Thèberge, de João Brígido dos Santos. (Crato, novembro 1859).**

t. II, 109-120.

Relata as últimas lutas das fôrças da República do Equador com as fôrças legalistas, a dispersão das primeiras e a fuga de alguns chefes republicanos.

**Carta da Junta da Real Fazenda de Pernambuco, autorizando o provedor da Capitania do Ceará-grande a mandar fazer uma estacada para as peças de artilhariá da fortaleza.**

t. XI, 232.

Datada de 19-1-1790.

**Carta de Agostinho Enéas da Costa a Luiz Monteiro Maia, relatando a proclamação da República no Ceará (1889).**

t. LIX, 72-73.

Documento do arquivo do Instituto.

**Carta de Dom Diogo de Menezes a El-Rei sobre a conquista do Maranhão.**

t. XXIII, 66-69.

**Carta de Duarte Sodré Pereira a El-Rei. Documento para a Questão Grossos.**

t. XVIII, 74-79.

Documento oferecido pelo Barão de Studart. O autor, Duarte Sodré Pereira Tibaú, governador e capitão general de Pernambuco, de 1727 a 1737, escreve ao rei para expor a grande despesa que se fazia com os postos e presídios da capitania da Paraíba, sem qualquer proveito. Descreve não só a capitania da Paraíba, suas rendas, ou melhor sua pobreza, com a vila de Alagoas, a capitania do Ceará, a do Rio Grande do Norte. Encara mais as rendas do que as divisas. O sub-título indica que a revista julga êste documento valioso para a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

**Carta ao, Carta XIX em que se dá noticia da Commarca do Ceará Grande dividida em tres**

**grandes districtos: com a descripção de cada hum delles, rios que os cortão e barras que fazem no mar. Povoações que ali se achão; natureza, e produçoens dos seus terrenos; mineraes que ali se teem descuberto, e generos em que se comercea ao que accede a não vulgar noticia das Minas de Ouro nos Cariris Novos. Por Luiz dos Santos Vilhena.**

t. XXI, 149-181.

**Carta do Bispo d. José Joaquim de Azeredo Coutinho sobre os indios da Capitania.**

t. XI, 124-128.

**Carta do Illmo. Snr. Consº Alencar Araripe ao Director da "Revista do Instituto do Ceará".**

t. X, 129-133.

Carta ao Barão de Studart, datada de 8-9-1895, em que acusa o recebimento de um folheto do barão com os documentos relativos a Martim Soares Moreno O missivista estende-se em considerações sôbre a formação de nomes de cidade, dando exemplos tirados das linguas inglêsa, francêsa e alemã. Diz ser partidário de que a capital do Ceará continui a se chamar Fortaleza, mas que em caso de mudança preferiria que se chamasse Morenópolis (em homenagem a Soares Moreno) e não Iracema, conforme sugerira o Barão de Studart.

**Carta patente de nomeação de Diogo Coelho de Albuquerque para Capitão-Mor do Ceará. (Colleção Studart).**

t. XXVI, 45-46.

Esta Carta Patente foi extraída da Biblioteca Nacional de Lisboa, Chancelaria de D. João IV, Livro 19, f. 57v. Diogo Coelho foi nomeado aos 13-7-1645. Governou até 1646, quando seguiu para o Rio de Janeiro.

**Carta que aos Eleitores da Provincia do Ceará dirige José Martiniano d'Alencar, deputado pela mesma Provincia.**

t. XXVII, 312-363.

**Carta regia sobre salinas do Ceará.**

t. VI, 185.

Datada do Rio de Janeiro, 27-9-1808.

**Carta Regia sobre se fazer a reducção do gentio na Costa do Ceará. (Doc. offerecido pelo Dr. Barão de Studart).**

t. XX, 172.

Datada de Lisboa, 2-9-1684.

**Cartas do Ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva ao Presidente José Martiniano de Alencar.**

t. XXII, 104-154.

**Cartas do Padre José Martiniano de Alencar, Presidente do Ceará a Manoel do Nascimento Castro e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.**

t. XXII, 3-103.

**Cartas enviadas ao "Jornal do Commercio" do Rio, por Gonçalves Dias durante sua estadia no Ceará como membro da Comissão Scientifica.**

t. XXXVIII. 213-230.

**Cartografia**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Resenha de cartas, plantas e mapas do Ceará. Seculo XX.

t. XXXVI, 374-380.

As cartas, mapas e plantas são numeradas. A última, n. 38, é de 1922. Continúa

o trabalho publicado na **Revista da Academia Cearense**, 1916, p. 65-135. É valiosa fonte informativa.

**Cartografia do Ceará**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Geographia do Ceará.

t. XXXVII, 160-384.

A parte final dêsse estudo do Barão de Studart é dedicada à cartografia, mapas, cartas, etc., referentes ao Ceará, desde a primeira contribuição à cartografia do Ceará, ou seja o mapa que se encontra no livro "**Razão do Estado do Brasil**". Faz uma espécie de catálogo das cartas e mapas referentes ao Ceará, registando 162 itens. A **Razão do Estado do Brazil**, 1612, foi publicada por Engel Sluiter na **Hispanic American Historial Reviev**, vol. XXIX, nº 4, novembro, 1949.

**Cartografia. Século XVI.**

— HAFKEMEYER, J. B., padre.

A costa septentrional do Brasil na cartographia dos primeiros lustros do seculo 16.

t. XXVI, 47-60.

**CARVALHO, Alfredo de (1870-1916).**

— Um botanico inglez no Ceará, de 1838 a 1839.

t. XXVI, 143-205.

Nota introdutória escrita por Alfredo de Carvalho, mostrando as excelências das observações de George Gardner (1812-1849). Dá alguns dados biográficos e as várias edições de sua obra, da qual extraiu e traduziu os trechos aqui transcritos. Gardner visitou o Brasil entre 1836 e 1841, tendo se demorado no Ceará de junho de 1838 a dezembro de 1839. Suas notas não são só botânicas, econômicas e sociais; têm grande e incontestável utilidade para o historiador cearense.

O título original da obra é **Travels in Brazil**. Em 1942 saiu uma tradução de Albertino Pinheiro na Coleção Brasiliana, vol. 223, (S. Paulo, Cia. Editôra Nacional).

— Duas cartas do dr. Guilherme Studart.

t. LV, 124-128.

Na primeira, pergunta ao barão se conhecia em Lisboa alguma pessoa que pudesse obter notícia exata e completa sôbre o periódico **Aurora Pernambucana**, de que necessitava para o seu trabalho sôbre a Imprensa em Pernambuco. Na segunda, envia algumas informações sôbre jornais do Ceará. É datada de 21-4-1898.

— Inscripções rupestres no Brasil.

t. XXIV, 123-126.

Nega que as inscrições rupestres encontradas no Brasil tenham qualquer significação simbólica e de sabor documental. Cita a opinião de autorizados etnólogos nesse sentido, especialmente a do etnólogo sueco Eric Borman, cujo livro sôbre as antiguidades da região andina da República Argentina e do Deserto de Atacama não lhe chegou às mãos a tempo de ser inteiramente aproveitado em sua obra **Prehistória sul-americana**. A impossibilidade de classificar as inscrições segundo o estilo, devido à exiguidade numérica dos petroglifos, invalida as conclusões sôbre a distribuição geográfica dos povos americanos e suas migrações.

— Minas de ouro e prata no Brasil oriental. Explorações hollandezas no seculo XVII.

t. XX, 96-111.

Transcrição do **Jornal do Recife**. Trata-se de trabalho de extrema importância para a história e geografia do período colonial. Estudam-se as várias expedições ao interior, organizadas pelos holandeses. Foi publicado em 1907 nos **Estudos Pernam-**

**Brasil** (Rio de Janeiro, Pongetti, 1930, p. 109-128). O ensaio foi primeiramente publicado no **Jornal do Recife**, de onde o extraiu o Barão de Studart.

— O tricentenario do Ceará. 1603-1903.

t. XVII, 245-248.

Transcrição do Jornal do Recife. Crônica sôbre a comemoração do tricentenário.

— Diario da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Traducção do hollandez por Alfredo de Carvalho.

t. XVII, 325-405. 1 planta.

— TOLLENARE, L. F.

Trechos das Notas Dominicaes de Tollenare que se referem ao Ceará. (Traducção do dr. Alfredo de Carvalho).

t. XXII, 272-275.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXXIII, 343-351.

Dados bio-bibliográficos do Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho. p. 345-349.

**CARVALHO, Beni**

— Discurso.

t. XLV, 266-270.

Pronunciado na Câmara Federal, sôbre o desaparecimento do dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, ex-vice-presidente do Instituto do Ceará.

— Dados biográficos.

t. LX, 287-288.

**CARVALHO, Carlos Livino de**

— Bandeirante dos ares.

t. XLVII, 160-178.

Trabalho lido no Instituto do Ceará, na sessão de 5-8-1932, por ocasião do falecimento de Alberto Santos Dumont (1873-1932). Inicia-se com ligeiro histórico dos precursores brasileiros na aviação e traça, a seguir, a biografia de Santos Dumont.

— Discurso. (Ao ser recebido como sócio do Instituto).

t. XLVI, 219-223.

— Egastenia.

t. XLVIII, 59-74.

Trata-se de um estudo psicológico ou, melhor, psicanalítico de paciência. O neologismo foi criado pelo autor.

— A tomada do Crato.

t. XLVI, 119-136.

Transcrição da **Gazeta de Notícias** de 10-7-1928. Trata-se de uma carta de Livino de Carvalho ao Dr. Floro Bartolomeu da Costa, datada de 3-11-1915 sôbre a revolução do Juàzeiro e os sucessos que a precederam e sucederam. Diz que não tomou nota dos acontecimentos e se baseia apenas na memória que tem dos fatos. O Dr. Floro Bartolomeu da Costa, que solicitou êsse relato do A., foi um dos chefes do movimento de 1913-14, desenrolado em tôrno da figura do padre Cícero.

**CARVALHO, Jáder de**

— Sonhador. (Soneto).

t. XXXVII, 26.

Sonêto dedicado a Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

**CARVALHO, João Antonio Rodrigues de**

bucanos (Recife, Cultura Acadêmica, p. 1-4), e em **Aventuras e Aventureiros no**

— Descripção geographica abreviada da Capitania do Ceará.
t. XII, 5-33.
— Ode.
t. XXIV, 128-129.
Ode de resposta a que lhe dirigiu o padre Mororó, por ocasião de sua prisão, em 1817. (Da coleção Studart).
— Para o estudo da historia da Revolução de 1817. (Coleção T. Araripe).
t. XXXIII, 300-339.
— Um precioso inedito do Pe. Gonçalo Mororó. (Coleção Studart).
t. esp. 1924, 568-578.

**CARVALHO, José**

— Barão de Studart.
t. XLV, 270-274.
Transcrição do Correio do Ceará.
— Heroína nacional. Bárbara de Alencar.
t. XXXIV, 199-220.
O A. escreveu em 1917 um livro de poesias dramáticas D. Bárbara, como contribuição às homenagens que então se prestavam aos revolucionários de 1817. D. Bárbara de Alencar, mãe do senador e presidente da Provincia do Ceará, José Martiniano de Alencar (1794-1860), de Tristão Gonçalves de Alencar. chefe civil da revolução de 1817 e da de 1824 no Ceará, de João Gonçalves de Alencar, senhor do engenho Pau eco, e do Padre Carlos de Alencar. Os dois primeiros e o último participantes das revoluções de 1817 e 1824. Criticada sua obra por Mário Melo, o A., tresneto de D. Bárbara, procura destruir as críticas de Mário Melo. Trata da paternidade do senador José Martiniano e portanto da infidelidade conjugal de D. Bárbara. Transcreve trechos de suas poesias. O artigo é assinado do Pará e datado de janeiro de 1919. datado de janeiro de 1919.
— Pedro Coelho. O primeiro capitão-mor e conquistador do Ceará.
t. XXXVI, 210-218.
O A. procura defender a memória de Pero Coelho, mostrando que as atrocidades contra índios, de que foi acusado, foram também cometidas por outros nas entradas ao sertão. Publica carta régia, auto, regimento relativos a Pero Coelho, anteriormente editados pelo Barão de Studart, nesta Revista, todos justificativos da atitude de Pero Coelho.
— Mais uma tradição sobre a descoberta do Cariri.
t. XLV, 111-117.
O A., descendente de D. Bárbara de Alencar, que residiu no sítio Pau-Sêco, no Crato, relata uma tradição oral segundo a qual aquêle sítio havia sido habitado por uma tribo de índios. Os mesmos moravam noôco de uma árvore colossal que morrera ou secara e eram conhecidos pelo nome "dos Pau Sêco". Eram índios cariri e havendo entre êles um escravo, raptado da Casa da Tôrre do São Francisco. êste foi pedir auxílio naquela casa, para a luta contra os índios da Cachoeira (Missão Velha), e de lá voltou trazendo uma "bandeira" e um padre, que os catequisou.
— MOTA, Leonardo Ferreira da (1891-1948).
José Carvalho.
t. XLVIII, 159-171.
Discurso proferido em sessão do Instituto do Ceará em homenagem à memória do escritor José Carvalho. Dá uma idéia de sua obra, transcreve algumas quadras de sua composição e indica seus trabalhos folclóricos.

**CARVALHO, Juvenal**

— Dados biográficos.

t. LX, 288.

**CARVALHO, Raymundo Heraclito de**

— A mina de oiro Bom Jesus.

t. XV, 113-117.

Transcrição do nº de 29 de julho de 1898 da **Província do Pará. Trata da jazida** e do minério que daí é extraído.

**Casa á rua dos Mercadores, Fortaleza, onde foi preso o Padre Gonçalo Mororó.**

t. esp. 1924, 686.

**A casa de José de Alencar.**

t. L, 119-127.

Noticia-se que o prefeito municipal de Fortaleza, Sr. Álvaro Weyne, adquiriu, por compra, a casa onde nasceu José de Alencar e incorporou-a ao patrimônio do Museu Histórico do Estado. Durante a cerimônia da entrega das chaves falaram o desembargador Álvaro de Alencar (119-122), vice-presidente do Instituto do Ceará, e o Dr. José Waldo Ribeiro Ramos (122-127), cujos discursos são transcritos.

**Cascavel, localidade de**

— SANTOS, Benedicto A. dos

Para a historia de algumas localidades cearenses.

t. XXIII, 189-265.

O A. trata, entre outras localidades, da história de Cascavel, p. 195-222.

**CASCUDO, Luís da Câmara**

— Informação geográfica do Ceará holandês.

t. LV, 68-80.

O A., um dos mais competentes conhecedores do assunto, analisa o conhecimento holandês do território cearense ou, melhor, a geografia do Ceará. Conclui por afirmar que os holandeses arranharam um pouco mais de 24 km. Trata-se de valiosa contribuição à geografia histórica do Ceará e à história dos holandeses no Brasil.

**Um caso de excomunhão Termo de aggravo, appellação e protesto** ante omnia e per omnia **que faz a viuva Antonio Maria de Vasconcellos.**

t. XV, 102-103.

É datado de 3-7-1794. O motivo dado para a excomunhão foi o não cumprimento do preceito Quaresmal. Da coleção Studart.

**CASTELO, José Aderaldo**

— I — Biografia literária de Araripe Júnior — O homem e a época. (A propósito do centenário do seu nascimento).

t. LXII, 221-242.

Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), nascido em Fortaleza, foi um dos mais renomados críticos literários do Brasil, exercendo no Rio de Janeiro sua atividade literária. Êste excelente trabalho bio-bibliográfico abrange tôda vida de Araripe Júnior.

**CASTELO, Plácido Aderaldo**

— A Escola Normal Rural de Juàzeiro.

t. LV, 63-67.

Discurso proferido como paraninfo da turma de professôres de 1938, da Escola Normal Rural de Juàzeiro. Faz considerações sôbre o Estado e a cooperação privada, sôbre a função da Escola Normal Rural, sôbre a agricultura e o urbanismo

e, finalmente, sôbre a missão do professor rural.

— História da instrução e da educação do Ceará.

t. LVI, 91-101.

Trata dos jesuitas e da escola primária brasileira. Fala dos hospícios (moradas) de Aquirás e Viçosa e do Alvará de 1759, que expulsou os jesuitas do Brasil. Transcreve vários trechos da "Missão a Ibiapaba" de Antônio Vieira. Transcreve também uma relação organizada pelo Barão de Studart dando, na ordem intelectual e moral das aldeias elevadas à categoria de vilas, os nomes dos jesuitas responsáveis e os dos novos encarregados dos misteres àqueles confiados, que eram os de pároco, co-adjutor, diretor, médico e mestre-escola ao mesmo tempo.

— História da instrução e da educação do Ceará: Capítulos II e III (1759-1827).

t. LVII, 52-70.

O A. compilou dados publicados pelo Barão de Studart, Senador Pompeu, Primitivo Moacir e outros, sem fazer pesquisa original. As citações não obedecem às regras bibliográficas e autores são citados sem referências às obras. O cap. II compreende "da expulsão dos jesuitas à Proclamação da Independência. A carta de 6 de setembro de 1772. Subsídio literário. Movimento escolar". E o III "De 1823 ao Ato Adicional. O abaixo assinado de Aquirás. A carta de 15 de outubro de 1827. Resultados obtidos. Movimento escolar". No capitulo II, os principais dados referem-se à nomeação de professôres. Trata-se de compilação, ainda assim sem bom método bibliográfico.

**CASTRO, Diogo de**

— Informação de D. Diogo de Castro sôbre cousas de Maranhão dada em Lisboa a 21 de novembro de 1630.

t. XXVI, 28-32.

D. Diogo de Castro, conde de Basto, governou Portugal de 1623 a 1626. Acusa nessa correspondência o recebimento de várias cartas de Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador do Maranhão (1624-1638), datadas de 6 de fevereiro e 6 de junho de 1627, e de 24-11-1629, nas quais tratava de várias cousas do Maranhão, tais como o alvorôço ali provocado pela notícia da tomada da Bahia, em 1624, mudança do forte do Ceará para melhor sítio, inutilizado do Forte de São Francisco no Maranhão e os holandeses no Amazonas, assim como o pedido de nomeação de sucessor por se achar Francisco C. de Carvalho doente e cansado. Segue-se a opinião do Conselho de Estado sôbre as várias matérias, concordando-se com a mudança do forte do Ceará para melhor sítio, inutilidade do Forte de São Francisco resposta do Govêrno opinando que a ordem de sucessão não ficasse confiada ao povo e, sim, ao mesmo Francisco Coelho de Carvalho. Êste doiumento importantíssimo fôra publicado em 1905 pelos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 26, p. 349-353.

**CASTRO, José Luís de**

— Antônio Bezerra. (A propósito de um folheto do Instituto).

t. LV, 47-54.

O A. comenta um folheto publicado pelo Instituto do Ceará no dia do centenário do nascimento de Antônio Bezerra de Menezes. Não dá o título nem o autor do dito folheto. São notas interessantes.

— O Nordeste.

t. LI, 480-485.

Artigo de crítica ao escrito por Júlio Paternostro sob o mesmo título (p. 461-479 dêste tomo). O A. sustenta que o sertanejo do Ceará é um forte que sofre de mi-

séria apenas nos períodos agudos de sêca. Transcrição do **Jornal do Comércio** do Rio, 13-2-1935.

— Onomastica geral da geographia brasileira.

t. XLII, 64-92.

Comenta o livro **Onomástica Geral da Geografia Brasileira** de Bernardino José de Souza. Após referir-se à obra em tom muito elogioso, oferece retificações ou maiores esclarecimentos quanto a 65 das palavras definidas na **Onomástica**.

— A pecuaria no Ceará.

t. XXVI, 132-142.

O A. discute a questão da melhor raça de gado a ser importada no Ceará, entendendo que deve ser uma raça resistente às intempéries, às sêcas e ao carrapato, a qual, cruzada com o gado indígena, dê um bom tipo. Oferece dados da importação de gado de 1909 a 1911 e opina pela excelência do gado Hereford.

**CASTRO, Juan José**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia de Juan José Castro (p. 230), que publicou em 1893 um tratado em que desenvolvidamente trata das **Estradas de ferro do Ceará**.

**CASTRO, Miguel Joaquim de Almeida e, padre**

— PINTO, F. C. de Souza (1848-1895).

Biographia do Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, ou uma pagina da Revolução de 1817.

t. XXXI, 230-269.

**CASTRO, Placido de**

— BULCÃO, José Pedro Soares (1873-1942).

Placido de Castro.

t. LI, 185-199.

**Catálogo analítico dos assuntos contidos na "Revista do Instituto do Ceará" (tomos 1887-1951). Por Maria da Conceição Sousa.**

t. LXVII, 81-290.

**Catalogo de algunos martyres, y otros varones insignes en santidad de la Compania de Jesus; el qual despues del Martirologio segun el orden de los dias se lee en el Refitorio de la Casa Professa de Roma.**

t. XVI, 233-235.

Documento da coleção Studart. Regista os nomes de mártires jesuítas e os dias em que foram sacrificados, a saber: 11-1-1650; 9-6-1597; 15-7-1570; 13-9-1571 e novembro de 1554.

**Catalogo dos jornaes de grande e pequeno formato publicados em Ceará. Pelo dr. Guilherme Studart**

t. XII, 167-211; t. XVIII, 196-291.

**CATANIA, Serafim de, frei**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Ligeira noticia sôbre frei Serafim de Catânia, p. 207.

**CATÃO, Pedro**

— Baturité. Subsidio geografico, historico e estatistico.

t. LI, 49-99.

O A. traça a geografia política e estatística de Baturité, dando notícias sôbre a população. Faz a corografia do município e fornece apontamentos históricos. Dá uma lista de nomes indígenas conhecidos na circunscrição e sua etimologia e outra dos intendentes e prefeitos. Dedica uma parte de seu estudo à imprensa em Baturité. Faz um resumo cronológico do Arquivo Municipal, indicando os livros do tombo. É valiosa pesquisa local e deve ser louvada como importante iniciativa de inventário das riquezas documentais dos municípios brasileiros.

— Baturité. Subsidio geographico, historico e estatistico. (Continuação).

t. LII, 179-200.

Continuando seu estudo sôbre Baturité, o A. trata das finanças no século XIX, dando a receita e a despesa e os autos de arrematação de contratos de 1801 a 1814. Transcreve trechos, importantes para a cidade, do Livro de Vereação da Câmara, de 1814 a 1820 e de 1821 a 1825.

— Baturité. Subsidio geografico, historico e estatistico. (Conclusão).

t. LIII, 155-198.

Concluindo sua demorada pesquisa sôbre Baturité, o A. transcreve, ainda, trechos dos têrmos de vereação de 1826 a 1831, de 1831 a 1834, de 1834 a 1838, de 1838 a 1844, de 1844 a 1855. Inicia depois a história de Baturité no período republicano. Merece consulta como história documental colhida no Arquivo Municipal de Baturité.

**CATUNDA, Joaquim de Oliveira (1834-1907).**

— As evoluções do clima.

t. II, 15-23.

Artigo sôbre a influência do sol no clima terrestre. Sem nenhum interêsse.

— Origens americanas. Immigrações prehistoricas.

t. I. 92-102.

Resume as hipóteses da Atlântida de Platão, e a de Theopompus, concluindo que as mesmas não tinham o menor fundamento. Estuda a possível imigração de povos para a América pelas Aleutas e conclui pela improbabilidade da hipótese. É trabalho sem mérito.

— O Senador Pompeu.

t. LVII. 39-43.

Capítulo de um livro que o A. preparava sôbre o senador Tomás Pompeu de Souza Brasil. O trecho apresentado é muito palavroso, pouco objetivo e mais parece crônica do que história.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto em 1907.

t. XXI, 415-432.

Dados biográficos de Joaquim Catunda da p. 423-424.

**CAVALCANTE, José Vicente Franca**

— Notas para a historia de Sobral.

t. XXIII, 160-178.

Trata o A. da história do curato de Caiçara, a partir de 1712. Boa contribuição para a história da igreja de Sobral. Transcreve o autoamento da certidão de criação da vila de Sobral em 1773, o edital, a ordem régia, o têrmo e levantamento do Pelourinho. O trabalho é datado de Sobral, maio de 1893.

**CAVALCANTI, José Mariano de Albuquerque**

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

Presidentes do Ceará. Período regencial, 5º presidente, Tenente José Mariano

de Albuquerque Cavalcanti.
t. X, 221-285.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Cearenses presidentes da Provincia do Ceará.
t. XXXVI, 235-241.
Pequena notícia de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, 5º presidente do Ceará, 1831-1833.
**CAXIAS, Luís Alves de Lima, Duque de**
— ABREU, Júlio.
O maior general de um hemisfério. Um centenário memorável.
t. LIX, 240-251.
**Ceará. (Do livro O Brasil Actual, 1940). Por Artur Dias.**
t. XXVII, 228-242.
**Ceará, Conquista do**
— Documentos para a historia de Martim Soares Moreno, colligidos e publicados pelo Barão de Studart.
t. XIX, 1-116.
**Ceará, Divisão administrativa**
— ADERALDO, Mozart Soriano.
Considerações em tôrno das três últimas reformas administrativas do Ceará.
t. LXV, 110-133.
A reforma administrativa de 1953.
t. LXVII, 291-294.
**Ceará, Divisão em regiões naturais.**
— ALVES, Joaquim
A divisão do Ceará em regiões naturais.
t. LXV, 134-138.
**Ceará e Rio Grande. Por Capistrano de Abreu.**
t. XXXV, 141-145.
**O Ceará e seus limites. Por J. B. Perdigão de Oliveira.**
t. LI, 201-245.
**Ceará, Fundação do**
— STUDART, Carlos, filho.
Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão.
t. LXIV, 17-60.
Entre outros assuntos, o A. trata da fundação do Ceará.
**Ceará-Piauhy. Convenio arbitral.**
t. XXXV, 152-155.
Tratam-se de dois telegramas, transmitidos ao Dr. Justiniano de Serpa, presidente do Estado, pelo deputado Tomás Rodrigues, delegado cearense na Conferência de limites inter-estaduais, datados de 12-7-1920. No primeiro, comunica que se decidiu fazer um convênio de arbitramento dos limites entre o Piauí e o Ceará, sendo apresentado como árbitro o Dr. Washington Luís, presidente de São Paulo. No segundo, que trás também outras assinaturas, vem a íntegra do convênio.
**Ceará, Recursos em 1612 do**
— Rio Grande Capitania de Sua Mag. (Pela primeira vez publicado).
t. XXII, 193-198.
**O Ceará se despovoa. Por Raquel de Queirós.**
t. LXVIII, 272-274.

**O Ceará sob o regime das capitanias hereditarias. Por Carlos Studart Filho.**
t. LII, 41-56.
**Ceará versus Piaohy. (Em torno de om officio). Por Pedro Ferreira.**
t. XXXV, 156-159.
**Cearenses e vida política do Império.**
— DORIA, Escragnolle.
Relação dos principaes cearenses representantes do Ceará na vida politica do Imperio do Brazil.
t. XXXVI, 351-373.
**Cearenses elevados ao Solio Episcopal. Pelo Barão de Studart.**
t. XXXVI, 416-429.
**Cearenses presidentes da Provincia do Ceará. Pelo Barão de Studart.**
t. XXXVI, 236-241.
CELSO, Afonso
— Nacionalismo.
t. XLIII-XLIV, 382-385.
Artigo transcrito do **Jornal do Brasil**, do Rio, sôbre o livro de Oliveira Viana **"Problemas de Política Objetiva"**.
**Cemitério de Fortaleza.**
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 15º presidente, Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento.
t. XXII, 155-163.
**Cemitérios**
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 12º presidente, Brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt.
t. XXI, 3-11.
Foi durante a administração de Bitancourt (abril de 1842 a janeiro de 1844) que se iniciou a construção do primeiro cemitério do Ceará.
— VASCONCELOS, Abner Carneiro Leão de
Os cemitérios e o "Jus Sepulchri".
t. LV, 131-140.
**O centenário da independência maranhense. 1823 — 28 de julho — 1923. Pelo Barão de Studart.**
t. XXXVI, 203-207.
**O Centenário de José de Alencar. Oração que deveria ser pronunciada por occasião de ser inaugurado o monumento de José de Alencar, em Fortaleza, no dia 1º de Maio de 1929, pelo dr. José Lino da Justa, em nome do "Instituto do Ceará":**
t. XLIII-XLIV, 29-36.
Discurso com algumas considerações sôbre a obra literária de José de Alencar.
**CHABRILLAC, F.**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Chabrillac foi autor do trabalho "Sul quelques poissons fossiles de la province do Ceará au Brésil", publicados nos Comptes Rendus de d'Academie des Scienses. Paris, 1844. O Barão trata dêle à p. 203.
Chaco, Território do

— VASCONCELOS, Julia Carneiro Leão de (1880- ).

O territorio do Chaco.

t. XLVII, 133-142.

**CHAVES, Bruno Gonçalves**

— DORIA, Escragnolle

Um diplomata brasileiro. Bruno Chaves.

t. XXVIII, 99-107.

**CHAVES, Francisco Xavier de Araujo**

— Martins Chaves. Documentos do Archivo Publico Nacional. (Copiados e offerecidos pelo Barão de Vasconcellos).

t. XLI, 125-158.

**CHAVES, Lauro.**

— Barão de Camucim (Discurso).

t. LXIII, 108-116.

Discurso sôbre Geminiano Maia, Barão de Camucim (1847-1916) no dia 2 de fevereiro de 1947, comemorativo do primeiro centenário do seu nascimento.

**CHAVES, Luís Rodrigues**

— Bandeira, Thomaz de Aquino Pinto

A comissão de Luiz R. Chaves a Pernambuco. Segundo o testemunho de Thomaz de Aquino Pinto Bandeira.

t. XXXVI, 324-327.

**CHAVES, Manoel Martins**

— FEITOSA, Leonardo.

O Coronel Manoel Martins Chaves.

t. XLII, 21-32.

— Martins Chaves. Documentos do Archivo Publico Nacional. (Copiados e offerecidos pelo Barão de Vasconcellos).

t. XLI, 125-158.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

João Carlos Augusto de Oyenhausen e Manoel Martins Chaves.

t. XXXIII, 3-21.

**CHEVALIER, Pedro Augusto, padre (1831-1901).**

— Apontamentos biographicos do Pe. Pedro A. Chevalier, lazarista.

t. XVII, 251-290.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Noticia do missionário Pedro Chevalier, p. 210-211.

**CHEVELEY, George**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIV, 351-358.

Pequena noticia de George Cheveley, p. 353.

**Cholera-morbus**

— ALENCAR, Álvaro.

Cholera-morbus no Ceará.

t. LVII, 35-38.
— VASCONCELOS, barão de
Um doiumento official relativo ao cholera-morbus no Ceará em 1862.
t. XXIV, 79-99.
**Chuva de feijão.**
t. XV, 118-119.
Transcrição da **República**, de **Fortaleza**.
**Chuvas. 1909-1914.**
— Estação meteorologica de Quixeramobim.
t. XXIX, 348-350.
— Cirandas infantis. (Letra e notas filológicas e linguísticas).
Por Martinz de Aguiar.
t. XLVI, 3-24; t. XLVII, 99-122; t. XLVIII, 245-266; t. L, 205-218.
**CÍCERO, padre** vide **Batista, Cícero Romão, padre**
**CLAUDIO, Affonso**
— Bosquejo biographico de Clovis Bevilaqua.
t. XXX, 155-197.
Em nota preliminar, o **A.** explica que, convidado a colaborar na Revista pelo Barão de Studart, e estando prestes a conversão em lei do Projeto de Código Civil apresentado por Clóvis **Beviláqua** ao Govêrno, em 1900, decidiu prestar-lhe uma homenagem escrevendo um esbôço de sua biografia. Evoca sua formação acadêmica, escreve sôbre sua vida privada e sôbre o professor e jurista. O trabalho é datado de 1915.
**Clero sobralense**
— MARTINS, Vicente, monsenhor
Notas biographicas do clero sobralense.
t. XXXIV, 146-198; t. LIV, 196-232; t. LV, 141-158.
**Clube da Maioridade**
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 10º presidente, Senador José Martiniano de Alencar (Continuação).
t. XVI, 5-29.
**Clube Republicano em Aracati**
— Acta da 1ª reunião preliminar para a creação de um Club Republicano na cidade do Aracaty.
t. XIV, 280-284.
**COCHRANE, Alexandre Thomas lord** (1775-1860).
— Extracto da narrativa de Lord Cochrane, Conde de Dundonald e Marquez do Maranhão, na parte relativa ao Ceará.
t. XII, 61-64.
Tradução de A. R. Saraiva. Parte referente ao Ceará, em que Cochrane relata a pacificação da provincia em 1824. Êste trecho foi extraído do livro "Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguêsa, prestados pelo Almirante Conde de Dundonald", Londres, James Ridgway, 1859, p. 182-186.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXII, 191-274.
Dados bibliográficos de Lord Thomas Cochrane, p. 196-197.
**COELHO, Duarte de Albuquerque, marquês de Basto** (1591-1658).

— Trechos do Marquez de Basto relativos ao Ceará.

t. XX, 322-323.

São dois trechos, um referente a 1631, e outro a 1637. Transcritos das Memorias Diarias de la Guerra del Brasil, de Duarte de Albuquerque, Coelho, p. 49 e 258.

**COELHO, José Joaquim, barão de Vitória** (1797-1869).

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

Presidentes do Ceará. Segundo Reinado, 12º presidente, General José Joaquim Coelho (Barão da Victoria).

t. XIX, 1 (sic-223)-281; t. XX, 148-171.

**COELHO, Pero**

— BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza, sobrinho.

O mapa de Pero Coelho. Considerações gerais, autoria, data, toponímia.

t. LXII, 139-165.

— SOUZA, Eusebio de

Reparos historicos.

t. XXXIII, 228-238.

Descreve a inauguração do monumento a Pero Coelho no Crato, em 1903.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

A bandeira de Pero Coelho.

t. L, 13-37.

**Colonização das terras devolutas do Ceará (Subsídios para a solução de um problema). Por Mozart Soriano Aderaldo.**

t. LXII, 296-319.

**Combate de Sobral. 1840. (Da Colleção Alberto Amaral).**

t. XLI, 62-68.

Transcrição d'A Luta, de Sobral, de 21-2-1917. Trata-se de carta de Rufino Pontes de Aguiar, deputado à Assembléia Provincial, dirigida a seu pai, relativa aos acontecimentos de 1840, em Sobral.

**Comércio**

— ARANHA, Manoel Guedes

Opinião de Guedes Aranha sobre o commercio do Ceará.

t. XX, 94.

— Comercio da praça de Lisboa com o Ceará no anno de 1821.

t. IX, 141-142.

Oferecido pelo Dr. Guilherme Studart. Mapa estatistico da importação e exportação no Ceará no ano de 1821, com o número de entrada e saida dos navios para Lisboa e de Lisboa. Contém as produções das fábricas do Reino.

— HAFKEMEYER, J. B.

O comércio brasileiro na segunda metade do séc. 18.

t. XXXVI, 331-345.

— MONTAURY, João Baptista de Azevedo Coutinho.

Noticia geral da Capitania do Seará Grande. (Da Colecção Studart).

t. XLIX, 85-100.

— SANTOS, João Brigido dos (1829-1921).

A Capitania do Ceará. Seu commercio.

t. XXIV, 172-185.

— STUDART, Carlos, filho.

Paginas ineditas da historial colonial. Primitivo comercio maritimo do Ceará.

t. LI, 309-314.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Administração Barba Alardo.
t. XXII, 327-369.
Comissão Cientifica. 1859.
— ABREU, Silvio Froes de
A comissão cientifica de 1859.
t. XXXIII, 196-207.
Vide comentário na entrada do autor.
— DIAS, Antonio Gonçalves (1823-1864).
Cartas enviadas ao "Jornal do Commercio", do Rio, por... durante sua estadia no Ceará como membro da Comissão Scientifica.
t. XXXVIII, 213-230.
— A comissão de Luiz R. Chaves a Pernambuco. Segundo o testemunho de Thomaz de Aquino Pinto Bandeira.
t. XXXVI, 324-327.
Comissão Matuta.
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Execuções de pena de morte no Ceará.
t. VII, 3-99 e 157-332.
Comissão Militar de 1825.
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Execuções de pena de morte no Ceará.
t. VIII, 3-99 e 157-332.
Comemoração do Quarto Centenario da descoberta do Brazil no Ceará.
t. XIV, 227-240.
Transcrição d'A República, de 5 de maio de 1900. Trata-se da descrição dos festejos.
Como foi a benção do Cruzeiro da Matriz de Fortaleza.
t. XII, 220-223.
Transcrição do Iris Cearense, n. 16. Datado de 4-5-1847.
Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
O Ceará no tempo de Miranda Henriques. Lobo da Silva e as Minas dos Cariris.
t. VI, 73-114.
CONDE, Herminio
— Registro bibliographico.
t. XLIII-XLIV, 364-374.
Notícia bibliográfica da obra Cochrane, falso libertador do Norte, de Hermínio Conde, assinada A. T. da C. (365-367).
Confederação do Equador
— AMORA, Gil
O municipio de Baturité. Chronica.
t. III, 177-197.
— ARAGÃO, Manoel Ximenes de (1807- ).
Memorias do Professor Manoel Ximenes de Aragão. As phases de minha vida Genealogia.
t. XXVI, 47-157.
— BARBOSA, Bruno

Confederação do Equador.

t. XXXVI, 59-63.

— Confederação do Equador.

t. esp. 1924, p. 691.

Todo o tomo especial de 1924, comemorativo do primeiro centenário do jornalismo cearense e da adesão do Ceará à Confederação do Equador, é dedicado a êsses assuntos. Contém os discursos pronunciados na sessão de 1º de abril de 1924, comemorativa do primeiro centenário do jornalismo cearense, o juízo da imprensa sôbre o centenário do jornalismo no Ceará (21-47); "Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos, 1824-1864", pelo Barão de Studart (48-118); "Jornais e Revistas cearenses publicadas de 1919 até hoje", pelo Barão de Studart (119-138); "A Confederação do Equador no Ceará. Parte Cronológica", pelo Barão de Studart (141-188); "A Confederação do Equador no Ceará. Parte Histórica", pelo Dr. Eusébio de Sousa (189-271); "A Confederação do Equador, José Martiniano de Alencar", pelo Dr. J. E. Tôrres Câmara (273-354); "Documentos para a história da Confederação do Equador no Ceará, colligidos pelo Barão de Studart" (355-565); "Um ofício de Cochrane, datado de 27-11-1824", pelo Dr. Palma Muniz (565-567); "Um precioso inédito do Pe. Gonçalo Mororó (Coleção Studart", p. 568-578; Festas e discursos pronunciados no dia 26-8-1924, comemorando o primeiro centenário da adesão do Ceará à Confederação do Equador; "O movimento republicano de 1824 no Ceará", pelo Barão de Studart (613-618); "Ligeiros traços biográficos dos mártires de 1824", pelo Barão de Studart (618-634); Juízo da Imprensa de Fortaleza sôbre o centenário da adesão do Ceará à Confederação do Equador e festas realizadas em sua comemoração (635-671); Discurso de José Lino da Justa na Câmara dos Deputados Federais, em 26-8-1924 (671-673); Na Assembléia do Estado, projeto de abertura da verba de 15 contos para auxílio à comemoração do primeiro centenário do jornalismo no Ceará e da Confederação do Equador e discurso pelo Deputado Francisco Prado (675-685). Errata e adendum. Índice.

— Confederação do Equador.

t. XXV, 286-314.

Transcrevem-se: a Ata da sessão extraordinária de 29-4-1824, em que foi transcrita a Fala do governador das armas José Pereira Filgueiras, em que exige uma constituição liberal e conta a maneira como Tristão Gonçalves de Alencar Araripe foi eleito presidente da Província, assim como os sucessos que se seguiram; a Ata da sessão extraordinária e grande conselho provincial, de 26-8-1824, da qual consta o juramento de fidelidade à religião e à Confederação do Equador, assim como a lista dos assinantes; e o Têrmo de instalação do colégio eleitoral da província do Ceará para a eleição dos deputados que devem compor o govêrno supremo salvador, datado de 28-8-1824.

— Documentos para a história de 1824. (Offerecidos pelo Barão de Studart).

t. XL, 79-82.

Cartas de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe a Manuel Paes de Andrade, presidente do govêrno da Província de Pernambuco, datadas de 30 de abril, 3 de maio, 5 de maio e 11 de maio de 1824.

— Documentos relativos á adhesão do Piauhy á Confederação do Equador. Colligidos pelo dr. Anisio Britto.

t. XXXVI, 76-163.

— Extractos dos assentos do antigo senado do Ceará, desde 1738 até 1835. Do itinerario do presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação

do Juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre antiguidades do Cariri. Colligidos nos archivos do Icó, Aracaty, Fortaleza, etc., pelo Dr. Theberge.
t. XXV, 222-285.

O Dr. Thèberge, além de resumir outros assentos, transcreve algumas notas relativas à Confederação do Equador.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Execuções de pena de morte no Ceará.
t. VIII, 3-99 e 157-332.
Vide comentário na entrada do autor.

— Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 1° Presidente Coronel Pedro José da Costa Barros.
t. IV, 43-71.
Vide comentário na entrada do autor.

— Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 2° Presidente, Coronel Felix de Azevedo e Sá.
t. V, 239-264.

— GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos
Confederação do Equador.
t. XXVIII, 62-71.

— IBIAPINA, Matos
Confederação do Equador.
t. XL, 83-90.

— PEIXOTO, Eduardo Marques
Ceará. Movimento politico de 1824.
t. XXI, 39-126. Documentos, p. 50-126.

— PINTO, Antonio Pereira
A Confederação do Equador.
t. XIII, 34-46.

— SANTOS, João Brigido dos
Biographias. Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerqe Mello Mororo. Coronel João de Andrade Pessoa Anta.
t. III, 28-50 e 51-75.

— Carta ao dr. P. Thèberge. (Crato, novembro 1859).
t. II, 109-120.

— SILVA, Hugo Victor Guimarães e (1898- ).
A defesa maritima de Fortaleza na Revolução do Equador.
t. L, 39-44.

Os congos. Por João Nogueira.
t. XLVIII, 89-100.

Congresso de História Continental Americana.
t. XXIX, 77-79.

Transcrição de uma Portaria do Conde de Afonso Celso, presidente do Instituto Geográfico Brasileiro, nomeando os membros de comissão executiva para tratar da realização do Congresso de História Continental Americana, a se realizar no Rio de Janeiro, em 7-9-1922. É datada de 15-1-1915.

Congresso de História Continental da America.
t. XXXI, 273-276.

Transcrevem-se a carta de 11-6-1917 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assinada por Max Fleuis, bem como a portaria de 15-1-1915, do mesmo

Instituto, assinada pelo Conde de Afonso Celso. Na primeira, comunica-se que tendo o Govêrno resolvido auxiliar a realização do Congresso de História Continental da América, o Instituto pedia a todos os govêrnos estaduais que dessem a maior publicidade à portaria do seu presidente a fim de que o certame alcançasse o maior êxito. Segue-se a portaria onde se explicam as origens do Congresso e as providências já tomadas.

**Congresso Regional de História e Geografia. 1937.**

— O quinquagenario do Instituto.
t. LI, 389-464.

**Conquista e colonização do Ceará.**

— Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará. (Colleção Studart).
t. XXIV, 215-399.

**CONSELHEIRO, Antonio**

— SOBREIRA, Azarias (Pe.)
Vilanova e Antonio Conselheiro.
t. LXII, 218-220.

— SOUSA, Eusebio Neri Alves de (1883- ).
Antonio Conselheiro em juizo. (Um episodio de sua vida).
t. XXVI, 291-301.

Conselho Geral da Provincia do Ceará. **Pelo Barão de Studart.**
t. XXXVI, 456-494.

**Constituição de 10 de novembro de 1937.**

— ALMEIDA, Fernando Henrique Mendes de
Aplicação de um moderno principio doutrinario.
t. LV, 9-11.

Constituição portuguêsa. **Juramento no Brasil da**

— Documentos do tempo do Governador Rubim.
t. XXI, 396-414.

**Copia de uma carta para El-Rei Nosso Senhor, sobre as Missões do Ceará, do Maranhão, do Pará e do grande Rio das Amazonas. Escripta pelo Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jezus, Pregador de Sua Magestade, e Superior dos Religiozos da mesma Companhia n'aquella Conquista.**
t. X, 106-123.

**Copia dos officios trocados entre a Presidencia da Provincia e o Instituto.**
t. I, 73-74.
São dois ofícios. Um em que se pede um compartimento vago no edifício da Biblioteca Pública para que o Instituto aí realize suas reuniões; e outro em que o Presidente da Província comunica o deferimento do pedido.

**CORDEIRO, João**

— Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escrito por êle próprio.
t. LIX, 270-292.
Auto-biografia de João Cordeiro (1842- ), ex-senador.

**CORDEIRO, Simão Barbosa (1799-1887).**

— ROCHA, Augusto
Canindèenses ilustres.
t. XXXV, 168-184.
Dados biográficos de Simão Barbosa Cordeiro, p. 172-175.

**CORREA, Viriato**

— O Padre Mororó.
t. XXXVI, 64-68.
Conta os últimos momentos do Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque e Melo Mororó, fusilado no dia 30-4-1825.

**Correios**

— Documentos para a historia dos Correios do Ceará.
t. XI, 78-81.
— SATYRO, M.
Administração dos Correios do Ceará.
t. XXXVII, 156-159.
— VASCONCELLOS, barão de
Estabelecimento dos Correios no Ceará.
t. XXII, 297-307.

**A correspondencia de Bernardo Manoel de Vasconcellos e João Carlos Augusto d'Oeynhausen com os ministros D. Rodrigo de Souza Coutinho e Visconde de Anadia como subsidio para a historia de seus governos no Ceará. Pelo Dr. Guilherme Studart.**
t. III, 141-176.

**Correspondencia do Archivo Publico da Bahia com o "Instituto do Ceará".**
t. XI, 82-83.
Ofício do Dr. Frederico A. da Silva Lisboa, diretor do Arquivo Público da Bahia, agradecendo a maneira como o Instituto acolhera os documentos por êle oferecidos sôbre a história dos correios no Ceará (publicados neste tomo da Revista, p. 78-81).

**Correspondencia do Instituto com o Archivo Publico da Bahia.**
t. X, 327-329.
Correspondência trocada sôbre a oferta de documentos existentes no Arquivo Público da Bahia, relativos à revolução de 1817 em Pernambuco e da qual participaram muitos cearenses.

**Correspondencia trocada entre o Padre José Martiniano de Alencar, Presidente do Ceará, e Manoel do Nascimento Castro e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.**
t. XXII, 3-154.
As cartas de Alencar são publicadas da p. 3-103 e as de Castro e Silva da p. 104-154. É desnecessário chamar atenção para a importância de tal correspondência. Como diz o Barão de Studart, em nota à p. 104, ela lança luz precisa sôbre os acontecimentos e sôbre os homens daquela época, não só cearenses, como do Brasil em geral.
A primeira carta é datada do Ceará, 16-11-1834, e a última também do Ceará, 29-7-1837. Os originais se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Ceará, lata n. 1, maço n. 44). As cópias foram feitas pelo Barão de Vasconcelos e o confronto das cópias com os originais pelo mesmo Barão de Vasconcelos, Barão de Studart e Capistrano de Abreu. As cartas de resposta de Castro e Silva, guardavam-se no arquivo da família Alencar. O Barão de Vasconcelos copiou os originais e ofereceu-as ao Instituto.

**COSTA, Agostinho Enéas da**

— Carta de Agostinho Enéas da Costa a Luiz Monteiro Maia, relatando a proclamação da República no Ceará (1889).
t. LIX, 72-73.

**COSTA, Antonio Theodorico da (1861-1939).**

— Além das fronteiras de Netuno.

t. XLVI, 41-44.

Pequeno estudo sôbre a evolução da astronomia. Sem interêsse para a história cearense.

— Amerasia ou Mesopotamia brasileira. Carta.

t. XXXV, 334-338.

Carta dirigida ao Dr. Alvaro Otacílio Fernandes, autor da "Amerásia ou Mesopotamia Brasileira", suscitando dúvidas quanto à exatidão da "teoria telúrica da sêca, admitida como fenômeno da involução do Globo", apresentada por Fernandes em seu discurso como paraninfo da primeira turma de agrônomos da Escola cearense. A crítica é de pouco mérito, como deve ser também, provàvelmente, o trabalho criticado.

— O Barão de Studart.

t. esp. 1938, 111-114.

Contém pequenas notas para a biografia do Barão de Studart.

— Discurso ao ser entregue a bandeira nacional ao Tiro 309 em nome da mulher cearense.

t. 224-228.

— Dr. Pedro de Queiroz. Homenagem do Instituto do Ceará. Discurso do Dr. Antonio Theodorico da Costa no Recreio "Soriano de Albuquerque".

t. XXXII, 339-344.

— O ensino secundario.

t. XLI, 222-228.

O A. enviara ao Dr. Henrique Dodsworth várias sugestões sôbre a reforma do ensino secundário feita pelo Dr. Rocha Vaz. Tendo aquêle deputado lhe comunicado haver encaminhado à Comissão de Instrução as suas sugestões, decidiu comentá-las neste artigo. Mostra-se partidário da promoção por médias e faz considerações sôbre algumas matérias incluídas, tais como Instrução Moral e Cívica, Geografia, História, línguas, etc.

— Inauguração da ponte Francisco Sá. (Discurso).

t. XXXVIII, 205-212.

— O Instituto e a sua Revista.

t. XXXVI, 69-75.

Ligeira apreciação dos serviços e trabalhos do Instituto do Ceará e de sua Revista.

— O lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar de Fernandes Vieira. (Discurso).

t. XXXVIII, 196-204.

— Livros de minha predileção.

t. XLVII, 46-57.

O autor comenta quatro livros de sua predileção: **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, **Educação Nacional**, de José Veríssimo, a **Finalidade do Mundo**, de Farias Brito, e **Páginas Literárias** de Rui Barbosa. Tratam-se de crônicas ligeiras, despidas de maior interêsse.

— A minha homenagem.

t. XLIII-XLIV, 37-39.

Trecho de discurso ou artigo, louvando José de Alencar e congratulando-se com a inauguração do monumento erigido à sua memória em Fortaleza.

— Nota bibliografica sobre o livro de Pierra Bricout **Microenergetica.**
t. XLVII, 216.
— Olhando para o passado.
t. XXXII, 334-338.
Crônica necrológica sôbre D. Joaquim José Vieira, que viveu durante trinta anos no Ceará.
— O operario como factor do progresso universal. Discurso pronunciado no Centro Artistico Cearense 1º de Maio.
t. XL, 193-203.
Discurso geral sôbre o dia primeiro de maio, sem relação com a história brasileira ou do Ceará.
— Prurido de innovações.
t. XLV, 105-110.
Fala da projetada mudança da capital da República para o planalto goiano e diz que, em face das despesas já realizadas para o melhoramento do Rio de Janeiro, melhor seria se aplicassem os recursos que seriam gastos nessa mudança de capital em problemas nacionais mais graves e de maior importância. Êsse trabalho foi lido na Academia Cearense de Letras.
— Questão suprema.
t. XXXVI, 51-59.
Crônica ligeira e sem nenhum caráter histórico. Dedicada ao Barão de Studart.
— Registro bibliographico.
t. XLIII-XLIV, 364-374.
Notícias bibliográficas das seguintes obras: **Cóchrane, falso libertador do Norte,** de Hermínio Conde (365-367); **Ceará-Colônia,** de Walter Pompeu (268-370).
— Registo bibliographico.
t. XLV, 205-222.
As várias notas constantes dêste registro bibliográfico são assinadas por A. Th. da C. Vide entrada Registo bibliográfico para o comentário.
— Ruy Barbosa. (Ligeiro perfil). (Discurso).
t. XXXVII, 146-155.
— Os mortos do Instituto.
t. LIII, 271-272.
Regista-se a morte do sócio Dr. Antônio Teodorico da Costa Filho.

**COSTA, Francisco Augusto Pereira da**

— D. Antonio Felipe Camarão.
t. XXXII, 323-333.
Transcrito do Diário de Pernambuco e datado de setembro de 1907. O autor escreve que, publicado em folheto o seu estudo "A verdadeira naturalidade de D Antônio Felipe Camarão" — recebeu o Barão de Studart uma carta de Capistrano de Abreu na qual se dizia que na Biblioteca de Eduardo Prado existia um depoimento de Camarão, do qual se infere que nasceu em 1601, (no que acertou P. da Costa). Não tendo os rio-grandenses do norte criticado a afirmativa de Capistrano de Abreu, decidiu Pereira da Costa utilizar o depoimento referido por êle, que outro não era senão o Processo de Manuel de Morais, jesuíta paulista processado pela Inquisição. Explica o valor do documento e transcreve de uma cópia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enviada por Alfredo de Carvalho, o trecho do Processo de Manuel de Morais, referente ao depoimento de D. Antônio Felipe Camarão. Neste depoimento, datado de 1647, declara o depoente ter 46 anos. Critica

fortemente os enganos de Varnhagen que originaram tôda a discussão sôbre o assunto, só agora inteiramente esclarecido. Êste artigo foi depois aproveitado no seu trabalho A verdadeira naturalidade de D. Antônio Felipe Camarão. Última Verba.

**COSTA, Francisco da**

— Termo de posse do Governador Francisco da Costa.

t. VI, 181-182.

Documento oferecido por G. Studart. É datado de 17-8-1746.

**COSTA, João Batista Regueira (1845-1915)**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXIX, 361-398.

Dados biográficos do Dr. João Batista Regueira Costa, p. 397-398.

**COSTA, João Facundo Vieira da**

— Notas politicas e religiosas da Villa de Canindé no Estado do Ceará, a datar do seculo passado.

t. XX, 53-68

Trata da missão dos indios canindés, da criação da Capela de São Francisco, da freguesia, municipio e comarca de Canindé, seus limites, população, comércio e de várias questões de importância local.

**COSTA, Juvenal Galeno da**

— ANDRADE, Francisco Alves de

O pioneiro do folclore no Nordeste do Brasil.

t. LXII, 243-265.

**COSTA, Marcos de Araujo, padre (1778-1850)**

— Do Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar ao Padre Marcos de Araujo Costa.

t. LXI, 135-138.

**COSTA, Rodrigo da (1875-1915)**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXX, 365-374.

Dados biográficos do Dr. Rodrigo da Costa, p. 369-370.

**COSTA E SILVA, Juvenal Galeno da (1836-1931)**

— RAMOS, José Valdo Ribeiro (1901- ).

O centenario de um poeta.

t. LV, 12-23.

**COUTINHO, José Joaquim de Azeredo, bispo**

— Carta do Bispo d. José Joaquim de Azeredo Coutinho sobre os indios da Capitania.

t. XI, 124-128.

Dá conta do estado dos índios e faz referência ao tecido de suas obras, chamada por êles crauá e que êle entende poderia ser de grande interêsse para a marinha, na parte que pertence às amarras. Propõe o estabelecimento de cordoarias nas aldeias dos índios.

**COUTO, Domingos do Loreto, frei**

— Apontamentos biographicos de um missionario do Ceará. Extraido do capitulo XVIII do liv. IV dos Desagravos do Brazil e Glorias de Pernambuco pelo benedictino Frei Domingos do Loreto Couto.

t. IX, 60-67.

Publica-se, aqui, por oferta do Barão de Studart, parte do livro até então

inédito de Loreto Couto. A publicação completa dessa obra se fêz em 1904, nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. XXIV, correspondente ao ano de 1902. O trecho aqui transcrito ocorre entre as p. 315-320 do citado volume dos Anais.

— De alguns Indios e Indias naturaes de Pernambuco.

t. XVI, 243-248.

Trechos dos "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", de D. Loreto Couto, copiados pelo Barão de Studart na Biblioteca de Lisboa, onde a obra se conservava em manuscrito. Foi publicada em 1904 pelos Anais da Biblioteca Nacional, ocorrendo êstes trechos nas p. 166-169 e 174. Trata de alguns índios naturais de Pernambuco, que nestes últimos anos floresceram em virtudes.

**COUTO, Miguel (1864-1934).**

— Dr. Miguel Couto.

t. XLVIII, 267-269.

Notícia bio-bibliográfica do Dr. Miguel Couto, que era sócio do Instituto desde 1915.

**CRANDALL, Roderic** (1885 )

— Lista de elevações, determinadas com o barometro aneroide, de alguns pontos do itinerario de Roderic Crandall, no Estado do Ceará.

t. XXVI, 280-281.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia de Roderic Crandall, p. 154-255.

**Crateús, Vila de**

— SANTOS, Benedicto A. dos

Para a historia de algumas localidades cearenses.

t. XXIII, 189-265.

O A. trata, entre outras localidades, da Villa de Crateús, p. 256-261.

**Crato**

— Descripção da Cidade do Crato em 1882, pelo dr. Gustavo Horacio. (Com annotações pelo jornal Correio do Cariry).

t. XX, 313-320.

Descreve a localização, ruas, prédios, casa de caridade, igrejas; fontes; cemitérios, etc. Dá a população (21.410 habitantes) e sua composição. Há notas feitas pela redação do jornal Correio do Cariri.

— MACEDO, Marcos Antonio de

Descripção dos terrenos carboniferos da Comarca do Crato.

t. XIII, 107-113.

— MENEZES, José Pinheiro Bezerra de

Municipio do Crato. Comarca do mesmo nome. Estado do Ceará. Notas colhidas e observações feitas por um amigo da terra, em setembro de 1915.

t. XXXII, 152-168.

**CRATO, Bernardo Duarte Brandão, barão do**

— PINTO, J. Marcelo de Alcântara.

Os Barões do Crato e do Icó.

t. LXVII, 60-67.

**Criminalidade**

— ABREU, Cruz

Presidentes do Ceará. Periodo regencial. 7º Presidente, Senador José Martiniano de Alencar.
t. XIII, 47-106 e 119-216.
— O Padre Ibiapina.
t. II, 157-220.
— JUCÁ, José
Crimes celebres do Ceará.
t. XXVIII, 262-285.
— MOURÃO, Alexandre da Silva
Memorias de Alexandre da Silva Mourão.
t. XLI, 3-54.
— Para a Historia Criminal do Ceará. (Documentos offerecidos pelo Ilmo. Snr. Torcapio Ferreira).
t. XXXIV, 359-363.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Paulistas no Ceará.
t. XLI, 229-230.
— VASCONCELLOS, Abner Carneiro Leão de
O crime de latrocinio na organização judiciaria do Estado.
t. LI, 247-255.
CROMMELIN, C. D.
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXIII, 239-248.
Entre outros estrangeiros de importância que estiveram no Ceará, o autor regista o nome do Dr. C. D. Crommelin.
Cucatinga, Povoação de
— SANTOS, Benedicto A. dos
Para a historia de algumas localidades cearenses.
t. XXIII, 189-265.
O A. trata, entre outras localidades, da povoação de Cucatinga, p. 261-265.
CUNHA, Alvaro Bomilcar da (1874- ).
— Discurso.
t. XLIII-XLIV, 338-343.
Pronunciado por ocasião de ser recebido como sócio do Instituto do Ceará.
— Discurso.
t. XLV, 178-184.
Discurso na recepção de D. Júlia C. L. de Vasconcelos, feito em nome do Instituto.
— Farias Brito.
t. XLVIII, 83-87.
O A. faz ligeiras considerações sôbre a obra de Farias Brito, falecido em 1917.
— Floriano — O Taciturno. (Notas para a sua biographia).
t. XLIII-XLIV, 304-312.
O A., aluno das escolas militares da época de Floriano Peixoto, considera errado o perfil que atualmente se traça daquele marechal e segundo presidente da República. Cita alguns autores que não o retratavam como caudilho e diz ser necessário conhecê-lo desde a adolescência. Não se trata de biografia e sim de pequenas notas sôbre alguns atos de Floriano.

Em 1939, o Ministério da Educação e Saúde publicou vários volumes de diversos autores sôbre o Marechal Floriano Peixoto.

— O problema da ortografia em face da Constituição.

t. L, 89-99.

Defende o ponto de vista de que, em face do artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934, a ortografia adotada no país é a usual, ou a da Constituição de 1891, e mostra que a êsse respeito já se pronunciou, inclusive, o Poder Judiciário. Trata-se de tese apresentada ao Congresso das Academias de Letras e Centros de Cultura, como representante da Academia de Letras do Ceará.

**CUNHA, Antonio Mendes da**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Moradores do Ceará no Tribunal do Santo Officio.

t. XL, 204-212.

**CUNHA, Ayres da**

— Foral de direitos e mercês mandado passar em favor de João de Barros. Dito em favor de Ayres da Cunha. (Documento da Colleção Studart).

t. XXIII, 3-9.

**CUNHA, Euclides da**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto em 1909.

t. XXIII, 395-408.

Dados biográficos de Euclides da Cunha, p. 407-408.

**CUNHA, Francisco Pereira da**

— Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará. (Colleção Studart).

t. XXIV, 215-399.

**CUNHA, Luiz Ribeiro da**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará. (Continuação).

t. XXXVI, 381-389.

Pequena notícia da L. R. da Cunha, doador dos terrenos que ficaram constituindo a Colônia Orfanológica Cristina, p. 384.

**CUNHA, Rodolpho Ferreira da, padre (1880- ).**

— Notas historicas do Livro de Tombo da Parochia de Porangaba.

t. XLIII-XLIV, 269-280.

O A., vigário de Parangaba desde 1915, não tendo encontrado no livro do Tombo daquela Paróquia nenhum dado histórico, decidiu escrever uma pequena notícia sôbre sua fundação e desenvolvimento. O trabalho foi terminado em setembro de 1922 e interessa à história da Igreja no Ceará.

# D

**Da correspondência do Senador Alencar.**

t. XXXIII, 274-285.

Transcrevem-se dois bilhetes e 9 cartas endereçadas ao Senador Alencar pelas seguintes pessoas: Costa Carvalho (5-1-1832); Pedro Roiz de Melo (16-5-1832); José

Mariano de Albuquerque e Carvalho (25-6-1832); Pedro Roiz de Melo (30-9-1832); José Mariano (4-10-1832); José Mariano (5-1-1833); id. (6-2-1833); id. (6-2-1833); Pedro Roiz de Melo (17-2-1833); id. (23-5-1833); Manuel Felizardo de Souza e Melo (31-1-1838).

**Da Missão que fizerão o padre Francisco Pinto e o padre Luiz Figueira ao Rio do Maranhão.**

t. XVI, 249-254.

Capítulo da Relação anual das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus, por Fernão Guerreira (1605-1677), de 1606 a 1607. Êste capítulo foi copiado e publicado pelo Barão de Studart, que também o anotou.

**Uma data.**

t. XX, 143-145.

Extraído do Correio do Cariri. Crônica sôbre uma luta travada entre as fôrças legalistas e os partidários de Joaquim Pinto Madeira, em 13-6-1832. Pinto Madeira era contra a Regência, e a favor de D. Pedro I; portanto, contra o 7 de abril de 1831. Chefes legalistas eram José do Vale e Manoel Araujo Cortez, e a derrota se deu em Cobra.

**Data de sesmaria das Terras do Mocoripe e Cocó. (Doc. offº. por Manoel Rodrigues Santos Moura).**

t. XX, 173-175.

Nesta data, o Sargento-mor Joseph Corrêa Peralta pede que lhe sejam concedidas as terras e praias que começam do "Massayó ao Mucuripe, correndo pela costa do mar té a ponta do morro do Mocoripe que será uma legua". Foi concedida por ato de 13-8-1731.

**Data de sesmaria de Manoel da Costa Cardozo, de duas leguas de terras no riacho dos Cavallos em Quixeramobim, concedida por Tristão Gonçalves.**

t. XXXVI, 225-227.

Data de sesmaria de 1-9-1824, assinada pelo Padre Gonçalo Ignácio de Albuquerque Mororó, como secretário do govêrno, e por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

**Datas de sesmaria do Malcosinhado. (Docs. offerecidos pelo Cel. Augusto de Castro).**

t. XX, 307-312.

São datadas de 18-6-1706.

**Datas de sesmarias.** (Fielmente copiadas dos livros originais existentes no Archivo Publico do Pará por Theodoro Braga e offerecidas ao Exmo sr Barão de Studart).

t. XLVIII, 203-235.

São ao todo 19 datas de sesmaria a saber: 1) Registro de uma carta de data de sesmaria a Antonio de Andrade do Canto de três léguas de terra de comprido e uma de largo no sítio chamado Espírito Santo, etc., 1727-1729; 2) id. a Antônio da Costa Veloso de três léguas de comprido e uma de largo no sítio chamado a Graciosa, 1737-1741; 3) id. a Antônio Gomes Linhares, 1727-1729; 4) id. a Antônio de Medeiros, 1727-1731; 5) id. a Antônio Pedro Nolasco de Sousa, 1747-1764; 6) id. a Bernardo Vieira da Silva, 1721-1729 7) id. a Dionízio Dias, 1743-1747; 8) id. a Domingos Ferreira Xabes, 1727-1729; 9) id. a Francisco Coelho Teixeira, 1746-1748; 10) id. ao cap. João Batista de três léguas de terra de comprido e uma de largo, 1727-1731; 11) id. a João Batista Pinho na paragem que na carta o abaixo declara, 1727-1729; 12) id. ao Cap. João da Costa Veloso de três léguas de terra de comprido e uma de largo no sítio chamado a Várzea Branca, 1737-1741; 13) id. a Lourenço

de Andrade, 1727-1731; 14) id. a Manoel Batista, 1727-1731; 15) id. a Manoel Gameiro da Cruz, 1737-1741; 16) id. a Joaquim Gameiro da Cruz, 1737-1741; 17) id. a Manoel Gomes Pereira, 1727-1731; 18) id. a Manoel de Medeiros Graci, 1721-1731; 19) id. a Maurício Gomes, 1727-1729).

**Datas e factos para a historia do Ceará. Pelo Barão de Studart.**

t. XXV, 182-230; t. XXXVI, 295-353.

**Datas e factos para a historia do Ceará. (Continuação da obra de igual título do Barão de Studart) Por Leonardo Mota.**

t. LXV, 41-109; t. LXVI, 269-306; t. LXVIII, 205-243.

**Datas e factos para a historia do Ceará. Pelo Barão de Studart.**

t. IX, 86-138 e 337-410; t. X, 341-453;

**Davidson, G.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIII, 239-248.

Entre outros estrangeiros de importância que estiveram no Ceará, o autor regista o nome do dr. G. Davidson.

**De língua inhengatu.**

t. LIV, 247.

Tradução do inhengatu de duas poesias, pelo Sr. Francisco de Assis Tavares, funcionário da Rêde de Viação Cearense, o qual viveu muitos anos no Amazonas. A tradução foi oferecida ao Instituto pelo Sr. João Nogueira.

**Décima urbana em Fortaleza**

— Auto do 1º lançamento da decima urbana em Fortaleza.

t. IX, 138-140.

Oferecido pelo Dr. Guilherme Studart. É datado de 1808.

**Decreto real com relação ao termo assignado à villa do Aracaty.**

t. VI, 186-187.

Datado do Rio de Janeiro, 16-2-1820.

**Decreto revogando o banimento da família ex-Imperial do Brazil.**

t. XXXV, 279-284.

Transcrição do Imparcial, do Rio, de 4-9-1920: Descrição da cerimônia no palácio do Catete, da assinatura pelo presidente da República do decreto revogatório do banimento da família ex-imperial. Dá os discursos do Sr. Raul Pederneiras (p.280-281), do presidente da República (281), do Conde de Afonso Celso (282-283) e o teor do decreto revogando o banimento, n. 4120, de 3-9-1920.

**Uma defesa de José Clemente Pereira.**

t. XXVII, 271-306.

Apresentada à Câmara dos Deputados uma Indicação propondo a exclusão de José Clemente Pereira, por ser "suspeito de haver praticado atos inconstitucionais e que tendiam à destruição do atual sistema, ou indiretamente protegido os absolutistas", êle se defende no documento aqui reproduzido. Em primeiro lugar, nega à Câmara competência para não permitir assento a um deputado legalmente eleito, e, a seguir, procura refutar um a um os atos que lhe foram atribuídos O primeiro fato arguído foi o de ter êle dado mão forte a Joaquim Pinto Madeira no Ceará, o que êle nega publicando além disso os documentos ns. 2-4, mostrando que nomeou o Presidente e sempre lhe deu instruções no sentido de não tolerar outro govêrno senão o do Imperador Constitucional (doc. 6), e de perseguir os absolutistas. A segunda acusação foi a de ter êle sido protetor da Sociedade das Colunas

de Pernambuco, sociedade absolutista, o que também nega. Aprecia as outras acusações e proclama os serviços que prestou. São anexados a essa defesa 14 documentos, sendo os de ns. 2 a 4 referentes a Joaquim Pinto Madeira e o n. 6 um ofício do Presidente do Ceará dirigido a Clemente Pereira. A defesa traz a data de 19-5-1830.

**D'ELISSALDE**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXIV, 351-358.
Pequena notícia de D'Elisalde, p. 352-353.

**DENIS, Ferdinand (1798-1890).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Dados biobibliográficos de Ferdinand Denis, no que se refere ao Ceará, p. 199-200. Estêve no Brasil em 1816 e escreveu variada bibliografia sôbre o Brasil Foi o primeiro a revelar a obra de Tollenare e a Suite de Yves d'Evreux.

**DENIS, Pierre,**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Notícia de Pierre Denis, autor de "Le Ceará", publicado nos Annales de Geographie de Paris, em que toma grande parte o estudo das sêcas e suas conseqüências (p. 248-249).

**Deputados da antiga Província do Ceará.**

t. XXVIII, 72-92; t. XXIX, 58-59.
Registro dos deputados da Província, desde o biênio de 1835-1837 até 1888-1889 e Retificação da Lista dêste último biênio.

**DERBY, Orville (1851-1915).**

— O nome Maranhão.
t. XXXII, 129-136.
No escrito "A costa do Nordeste do Brasil na Cartografia antiga", publicado no "Livro do Tricentenário do Ceará", aventou o A. a hipótese de que a palavra Maranhão derivasse por transformação inculta de Marachão. Antes de chegar a essa conclusão inaceitável, discute com erudição e saber o aparecimento e existência do nome nos vários mapas mais antigos. Mostra que o primeiro apareceu na 2ª edição das Décadas de Pedro Mártir. Depois decidiu perguntar ao lexicógrafo Cândido de Figueiredo o que achava de sua hipótese. Êste respondeu, em 1902-1908, no Jornal do Comércio O A., neste artigo, aceita a opinião de Figueiredo de que nas línguas românicas seria impossível a transformação do ch em nh e abdica de sua hipótese. Relembra, ainda assim, alguns de seus argumentos e o verso "Mil maranhas, mil maranhões".

— RODRIGUES, Barbosa.
A diminuição das águas no Brasil.
t. XXI, 137-141.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Notícia sôbre Orville Derby, com notas bio-bibliográficas (p. 242-244).

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Os mortos do Instituto.
t. XXX, 365-374.
Dados biográficos do Dr. Orville Derby, p. 370-373.

**Descobrimento pré-colombiano da América.**

— TESSCHAEUR, Carlos, padre
Será discutível a prioridade dos portuguêses no descobrimento da América ?
t. XVII, 5-32.

**Descripção das festas officiaes havidas em Fortaleza a 29 de Maio de 1831.**
t. XII, 217-219.
Transcrição do **Semanário Constitucional, n. 40.**

**Descripção das Mattas desta Capitania que estão mais visinhas do Porto de embarque desta Villa da Fortaleza, cujo exame fiz em virtude das Instruções dadas pela Intendencia da Marinha da mesma Capitania, como Administrador des mesmas Mattas, Cortes de Madeiras della.**
t. X, 332-340.
Documento oferecido pelo Dr. Guilherme Studart. Descreve a mata da Serra do Camará, a da serra do Ôlho d'Água do Coité, a mata da Tucunduba, a do Tatumondé, da serra da Pacatuba, e a da serra da Guaiuba. O documento é datado de Fortaleza, 4-12-1800.

**Descripção do Cruzeiro levantado na frente da matriz de Fortaleza pelo missionário postolico capuchinho Fr. Serafim da Catania, natural da provincia de Messina na Sicillia.**
t. XII, 224-228.
O cruzeiro é datado de maio de 1847.

**Descripção geographica abreviada da Capitania do Ceará.**
t. XII, 5-33.
Assegura o Barão de Studart na crítica do texto que faz no final da edição dêste documento, que o autor é o Ouvidor Rodrigues de Carvalho e que foi escrito na primeira metade de 1816. Foi ofertada à Biblioteca de Fortaleza por Augusto de Carvalho, por intermédio do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Augusto de Carvalho afirma na carta dirigida a Tristão de Alencar Araripe ser o Coronel de engenharia Antônio José da Silva Paulet, português de nascimento, o autor da memória. O Barão de Studart transcreve a correspondência trocada por ocasião da oferta do manuscrito e declara que o nome de Paulet está escrito na capa do manuscrito em letra moderna e de cunho diferente.
Trata-se de valiosíssima descrição não só geográfica, como informa o título, mas econômica, indicando o autor os principais recursos da capitania e de suas vilas. Havia então uma só comarca com 17 vilas. Descreve o regime alimentar de rapadura e farinha, a indústria principal baseada no curtimento da sola, enumeda as várias sêcas de 1790, 1791, 1792, 1809, 1810 e 1814, critica a preguiça e a criminalidade e conclui por afirmar que é difícil o progresso devido às emigrações, ocorrência de sêcas, padecimentos de moléstias etc. Propõe a criação de uma nova comarca, o que foi feito em junho de 1816.

**O desembargador Hippolyto Cassiano Pamplona. (Notas biographicas).**
t. XXV, 109-123.
Notícia biográfica do Desembargador Pamplona (1819-1895), o qual foi juiz no Ceará, presidente da Relação e representante da Província na Câmara dos Deputados.
Vide Errata, no final do tomo, corrigindo engano da p. 112.

**DESENZANO, David de, frei**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXVI, 381-389.
Pequena notícia do missionário Frei David de Desenzano, p.382-383.

**DESTORD, Jules**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXIV, 351-358.
Pequena notícia de Jules Destord, p. 357.

**Os dezenove Artigos q' pedião os Holandezes da Compª do Brazil em Holanda. 1648.**
t. XVI, 265-272.

Trata-se de manuscrito inédito, encontrado pelo Barão de Studart na Biblioteca Nacional de Lisboa (f. 2. 32). Êstes dezenove artigos foram apresentados pelos comissários holandeses em 17 de julho de 1647. Tôdas as províncias, exceto a Zelândia, desejavam um acôrdo sôbre as bases da restituição e compensação, considerando ser esta a matéria mais fácil de conservar o Brasil. Estas exigências foram apresentadas em forma de tratado a 21 e 29. Souza Coutinho replicou. Ainda a 17 de agôsto apresentaram 20 artigos, que, com ligeiras emendas, Souza Coutinho considerou aceitáveis, visto que tinha sido melhorada a primitiva redação e haviam renunciado ao pedido duma fiança com garantia.

**Dezenove documentos sôbre os Palmares pertencentes à Coleção Studart.**
t. XX, 254-289.

A maioria dêstes documentos pertence à Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa. Referem-se na sua maior parte a Domingos Jorge Velho e ao período final dos Palmares, de 1671 a 1698. O Barão de Studart discute, na nota que precede a publicação dos documentos, o problema da lenda na história, devido às legendas que cercavam a figura de Zumbi. Critica Nina Rodrigues e os que crêem ser Zumbi nome genérico, sinônimo de rei, maioral ou principal, em face de documentos decisivos para o caso. Embora seja desconhecida a data do início dos Palmares, pressupõe-se que remonta a 1630 a formação dos primeiros grupos e que tenham durado até 1698. Resume as várias expedições dirigidas contra os Palmares, até o pedido de auxílio feito aos paulistas, inclusive o contrato dos serviços de Domingos Jorge Velho sôbre as exigências, os incidentes da expedição, encontros e vitórias de Domingos Jorge Velho. Êstes documentos fornecem valiosos dados.

**Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. Tradução do hollandez por Alfredo de Carvalho.**
t. XVII, 325-405. 1 planta.

**DIAS, Antônio Gonçalves (1823-1864).**
— Cartas enviadas ao "Jornal do Commercio", do Rio, por Gonçalves Dias durante sua estadia no Ceará como membro da Comissão Scientifica.
t. XXXVIII, 213-230.

Transcrição das cartas publicadas no Suplemento do Jornal do Comércio, de 16 de fevereiro, 2 de abril e 30 de maio de 1859. Foram copiadas e oferecidas ao Instituto do Ceará pelo Sr. Ildefonso Albano. A Comissão Científica que fôra organizada para explorar o interior de algumas províncias do Império partiu do Rio no dia 26 de janeiro de 1859, demorando-se nos portos da Bahia e Pernambuco, e chegando ao Ceará no dia 4 de fevereiro do mesmo ano. Estava assim organizada: — secção botâ-

nica, Dr. Francisco Freire Alemão, presidente, e Dr. Manuel Freire Alemão; secção zoológica, Dr. Manuel Ferreira Lagos, presidente, e João Pedro Vila Real e Lucas Antônio Vila Real, preparadores; secção geológica e mineralógica, Dr. Guilherme Schuch de Capanema e Dr. João Martins da Silva Coutinho, ajudante; secção astronômica, Dr. Giácomo Raja Gabaglia e primeiros tenentes João Soares Pinto, Dr. Agostinho Vitor de Borja Castro e Caetano Brito de Souza Galoso; secção etnográfica e narrativa, A. Gonçalves Dias e o pintor José dos Reis Carvalho. Foi na qualidade de redator que Gonçalves Dias descreveu os trabalhos da comissão.

**ABREU, Cruz**

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado, 17º presidente, Ignacio Francisco Silveira da Motta. (Depois Barão de Villa Franca). (De 16 de novembro de 1850 a 6 de julho de 1851).

t. XXXVIII, 125-195. retr.

Durante a administração de Silveira da Mota estêve no Ceará Gonçalves Dias a fim de examinar as bibliotecas, arquivos e repartições públicas.

**DIAS, Arthur**

— Ceará. (Do livro O Brazil Actual, 1904).

t. XXVII, 228-242.

Trata-se de interessante descrição do Ceará em 1904. Narra o aspecto geral da cidade, seus edifícios, palácios, igrejas, etc. Fornece valiosas informações sôbre a instrução e cultura social, atividades industriais, comércio e navegação. Oferece dados estatísticos da emigração cearense motivada pelas sêcas e diz que a população feminina no Estado sobrepuja a masculina.

**DIAS, Satiro de Oliveira (1844-1913)**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXIX, 361-398.

Dados biográficos do Sr. Sátiro de Oliveira Dias, p. 365-368.

**Dissoluções parlamentares no Brasil. Por Benedicto Santos.**

t. XXVI, 306-316.

**Divisão territorial uniforme. Por Clodoaldo Pinto.**

t. LI, 167-184.

**DIXON, Richard**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIV, 351-358.

Pequena notícia de Richard Dixon, p. 351.

**Dízimos**

— Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará.

Colleção Studart.

t. XXXV, 3-137. índice dos docs. 138-140.

Os documentos ns. 331 e 332 dizem respeito aos dízimos do Ceará.

**Do Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar ao Padre Marcos de Araujo Costa.**

t. LVI, 135-138.

Carta datada do Ceará, 17-5-1843, em que trata do assassinato de Reinero d'Alencar Rodovalho, dizendo que quem o assassinou foi a tropa de primeira linha que veio de Oeiras e que o Capitão Manoel Rodrigues nenhuma parte teve nisso. No final há uma nota biográfica sôbre o Padre Marcos. (1778-1850).

**Um documento histórico de 1849. Pedido de uma Assembléia Constituinte.**

t. XXXVI, 227-229.

Representação redigida e sustentada na Assembléia Provincial do Ceará pelo seu presidente Dr. Tristão de Alencar Araripe, na sessão de 7-8-1849, em virtude de uma indicação do Rev. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa e dirigida ao govêrno imperial, pedindo uma Assembléia Constituinte. É assinado não só por Alencar Araripe como pelo primeiro secretário Hipólito Cassiano Pamplona e o segundo secretário Antônio Joaquim Aires do Nascimento.

**Um documento historico secular. (Do Archivo do Barão de Studart). Descripção dos trabalhos praticados em Pernambuco para demolir o banco que existe na entrada da Barra.**

t. XXXI, 270-272.

Documento assinado de Pernambuco, 18-2-1816, por João Felix Pereira de Campos e José Carlos Mairinck da Silva Ferrão.

**Documento para a Historia da Egreja de S. Francisco das Chagas.**

(Colleção Studart).

t. XXXII, 12-13.

Neste documento da coleção Studart (sem data e sem indicação do local de onde foi extraido) representam os moradores da Ribeira do Canindé aos senhores do Senado da Câmara da Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção pedindo que informasse a S. M. que viviam sem serviço religioso, razão por que suplicavam que fôsse aquela freguesia servida de uma casa religiosa, desde que haviam levantado a sua custa a igreja de São Francisco das Chgas.

**Documentos.**

t. L, 187-195.

Transcrevem-se os seguintes: Carta para o Capitão-mor da Fortaleza do Ceará João de Melo de Gusmão a favor dos padres missionários, e soltura dos índios do Ceará (23-1-1664), p. 187-188; Carta para o Capitão-mor da fortaleza do Ceará João de Melo de Gusmão acêrca dos índios presos (28-2-1664), p. 188; Registro da Provisão do cargo de capitão-mor do Ceará provido em Diogo Coelho de Albuquerque, que vem por Carta testemunhável tresladada que mandou o Governador Geral Francisco Barreto e o Procurador-mor que se registasse (12-4-1660), p. 188-192; Carta para o Rev. Pe. Jacobo Cocles, missionário do Ceará (28-2-1664), p. 192-193; Carta para o Pe. Jacobo Coclen, 12-12-1664, ambas do Conde de Óbidos, p. 193; Carta para Paulo Martins Garro, Capitão-mor do Pará acêrca do cacau (24-4-1665); p. 193-194; Carta para o Capitão-mor do Ceará João de Melo de Gusmão (sic), de 24-4-1665, p. 194-195. Com exceção da carta grande de Gonçalo Pinto de Freitas, as outras são do Conde de Óbidos. As três últimas são referentes ao cacau.

**Documentos.**

t. LIV, 90-98.

Transcrevem-se dois documentos: o primeiro sôbre a Freguesia do Pereiro, extraido do livro original existente na matriz do Pereiro, sob a rubrica Limites da Freguesia, ano de 1883; e o segundo "Como se davam índios à soldada no séc. XVIII", documento extraido do livro original de registro da Vila Viçosa Real (salários pagos aos índios).

**Documentos.**

t. LV, 231-233 .

Tratam-se de transcrições do livro "Portarias Diversas" (1864-65), a respeito do orçamento da despesa com o serviço necessário à feitura da matriz dos Santos Cosme e Damião, e do livro "Lançamentos da Igreja de São Bento, 1808".

**Documentos a respeito d'uma fundação da Ordem de S. Bento no Ceará.**

t. XVI, 126-133.

São cinco documentos. O primeiro, em que se comunica a D. Geraldo van Caloen, abade de Olinda, e vigário geral da Congregação Brasileira da Ordem de São Bento, a doação de dois sítios para o patrimônio do mosteiro da Ordem em Quixadá. É datado de 15-9-1899. O 2º é a escritura da mesma doação, datada de 18-9-1899. Os 3º e 4º são os têrmos de doação por parte dos proprietários dos sítios. O 5º é o texto da Lei n. 6, de 12-9-1899, da Intendência Municipal de Quixadá, isentando a Ordem do pagamento de fôro.

**Documentos. A revolução de 1824.**

t. LVI, 38-54.

Documentos pertencentes ao arquivo do Instituto do Ceará. Constam do seguinte: 1) Processo formado pela Comissão Militar contra Frei Alexandre da Purificação; 2) Transcrição de atas da Câmara Municipal de Fortaleza, ou sejam 20 têrmos de vereação e de posse e juramento referentes ao ano de 1758.

**Documentos. Algumas datas de sesmarias cearenses registradas na Bahia.**

t. XLVI, 212-216.

Registos do Livro 1º de sesmarias e do Livro 2º. Abrangem de 1676 a 1698.

**Documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Copiados e offerecidos ao Instituto pelo consocio Sr. Barão de Vasconcellos).**

t. XXVII, 160-187.

Documentos relativos ao Ceará, de matéria variada e datados de 1700 a 1711. Tratam de soldos de soldados que foram à guerra dos Palmares, devassas contra o sargento-mor, hostilidades de gentios, concessões de sesmarias, restituição de liberdade a gentios, datas de terra a jesuítas, abusos de moradores que roubavam mulheres de índios, novas fortificações e estabelecimento de correição na Ribeira do Jaguaribe, onde se cometiam muitos crimes.

**Documentos da Revolução de 1817. (Do Archivo do Barão de Studart).**

t. XXXI, 13-93.

Publicação de 58 documentos pertencentes à coleção Studart e referentes a homens e fatos da Revolução de 1817. São de incontestável importância para a exata compreensão daquele movimento. São transcritos, entre outros, a Ordem do dia de 5-3-1817, a Proclamação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a Proclamação recitada aos 7-3-1817, o juramento tornado público em 7-3-1817 e escrito pelo padre João Ribeiro, que é seguido de nota do Barão de Studart, a Proclamação de 9-3-1817, o Preciso de José Lins de Mendonça, a carta do negociante inglês George Mitchell, a carta em inglês dirigida aos Patriotas estrangeiros (Patriots strangers, assinada pelo padre João Ribeiro e outros), a oração feita e recitada pelo patriota vigário geral na bênção das bandeiras da República Pernambucana (sic), a Proclamação aos baianos e aos cearenses, a carta circular do Vigário geral aos párocos, o depoimento de Manuel Gomes da Cunha e várias outras peças de grande importância. O Barão de Studart anota alguns documentos.

**Documentos de 1817-1823. (Colleção Studart).**

t. XLI, 231-242.

Transcrevem-se, a princípio, 3 documentos, datados de 12-6-1817, 23-5-1818, 13-2-1819, da Coleção Studart, relativos à época de Manuel Inácio de Sampaio e Pina (1812-1819). O primeiro e o segundo (p. 231-32 e 232-33) são relativos à Revolução de 1817 e o terceiro (p. 233) versa sôbre o lançamento e arrecadação dos impostos para o Banco do Brasil. A seguir são publicados os seguintes: documento

assinado por Francisco Alberto Rubim, que governou a capitania de 1816 a 1821, datado de 19 de fevereiro de 1821. Rubim foi deposto. Trata da vigilância contra os revolucionários. Os dois documentos seguintes dizem respeito à nomeação do Padre Miguel Francisco de Oliveira para o cargo de vigário do distrito da freguesia do Aracati, datado de 2-3-1822; as ordens dadas de Parnaíba, no Maranhão, contra as fôrças cearenses que vinham fazer a independência dêste, datado de 12-12-1822; relação das providências tomadas pelo comandante das fôrças portuguêsas no Maranhão, onde diz que suas tropas com as do Piauí e Pará poderiam fazer o bloqueio do Ceará livre e independente, datado de 1-1-1823; manifesto aos habitantes das províncias do Norte, comunicando a independência da Bahia e prometendo que em breve só se reconheceria um soberano do Amazonas ao Prata, datado de 12-7-1823.

**Documentos do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano relativos a 1817 e 1824.**

t. XXXIII, 261-273.

Publica-se um ofício do 2º secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano ao Secretário dos Negócios da Justiça de Pernambuco oferecendo cópia dos lançamentos dos presos políticos em 1817 e 1824 que deram entrada na antiga prisão e do destino que tiveram. Resposta de agradecimento do Secretário. Ofícios datados de 20 e 23 de agôsto de 1895. Seguem-se os lançamentos, p. 263 em diante.

**Documentos. (Do livro "Arquivo da Câmara de Aquiraz. Ordens Régias e Ofícios e cartas dos Governadores", do Arquivo Público do Estado)**

t. LVII, 230-233.

Transcrevem-se duas Ordens Régias: sôbre delinqüentes e proibindo tomada de farinha aos índios; e o Registro do Alvará de S. M. sôbre o frete das mercadorias líquidas que se transportam da cidade de Lisboa para os portos da América e dêles para a mesma cidade. (20-11-1756).

**Documentos do tempo da Independência. (Coleção Studart).**

t. XXVI, 308-323.

São transcritos os seguintes documentos: Registro de uma proclamação do Príncipe Real Constitucional dêste Reino do Brasil remetida ao Juiz Ordinário desta Vila pela Junta do Govêrno Provisório desta Província, datado de 23-4-1822, p. 308-309; Ata da sessão da Câmara de Crato em que se assentou fazer a eleição de Deputados de acôrdo com o Decreto de 3 de junho, e datado de 1-9-1822, p. 310-311; Ata da sessão de instalação do Govêrno Temporário no Icó, datado de 16-10-1822, p. 311-314; Aclamação do Primeiro Imperador do Brasil, datado de 24-11-1822, p. 314--315; Carta do Govêrno Provisório ao Deputado Costa Barros, datado de 4-12-1822, p. 317-18; Carta dos Camaristas da Parnaíba a Francisco de Salema Freire Garção, datado de 12-12-1822, p. 318; Ata da apuração dos votos das quatro reuniões desta Província do Ceará para Deputados das Côrtes dêste Império do Brasil, 29-12-1822, p. 319-320; Carta do Capitão-Tenente Francisco de Salema ao ministro Costa Quintela, de 1-1-1823, p. 320-323.

**Documentos do tempo de Diogo Botelho relativos ao Ceará.**

t. XXVI, 15-27.

Diogo Botelho, oitavo governador geral (1602-1608), foi um dos mais capazes e inteligentes magistrados do período colonial. Reproduzem-se aqui a carta de 22-9-1605, dirigida pelo Rei a Diogo Botelho, e a de 7-6-1607, dirigida a Diogo Botelho pelo Bispo de Pôrto, e o Auto que mandou fazer o Sr. Governador General D. Diogo

Botelho, datado de 26-1-1603, o Treslado do Regimento de que se fêz menção nesse auto, o auto que o Sr. Governador geral mandou fazer sôbre o assento que tomou acêrca das sentenças e pareceres que se deram sôbre o cativeiro dos índios da serra de Jaguaribe, província do Maranhão, datado de 26-3-1605, e o "Auto sobre o assento que se tomou do cativeiro dos índios de Jaguaribe e que o sr. governador remete a Sua Majestade por saber o que há de fazer sobre o assunto". Tôda a correspondência de D. Diogo Botelho fôra publicada em 1910 no tomo 73 da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Trata-se de documentação valiosíssima, encontrada na Biblioteca Nacional da Ajuda.

A primeira carta trata do cativeiro ilegítimo dos índios, a segunda avisa que "rebeldes de Holanda e Zeelândia armavam cópia de navios e gentes para atacar o Brasil" e trata da mudança da Alfândega de Olinda para Recife. O auto de 26-1-1603 regista a reunião do govêrno em conselho com Manuel Mascarenhas Feliciano Coelho de Carvalho, o Desembargador Gaspar de Figueiredo Homem, Diogo de Campos Moreno e o capitão João Barbosa de Almeida, para propor a Jornada ao Ceará. O Regimento de 21-1-1603, dado ao Capitão-mor Pero Coelho de Sousa, que ia como capitão da entrada no Maranhão (correspondência citada, na p. 44-46). Os dois seguintes autos dizem respeito às acusações que se fizeram a Pero Coelho de Sousa de ter exercido violências e crueldades contra os índios e de tê-los feito cativos. Por carta régia de 22-9-1605, o rei aprovou o procedimento de Diogo Botelho, não dando execução a sentença do Ouvidor geral, que considerou cativos aquêles índios.

**Documentos do tempo do Governador Rubim.**

t. XXI, 396-414.

Oferecidos pelo sócio correspondente Eduardo Marques Peixoto.

Contém um ofício de Francisco Alberto Rubim a Silvestre Pinheiro Ferreira, de 17-5-1821; Têrmo de juramento, que presta a Nobreza, Clero e Povo, desta Vila, e mais que nêle se contém abaixo, de 14-4-1821; ofício de Francisco Alberto Rubim a Silvestre Pinheiro Ferreira, de 30-4-1821, acompanhado de 5 documentos. Êste último ofício e os documentos que o acompanham referem-se na sua maior parte ao juramento da Constituição que se havia de fazer em Portugal.

**Documentos históricos. Cartas de d. Pedro I a Dom João VI. 1821-1824.**

t. XXVIII, 136-190.

Na nota introdutória, o Barão de Vasconcelos explica que a Câmara dos Deputados de Portugal, em sessão de 4 de junho de 1881, decidiu que se coligissem e coordenassem todos os dados para uma história do Parlamento português, tendo sido encarregado da mesma tarefa Clemente José dos Santos. No primeiro e 2º vols. dessa publicação **Documentos para a história das Côrtes Gerais da Nação Portuguêsa**, (Lisboa, 1883-1884), abrangendo os anos de 1820-1826, deparou com 33 cartas de D. Pedro I a D. João VI, de importância fundamental para a história da independência do Brasil e para a biografia de D. Pedro I. As cartas são datadas de 8 de junho de 1821 a 23 de outubro de 1822 e foram mandadas apresentar por D. João VI a pedido de D. Pedro, às Côrtes Gerais.

**Documentos. O Campo d'Amelia, hoje Praça Castro Carreira. Uma festa em 1830 na Fortaleza.**

t. XLVII, 201-203.

Publicação de uma carta, datada de 30-6-1830, assinada pelo comandante das armas José Gervásio de Queirós Carreira e dirigida ao Conde do Rio Pardo, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, descrevendo os festejos realiza-

dos no Campo d'Amélia, hoje Praça Castro Carreira, em honra ao casamento do imperador D. Pedro I. A festa teve lugar no dia 26-6-1830. É interessante assinalar que o autor fala em ontem, 26, e a carta é datada de 30 de julho. Não sabemos se atribuir a êrro tipográfico ou a atraso na redação da mesma.

**Documentos. Ordem para a criação das villas e vigararia dos índios.**

t. XLIII-XLIV, 344-350.

Documentos extraídos do Livro de registro n. 2 do Arquivo da Igreja Matriz da Cidade de Viçosa. O primeiro é datado de 14-7-1758 e o segundo de 5-2-1759.

**Documentos para a biographia do Pe. Mororó. (Offerecidos pelo Barão de Studart).**

t. XX, 343-344.

Inácio de Loiola Albuquerque e Melo (1780-1825) fôra nomeado professor de gramática latina da Vila Viçosa desta capitania, vila de índios, e como estava em total decadência, requereu que tivesse exercício na vila de Aracati, o que se deferiu. Êste documento é datado de 17-8-1818. O segundo, sôbre a posse, é de 9-8-1819.

**Documentos para a história da Capella de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha em Fortaleza.**

t. XIV, 128-136.

Contém o têrmo de ereção da capela, cópia de uma escritura de doação de patrimônio à mesma capela e a ata da sessão extraordinária da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha, em Fortaleza.

**Documentos para a historia da Confederação do Equador no Ceará, coligidos pelo Barão de Studart.**

t. esp. 1924, 355-565.

Contém ao todo 138 documentos da mais decisiva importância para a exata história da Confederação do Equador. São os seguintes: 1) Têrmo da sessão da Câmara da Vila de Campo Maior (Quixeramobim), a 9-1-1824 (355-357); 2) Ofício da Câmara de Aracati à Junta do Govêrno em 9-2-1824 (358-359); 3) Ofício da Câmara do Crato à Junta do Govêrno da Província em 28-2-1824 (360-361); 4) Circular da Junta do Govêrno, em 28-3-1824 (361); 5) Resposta da Junta do Govêrno do Ceará à Câmara do Crato (362-366); 6) Circular da Junta do Govêrno relativa à tipografia mandada de Pernambuco por Manuel de Carvalho, 31-3-1824 (362-363); 7) O Govêrno da Província do Ceará dirige-se ao Imperador protestando contra a dissolução da Assembléia Constituinte, e interessando-se pelo livramento de Cipriano José Barata e outros brasileiros ora deportados, 31-3-1824 (363-364); 8) As autoridades do Ceará dirigem-se ao Imperador pedindo a conservação de Filgueiras no comando das Armas e de Francisco Miguel Pereira Ibiapina no emprêgo de escrivão Deputado da Junta de Finanças, 1-4-1824 (365-366); 9) Proclamação do presidente Costa Barros, 15-4-1824 (366-367); 10) Proclamação de Costa Barros, 24-4-1824 (367-368); 11) Ordem do Comandante das Armas Pereira Filgueiras para serem presos vários cidadãos de Fortaleza, 25-4-1824 (368-369); 12) Ata da sessão extraordinária de 29-4-1824 (369-376); 13) Ofício de Pereira Filgueiras ao Governador das Armas de Pernambuco, 1-5-1824 (377-380); 14) Ofício de Tristão Gonçalves ao Presidente do Rio Grande do Norte incitando-o a colaborar para a vitória dos princípios liberais em perfeita união de sentimentos e de interêsses das Províncias desde a Bahia até o Pará, 3-5-1824 (381); 15) Ofício de Tristão Gonçalves, mandando devassar o movimento de 14 de abril, 5-5-1824 (382); 16) Ofício de José Pereira Filgueiras a Tristão Gonçalves a respeito dos acontecimentos de 14 de abril, 5-5-1824 (382-386); 17) Ofício de Tristão Gonçalves comunicando a deposição de Costa Barros, 10-5-1824, (386-387); 18) Ofício de Pereira Filgueiras, 12-5-1824 (387-389); 19) Manifesto dos oficiais

e cadetes do 2º Batalhão de Caçadores de Milícias de Pernambuco, 28-5-1824 (390-391); 20) O ministro Maciel da Costa avisa ao Presidente do Ceará de que Portugal marcharia contra o Brasil, 11-6-1824 (391-392); 21) Ata da secção (sic) do Senado da Câmara da Vila da Granja de 12 de junho de 1824 (392-395), acompanhado do Ofício a S. M. I. (393-395); 22) Proclamação de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, 2-7-1824 (395-396); 23) Decreto de Manuel de Carvalho suspendendo o tráfico dos escravos, 2-7-1824 (396-397); 24) sem data e sem assinatura (397-399), ed. no Maranhão; 25) Ofício de Manuel de Carvalho Paes de Andrade ao Presidente e governadores das armas do Ceará e Piauí, 3-7-1824 (398); 26) Ofício de Manuel de Carvalho Paes de Andrade ao presidente do Ceará, comunicando-lhe a capitulação do presidente da Paraíba, 21-7-1824 (399); 27) Proclamação de Tristão Gonçalves, inserta no Diário do Govêrno do Ceará n. 15, 26-7-1824 (399-400); 28) 6-8-1824. Ofício de Manuel de Carvalho a Pereira Filgueiras (400-401); 29) 6-8-1824. Ofício de Manuel de Carvalho a Tristão Gonçalves (401-402); 30) Ata da reunião do Grande Conselho a 26-8-1824, em que foi proclamada a República em Fortaleza (402-406); 31) Têrmo da instalação do Colégio eleitoral da província do Ceará para eleição dos deputados que devem compor o govêrno supremo salvador (406-408); 32) 30-8-24. Perdão e indultos concedidos por Tristão Gonçalves (408-409); 33) 14-9-24. Proclamação de José Felix (410); 34) 5-10-24. Decreto que manda suspender para a Província do Ceará as formalidades do § 8 do artigo 179 da Constituição e cria uma Comissão Militar na mesma Província (410-411); 35) 10-10-24. Adesão da vila de Monte-Mor Novo da América (Baturité) à Confederação do Equador (412-415); 36) 16-10-24. Carta Imperial (415-416); 37) 17-10-24, Ofício de Antônio Joaquim de Moura (416-417); 38) 18-10-24. Os habitantes de Fortaleza tendo a sua frente José Felix de Azevedo e Sá prestam juramento de fidelidade ao Imperador D. Pedro I (417); 39) 19-10-24. Ofício de Domingos Romeu a Lamenha Luis a respeito de Filgueiras (417-418); 40) 20-10-24. Ofício de Lord Cóchrane a Tristão Gonçalves concitando-o a prestar obediência ao Govêrno legal (418-419); 41) 20-10-24. Proclamação de Lord Cóchrane dando anistia, franco perdão aos republicanos sem exceção de pessoa alguma (419-420); 42) 20-10-24. Lord Cóchrane dirige-se ao presidente José Felix de Azevedo e Sá estendendo a anistia ao Tenente Coronel Tristão e a José Pereira Filgueiras, os chefes da revolução (420-421); 43) 21-10-24. Proclamação de José Felix aos cearenses (421); 44) 23-10-24. Têrmo da sessão extraordinária da Câmara de Sobral para adesão ao Imperador (422-426); 45) 19-10-24. Ofício de José Felix a Antonio Bezerra (426-427); 24-10-24. Sessão extraordinária da Câmara de Sobral (427-428); 47) Têrmo de sessão extraordinária (428-430); 48) 23-10-24. Ofício de Diogo Gomes Parente remetendo cópia da ata da sessão celebrada naquele dia (430-431); 49) 25-10-24. Adesão da Vila de Campo Maior ao Imperador (431-432); 50) 26-10-24. Adesão do povo de Quixeramobim ao Imperador (432-433); 51) 31-10-24. Ordem para aclamação ao Imperador (433-434); 52) 31-10-24). Carta de José Felix a Lord Cóchrane (434-436); 53) 31-10-24. Proclamação de Lord Cóchrane na qual declara haver elegido para presidente interino da Província o Coronel José Felix de Azevedo e Sá (437); 54) 26-10-24. Proclamação de José Felix (437-439); 55) 27-10-24. Proclamação de Lord Cóchrane (439-440); 56) 28-10-24 Ofício de Bravo Sussuarana a José Felix (440-442); 57) 1-11-24. José Felix em seu nome e no da Província agradece os serviços do Vice-almirante David Jewet (442-443); 58) 1-11-24). Proclamação do Lord Cóchrane prorrogando por mais alguns dias o perdão ou anistia aos envolvidos na revolução com exceção de Tristão Gonçalves, para cuja captura oferece o prêmio de 1.000

cruzados (443-444); 59) 1-11-24. Ofício de Lord Cóchrane a José Felix sôbre a prisão de Tristão e pagamento a quem o aprisionar (444); 60) 1-11-24. Lord Cóchrane oficia a José Felix expondo os motivos que tem para seguir para o Norte e mostrando a conveniência dêle se instalar na presidência (445-446); 61) 1-11-24. Portaria de nomeação dos Conselheiros do Govêrno (446); 62) 1-11-24. Ofício de José dos Santos Lessa (446-447); 63) 1-11-24. Ofício de Lima e Silva ao Ministro da Guerra sôbre assuntos militares. (447-451); 64) 2-11-24. Promessa de prêmio a quem entregar Tristão Gonçalves às autoridades (451); 65) 2-11-24. Ofício da Câmara de S. Bernardo das Russas fazendo valer os seus direitos à prioridade na manutenção do regime monárquico (452); 66) Extrato da Narrativa de Lord Cóchrane, Conde de Dundonald e Marquês do Maranhão na parte relativa ao Ceará (452-455); 67) 2-11-24. Ofício de Antônio Gomes a Manoel Gomes da Silva, dando conta do combate de Santa Rosa (455-457); 68) 2-11-24. O govêrno temporário do Icó dá-se os parabéns pela morte de Tristão (457-458); 69) 3-11-24. Ofício de Manuel Pinheiro de Melo (458-459); 70) 3-11-24. Sessão extraordinária da Câmara, autoridade e povo da Vila do Monte-Mor Novo da América para prestar juramento da fidelidade ao Imperador e ao govêrno monárquico (459-462); 71) 3-11-24. Ofício de João Nepomuceno Quixabeira a José Felix (463-464); 72) 3-11-24. Ofício de José Felix a Lord Cóchrane (464-465); 73) 3-11-24. Ofício de despedida de Lord Cóchrane (465-466); 74) 3-11-24. José Felix Oficia a Lord Cóchrane agradecendo seu ofício de despedida (466); 75) 4-11-24. Ofício de Manuel Antônio de Amorim a José Felix (466-468); 76) 4-11-24. Ofício de José Felix a Lord Cóchrane (469-471); 77) 4-11-24. Antônio José Moreira relata ao Imperador as peripécias da marcha de Tristão Gonçalves, contra Aracati, tomada e abandono da Vila e expõe os serviços que prestou à causa monárquica (471-474); 78) 6-11-24. Ofício de Luis Rodrigues Chaves a José Felix (476-477); 80) 14-11-24. Ofício de José Felix mandando destruir tôda correspondência relativa ao movimento de 1824 (477-478); 81) 19-11-24. Ofício de José Felix a Pereira Filgueiras (478-479); 82) 25-11-24. Voto do Brigadeiro José de Morais sôbre detalhes da expedição militar do Ceará da qual deve ser chefe Lima e Silva (479-482); 83) 26-11-24. Ata da sessão do Conselho Militar reunido em Recife para deliberar sôbre a Expedição ao Ceará (482-484); 84) 27-11-24. Proclamação de José Felix (484); 85) 27-11-24. Ofício de José Felix ao Ministro da Guerra (485); 86) 27-11-24. José Felix dirige-se ao Imperador sôbre o fretamento do brigue Laxford para condução dos presos de Estado (485-487); 87) 27-11-24. José Felix remete para o Rio de Janeiro Feliciano José da Silva Carapinima em cujo favor trata de predispor o ânimo de D. Pedro (487-488); 88) 27-11-24. José Felix apresenta ao Imperador com os maiores elogios o negociante Manuel Caetano de Gouveia com quem seguem os presos de Estado (488-489); 89) Relação das pessoas que devem embarcar no Brigue Laxford, que segue para o Rio de Janeiro, segundo o trato de afretamento feito em 15-11-24. (489-490); 90) 28-11-24. Ofício de Florêncio Francisco dos Santos sôbre a prisão de diversos republicanos (490-492); 91) 29-11-24. Ofício de Lima e Silva ao Ministro da Guerra sôbre a expedição militar ao Ceará de que fôra encarregado (492-495); 92) 1-12-24. Ofício de Reinaldo José Bezerra (496); 93) 2-12-24. Ofício de Costa Barros expondo ao Ministro da Fazenda o estado das finanças do Ceará e insurgindo-se contra a ida de Lord Cóchrane ao Ceará (496-498); 94) 4-12-24. Juramento em Fortaleza do Projeto de Constituição oferecido pelo primeiro Imperador (498-499); 95) 9-12-24. Instruções dadas ao Senhor Tenente-Coronel Conrado Jacob de Niemeier para seu regulamento no comando militar da Província do Ceará, para o qual foi

nomeado por Portaria de vinte e seis do precedente mês (499-502); 96) 10-12-24. Ofício de Lima e Silva ao Ministro da Guerra sôbre a expedição enviada de Pernambuco ao Ceará (502-505); 97) 16-12-24. Nomeação de Conrado Jacob de Niemeier para Presidente da Comissão Militar (505-506); 98) 24-12-24. Costa Barros expõe ao Ministro da Fazenda o estado em que encontrou os cofres da Província (506-508); 99) 26-12-24. Ofício de Costa Barros ao Ministro da Justiça. É um libelo contra os dois, José Felix e Carapinima (508-512); 100) 30-12-24. Carta do presidente José da Costa Barros ao ministro João Vieira de Carvalho (512-513); 101) 31-12-24. Trechos de um ofício de Lima e Silva (513-514); 102) 12-1-25. Aviso do Ministro Clemente Ferreira França sôbre os presos idos para o Rio de Janeiro e de lá voltados para serem julgados pela Comissão Militar (514-516); 103) 12-1-25. Ofício do presidente Costa Barros ao Coronel Leandro Bezerra (516-517); 104) 14-1-25. Ofício de Costa Barros ao Ministro Estêvão Ribeiro de Resende acusando Pessoa Anta (517-518); 105) 14-1-25. Ofício de Costa Barros expondo o desacêrto da escolha de José Felix para o govêrno do Ceará (518-521); 106) 15-1-25. Petição de Pessoa Anta implorando perdão (521-522); 107) 4-2-25. Carta de Pessoa Anta pedindo patrocínio de Manuel do Nascimento (523); 108) 12-2-25. Petição de João de Andrade Pessoa Anta à Imperatriz (524-525); 109) 16-3-25. Ofício de José Felix ao Ministro Resende defendendo-se da acusação e explicando os móveis de seus atos (525-527); 110) 16-3-25. Ofício de José Felix explicando ao Ministro Resende as dificuldades da sua posição no movimento republicano e dando a Feliciano Carapinma como o autor da carta do Capitão-mor Filgueira a Paes de Andrade, que lhe fôra remetida (528-530); 111) 18-3-25. Ofício de Conrado Jacob de Niemeier ao Ouvidor Moura (531); 112) 21-4-25. Ordem de Conrado de Niemeier marcando para o dia seguinte os trabalhos da Comissão Militar e nomeando os membros que devem compô-la (532); 113) 26-4-25. Ofício de José Felix relativo à procissão fúnebre, sufrágios, etc. (532-533); 114) 26-4-25. Ofício de José Felix sôbre o carrasco (533); 115) 28-4-25. Condenado à morte, Pessoa Anta nestes têrmos faz suas despedidas aos parentes e amigos (533-534); 116) 4-5-25. Informação de José Felix (534-535); 117) 29-4-25. Conrado de Niemeier dispõe os prestos para o suplício do Padre Gonçalo Mororó e do Coronel Pessoa Anta (535-536); 118) 30-4-25. Ordem do dia relativa ao suplício do padre Mororó e do Coronel Pessoa Anta (536-537); 119) 30-4-25. Ordem Imperial sôbre o Ouvidor Mayer (537); 120) 1-5-25. Ofício de Conrado de Niemeier comunicando ao Ministro da Guerra a execução de Mororó e Pessoa Anta (540); 121) 6-5-25. Ordem do Dia relativa ao fuzilamento e execução de Luiz Ignacio de Azevedo Bolão (541-542); 123) 20-5-25. Ofício de José Felix defendendo-se perante o Ministro das acusações a êle feitas por Costa Barros (542-545); 124) 27-5-25. Ordem do Dia relativa à execução de Carapinima (545-546); 125) 1-6-25. Ofício de José Felix dando conta ao Ministro da Justiça Ferreira França das execuções feitas no Ceará (546); 126) 16-6-25. Ofício do Comandante das armas Conrado Jacob Niemeier a José Feijó de Melo (546-547); 127) 23-7-25. Ordem ao Presidente da Comissão Militar para não executar sentenças sem a última resolução do Imperador (547-548); 128) 1-9-25. Ofício do Presidente José Felix a Estêvão Ribeiro de Resende, Ministro do Império (548-549); 129) 20-9-25. Em longo arrazoado, Joaquim José Barbosa dá os motivos que o impedem de partir a representar o Ceará na Côrte do Rio de Janeiro (549-552); 130) 1-10-25. Nomeação de José de Castro e Silva para Secretário interino do Govêrno, em substituição a Manuel José de Albuquedque, eleito Deputado (552-553); 131) 11-10-25. Carta de José Martiniano de Alencar (553-554); 132) 18-10-25. Ofício de José Felix ao Minis-

tro sôbre a excusa do Deputado eleito Joaquim José Barbosa (555); 133) 22-10-25. O contador geral Marcelino Antônio de Sousa dá parecer sôbre despesas ilegais feitas por José Felix quando presidente do Ceará (555-558), onde aparecem os preços de inúmeros artigos; 134) 23-11-25. Ofício do comandante das armas Conrado J. de Niemeier ao Ministro Estêvão Ribeiro de Resende (558); 135) 4-12-25. José Felix pede a confirmação de José de Castro Silva no lugar de Secretário do Govêrno 559); 136) 12-1-25. Ofício de Costa Barros e Leandro Monteiro (560-561); 137) 2-3-26. Nunes Berford remete ao Ministro da Fazenda Visconde de Barbacena a relação dos nomeados pelo Ceará ao Congresso de Pernambuco e as quantias que receberam como ajuda de custo para a viagem (561-562); 138) 21-6-26. Conrado de Niemeier envia ao Presidente Nunes Berford a ata da última sessão da Comissão Militar, de que era o presidente (562-564).

**Documentos para a historia da revolução de 1817.**

t. XXVIII, 3-57.

Importantíssimos documentos para a história da revolução de 1817 em Pernambuco. Tratam-se das perguntas feitas a José Mariano de Albuquerque. Transcrevem-se as seis perguntas e respostas feitas no dia 30 de outubro de 1818, bem como a acareação do referido prêso com Manuel de Azevedo do Nascimento.

**Documentos para a historia de Martim Soares Moreno, colligidos e publicados pelo Barão de Studart.**

t. XIX, 1-116.

Publicam-se os 29 documentos que serviram de base ao estudo biográfico histórico publicado no t. 17, 1903, p. 177-228. São os seguintes: 1) 1 de março de 1612. Carta de Dom Diogo de Menezes a El-Rei sôbre negócios da Conquista do Maranhão, repartições de terras, ida de Martim Soares ao Ceará, etc. (p. 1-3); 2) 1612 e 1613. Documentos relativos à arribada de Martim Soares Moreno à Ilha de São Domingos. Informações suas e dos companheiros sôbre o Maranhão. Depoimentos tomados por ordem do Governador e presidente Dom Diogo Gomes de Sandoval. (p. 3-46). Êstes documentos são valiosíssimos para a história da Conquista do Ceará. Foram também publicados nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 26, 1904, p. 150-192. 3) 12 de abril de 1614. Carta do governador Gaspar de Sousa queixando-se a El-Rei da Junta da Fazenda. Ocupa-se da projetada Jornada do Maranhão (p. 46-53); 4) 27 de abril de 1614. Carta de Martim Soares a Gaspar de Sousa expondo as peripécias de sua viagem ao Maranhão, arribada às índias e chegada à Sevilha (p. 53-55); 5) 3 de julho de 1615. Requerimento que fizeram alguns oficiais e soldados desta Conquista ao Capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco a efeito, de que fôsse adjunto e colega do Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque (p. 55-59). 6) 2 de janeiro de 1616. Regimento dado a Martim Soares Moreno por Alexandre de Moura para servir de Capitão de Cumá (p. 59-61). 7) 8 de janeiro de 1616. Auto que mandou fazer o Capitão-mor Alexandre de Moura, por bem de seu cargo e serviço del-Rei e sôbre as cousas conteúdas nêle (p. 61-63); 8) 10 de junho de 1617. Certificado passado por Jerônimo de Albuquerque em favor de Belchior Vaz, companheiro que foi de Martim Soares (p. 63-64). 9) Requerimento de Martim Soares Moreno a El-Rei para que se lhe faça alguma mercê com a qual se desempenhe das dívidas que contraíu no serviço da pátria. Êste documento não traz data, mas pode-se afirmar que é de 1618 (p. 64-65). 10) Martim Soares Moreno relata a El-Rei os serviços que prestara no Ceará e no Maranhão e as adversidades que tem sofrido e termina por pedir que se lhe faça mercê de alguma

ajuda de custo que remedeie suas misérias e necessidades. É documento de 1618. (p. 65-67). 11) Relação do Ceará (p. 67-75). 12) 31 de janeiro de 1619. Carta do Vice-Rei de Portugal a S. Majestade opinando sôbre as medidas que se devem tomar com relação ao Maranhão, Pará e Ceará à vista de cartas de Antônio de Albuquerque e dos religiosos Cristóvão de São José e Antônio de Marciana. (p. 75-76). 13) 31 de janeiro de 1619. Deliberações tomadas pelo Conselho de Estado à vista de Cartas recebidas de Antônio de Albuquerque, Capitão-mor do Maranhão, frei Cristóvão de São José e frei Antônio da Marciana, assistentes no Pará (p. 76-78); 14) Petição de Martim Soares Moreno para provimento de várias cousas de que carece a Capitania do Ceará, a que êle tem de ir, despachado como Capitão-mor. O documento não traz data, mas pode-se dizer que é de 1619. (p. 78-79). 15) 25 de maio de 1619. Informação que presta Dom Diogo de Menezes sôbre alguns pedidos feitos por Martim Soares Moreno, nomeado por Capitão do Ceará (p. 79-81). 16) 26 de maio de 1619. Carta Patente fazendo mercê da Capitania da fortaleza do Ceará por tempo de dez anos a Martim Soares Moreno em atenção aos seus serviços (p. 81-82). 17) 13 de outubro de 1619. Informação que presta Alexandre de Moura acêrca de uma petição de Martim Soares Moreno. Conselhos que dá a propósito. (p. 82-83). 18) 6 de dezembro de 1619. Apostila dispensando Martim Soares Moreno de ir à Bahia prestar juramento e tomar posse do cargo de Capitão-mor do Ceará perante o governador geral do Estado do Brasil. (p. 84). 19) Petição de Martim Soares Moreno requerendo paramentos e mais objetos para a Igreja da povoação do Ceará. É documento de 1620, provavelmente de julho. Parecer de Alxandre de Moura a respeito (p. 84-85). 20) 22 de agôsto de 1620. Parecer do Conselho da Fazenda para que se forneçam a Martim Soares Moreno os paramentos e objetos de culto, que êle pede para levar ao Ceará (p. 85-86). 21) 4 de janeiro de 1621. Parecer do Conselho da Fazenda para que se dê ordenado a Martim Soares Moreno quatrocentos cruzados à vista das informações de Gaspar de Sousa e Dom Diogo de Menezes (p. 86-88). 22) 15 de janeiro de 1621. Informação de Alexandre de Moura opinando que em vez de 12 sejam concedidas 6 léguas de terra na Capitania do Ceará a Martim Soares Moreno. (p. 88-89). 23) 26 de março de 1621. Parecer do Conselho da Fazenda sôbre a concessão de 6 léguas de terra na Capitania do Ceará a Martim Soares Moreno à vista dos serviços por êle prestados. Resolução Régia concedendo duas léguas a 9 de junho de 1621. (p. 90-91). 24) 16 de julho de 1621. Alvará marcando a Martim Soares Moreno, provido na Capitania do Ceará, o ordenado mensal de 400 cruzados. (p. 92). 25) 1 de novembro de 1621. Carta de Martim Soares Moreno a El-Rei dando notícia de como chegou ao Ceará em 23 de setembro e das condições em que achou a terra. Medidas que propõe para conservação e garantia dela. Parecer do Conselho sôbre as medidas propostas por Martim Soares Moreno. (p. 92-95). 26) 21 de julho de 1622. Resposta a uma consulta sôbre Martim Soares Moreno por carta de S. Majestade. (p. 95). Requerimento de Martim Soares Moreno para que o Ceará continue a ser do Govêrno do Brasil e não do Maranhão. O documento não tem data, mas é provàvelmente de 1625. Pareceres a respeito em 1626. (p. 96). 28) 30 de maio de 1628. Ordem do Conselho de Estado ao Vedor da Fazenda para se fazer pagamento ao Capitão Martim Soares Moreno e soldados do Presídio do Ceará de seus soldos e ordenados. (p. 97-98). 29) 17 de outubro de 1628. Carta de Martim Soares Moreno a El-Rei pedindo providências contra os Governadores do Brasil não completarem o número dos soldados do presídio nem fazerem os pagamentos devidos aos existentes nêle. (p. 98-99). 30) 10 de março de 1629. Parecer do Conselho

de Ultramar sôbre as queixas que faz Martim Soares Moreno do Governador do Estado do Brasil. (p. 99-101). 31) Agôsto de 1629. Decisões relativas à proposta de Martim Soares Moreno para que o Ceará seja do Govêrno do Brasil (p. 101-102). 32) 3 de setembro de 1629. Informação de Estêvão Soares de Albergaria (p. 103). 33) 14 de setembro de 1629. Informação de Bento Maciel Parente. (p. 103-106). 34) 10 de outubro de 1629. Martim Soares Moreno, Capitão da Capitania do Ceará, pede que ela seja do govêrno do Brasil (p. 106-112). 35) 21 de julho de 1645. Carta que escreveu Antônio Teles da Silva, Governador e capitão geral do Estado do Brasil, aos moradores de Pernambuco na ocasião de sua sublevação (p. 112-113). 36) 21 de julho de 1645. Carta que escreveu Antônio Teles da Silva, Governador do Estado, aos do Supremo Conselho em Pernambuco. (p. 113-114). 37) 22 de abril de 1648. Carta Patente dando substituto a Martim Soares Moreno (p. 114-116).

Êstes documentos são valiosíssimos para a história da conquista do Ceará, devendo destacar-se a Relação do Ceará, p. 67-75, datada de 1618.

**Documentos para a história de 1824. (Offerecidos pelo Barão de Studart).**

t. XL, 79-82.

Cartas de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe a Manoel Paes de Andrade, presidente do govêrno da Província de Pernambuco, datadas de 30 de abril, 3 de maio, 5 de maio e 11 de maio de 1824.

**Documentos para a Historia do Brasil especialmente a do Ceará.**

(Collecção Studart).

t. XXIV, 215-399.

Nas suas viagens à Europa, coligiu o Barão de Studart rico documentário sôbre o Brasil. Publicando, aqui, em ordem cronológica, 73 documentos, todos valiosíssimos e a maioria inédita, prestou importante serviço à história do Brasil. Não os agrupou por assunto, mas êles se referem aos holandeses no Brasil e especialmente no Ceará (os de ns. 1-10, 17, 24, 25, 71, 72, 40, 41, 49, 54, 67, 59, 60,63,64), ao Padre Luis Figueira (os de ns. 16, 27-34, 43, 44), à religião no Ceará (ns. 26-34), ao padre Francisco Pinto (n. 44), ao Padre Nicolau Teixeira (ns. 42, 43), a João Maurício de Nassau (n. 23), à conquista e colonização do Ceará (ns. 11-15, 18-22), ao Padre Manoel de Morais (n. 58), a Antônio Barbosa (n. 11 e 12), a Bento Maciel Parente (n. 13, 18, 20), a Jácome Raimundo de Noronha (ns. 14, 15, 22, 35), a Francisco Pereira da Cunha (19, 37), a Gedeon Jonge de Morris (ns. 21 e 38), a Antônio Teixeira de Melo (n. 45), a Duarte Coelho de Albuquerque (ns. 48 e 55), a Antônio Teles da Silva (ns. 50 e 51) a Antônio Roriz (nos. 52 e 61), a Manoel Pinto da Veiga (n. 56), a Domingos Machado (n. 65), a Antônio da Silva e Sousa (n. 69), a João Cavalcanti de Albuquerque (n. 70), e a pedidos de satisfação de serviços prestados por város colonos e índios (ns. 46, 53, 62, 66-68).

A abundância dos documentos, a exatidão na reprodução e o valor intrínseco do material tornam esta publicação de valor incontestável. Foi publicada separata, em Fortaleza.

Pela ordem de publicação, são êstes os documentos. 1) 15 de fevereiro de 1634. Carta Régia sôbre o apresto da armada grande para a restauração de Pernambuco, socorros à praça de Pernambuco, etc. 2) 5 de julho de 1634. Ordens Régias a respeito da restauração de Pernambuco, esquadras, etc. 3) 21 de julho de 1634. Carta Régia nomeando D. Antônio de Ygual y Castilho contador da artilheria da armada a cargo de D. Antônio de Oquendo. 4) 15 de dezembro de 1634. Carta Régia ao Vice-Rei sôbre os aprestos dos Galeões da primeira esquadra do Brasil e medidas

a tomar. 5) 23 de dezembro de 1634. Carta do Vice-Rei ao Conselho da Fazenda. 6) 2 de março de 1635. Informações prestadas pelo Provedor Rui Corrêa Lucas sôbre o pessoal do Trem de Artilheria. 7) 3 de março de 1635. Pareceres do Conselho sôbre o pessoal do Trem de Artilheria a seguir na Armada do Socorro do Brasil. 8) 8 de março de 1635. Parecer do Conselho sôbre o pessoal do Trem de Artilreria de acôrdo com a informação do Provedor dos Aramazéns. 9) Proposta de Antônio de Portilho e Lucas de Loyoldo para gentis homens do Trem de Artilheria. 10) Alvará de nomeação de Antônio Portilho, para gentil homem do Trem de Artilheria. 11) 10 de agôsto de 1635. Carta Régia fazendo mercê da Capitania do Ceará por três anos a Antônio Barbosa. 12) 19 de agôsto de 1635. Aviso e assento da Carta Régia fazendo mercê da Capitania do Ceará por três anos a Antônio Barbosa. 13) 4 de agôsto de 1636. Trechos de uma representação de Bento Maciel Parente a El-Rei sôbre cousas tendentes à defesa, conservação e bom govêrno da Província do Maranhão. A representação é escrita em Madrid. 14) 23 de maio de 1637. Trechos de uma carta de Jácome Raimundo de Noronha a El-Rei. 15) 29 de maio de 1637. Trechos de uma carta de Jácome Raimundo de Noronha a El-Rei. 16) 8 e 10 de agôsto de 1637. Sôbre um memorial que fêz Luis Figueira Religioso da Companhia de Jesus sôbre as cousas tocantes à conquista do Maranhão. 17) 25 de agôsto de 1637. Trechos de uma carta do Conselho Supremo da Companhia das índias Ocidentais aos Diretores em Holanda. 18) 14 de outubro de 1637. Parecer do Conselho sôbre o Memorial que fêz Bento Maciel Parente acêrca de cousas tocantes ao Maranhão. 19) Carta Régia fazendo mercê da Capitania do Ceará por quatro anos a Francisco Pereira da Cunha. 20) 5 de novembro de 1637. Sôbre se convira ir ao governador Bento Maciel em direitura ao Ceará ou Maranhão. Biblioteca Nacional de Lisboa. Consultas de partes anos 1637-1639. 21) Trechos de um Relatório de Gedeon Morris de Jonge. 22) 10 e 23 de maio de 1637. Relação dada por Jácome Raimundo de Noronha sôbre cousas tocantes ao govêrno do Maranhão. 23) 16 de novembro de 1637. Carta de Maurício, Conde de Nassau. 24) 17 de novembro de 1637. Trechos de uma Carta do Conselho Supremo da Companhia das índias aos Diretores em Holanda. 25) 13 de janeiro de 1638. Carta do Conselho Supremo comunicando o resultado da expedição do Ceará. 26) 25 de julho de 1638. Alvará sôbre assuntos tocantes ao serviço religioso no Maranhão, Grão-Pará e Rio das Amazonas. 27) Novembro de 1638. Consultas e decisões ao que pede o Padre Luís Figueira, religioso da Companhia de Jesus. 28) Maio e julho de 1639. Petição de Luis Figueira, consultas e decisões a respeito. 29) Junho de 1639. Parecer do Conselho sôbre pedidos do Padre Luís Figueira, S. J. 30) Julho de 1639. Petição de Luís Figueira sôbre subsídio de mantimentos. 31) 29 de julho de 1639. Parecer favorável do Conselho a pedidos do Padre Luís Figueira S. J. 32) 27 de agôsto de 1639. Parecer do Conselho sôbre a necessidade que há. 33) Documentos relativos aos pedidos do Padre Luís Figueira para a ida de Sacerdotes da Companhia de Jesus ao Maranhão, Pará e Amazonas. 34) Petição de Luís Figueira para que se dê execução ao que pede sôbre matalotagem. 35) Trechos de uma Relação de Jácome Raimundo de Noronha. Coleção Pombalina, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. n. 647. 36) Trechos da Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales par le Sieur Jean de Laet, d'Anvers, 1640. Chap. vi, fiv. XVI. 37) 3 de janeiro de 1641. Carta Régia nomeando Francisco Pereira da Cunha como sucessor de Domingos da Veiga no govêrno do Ceará. 38) 10 de janeiro de 1641. Trechos de uma Carta do Conselho Superior aos Diretores da Companhia comunicando a ida de Gedeon Morris para

o Ceará. 39) 28 de fevereiro de 1642. Carta de mercê ao índio Martim Afonso de Sousa. O original dêsse documento está, por dádiva minha, em poder do Dr. Vieira Fazenda, do Rio de Janeiro. 40) Março de 1644. Trechos de cartas e atas do Conselho sôbre o destrôço das guarnições holandesas do Ceará. 41) 5 de abril de 1644. Trechos de uma carta do Conselho Supremo aos Diretores da Companhia sôbre os índios do Ceará. 42) 1 de agôsto de 1644. Sucesso da viagem do Maranhão, descrito por Nicolau Teixeira. 43) 1 de agôsto de 1644. Carta do Jesuíta Nicolau Teixeira enviando a Relação da catástrofe, que padeceram Luís Figueira e os mais jesuítas seus companheiros. 44) Excertos de vários escritores sôbre a vida do Padre Luís Figueira. 45) Sôbre duas cartas que escreveram Antônio Teixeira de Melo, eleito Capitão-mor de São Luís do Maranhão, e Câmara daquela cidade acêrca do estado em que se acha, e outros particulares do Pará e Capitania do Ceará. 46) 12 de maio de 1645. O Capitão João Vasco pede satisfação de seus serviços. 47) 14 de junho de 1645. Petição de Isabel dos Santos, viúva do Capitão Antônio Pereira. Parecer do Conselho. 48) 13 de julho de 1645. Carta Régia fazendo a Diogo Coelho de Albuquerque mercê do cargo de Capitão-mor do Ceará. 49) 18 de julho de 1645. Faz-se recordo a S. Majestade para mandar pela parte a que toca que se apresse o socorro que há de ir ao Ceará e outros particulares. 50) 21 de julho de 1645. Carta que escreveu Antônio Teles da Silva, Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, aos moradores de Pernambuco na ocasião de sua sublevação. 51) 21 de julho de 1645. Carta que escreveu Antônio Teles da Silva, Governador Geral do Estado, aos do Supremo Conselho em Pernambuco. 52) Agôsto e setembro de 1645. Sôbre haver Sargento-mor na Praça do Ceará e que sirva nos impedimentos do Capitão dela. 53) 6 de setembro de 1645. Antônio Glz. de Seabra estante no Brasil pede satisfação de seus serviços feitos no dito estado, e dos de seu irmão Lourenço de Seabra. Parecer do Conselho. 54) 13 de setembro de 1645. Sôbre a pessoa que há de levar o socorro ao Maranhão que V. Magestade tem resoluto que se lhe envie. 55) 23 de setembro de 1645. Diogo Coelho de Albuquerque Capitão-mor do Ceará pede uma ajuda de custo. 56) 26 de janeiro de 1646. Sôbre Manoel Pita da Veiga que V. Majestade manda por provedor de sua fazenda para o Maranhão. 57) 27 de janeiro de 1646. Sôbre a praça do Ceará e socorro que se lhe deve enviar ao Maranhão na forma que V. Majestade tem resoluto. 58) 23 de abril de 1646. Trechos do processo do Padre Manoel de Morais existente no Arquivo da Tôrre do Tombo, Lisboa, Inquisição, n. 4847. 59) 21 de fevereiro de 1646. Decreto de S. Majestade sôbre o socorro das praças do Ceará e Maranhão. 60) 3 de outubro de 1646. Decreto de S. Majestade sôbre se povoar e fortificar a Capitania do Ceará. 61) 16 de outubro de 1646. André Rois a quem S. Majestade fêz mercê do Cargo de Sargento-mor do Ceará pede a vagante da Capitania Mor do mesmo Ceará, enquanto não for entrar nela. 62) 15 de novembro de 1647. Dona Vicência da Costa pede em satisfação dos serviços, e morte de seu marido quatro moios de trigo e um hábito para casamento de uma filha sua. 63) 15 de janeiro e 10 de março de 1648. O governador do Maranhão avisa que se perdeu a caravela que ia com socorro para a praça do Ceará, e que se acuda com outro socorro aquela praça. Parecer do Conselho. Ordem de El-Rei. 64) Os dezenove artigos que pediam os holandeses da Companhia do Brasil em Holanda. 1648. 65) 3 de outubro de 1648. Domingos Machado pede o cargo de sargento-mor do Estado do Maranhão em lugar de outras mercês que lhe estão feitas. 66) 3 de outubro de 1648. Sôbre as mercês que pede Antônio da Costa índio principal da nação Tabajara, e aldeia de Cujupe do Estado do Ma-

ranhão. 67) 11 de outubro de 1648. Decreto de S. M. sôbre se dar a Antônio da Costa índio tabajara do Maranhão 30 mil réis empregados em um vestido para êle e outro para sua mulher, e o hábito cosido no vestido. 68) 11 de outubro de 1648. Decreto de S. M. sôbre se darem a Luís de Magalhães 12 hábitos das 3 ordens militares com 12 vestidos para dar aos índios principais do Maranhão. 69) Relatório de Antônio da Silva e Sousa sôbre fatos do govêrno de Antônio Teles da Silva com relação aos holandeses senhores de Pernambuco. (O Barão, aqui, só indica o documento, dizendo ser o mesmo muito extenso e tê-lo publicado na Revista da Academia Cearense, ano de 1904). 70) 10 de junho de 1649. Atestação passada a João Cavalcanti de Albuquerque. Com assinaturas autógrafas de João Fernandes Vieira, Francisco Barreto e Manoel de Abreu Soares. 71) 8 e 12 de outubro de 1649. Com três cartas do Conde governador do Brasil, em que dá conta do estado em que ficam as cousas de Pernambuco e da Vitória que os tapuias tiveram contra os holandeses. 72) 7 de maio de 1650. Aviso aos navegantes por motivo dos holandeses. 73) 30 de novembro de 1650. Carta do governador Luís de Magalhães a El-Rei.

Já haviam sido publicados pelo próprio Barão de Studart, nesta Revista, os seguintes documentos: n. 22, no t. X, 1896, p. 46-95; 286-318 (publicação integral); n. 16, no t. XX, 1906, p. 324-338 (publicação integral); n. 42, no t. XVI, 1902, p. 255-262; n. 64, no t. XVI, 1902, p. 265-272.

Foram publicados integralmente mais tarde os seguintes documentos: n. 13, no t. XXVI, 1912, p. 35-37; n. 35, no t. XXVI, 1912, p. 38-44.

**Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará.**

(Colleção Studart).

t. XXXIV, 231-330.

O Barão de Studart publica em continuação aos documentos já publicados 33 novas peças de grande e decisiva importância para a história da conquista, colonização e govêrno do Ceará. Tratam também da libertação e cativeiro dos índios, bem como dos holandeses no Brasil, etc. No t. XXIV, 1910, desta Revista, o A. publicou 73 documentos. Os aqui publicados são numerados de 230 a 263, sem que nesta Revista fôssem impressos os restantes documentos, de ns. 74 a 229.

A ordem obedecida na publicação é a cronológica e são os seguintes os documentos publicados: n. 230) 21 de janeiro de 1603. Regimento que há de seguir o Capitão-mor Pero Coelho de Souza na jornada e emprêsa, que por serviço de sua Majestade vai fazer (p. 231-233). Êste regimento está publicado na íntegra na Correspondência de D. Diogo Botelho (1602-1608), aparecida na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1910, t. 73, p. 44-46. n. 231) 22-9-1605. Carta Régia a Diogo Botelho sôbre os índios do Ceará cativados por Pero Coelho de Souza (p. 233-234). n. 232) 4-9-1616. Carta Régia sôbre a expedição de Francisco Caldeira. Códice da Biblioteca de Eduardo Prado, (p. 234-236). n. 233) 31-10-1616. Ordem Régia mandando acudir a Francisco Caldeira Castelo-Branco. Documento oferecido por Capistrano de Abreu (p. 236-237). n. 234) 9-9-1617. Carta de Dom Luís de Sousa. Regimento dado a Domingos Lopes Lôbo Documento oferecido por Capistrano de Abreu. (p. 237-239). n. 235) 22-3-1619. Regimento para o Capitão Bento Maciel Parente (p. 239-248). Também publicado nos Anais do Museu Paulista, v. 3, 2ª parte, p. 98-104. n. 236) 22-3-1619. Regimento para o Capitão-mor do Maranhão Antônio de Albuquerque e adjunto o Capitão Diogo da Costa Machado. (p. 249-257). Também publicado nos Anais do Museu Paulista, v. 3, 2ª parte, p. 92-98. n. 237) Trechos da Instrução do Governador e Capitão General

Gomes Freire de Andrade ao seu sucessor. Consta do Catálogo da Biblioteca de José Carlos Rodrigues, n. 1843, p. 91. (p. 257-259). n. 238) Sem data, mas presumidamente de 1627 ou 1628. Documento oferecido por Capistrano de Abreu. Descrição do Rio Grande por Domingos da Veiga (p. 259-262). n. 239) 12-11-1630. Consulta do Conselho sôbre informações prestadas por Francisco Coelho de Carvalho. (p. 262-266). n. 240) 17-3-1632. Sôbre o socorro que pede Domingos da Veiga, Capitão do Ceará e pazes que fêz com as cinco castas de índios. (p. 266-267). n. 241) 4-8-1636. Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente. (p. 267-271). Também publicada nesta Revista tomo XXVI, 1912, p. 33-37, e nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, t. 26, 1904, p. 354-359. n. 242) 4-2-1637. Informação de Bento Maciel Monteiro sôbre o Maranhão (p. 272) n. 243) 1637. Relação de Jácome Raimundo de Noronha, sôbre as cousas pertencentes à conservação e aumento do Estado do Maranhão. (p. 272-279). Já publicado nesta mesma Revista, t. 26, 1912, p. 38-44, e nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, t. 26, 1904, (p. 413-434). n. 244) 3-1-1641. Carta de nomeação de Francisco Pereira da Cunha para Capitão-mor do Ceará por quatro anos. (p. 279-281). n. 245) 1645 (?) Regista o Relatório apresentado a D. João IV por Antônio da Silva e Sousa e diz não publicá-lo por já estar publicado na Revista da Academia Cearense, t. 10, 1905. A mesma referência já fôra feita no t. XXIV, 1910, p. 399, no documento registado sob o n. 69. (p. 281). n. 246) 9-8-1645. Nomeação de Bento de Macedo de Faria para Capitão de uma das companhias de artilharia. (p. 281-283). n. 247) 26-9-1645. Carta Patente nomeando André Rois para Sargento-mor da Praça do Ceará. (p. 283-284). n. 248) 28-5-1646. Carta dos Mestres-de-Campo Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros expondo a Antônio Teles da Silva as disposições em que estão os soldados e moradores de Pernambuco de prosseguir na guerra com a Holanda. Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 7163. (p. 284-287). n. 249) 12-6-1646. Carta de Antônio Teles da Silva a El-Rei a respeito das medidas a se tomar em vista da carta de 28 de maio (1646), que lhe enviaram os Mestres-de--Campo Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros. Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. 7163. (p. 287-288). n. 250) 26-1-1654. Capitulação do Taborda. (p. 288-289). n. 251) 11-8-1654. Sôbre o que escreve o Mestre-de-Campo Geral de Pernambuco, acêrca de haver provido o Vigário da Vara daquela Capitania ao Padre Manoel Pedro de Morais, na Vigararia do Ceará e pede se lhe confirme. (p. 289-290). n. 252) 23-11-1654. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cons. Mistas anos 1652-1660. Sôbre o provimento que o Mestre-de-Campo Geral de Pernambuco fêz da Capitania do Ceará em Álvaro de Azevedo Barreto, e pede a S. M. se lhe confirme. (p. 290-291). n. 253) Ano 1655. Extrato do Regimento de Pilotos e Roteiro da Navegação e Conquista do Brasil, Angola, São Tomé, Cabo Verde, Ilha e Índias Ocidentais. Pelo Desembargador Antônio de Mariz Carneiro, fidalgo da Casa de Sua Majestade e seu Cosmógrafo-mor dêstes Reinos de Portugal. Publicado por Manuel da Silva, Ano 1655. (p. 291-296). n. 254) 15-3-1655. Ordem Régia exigindo uma urgente consulta sôbre casos em que se podem cativar os índios. (p. 296-297). n. 255) 27-7-1656. Carta Régia sôbre socorrer-se o Ceará. Livro de Ordens Reais fl. 7. (p. 297). n. 256) 28-9-1657. Consulta e Parecer do Conselho sôbre liberdade e cativeiro dos índios do Brasil. (p. 297-299). n. 257) 29-10-1657. Consulta do Conselho sôbre a liberdade e cativeiro lícito dos índios. (p. 299-300). n. 258) 1657. Papel da Biblioteca Nacional de Lisboa. De letra do Padre Antônio Vieira, todavia sem assinatura. Está acompanhado de uma carta do

mesmo padre, que vem publicada na edição de Lisboa, de 1854, tomo 1º, p. 67-75, datada do Maranhão a 20 de abril de 1657. São dois documentos autógrafos, ambos mutilados. (p. 300-303). n. 259) 1658. Documento da Biblioteca Nacional de Lisboa, secção VII (manuscritos). Códice n. 1570, fls. 308. (p. 304-312). n. 260) Ano de 1658. Parecer sôbre os sucessos do Maranhão feito por Manoel da Vide Souto Maior. Documento da Biblioteca Nacional de Lisboa, secção VII (Manuscritos). Códice n. 1570, fls. 298. (313-320). n. 261) Sem data. Parecer sôbre se aumentar o Estado do Maranhão fazendo-se Assento para Negros de Cabo Verde. Biblioteca Nacional de Lisboa, secção VII (manuscritos). Códice n. 674, fls. 313. (p. 321-326). n. 262) 18-7-1659. Carta Régia a Pedro de Melo... (p. 326-327). n. 263) 28-11-1659. Sôbre o que pede Antônio Mendes, Cabo das tropas de Pernambuco, em razão da forma, em que poderão reduzir a obediência de Sua Majestade os índios tapuias, e outros particulares. E vai a petição e carta que se acusa. (p. 327-330).

**Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará. (Colleção Studart)** t. XXXV, 3-137. Índice dos documentos, 138-140.

Contém 68 documentos, em continuação aos publicados no t. 34, 1920, numerados de 254 a 332. São de incontestável valor para a história do govêrno do Ceará e datas de sesmaria concedidas naquela Capitania. Os ditos documentos referem-se a João Fernandes Vieira e à Questão Grossos sôbre os limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará.

A ordem de publicação é a cronológica e os documentos publicados são os seguintes: n. 264) 9-8-1626. Registo do Alvará por que se manda pagar a Dom Francisco de Moura Capitão-mor o ordenado que tem com o dito cargo do dia que partiu de Lisboa (p. 3-4). n. 265) 13-10-1660. Nomeação de pessoas para as Capitanias do Ceará e Curupá no Maranhão (p. 4-7). n. 266) 7-12-1660. João de Melo de Gusmão pede licença para levar para o Ceará sua mulher, filhos e família. (p. 7-8). n. 267) 1661. Representação de Jorge de Sampaio e Carvalho contra os Padres da Companhia de Jesus, expondo os motivos que teve o povo para os expulsar do Maranhão (p. 8-16). n. 268) 23-2-1661. Valentim Tavares Cabral pede satisfação de seus serviços. Parecer do Conselho, Biblioteca Nacional de Lisboa, Mercês Gerais. Anos 1654-1661. (p. 16-18). n. 269) 11-3-1661. Jorge Corrêa da Silva pede satisfação de seus serviços (p. 18-19). n. 270) 11-4-1661. Ordem para fazer agrados aos índios da Capitania (p. 19-20). n. 271) 22-5-1661. Carta do Padre Antônio Vieira a El-Rei, (p. 20-26). n. 272, 3-5-1662. Procuração passada pelo Pe. Antônio Vieira ao Dr. Heitor Mendes Leitão. (p. 26). n. 273). 25-8-1661. João de Melo de Gusmão pede satisfação de seus serviços. Parecer do Conselho (p. 26-28). n. 274) 20-12-1661. Sôbre o que escreve o Capitão do Ceará acêrca dos procedimentos do Governador de Pernambuco Francisco de Brito tirando-lhe a jurisdição de seu cargo com lhe mandar um ajudante que lhe não obedece. (p. 28-30). n. 275) 1661. Requerimento de Rui Vaz de Siqueira para que o Ceará volte a ser agregado ao Govêrno do Maranhão. (p. 31-33). n. 276) 18-1-1662. Sôbre o que pede João de Melo de Gusmão. (p. 33-34). n. 277) 17-4-1662. Provisão que o Governador da Bahia, Francisco Barreto, passou aos Padres Missionários da Companhia. (p. 34-37). n. 278). 20-8-1662. Carta de Rui Vaz de Siqueira a El-Rei sôbre a volta do Ceará ao Govêrno do Maranhão. (p. 38). n. 279) 5-2-1663. Sôbre o que pede João Melo de Gusmão, que vai por Capitão do Ceará. (p. 38-39). n. 280) 12-2-1663. Carta Patente de nomeação de Valentim Tavares Cabral para Capitão-mor do Rio Grande

do Norte. (p. 39-41). n. 281) 17-3-1663. Carta de Francisco Barreto ao chefe índio André Caravati. (p. 41-42). n. 282) 18-3-1663. Carta escrita da Bahia por Francisco Barreto ao Alferes Felipe Coelho acêrca dos missionários e D. Simão Tagaiagbuna. (p. 42-43). n. 283) 18-3-1663. Carta de Francisco Barreto ao Capitão-mor do Ceará relativa a D. Simão Tagaiagbuna. (p. 43). n. 284) 20-4-1663. Carta de Rui Vaz de Siqueira a El-Rei (p. 43-47). n. 285) 20-7-1663. Manuel da Vide Souto Maior pede satisfação de seus segundos serviços. Parecer do Conselho. (p. 47-51). n. 286) 20-9-1663. Parecer do Conselho Ultramarino sôbre uma petição de João Heque, holandês de nacionalidade. (p. 51-55). n. 287) 28-9-1663. Ordem do Conde de Óbidos a Diogo Coelho de Albuquerque para que faça entrega do govêrno do Ceará ao seu substituto logo que êste se apresente. (p. 55-56). n. 288) 20-11-1663. Requerimento de Jorge Corrêa da Silva (p. 56-57). n. 289) 14-12-1663. Auto de posse do govêrno do Ceará dada a João de Melo de Gusmão (p. 57-58) n. 290) 16-9-1664. Petição de D. Fradique da Câmara. Parecer do Conselho. (p. 58-59). n. 291) 23-5-1665. Sôbre a mercê, que pede o Capitão Pedro Lelou. (p. 59-60). n. 292) 31-5-1665. Nomeação de João Tavares de Almeida para o Cargo de Capitão da Capitania do Ceará (p. 60-62). n. 293) 27-7-1666. Carta patente nomeando João Tavares de Almeida Capitão-mor do Ceará (p. 62-63). n. 294) 24-3-1667. Sôbre se dar posse a João Tavares de Almeida da Capitania do Ceará, Livro 1º de Ordens Reais, fl. 75. (63-64). n. 295) 16-3-1668. Sôbre o que pede Antônio de Barros Rêgo. Parecer do Conselho. (p. 64-65). n. 296). 16-4-1668. Carta Patente fazendo mercê de uma Companhia de Infantaria a Pedro Lelou. (p. 65-66). n. 297) 17-9-1669. Rafael Barbosa da Franca pede satisfação dos seus serviços feitos na guerra do Brasil. Biblioteca Nacional de Lisboa, Mercês Gerais, anos 1661-1672. (p. 66-67). n. 298) 29-7-1670. Alvará do Padre Antônio Coelho para vencer mantimento com as demais prerrogativas dos seus antecessores. (p. 67-68). n. 299) 5-8-1670. Carta Patente nomeando Jorge Corrêa da Silva para Capitão do Ceará por três anos. (p. 68-70). n. 300) 26-11-1670. Bando do Governador Fernão de Sousa Coutinho (p. 70-73). n. 301) 10-8-1671. Requerimento de índios do Ceará para que se lhes forneça infantaria contra os Paiacus. Outros documentos relativos à dita petição (p. 73-78). n. 302) 20-10-1672. Bando do Governador Fernão de Souza Coutinho acêrca da disciplina das fôrças estacionadas no arraial dos Palmares. (p. 78-80). n. 303) 2-10-1673. Carta Patente de nomeação de João Tavares de Almeida para o Capitão-mor do Ceará por três anos. (p. 80-82). n. 304) 3-11-1673. Para o Governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho. (p. 82). n. 305) 11-8-1674. Pascoal Paes Parente pede satisfação dos seus serviços. Biblioteca Nacional de Lisboa, Mercês Gerais sôbre João Tavares de Almeida (p. 82-84). n. 306) 19-10-1674. Provisão para que João Fernandes Vieira tenha a superintendência no tocante às fortificações de Pernambuco e demais Capitanias do Norte sem dependência dos ministros superiores das ditas capitanias. Documento da Biblioteca Nacional de Lisboa. Provisões, Anos 1669-1687. (p. 84-86). n. 307) 29-10-1674. Carta Régia de agradecimento a João Fernandes Vieira e propostas que faz. (p. 87-89). n. 309) 20-11-1675. Confirmação de João Cavalcanti de Albuquerque no pôsto de Capitão-mor da Ordenança da Freguesia de São Lourenço. Pernambuco (p. 89-90). n. 310) 28-4-1676. Parecer do Conselho sôbre assuntos militares de que trata João Fernandes Vieira. (p. 91-92). n. 311). 14-11-1676. Parecer do Conselho sôbre o que escreveu das coisas do Ceará o Capitão-mor Jorge Corrêa da Silva e manda se ouça a respeito João Fernandes Vieira. (p. 92-93). n. 312). 19-12-1677. Carta Régia

mandando reformar o Regimento do Govêrno Geral do Brasil (p. 93-94). n. 313) 7-5-1678. Carta Patente de nomeação de Sebastião de Sá para Capitão-mor do Ceará. Trata-se de um homem cuja existência foi negada a fim de se dar ganho de causa ao Rio Grande do Norte na Questão Grossos. (p. 94-96). n. 314) 20-10-1678. Sebastião de Sá pede satisfação de seus serviços e dos mais que lhe estão julgados... (p. 96-101). n. 315) 21-11-1678 e 30-4-1679. Provisão para se fazer efetivo o pagamento do que se ficou a dever ao Tenente General Felipe Bandeira de Melo. (p. 101-102). n. 316) 6-5-1679. Dona Joana de Mendonça pede satisfação dos serviços de seu marido João Tavares de Almeida. Biblioteca Nacional de Lisboa, Mercês Gerais, Anos 1672-1687. (p. 102-104). n. 317) 25-5-1679. Provisão em favor de João Cavalcanti de Albuquerque (p. 105). n. 318) 21-9-1679. Data de sesmaria concedida por Sebastião de Sá, Capitão-mor do Ceará, a Francisco Rodrigues Coelho, Julião Maciel, Manoel Rodrigues e outros. (p. 106-107). n. 319) 26-3-1680. Bando do Sargento-mor Manoel Lopes. Em quota a êste documento, diz o Barão: "Neste documento descubro ainda mais uma prova de que a palavra Zumbi não designa pôsto hierárquico, mas é um nome próprio, o nome de um individuo. Zumbi, um dos heróis da Tróia Negra e sobrinho de Ganazona, era Capitão em 1680". (p. 107-108). n. 320) 12 e 20-10-1680. Data de sesmaria de 4 léguas de terra em quadra do Rio Pacoti até o meio da enseada do Mucuripe concedida por Sebastião de Sá a Manoel Lopes Cabreira. (p. 108-109). n. 321) 29-10-1680 e 21-11-1680. Parecer do Conselho sôbre o que pede o Capitão Pedro Lelou. Despacho. (p. 109-110). n. 322) 25-11-1680). Provisão concedendo a Pedro Lelou licença para ir ao Reino. (p. 110). n. 323) 22-3-1681. Data da sesmaria da terra que começa do marco que divide o Ceará do Rio Grande até passar o rio Três Irmãos e até chegar à Lagoa do Piató, concedida por Sebastião de Sá à dona Maria César e João de Freitas Corrêa. (p. 111-112). n. 324) 6 e 29-5-1681. Nomeação de pessoas para o pôsto de Capitão-mor da Capitania do Ceará. Parecer do Conselho. Escolha de Bento de Macedo de Faria. (p. 113-121). n. 325) 16-5-1681. Data de sesmaria a começar das cabeceiras dos já providos até o pé da serra da Tapatema correndo para o sertão e dos limites do Ceará com o Rio Grande concedida por Sebastião de Sá aos 4 irmãos Berenguer (p. 122-123). n. 326) 14-6-1681. Carta Patente nomeando Bento de Macedo de Faria Capitão-mor do Ceará por três anos. (p. 123-125). n. 327) 26-6-1681. Data de sesmaria a começar 1/2 légua da praia da Lagoa do Açu principiando da testada de dona Maria César concedida por Sebastião de Sá a Francisco Berenguer de Andrada (p. 125-126). n. 328) 7-11-1681. Provisão concedendo cem mil réis anuais por dez anos para auxílio das obras do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Itamaracá. (p. 127-128). n. 329) 25-8-1682. Ordem do Padre Pero Luís, Superior da Missão, para o Padre Estêvão Gandolfi, Vice-Reitor do Colégio do Maranhão. Informação do Padre Pedro de Pedrosa... (p. 128-134). n. 330) 11-9-1682. Atestação passada por Sebastião de Sá em favor de Domingos Ferreira Pessoa. Reconhecimento da firma. (p. 134-135). n. 331) 19-9-1682. Sôbre o que escreve o Provedor da Fazenda de Pernambuco, João do Rêgo Barros acêrca de se haverem de pagar dízimos na Capitania do Ceará. Pareceres do Procurador e do Conselho. (p. 135-136). n. 332) 19-10-1682. Carta Régia sôbre dízimos do Ceará. (p. 137).

## Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará.

(Colleção Studart).

t. XXXVI, 97-230.

O Barão de Studart publica, em continuação aos documentos já publicados,

uma série de 82 peças oficiais, numeradas de 333 a 415. Os documentos tratam de matéria variada e são todos ou quase todos de extrema importância. Dizem respeito em grande parte à conversão e redução dos índios, a mercês feitas em atenção a serviços prestados, às guerras com os holandeses, ao govêrno do Ceará, a entradas e conquistas do sertão, recursos do Maranhão, fortes e igrejas, suprimento e abastecimento militar, Palmares, Missão de Ibiapaba.

São os seguintes os documentos publicados:

n. 333) 25-1-1683. Carta Régia ao Governador de Pernambuco, Dom João de Sousa, p. 97; n. 334) 26-1-1683. Carta Patente em favor de Manoel Pereira da Silva, p. 98-100; n. 335) 10-2-1683. Alvará para o Padre Amaro Fernandes de Abreu, provido na Igreja de Nossa Senhora da Assunção da fortaleza do Ceará, vencer o seu mantimento, p. 100-101; n. 336) 24-3-1683. Sôbre o que pede João Duarte do Sacramento acêrca de se proibir que os soldados do sertão levem as índias para os seus quartéis, e que por aquelas aldeias se não leve a vender vinho, ou aguardente pelos sertões e aldeias, donde assistem índios pelo grande prejuízo que disso resulta, p. 101-103; n. 337) 24-4-1683. Carta do Príncipe a D. João de Sousa sôbre não se utilizarem das índias os moradores nem se vender vinhos e aguardentes etc. Livro 3º de Ordens Régias fl. 91, p. 103-104; n. 338) 13-5-1683. Provisão em favor de Domingos Ferreira Pessoa, p. 104-106; n. 339) 17-8-1683. Certificado passado em favor de Domingos Ferreira, p. 107; n. 340) 13-11-1683. Sôbre Domingos Ferreira Pessoa, p. 108-109; n. 341. 15-6 e 26-9-1684. Nomeação de pessoas para o pôsto de Capitão da Capitania do Ceará. Biblioteca Nacional de Lisboa. Consultas Mistas, anos 1671-1684. Para a biografia de um Capitão-mor do Ceará que nunca existiu para os Rio-grandenses do Norte (Sebastião de Sá). p. 109-115; n. 342) 18-8-1684. Atestado do Vigário Dr. Amaro Fernandes de Abreu em favor de Domingos Ferreira Pessoa, p. 115-116; n. 343) 20-8-1684. Atestado passado por João de Barros Braga em favor do almoxarife Domingos Ferreira Pessoa, p. 116-117; n. 344) 28-8-1684. Carta de Domingos Ferreira Pessoa a El-Rei, acusando Bento de Macedo Faria, p. 117-118; n. 345) 27-8-1684. Carta de João do Rêgo Barros a El-Rei sôbre queixas do Almoxarife Domingos Ferreira Pessoa e suas contra o Capitão-mor do Ceará. Biblioteca Nacional de Lisboa. Papéis de serviço, maço n. 3, de Ordem 1026, p. 118-119; n. 346) 2-9-1684. Sôbre a oferta de quatro mil cruzados para as despesas de redução do gentio feita por Pascoal Pereira Jansen, p. 119; n. 347) 13-10-1684. Carta Patente de nomeação de Sebastião de Sá para Capitão-mor do Ceará por três anos. Biblioteca Nacional de Lisboa. Livro de ofícios, Anos 1684-1690, p. 119-122; n. 348) 9-12-1684. Carta Régia a João do Rêgo Barros, p. 123; n. 349) 12 e 17 de dezembro de 1684. Nomeação de pessoas para a propriedade do Ofício de Almoxarife da Capitania e Fortaleza do Ceará, p. 123-126; n. 350) 26-2-1685. Domingos Ferreira Pessoa provido na serventia do ofício de Almoxarife do Ceará criado de novo pede se lhe declare o ordenado que com êle há de ter, p. 126-127; n. 351) 19-3-1685. Carta Régia, p. 127-131; n. 352) 16-8-1685. Carta de João do Rêgo Barros a El-Rei sôbre o Capitão-mor do Ceará comerciar com Estrangeiros, p. 132; n. 353) 23-8-1685. Sôbre o suprimento, que pede Antônio Martins Palha, p. 132-134; n. 354) 18-2-1696. Sôbre o que escreve o Almoxarife do Ceará Domingos Ferreira Pessoa acêrca do Capitão daquela Capitania, Bento de Macedo de Faria, haver dado entrada a três navios holandeses, e haver comerciado com êles. p. 134-135; n. 355) 23-8-1686. Carta de Gomes Freire de Andrade a El-Rei sôbre novos descobrimentos e entradas. Biblioteca Nacional de Lisboa. Papéis de serviço, maço 2º nº

de Ordem 1028, p. 135-137; n. 356) 3-10-1686. Carta e informações de Bartolomeu Barreiros de Ataíde sôbre minas no Estado do Maranhão. Biblioteca Nacional de Lisboa, Papéis de Serviço, maço 426, nº de Ordem 1027; p. 137-146; n. 357) 21-12-1636. Carta Régia a Artur de Sá e Menezes, p. 146-147; nº 358) 8-7-1687. Uma interessante carta de Gomes Freire a seu sucessor Artur de Sá Menezes, p. 148-173; n. 359) 19-7-1687. Nomeação de pessoas para o pôsto de Capitão da capitania do Ceará por tempo de três anos, p. 173-180; n. 360) 12-12-1686. Carta Patente em favor de Gonçalo Ferreira da Costa, p. 180-181; n. 361) 19-7-1687. Carta de Gomes Freire de Andrade sôbre fortificações, expedição ao Cabo do Norte, etc., p. 181-185; n. 362) 19-7-1687. Carta de Gomes Freire de Andrade a El-Rei, p. 186; n. 363) 15-9-1687. Carta de Artur de Sá e Menezes a El-Rei, p. 186-187; n. 364) 4-11-1687. Carta Patente de nomeação de Tomás Cabral de Olival para Capitão-mor do Ceará, p. 187-190; n. 365) 23-12-1687. Tomás Cabral de Olival que está nomeado por Capitão da Capitania do Ceará, pede ajuda de custo, p. 190; n. 366) 17-1-1688. Provisão para que Tomás Cabral de Olival tenha ajuda de custo. Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção do Conselho Ultramarino, vol. 93, p. 458, p. 190-191; n. 367) 12-3-1688. Patente de Capitão-mor do Socorro, que se remeteu ao Rio Grande de Pernambuco, provido em Manoel de Abreu Soares, p. 191-193; n. 368) 21-3-1688. Carta Régia ao governador do Estado do Maranhão sôbre a fortaleza que se deve fazer a Urbano Roiz por Capitão dela, p. 193-194; n. 369) 2-5-1688. Carta Régia ao Governador de Pernambuco mandando informar sôbre o pedido de auxílio que faz o Têrço de Henrique Dias para reedificação da Capela edificada por aquêle cabo de guerra, p. 194; n. 370) 20-12-1688. Carta Patente de confirmação do pôsto de Sargento-mor de Infantaria da Ordenança em Estêvão Velho de Moura, p. 195-196; n. 371) 1688. Carta Patente do pôsto de Sargento maior da guerra dos Bárbaros do Rio Grande, provido em Manoel Alves de Morais Navarro, p. 196-197; n. 372) 29-12-1689. Provisão nomeando Domingos Ferreira Pessoa almoxarife da Fazenda Real do Ceará, p. 198-199; n. 373) Patente de Capitão das Entradas do Sertão desde o Ceará Grande até a Paraíba, provido em Manoel Nogueira Ferreira, p. 199-202; n. 374) 22-7-1690. Portaria para se remeter pólvora e bala para o Ceará, p. 202; n. 375) 22-7-1690. Portaria que foi ao Provedor da Fazenda Real para fretar uma sumaca para o Ceará, p. 202; n. 376) 22-7-1690. Portaria para o Provedor da Fazenda Real mandar dar uns vestidos a dois índios do Ceará, p. 203; n. 377), 22-7-1690. Portaria para o Provedor da Fazenda Real mandar uma botica para o Ceará, p. 203; n. 378) 17-8-1690. Portaria pela qual se mandaram carregar para o Ceará 24 fardas para os soldados pretos, p. 203; n. 379) 2-12-1690. Carta para Domingos Jorge Velho, Governador da Tropa nos Paulistas, p. 204; n. 380) 9-12-1690. Carta Régia ao Governador da Capitania de Pernambuco, p. 204-205; n. 381) 8-1-1691. Carta Régia ao Governador de Pernambuco sôbre um ex-cura do Ceará que apostatara, p. 205; n. 382) 7-2-1691. Para o Governador e Capitão Geral do Maranhão. Sôbre a impossibilidade em que se acha a Fazenda Real e o meio mais suave que se oferecer para a despesa destas obras, e havendo nesse estado quem a queira fazer e povoar se lhe dará Consdª., p. 206; n. 383) 5-3-1691. Portaria para o Provedor da Fazenda Real mandar fretar um barco para ir ao Ceará com muda, p. 206-207; n. 384) 5-3-1691. Portaria para se carregar no barco que vai para o Ceará 200 alqueires de farinha e outras cousas mais, p. 207; n. 385) 5-3-1691. Portaria para o Provedor da Fazenda Real mandar carregar para o Ceará pólvora e bala, p. 207-208; n. 386) 6-3-1691. Portaria para o Provedor da Fazenda

Real mandar socorrer uns índios do Ceará, p. 208; n. 387) 13-3-1691. Carta Régia ao Gogernador General da Capitania de Pernambuco Dom Antônio Felix Machado, p. 208; n. 388) 22-3-1691. Para o Governador Geral da Capitania de Pernambuco, p. 209; n. 389) 23-3-1691. Portaria para se dar pólvora e bala ao Padre Missionário que vai para o Ceará por terra, p. 209; n. 390) 23-3-1691). Portaria para se dar ao mesmo Padre seis mil réis; p. 210; n. 391) 23-3-1691. Carta para o Ouvidor Geral Provedor da Fazenda Real, p. 210; n. 392) 24-3-1691. Carta para a Câmara da Capitania do Rio Grande, p. 210-211; n. 393) 25-3-1691. Carta do Marquês de Montebelo ao Capitão-mor do Ceará, p. 211-212; n. 394) 2-4-1691. Patente de Mestre-de-Campo a Francisco Dias de Ávila para vencer os índios confederados do Maranhão, p. 212-213; n. 395) 20-6-1691. Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Governador da Bahia, a Roque Monteiro Paim, p. 213-214; n. 396) 16-7-1691. Carta que se escreveu a Matias Cardoso governador do Têrço dos Paulistas que assiste no Ceará, p. 215; n. 397) 28-8-1691. Portaria para fretamento de um barco para o Ceará, p. 216; n. 398) 10-9-1691. Portaria pela qual se concede ao Alferes Manoel Carvalho Fialho que governe a Companhia do Capitão Pedro Lelou, p. 216; n. 399) 12-9-1691. Portaria que foi ao Provedor da Fazenda Real para uma botica para o Ceará, p. 217; n. 400) 16-10-1691. Portaria para se entregar umas fardas para se remeter para o Ceará, p. 217; n. 401) 17-10-1691. Ordem que se passou ao Alferes Damião Pires para ir por cabo da infantaria que vai para o Ceará, p. 217-218; n. 402) 14-12-1691. Carta Régia ao Provedor da Fazenda de Pernambuco, p. 218-219; n. 403) 7-2-1692. Carta Régia sobre dividir-se em Capitanias a costa do Ceará, p. 219-220, n. 404) 16-2-1692. Portaria que se passou ao Provedor do Fazenda Real para inquirir testemunhas sôbre uns índios que vieram da Capitania do Ceará, p. 220; n. 405) 13-6-1692. Carta do Marquês de Montebelo sôbre o assalto dos franceses à Capitania Nossa Senhora da Conceição. Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, p. 221-222; n. 406) 29-9-1692. Portaria para o Provedor da Fazenda Real mandar dar pólvora e bala ao padre missionário que vai para o Ceará, p. 222; n. 407) 29-9-1692. Ordem que foi à Câmara para se fazer despesa com os índios que se reduzirem à Igreja e se lhes fazer Aldeias em que vivam, p. 222-223; n. 408) 10-11-1692. Portaria expedida a João do Rêgo Barros para mandar remeter para o Ceará as cousas conteúdas nela, p. 223; n. 409) 10-11-1692. Portaria ao Provedor da Fazenda Real para pagar o frete das pessoas que vão para o Ceará, p. 224; n. 410) 10-11-1692. Portaria ao Provedor da Fazenda Real, para mandar para o Ceará as fardas dos soldados, p. 224; n. 411) 3-12-1692. Para o Governador Geral do Estado do Maranhão. Sôbre as notícias que o Governador do Brasil teve de andarem as tropas dos Paulistas vizinhas à capitania do Pará eficaz remédio para a extinção dos Tapuias. Consdª, p. 224-226; n. 412) 8-3-1693. Carta Régia sôbre Padre Ascenso Gago, Pedro Lelou, Fernão Carrilho, etc. p. 226-228; n. 413) 8-4-1693. Confirmação do pôsto de Capitão de uma companhia de infantaria no Ceará em Domingos Ferreira Chaves, p. 228-229; n. 415) 11-12-1693. Para o Governador de Pernambuco. Sôbre Fernão Carrilho ir ocupar o pôsto de Capitão-mor do Ceará em que estava provido Pedro Lelou, p. 229-230.

**Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará. Colleção Studart. (Continuação).**

**XXXVII, 20-145.**

Publica o Barão de Studart 98 novos documentos, em continuação aos já reproduzidos. Êstes estão numerados de 416 a 514. Tratam de matéria variada e

muito especialmente do govêrno do Ceará, de reduções e missões com o gentio, de lutas indígenas, de concessões de mercês e das lutas contra os Palmares.

São os seguintes os documentos publicados:

n. 416) 18-3-1690. Francisco Cordeiro de Mato pede satisfação de seus serviços e dos de seu primo o Pe. Pedro Barbosa, que lhe pertencem (p. 20-22); n. 417) 29-1-1691. Sôbre terem reduzido os padres da Companhia grande quantidade de índios que habitam as terras da costa do Ceará (22-24); n. 418) 7-2-1691. Carta Régia a Dom Antônio Felix Machado (24-25); n. 419) 21-3-1692. Carta Régia ao Governador Geral de Pernambuco sôbre sua proposta de serem anuais os capitães do Ceará (25); n. 420) 8-3-1693. Carta Régia ao Capitão-mor da Capitania do Ceará (26); n. 421) 12-1-1694. Carta Patente nomeando Domingos Rodrigues Carneiro para o pôsto de Mestre-de-Campo da gente preta de Pernambuco (26-28); n. 422) 6-3-1694 Carta Régia (28-29); n. 423) 26-6-1694. Patente de nomeação, no pôsto de Capitão de infantaria, de Francisco Dias de Carvalho soldado da Companhia do Capitão Antônio da Silva Barbosa, têrço do Mestre-de-Campo Zenóbio Acióli de Vasconcelos para fazer guerra ao gentio (30); n. 424) 26-7-1694. Carta. Manoel Álvaro de Morais Navarro a El-Rei (30-36); n. 425) 18-3-1693 Carta Régia (36-37); n. 426) 11-12-1693. Carta Régia sôbre Fernão Carrilho, Pedro Lelou e Carlos de Sepúlveda (37-38); n. 427) 3-11-1694. Patente de Capitão-mor das fronteiras das Piranhas etc. passada a Teodósio de Oliveira Ledo (38-39); n. 428) 14-11-1694. Carta Patente nomeando Pedro Lelou Capitão do Ceará por três anos (39-41); n. 429) 20-11-1694. Carta Régia ao Governador e Capitão General de Pernambuco (41); n. 430) 20-11-1694. Carta Régia (42); n. 431) 22-11-1694. Carta Régia sôbre Pedro Lelou e Fernão Carrilho (42); n. 432) 12-12-1695. Carta Régia ao Capitão General de Pernambuco Caetano de Melo de Castro (43); n. 433) 12-11-1696. João Amaro Maciel Parente pede satisfação de seus serviços e da ação que lhe pertence e de seu pai e mercês que lhe estavam feitas (43-49); n. 434) 25-1-1696. Para o Governador Geral do Estado do Maranhão. Sôbre o descobrimento da estrada do Estado do Maranhão para o do Brasil (49-50); n. 435) 18-8-1696. Carta Régia (50); n. 436) 19-8-1696. Carta Régia (50) n. 437) 19-8-1696. Carta Régia (51); n. 438); 22-8-1696. Carta Régia (51-52); n. 439) 22-8-1696. Carta Régia. (52); n. 440) 23-8-1696. Carta Régia (53); n. 441) 23-8-1696. Carta Régia (53-54); n. 442) 23-8-1696. Carta Régia a Caetano de Melo de Castro (54); n. 443) 25-8-1696. Para o Governador e Capitão General de Pernamboco (54-55); n. 444) 1-9-1696. Confirmação do pôsto de Sargento-mor da ordenança da capitania do Ceará (55-56); n. 445) 6-9-1696. Confirmação do pôsto de Capitão da Companhia da Cavalaria da ordenança dos distritos da Ribeira do Jaguaribe em Manoel da Costa Barros (56-58); n. 446) 9-9-1696. Confirmação do pôsto de Capitão e Cabo do novo Presídio da Ribeira de Jaguaribe em João da Mota (58-59); n. 447) 6-10-1696. Carta Régia (60); n. 448) 6-10-1696. Carta Régia. (60); n. 449) 8-12-1696. Mercê do pôsto de Ajudante do número do 3º de Zenóbio Acióli e Belchior Pinto (61-62); n. 450) 14-12-1696. Carta Régia. Para o Pe. João Leite de Aguiar (62); n. 451) 15-12-1696. O Mestre-de-Campo Manoel Alz. de Morais Navarro pede satisfação de seus serviços (62-68); n. 452) 4-1-1697. Carta Régia (63-69) n. 453) 8-1-1697. Carta Régia ao Governador do Maranhão mandando dar sesmarias aos índios do Ceará e marcando os limites dessas sesmarias (69-70); n. 454) 8-1-1697. Carta Régia a Caetano de Melo de Castro mandando fazer no Ceará um hospício para os missionários da Companhia de Jesus e dar-se-lhes terra e côngrua para sua sustentação e sesmarias aos índios (70-72); n. 455) 8-1-1697. Carta Régia para o Governador e Capitão Geral do

Estado do Maranhão. Em que se ordena dê conta acêrca do que tem procedido com João Velho do Vale na ocasião que saiu daquele Estado por Cabo de uma tropa de índios a descer gentio brabo na serra. Consultada. (72); n. 456) 17-1-1697. Manda que as tropas do rio São Francisco sejam enviadas para o Estado do Maranhão. (72-73); n. 457) 17-1-1691. Carta Régia. Para o Governador e Capitão General do Maranhão. Sôbre a impossibilidade em que se achava o paulista que se tinha oferecido a ir extinguir todo o gentio que infestava aquela Capitania. Consultada. (73-74); n. 458) 23-8-1697. Sôbre o que escreve o Capitão Pedro Lelou, acêrca de não haver na Capitania do Ceará matriz, nem mais igreja fora das Aldeias, que a Capela da Fortaleza, e que o Capelão fazia o ofício do Vigário e não podia acudir a tôda obrigação (74-75); n. 459) 6-9-1697. Carta Régia (75); n. 460) 11-9-1697. Carta Régia. 75-76). n. 461) 11-9-1697. Carta Régia a Caetano de Melo de Castro indagando que modo de govêrno tem o povo do Ceará quanto à justiça e se tem juiz ordinário etc. (76); n. 462) 8-11-1697. Carta Régia (76-77); n. 463) 8-11-1697. Carta Régia (77-78); n. 464) 28-11-1697. Francisco Coelho de Lemos. Para que seja pago na Capitania de Pernambuco todos os anos que constar estêve assistindo por Cirurgião no Ceará à razão de vinte mil réis por ano. (78-79); n. 465) 28-11-1697. Francisco Coelho de Lemos. Para ser pago do tempo que serviu de Cirurgião na Fortaleza do Ceará (79-80); n. 466) 12-12-1697. Carta Régia para o Governador de Pernambuco (80-81); n. 467) 12-12-1697. Carta Régia. Para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão. Sôbre os vinte e cinco casais de índios que os Padres da Companhia desceram para a costa do mar trazendo-os para as Aldeias do Estado do Maranhão (81-82); n. 468) 19-12-1697. Carta Régia (82); n. 469) 10-1-1698. Carta Régia. Para o Governador Capitão General de Pernambuco (82-83); n. 470) 10-1-1698. Carta Régia. Para o Governador Capitão General de Pernambuco Caetano de Melo de Castro (83); n. 471) 10-1-1698. Carta Régia. Para o Governador Capitão General de Pernambuco sôbre os moradores do Ceará se servirem dos índios e índias (83-84); n. 472) 13-1-1698. Carta Regia ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco mandando fazer mercê de cinqüenta mil réis a André Furtado de Mendonça em consideração a haver êle morto e cortado a cabeça ao negro Zumbi (85); n. 473) 17-1-1698. Carta Régia sôbre nomeação de párocos e missionários. Para o Governador Capitão General de Pernambuco (85-86); n. 474) 29-1-1698. Carta Régia ao Pe. João Leite de Aguiar sôbre ajuda de custo aos missionários do Ceará e sôbre paramentos para as igrejas das respectivas aldeias. (86-87); n. 475) 29-1-1698. Para o Governador Capitão General de Pernambuco Caetano de Melo de Castro (87); n. 476) 18-2-1698. Carta Régia a Caetano de Melo de Castro mandando informar um requerimento dos índios da Capitania do Ceará. (87-88); n. 478) 28-2-1698. Carta Régia. Para o Provedor da Fazenda de Pernambuco, Capitão General de Pernambuco Caetano de Melo de Castro (88); n. 480) 26-2 e 7-3-1693. Sôbre Pedro Lelou (88-89); n. 481) 15-1-1698. Para o Governador e Capitão General de Pernambuco (90); n. 482) 14 e 20 de março de 1698. Satisfação que Sua Majestade ordena sôbre se dizer o tempo que falta a Pedro Lelou do Govêrno da Capitania do Ceará, e se nos têrmos em que se acha entende que de justiça deve ser restituído ao dito Govêrno (90-91); n. 483) 21-3-1698. Mercê do pôsto de Sargento-mor na capitania de Pernambuco feita a Pedro Lelou (91-93); n. 484) 24-3-1698. Pedro Lelou. Sôbre se lhe conceder licença por tempo de três meses para ir à Capitania do Ceará e tratar da arrecadação de seus bens (93); n. 435) 26-6-1698. Para a história da Igreja Cearense (94 98); n. 486) 6-11-1698. Patente

de confirmação de João de Paiva Aguiar no pôsto de Capitão de infantaria da ordenança do distrito da Freguesia da Capitania do Ceará (98-99); n. 487) 6-12-1698. Carta Régia a Caetano de Melo de Castro insistindo pela devassa sôbre as mortes feitas a índios pelos soldados do presídio do Jaguaribe (99); n. 488) 16-12-1698. Para o Governador e Capitão general de Pernambuco Caetano de Melo e Castro (100); n. 489); 17-12-1698. Para o Governador e Capitão General de Pernambuco Caetano de Melo e Castro (109); n. 490) 20 e 22 de dezembro de 1698. Nomeação de pessoas para o pôsto de Capitão do Presídio de Jaguaribe (101-104); n. 491) 5-1-1699. Carta patente conferida ao Capitão do presídio de Jaguaribe (104-106); n. 492) 8-1-1699. Para o Governador de Pernambuco (106); n. 493) 13-1-1699. Para o Governador de Pernambuco (106); n. 494) 13-1-1699. Para o Governador e Capitão general de Pernambuco. (107); n. 495) 18-1-1699. Carta Régia. (107); n. 496) 21-1-1699. Confirmação do pôsto de Capitão de cavalos da Ribeira e distrito de Jaguaribe (108-109); n. 497) 5-2-1699. Para o Governador e Capitão general de Pernambuco Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre (109); n. 498) 10-2-1699. Carta Régia a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sôbre a guerra a dar-se ao gentio de corso (110-111); n. 499) 13-2-1699. Para o Governador e Capitão general de Pernambuco Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre (111-112); n. 500) 16-2-1699. Para o Governador e Capitão (112); n. 501) 18 e 20-2-1699. Fernão Carrilho pede seja admitido aos seus requerimentos assim de mercês como de postos; sem embargo da culpa com que se lhe saiu a sua fôlha, que correu em Pernambuco (112-114); n. 502) 6-5 e 7-7-1699. Nomeação de pessoas para o pôsto de Capitão da Capitania do Ceará por tempo de três anos (114-122); n. 503) 25-8-1699. Carta que o Mestre de Campo Manoel Alz. de Morais Navarro escreveu a Dom João de Lancastre. (123-128); 501 (sic) 31-8-1699. Para o Ouvidor geral da Paraíba (128); n. 502 (sic) 2-9-1699. Mercê de Capitão de Cavalos da Ordenança da Ribeira do Jaguaribe a João de Barros Braga. (128-130); n. 502 (sic) 5-9-1699. Para o Governador e Capitão general de Pernambuco (130); n. 504 (sic) 7-9-1699. Para o Governador e Capitão general de Pernambuco (130-131); n. 513 (sic) 29-10-1699. Carta que o Padre João Guinzel da Companhia de Jesus Missionário das aldeias assentadas de novo na Capitania do Rio Grande escreveu ao Sr. Dom João de Lancastre (131 133); n 505 (sic) 10-10-1699. Para o Governador Capitão General de Pernambuco (133-134), n. 511) 18 e 26-11-1699. Nomeação de pessoas para capitão da Capitania do Ceará (134-138); n. 514) 17-12-1699. Carta que escreveu ao Sr. Dom João de Lencastre o Sargento-mor Pedro Leiou (139-142); n. 512) 20-12-1699. Carta que Joseph Barbosa Leal escreveu ao Sr. Dom João de Lencastre (142-145).

**Documentos para a Historia do Ceará. (Colleção Tristão Araripe).**

t. XXV, 61-101.

Publicam-se aqui apenas três documentos dos 9 itens relacionados por T. A. Araripe Junior (p. 58-60) oferecidos ao Instituto. São os seguintes: 1) Revolução de 1817. Cópias de documentos. Ofício a João Paulo Bezerra, acompanhando os papéis apreendidos ao ex-ouvidor João Antônio de Carvalho e alguns seus amigos, e fazendo conhecer o procedimento do ex-ouvidor, desde que chegou à capitania do Ceará. Datado de 21-1-1818 e subscrito por Manoel Ignácio Sampaio. 2) Revolução de 1817. Parte do ofício do Conde da Barca expondo os passos da revolução de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. 3) Carta, em cópia, de Ângelo José da Espectação Mendonça para Manuel do Espírito Santo da Paz. Notas explicativas dos documentos que constituem êste item. O primeiro documento foi

também publicado no t. XXXIII, 300-339. Êle torna miùdamente conhecidos os procedimentos do ex-ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho. Manoel Ignácio expõe sua situação e as relações que mantivera com o ex-ouvidor, as reuniões maçônicas que êste realizava, a sua prisão ao deflagrarem os movimentos revolucionários em Pernambuco e Paraíba. Em nota final se diz que a Coleção Studart possui também cópia dêsse documento do próprio ano de 1818.

**Documentos para a historia do Ceará.**

t. XLII, 103-105.

Transcrevem-se os seguintes documentos: Patente de Capitão de uma das duas companhias da vanguarda da gente que acompanha o Coronel João Raposo Bocarro, ao descobrimento das minas, provido em Francisco Barbosa e outra em Baltazar Soares; Patente do Pôsto de Capitão-mor da Capitania do Ceará, provido em Bento Corrêa de Figueiredo. A primeira patente é datada de 23-7-1691 e a segunda de 29-12-1687.

**Documentos para a historia do Governo de Bernardo Manoel de Vasconcellos. (Colleção Studart).**

t. XXVIII, 330-366.

Bernardo Manoel de Vasconcelos foi o primeiro governador do Ceará independente de Pernambuco. Era chefe de esquadra e governou de 1799 a 1802, época em que faleceu. Esta correspondência oficial tem um grande interêsse para a história política e administrativa do Ceará. A carta datada de 1-1-1800, quando Vasconcelos tinha apenas três meses de govêrno, é uma boa demonstração de inteligência e observação. Explica a situação da agricultura, descreve Aracati e Fortaleza, únicas povoações dignas de serem descritas, fala no caráter e qualidades morais dos povos. Depois, em outros documentos, encontram-se valiosos dados sôbre a forma de milicianos, sôbre educação indígena, Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, Forte do Mucuripe, Escuna Flor do Mar, quartel da fôrça de primeira linha, criação das Vilas de São Bernardo das Russas e São João do Príncipe.

**Documentos para a História dos Correios do Ceará**

t. XI, 78-81.

Tratam-se de dois ofícios relativos à demora do correio para o Ceará, datados de 22-6-1821 e 1-3-1821, junto com a Cópia da "Derrota que devem seguir os Correios da Vila da Fortaleza do Ceará Grande à cidade da Baía de Todos os Santos". As cópias foram oferecidas pelo Dr. Frederico Lisboa, diretor do Arquivo Público da Bahia.

**Documentos referentes a Martim Soares Moreno.**

t. XXIII, 334-336.

Tratam-se de dois documentos, datados o primeiro de 28-4-1626 e o segundo não datado, mas provàvelmente de 1626, extraídos da Biblioteca Nacional de Lisboa (Chancelaria de D. Felipe 3º, livro 38, fls. 364). Refere-se o primeiro à mercê que fêz o Rei a Martim Soares Moreno da Capitania do Ceará por dez anos, em virtude de ser o primeiro povoador e fundador da Capitania. Deu-lhe também duas léguas de terra por pretender fabricar ali um engenho de açúcar, plantar canaviais e meter gados. No segundo, Martim Soares Moreno protesta contra a pretensão de Francisco Coelho de Carvalho de subordinar a Capitania do Ceará ao govêrno do Maranhão, o que lhe parecia êrro de conseqüências graves.

**Documentos relativos à adhesão do Piauhy à Confederação do Equador.**

**Colligidos pelo Dr. Anisio Britto.**

t. XXXVI, 76-163.

Documentos e peças oficiais sôbre a adesão do Piauí à Confederação do Equador. A maioria dos documentos é assinada por Manoel de Souza Martins, o Barão da Parnaíba, Presidente da Província, e datadas de 1824 e 1825. Contém três peças de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, datadas de 3 de maio, 14 de maio e 16 de junho de 1824.

**Documentos relativos à arribada de Martim Soares Moreno à Ilha de S. Domingos.**

t. XXIII, 70-111.

Os originais se encontram no Arquivo General de Índias (Est n. 53, Cajon 4, Legajo 14) e já haviam sido publicados êstes documentos nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XXVI, 1904, p. 151-192, e no vol. XIX, 1905, da **Revista do Instituto do Ceará.**

**Documentos relativos ao Mestre de Campo Moraes Navarro. Noticias para um capitulo novo da historia cearense. (Colleção Studart). Pelo Barão de Studart.**

t. XXX, 350-364.

Os documentos são publicados no t. seguinte (XXXI, p. 161-223).

**Documentos relativos ao Mestre de Campo Moraes Navarro. Noticias para um capitulo novo da historia cearense. (Colleção Studart).**

t. XXXI, 161-223.

O Barão de Studart publica aqui, cêrca de trinta documentos sôbre Manoel Alvares de Morais Navarro, paulista que serviu no Ceará como Mestre de Campo de um têrço empenhado na luta contra os índios. A excelente introdução à publicação dêstes documentos foi impressa pelo Barão de Studart no t. 30, 1916, p. 350-364.

**Documentos relativos aos hospitaes de Jacarecanga e Lagoa-funda e paiol de polvora do Croatá.**

t. XI, 113-123.

Cópias oferecidas por Joaquim Fabrício de Barros. Na sessão da Junta da Real Fazenda, de 18-11-1818, decidiu-se, em face da propagação da epidemia de bexigas, ratificar o Têrmo de 8-6-1818, que determinava a recepção dos pobres atacados do dito contágio no Hospital de Jacarecanga que para êsse fim seria construído. Segue-se a ata da sessão da Junta da Real Fazenda de 29-4-1819, em que se decidiu mandar edificar um armazém para servir de Lazareto aos escravos que vinham da costa Leste e construir um hospital no sítio de Jacarecanga, para servir aos bexigosos. Segue-se um ofício do Inspetor José Francisco de Moura ao Dr. João Silveira de Sousa, presidente da Província, informando sôbre o requerimento do Coronel Francisco Xavier Tôrres pedindo indenização pelos terrenos em que se acham edificados os Lazaretos. Outro ofício sôbre o mesmo assunto, dirigido pelo Inspetor ao Presidente e datado de 30-7-1857. Ofício da 1ª secção da Contadoria da Tesouraria da Fazenda do Ceará de 21-7-1857 sôbre o mesmo assunto. Ata da sessão de 31-10-1833 da Tesouraria da Província do Ceará. Informação da 1ª secção da Tesouraria da Fazenda do Ceará, de 20-12-1862. Escritura de venda do terreno do Lazareto da Lagoa Funda de 18-10-1865. Escritura da venda de 2.500 braças de terras quadradas onde se acha encravado o novo Paiol da Pólvora, de 14-9-1883.

**Documentos sôbre a Capella de São Bernardo em Fortaleza.**

t. XIV, 275-278.

Transcrevem-se três petições de Bernardo José de Melo, pedindo licença para edificar uma capela sob a invocação de São Bernardo, comunicando que a cons-

trução está terminada e pedindo para ser benta. Despacho da autoridade eclesiástica passando provisão para a bênção.

**Documentos sobre a Fortaleza da capitania do Ceará Grande.**

t. XVI, 236-242.

Documentos da coleção Studart. O primeiro é uma portaria assinada do Recife, a 9-4-1729. Ordena ao Tenente-General e Sargento-Mor engenheiro que informe sôbre a utilidade e conveniência que pode haver da construção de um forte no Ceará, conforme mandara Sua Majestade em carta de 19-8-1728. O segundo é o Relatório do referido oficial ao govêrno, mostrando a inconveniência de tal despesa, por ser a costa do Ceará deserta e incapaz de se habitar ou povoar, "por lhe faltar a água, o que impede a lavoura e criação". Diz ser muito reduzido o número de moradores. Mostra que seria desastrosa a construção do forte e propõe que se faça uma estacada de madeira. Segue-se uma carta de Duarte Sodré Pereira Tibaú, governador da capitania de Pernambuco (1727-1737) na qual relata a Sua Majestade os resultados do estudo dos engenheiros delarando, porém, ser inclinado por uma fortaleza de cal e tijolo, apesar do parecer dos ditos engenheiros. Fala dos dízimos do Ceará. É datado de 1-6-1729.

**Documentos sobre as Minas de São José dos Kariris.**

t. XXIX, 60-68.

Transcrevem-se dois ofícios: de Tomé Joaquim da Costa Côrte Real a Jerônimo Mendes da Paz, Intendente das Minas de São José dos Cariris, datada de Belém 26-8-1758 e a resposta dêste, datada dos Cariris Novos, 21-1-1759.

**Documentos sobre Manoel Alvares de Moraes Navarro, o perseguidor dos índios Paiacus.**

t. IX, 335-336.

Documentos oferecidos pelo Dr. Guilherme Studart, e referentes à ordem de prisão dada contra Manoel Álvares de Morais Navarro. São datados de 15-12-1700, 17-1-1701, 14-12-1701 e 2-9-1706.

**Dois documentos. Preços do Ceará em 1805 e 1811**

t. XXXIII, 108-109.

Transcrevem-se os dois seguintes documentos:

1) Conta do custo da Alâmpada encomendada pelo falecido Francisco Xavier de Medeiros para a Capela de São Francisco de Caninde; e 2) Relação das despesas miúdas que fiz com o defunto Padre Antônio Carneiro, que morreu no Pau Barriga. Constam preços da variada espécie, tais como de aluguéis de casa, parteira, de batizados, sustento de escravos, galinhas etc. O documento foi oferecido por Torcápio Ferreira.

**Dois documentos referentes à antiga aldeia de Paupina.**

t. XXVII, 225-227.

O primeiro documento é datado de 29-5-1759 e contém o têrmo assinado pelos diretor e mestre escola da nova vila de Mecejana, perante o governador Luís Diogo Lôbo da Silva, dizendo que recebiam a cartilha para a instrução dos meninos da escola e se obrigavam a segui-la. Segue-se a "Relação por donde constam..." datado do Recife, 29-5-1759. Os dois documentos são importantes para a história da educação indígena.

**Dois documentos sobre a Egreja de Nossa Senhora da Conceição dos Tramambés.**

t. IX, 69-70.

Tratam-se de duas certidões de recebimento por obras feitas na Igreja, datadas de 30-4-1758, e de 17-8-1758, ambos pertencentes à coleção Studart.

**DORIA, Escragnolle**

— Um beneditino da historia.

t. LV, 256-260.

Transcrição da revista **Excelsior**, de 1923. O autor comenta a obra e as atividades culturais do sábio Barão de Studart.

— Um diplomata brasileiro. Bruno Chaves.

t. XXVIII, 99-107.

Artigo de louvor a Bruno Gonçalves Chaves, ministro do Brasil junto ao Vaticano.

— João Mauricio de Nassau.

t. XXVIII, 117-131.

Dá ligeiros traços biográficos de João Mauricio de Nassau e, baseado em suas cartas publicadas, comenta alguns fatos da sua vida no Brasil (1637-1644).

— Relação dos principaes cearenses representantes do Ceará na vida politica do Imperio do Brazil

t. XXXVI, 361-373.

Dá uma lista dos principais cearenses ou representantes do Ceará que serviram entre 1822 e 1889 no Conselho de Estado, como ministros de Estado, no Senado do Império e na Câmara dos Deputados e que foram presidentes da Provincia.

— O Tenente Marques de Sousa.

t. XXXII, 80-90.

Traça a biografia do Tte. Francisco Marques de Sousa, filho nascido no Ceará e um dos auxiliares do então Cel. Rondon, na sua atividade sertanista. Em 1914 incumbiram-no de assinalar o curso do rio Ananás, desconhecido nas cartas geográficas da época. O artigo é baseado no diário do tenente, que pertence à sua família.

**DORNE, Arcádio** (1849-1913)

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Ligeira noticia do missionário Arcádio Dorne, p. 221.

**Duas cartas de 1825. (Copiadas e offerecidas pelo consócio Barão de Studart).**

t. XXIX, 345-347

Transcrevem-se as cartas de João de Andrade Pessoa Anta ao Presidente Manuel de Nascimento de Castro e Silva, datada de 4-2 1825, extraída dos manuscritos relativos ao Ceará da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e de José Martiniano de Alencar, dirigida ao mesmo presidente, datada de 11 de outubro de 1825, também extraída da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**DUCKE, Adolpho**

— Explorações botanicas e entomologicas no Estado do Ceará.

t. XXIV, 3-61.

O autor, auxiliar científico do Museu Paràense, mostra como até a viagem do Dr. J. Huber os conhecimentos da geografia botânica do Nordeste se limitavam aos resultados da comissão científica de 1856 (Freire Alemão, Gonçalves Dias etc). Aceita a classificação da flora cearense adotada por Huber (flora do litoral, sertão e serra) e expõe os resultados de suas próprias pesquisas, depois de duas viagens: 26 de junho a 14 de setembro de 1908 e abril de 1909. Quanto à fauna, adota a mesma classificação aceita para a flora, dizendo que a zona ocupada pela flora do sertão possui uma fauna rica. Refere-se à distribuição geográfica da fauna de insetos do Brasil, mostrando o forte contraste entre a do Ceará e a do Ama-

zonas. Colheu mais de 1.000 amostras de plantas para o herbário. No final de seu trabalho, dá uma Lista das espécies de himenópteros monotrocos (aculeados) observados no Ceará arranjada em ordem alfabética. O trabalho é datado de Belém do Pará, 31-12-1909.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Notícia de Adolpho Ducke, botânico e entomologista, autor de numerosa obra. (p. 245-246).

**Dumont, Alberto Santos** (1873-1932).

— CARVALHO, Carlos Livino de (1861- ).
Bandeirantes dos ares.
t. XLVII, 160-178.
Faz ligeiro histórico dos precursores brasileiros da aviação e traça, a seguir, a biografia de Alberto Santos Dumont.

**DUQUE, J. Guimarães**

— Algumas lições históricas da agricultura.
t. LXVIII, 252-256.
Crônica sôbre a história geral da agricultura.

— Discurso de posse no Instituto do Ceará.
t. LXVII, 305-314
O A. destaca a obra de seu antecessor Joaquim Alves, de grande merecimento.

**ANDRADE, Francisco Alves de**

— Saudação a Guimarães Duque (Discurso).
t. LXVII, 295-304.

**Economia do Ceará**

— STUDART, Guilherme, Barão de (1856-1938-.
Geographia do Ceará. (Continuação).
t. XXXVIII, 3-124.

**Um edital que mandou a Camara do Aracaty affixar no lugar da extrema de Mossoró.**
t. VI, 219-221.
Edital de 6-11-1811, ordenando que os moradores da vila de Mossoró reconheçam a justiça da vila de Aracati, a que estavam subordinados. A Provisão Régia a que se refere o edital é de 17-12-1793.

**Educação indígena**

— Documentos para a historia do governo de Bernardo Manoel de Vasconcellos. (Colleção Studart).
t. XXVIII, 330-366.

— Dois documentos referentes à antiga aldeia de Paupina.
t. XXVII, 225-227.

**Educação no Ceará**

— CASTELO, Plácido Aderaldo
Historia da instrução e da educação do Ceará (1759-1827).
t. LVII, 52-70.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Geographia do Ceará. (Continuação).
t. XXXVIII, 3-124.

**Eleições**

— ABREU, Cruz

Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 16º presidente, Fausto Augusto de Aguiar. (Continuação).
t. XXXIV, 3-139. 3 retrs.
— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908)
Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 2º Presidente, Coronel José Felix de Azevedo e Sá.
t. V, 239-264.
— Presidentes do Ceará. Periodo regencia.. 10º Presidente, Bacharel Francisco de Souza Martins.
t. XV, 5-61.
— Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 11º Presidente, Senador José Martiniano de Alencar.
t. XIX, 155-218.
— Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 12º Presidente, General José Joaquim Coelho (Barão de Victoria).
t. XIX, 1 (sic) 223-281.
**Emancipação dos escravos no Ceará**
t. XLIII-XLIV, 378.
Nota.
**Emancipação dos escravos, Projeto de**
— VASCONCELLOS, barão de
Pedro Pereira da Silva Guimarães. (Documentos historicos).
t. XX, 187-219.
**EMELEN, Amaro van**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXIV, 351-358.
Pequena notícia de D. Amaro Van Emelen p. 356-357.
**Emigração cearense**
— DIAS, Arthur
Ceará. (Do livro O Brazil Actual 1904).
t. XXVII, 228-242
**EMILIE, L.**
— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Extrangeiros e Ceará.
t. XXXII, 191-274.
Notícia do missionário L. Emilie p. 211-212.
**Ensino primario do Estado do Ceará. Por Cesidio de Albuquerque Martins Pereira.**
t. IX, 71-85 e 331-224.
**O Ensino Primário na primeira metade do século XX. Por Joaquim Alves.**
t. LXVIII, 128-142
**O ensino secundario Por Antonio Theodorico da Costa.**
t. XLI, 22-228.
**Enterros no tempo antigo. Por João Nogueira.**
t. XLVIII, 75-81.
**Entradas**
— Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará. (Colleção Studart).
t. XXXVI, 97-230

Os documentos n 355, 371, 573 e 411 dizem respeito a entradas.

**Entradas e guerras**

— Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará (Colleção Studart) Continuação

t. XXXVII, 20-145.

O Barão de Studart publica, aqui, 98 documentos, numerados de 416 a 514. Tratam de matéria variada; Os de ns. 422, 423, 434, 435, 497, 498, 502, 503 dizem respeito a entradas e guerras no Ceará.

**Ephemerides. Ceará republicano. Pelo Barão de Studart.**

t. XI, 236-254 (16-11-1889 a 5-4-1891); t. XII, 65-74 (6-4-1891 a 13-12-1891); t. XII, 273-276 (1-1-1892 a 28-10-1892); t. XIII, 114-118 (1893); t. XIII, 223-276 (1894); t. XV, 137-151 (1899 e 1900); t. XVI, 309-322 (1901); t. XIX, 312-332 (1902 e 1905).

**Ephemerides cearenses. Pelo dr. Guilherme Studart.**

t. XXI, 127-136 (1906); t. XXII, 383-393 (1907-1908); t. XXIII, 289-394 (1909); t. XXVI, 376-381 (1910-1912); t. XXX338-349 (1913-1915); t. XXxI, 104-106 (1916); t. XXXII, 127-129 (1917); t. XXXIII, 252-258 (1913); t. XxxV, 339-348 (1919-1920); t. XXXVI, 94-96 (1921).

— Ephemerides do Ceará. (Por J. Brigido dos Santos.

t. XIV, 3-64 e 137 226.

**Efemérides do Ceará**

— MENEZES, Antônio Bezerra de (1841-1921).

Algumas origens do Ceará.

t. XV, 153-288.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

600 datas para a chronica do Ceará na 2ª metade do seculo XVIII.

t. V, 121-231.

Excelente contribuição às efemérides do Ceará. Abrange de 1750 a 1799.

**Epistolario do Instituto**

t. LV, 124-130.

Transcrevem-se as seguintes cartas: do Dr. Guilherme Studart ao Barão de Santana Neri, datada de 1893, em que êle agradece referências elogiosas que lhe fizera o Barão e pede-lhe que se corresponda com êle. Carta a Capistrano de Abreu, datada de 27-5-1902, sem assinatura comentando o trabalho de Henri Vignaud sôbre Colombo e Paolo Toscanelli. É, provàvelmente, do Barão de Studart. Carta de Alfredo de Carvalho ao Dr. Guilherme Studart, perguntando-lhe se conhecia em Lisboa alguma pessoa que pudesse obter noticia exata e completa sôbre o periódico **Aurora Pernambucana**, de que necessitava para o seu trabalho sôbre a Imprensa de Pernambuco. Nova carta de Alfredo de Carvalho ao Dr. Guilherme Studart, datada de 21-4-1898, na qual envia algumas informações sôbre jornais do Ceará.

**ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von**

— Jazidas auriferas no Ceará.

t. XIX, 123.

Transcrição de alguns trechos relativos ao Ceará do livro **Pluto Brasiliensis**, do Barão de Eschwege, (Berlim, 1833).

**Escola preparatória do Exército (Fortaleza)**

— GOMES, Misael.

Esboço historico.

t. LIX, 146-149.

**Escravidão. Extinção da**

— Sessão de 17 de maio de 1888.

t. II, 99-102.

Contém a transcrição de um discurso do presidente Paulino Nogueira Borges da Fonseca sôbre a extinção da escravidão pela lei de 13 de maio de 1888 (99-102); a cópia do telegrama passado pelo Instituto à Princesa Isabel e a resposta de Sua Alteza

**Escravos, Libertação no Ceará dos**

— JUSTA, José Lino da (1863 - ).

Conferencia na "Phenix Caixeiral" em Fortaleza no dia 25 de março de 1928, no 44º anniversario da libertação total dos escravos do Ceará.

t. XLII, 114-122.

— PINTO, Guilherme de Sousa (1883-1939).

A libertação no Ceará da população escrava.

t. XLVIII, 185-188.

— SOUSA, Eusebio Neri Alves de (1883-1947).

Pela historia do Ceará.

t. XLIII-XLIV, 242-268.

— Um quadro historico.

t. XLIX, 7-20.

**Escriptura de contracto da obra da Capella Mor de Fortaleza.**

t. XII, 214-216.

Documento oferecido pelo Dr. Guilherme Studart Datado de 12-1-1795.

**Escriptura de doação a Nossa Senhora dos Prazeres Da Real Villa de Soure**

t. X, 215-216.

Datada de 8-11-1816. Doação feita por Francisco Barroso de Sousa e sua mulher, D Maria d'Assunção Taboza.

**Escriptura de doação de terra feita à Irmandade de S. José pelo Alferes Antono Rodrigues. (Off. pelo consocio Dr. Barão de Studart).**

t. XX, 176-178.

**Estação metereologica de Quixeramobim**

t. XXIX, 348-350.

Transcrevem-se os comunicados dos anos de 1909 a 1914, dando-se a precipitação, o número de dias de chuva e o total em milímetros da chuva caída.

**Estatistica dos principaes artigos exportados pelo porto de Fortaleza nos ultimos 50 annos. (Organizada pelo Dr. Guilherme Studart).**

t. X, in fine.

Vai dos anos 1845-1846 a 1895 e inclui o algodão, café, açúcar, borracha, cêra, peles e couros.

**A Estatua de D. Pedro II na cidade de Fortaleza**

t. XXIX, 351-353.

Transcreve-se a ata do assentamento da pedra fundamental do monumento a D. Pedro II na cidade de Fortaleza, datada de 24-8-1913.

**Estatutos da freguezia de N. S. do Rosario das Russas concordados em 29 de setembro de 1761.**

t. XV, 88-92.

Da coleção Studart.

**Estatutos do Instituto do Ceara.**

t. I, 9-11.

**Estatutos do Instituto do Ceará.**

t. XLIII-XLIV, 5-12 (sic).

Por engano de paginação, êstes Estatutos, que deviam estar numerados de V a XII, figuram como 5-12, intercalados dentro de um estudo sôbre José de Alencar, que ocupa da p. 1-19.

**Estatutos do Instituto do Ceará**

t. XLVII, 6.

Transcrição do art. 1º do cap. I, Da Sociedade e seus fins.

**Estatutos do Instituto do Ceará. (Reforma).**

t. LIII, 273-282.

**Estatutos do Instituto do Ceará. (Reforma).**

t. LVIII, 5-13.

**Estatutos do Instituto do Ceará.**

t. LXIV, 456-464.

**Etnografia**

— SERAINE, Florival

Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses.

t. LXV, 28-40.

— Treslado de hua proposta que se pos en junta sobre a guerra que se ha de dar aos Bayaquus A Rogo dos principais da Aldeya da parangaua como tam bem a peditorio da nação dos jogiribaras.

t. II, 151-156.

**Etnologia**

— BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa, sobrinho (1880- ).

Lendas mehin.

t. XLIX, 189-217.

— Tapuias do Nordeste.

t. LIII, 221-235.

— Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman.

t. XLVIII, 7-28.

— Vocabulario dos indios mutuans do Yamundá

t. L, 69-77.

— STUDART, Carlos, filho (1896 ).

Antiguidades indígenas do Ceará

t. XLI, 167-221; t. XLVI, 105-118.

— O uso dos metaes na America prehistorica.

t. XL, 213-238.

— Contribuição para a ethnologia brasileira. As tribus indigenas do Ceará.

t. XL, 39-54.

**Exame de Pilotos, no qual se contem as regras que todo Piloto deve guardar em suas navegações... Com os Roteiros, de Portugal para o Brazil, Rio da Prata, Guiné, San Thomé, Angolla, e Indias de Portugal e Castella. Composto de ...Figueiredo... Em Lisboa, impresso por Vicente Aluares, Anno 1614.**

t. III, 223-225.

Trata-se de roteiro raríssimo, impresso em 1614, por Vicente Álvares. O autor, cosmógrafo-mor, faz a derrota da Costa do Brasil pela parte norte.

Foi o mesmo oferecido por cópia ao Instituto pelo Dr. Guilherme Studart,

que o colheu da Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

**Excavações.**

t. XLI, 55-61.

Documento importante para a história econômica. Contém a arrematação de um escravo e de 30 vacas em 1792, na então Vila Nova del Rei (Campo Grande), para pagamento a Nossa Senhora da Paz, padroeira da vila. Transcreve a petição, a certidão de pagamento da dívida, o recibo e as esmolas, assim como o têrmo de conciliação.

**Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará**

t. XVII, 141-175.

Embora não se diga quem colig.u os extratos aqui publicados, tudo faz crer que tenha sido o Barão de Studart. São os seguintes os excertos publicados: 1) Fernão Guerreiro, "Relação anual dos Padres da Companhia de Jesus" Das cousas do Brasil, 1606 e 1607 (p. 141-145)' 2) Inácio de Tolosa sôbre Francisco Pinto (p. 145-146); 3) Diogo de Campos Moreno, "Jornada do Maranhão" (p. 146-147); A "Jornada" era até então inédita. Foi publicada por Cândido Mendes de Almeida nas Memórias para servir o extinto Estado do Maranhão; 4) Cláudio d'Abbeville, História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças (p. 147-155); 5) Notícia sumária da vida do bendito mártir o Padre Francisco Pinto. Capítulo 2º do Código c. 15. 2-11 da Biblioteca Eborense (p. 156-159); 6) Frei Vicente do Salvador, Histó ia do Brasil, então inédita, editada integralmente por Capistrano de Abreu (p. 159-161); 7) Padre Antônio Vieira, Relação da Missão da Serra de Ibiapaba, publicada em Obras Várias, 1856-1857 (p. 161-164); 8) Padre João Felipe Betendorff, Crônica da Missão da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão. Capítulo 13, livro 1º, então inédita, hoje publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. CLXXII, 1ª parte, 1910, (p. 164-168); 9) Bernardo Pereira de Berredo, Anais Históricos do Estado do Maranhão (p. 168-169); 10) Ménologe de la Compagnie de Jesus par le P Elesban de Guilhermy de la même Comp Assistance de Portugal (p 169-170); 11) Patrignani, Menologie (p. 171-175).

**Exército colonial**

— Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará. Colleção Studart.

t. XXXVI, 97-230.

Os documentos 370, 398 e 413 dizem respeito ao exército colonial.

**Expansão holandesa para o Brasil**

Extractos do manuscripto de Hessel Gerritsz publicado nos Annaes da Biblio. Nac. do Rio de Janeiro (1907)

t. XXVI, 3-14.

**Expedição ao Piauí e Maranhão**

— Apontamentos para a chronica do Ceará. A Junta de Delegação Expedicionaria do Ceará e Piauhy e Maranhão. 1823.

t. XX, 112-142.

**Expedição do Ceará em auxilio do Piauhi e Maranhão. (Documentos com nota introdutória de Tristão de Alencar Araripe).**

t. XXVII, 243-248

Embaraçada a proclamação da Independência no Piauí e Maranhão por adversários dela, o Ceará, pelo seu govêrno provisório, decidiu mandar uma expedição

de auxílio àquelas províncias, sob as ordens de José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. O A. conta essa expedição e o assédio de Caxias, até a rendição de José da Cunha Fidié, em 1º de agôsto de 1823. Para melhor conhecimento da ação do Ceará, Araripe publica os seguintes documentos: 1) Deliberação do Govêrno Provisório do Ceará 2) Correspondências Oficial da Junta expedicionária. 3) Peças oficiais concernentes ao assédio e rendição de Caxias. A pequena introdução de Araripe é datada do Rio, 29-3-1885. Em nota final se diz que os diversos outros documentos podem ser lidos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 48, 1885.

**Exportação. 1821.**

— Commercio da praça de Lisboa com o Ceará no anno de 1821.

t. IX, 141-142.

Oferecido pelo Dr. Guilherme Studart. Mapa estatístico da importação e exportação no Ceará no ano de 1821, com o número de entrada e saída dos navios para Lisboa e de Lisboa. Contém as produções das fábricas do Reino.

**Exportação. 1845-1895**

— Estatistica dos principaes artigos exportados pelo porto de Fortaleza nos ultimos 50 annos. (Organizada pelo dr. Guilherme Studart).

t. X, in fine.

Vai dos anos 1845-1846 a 1895 e inclui o algodão, café, açúcar, borracha, cêra, peles e couros.

**Extracto curioso de um registro do livro da Camara do Aracaty**

t. XV, 117.

É datado de 29 de dezembro de 1814 e nêle se regista a "Queda do intruso Imperador da França, o Tirano Napoleão". É assinado pelo vereador José da Fonseca Silva e os demais vereadores atestam que estão de acôrdo com o assento.

**Extracto da narrativa de Lord Cochrane, Conde de Dundonald e Marquez do Maranhão, na parte relativa ao Ceará.**

t. XII, 61-64.

**Extracto do Regimento de Pilotos e Roteiro da navegação e conquistas do Brazil, Angola, S. Thomé, Cabo Verde, Ilha e Indias Occidentais Pello Dezembargador Antonio de Mariz Carneiro... Publicado por Manoel da Silva. Anno 1655.**

t. III, 226-231.

É opúsculo raríssimo. O Extrato compreende a parte referente ao Maranhão (Ceará).

Foi oferecido ao Instituto pelo Dr. Guilherme Studart, que o copiou na Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

**Extractos da Chronica da Missão da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão pelo Padre João Pelippe Berendorff.**

t. XX, 37-52.

**Extractos do livro inedito do Padre Francisco Telles de Menezes Lima, na parte relativa ao Ceará (Dos apontamentos para a Chronica do Ceará, pelo Senador Pompeu).**

t. XXIII, 337-358.

**Extractos do manuscripto de Hessel Gerritsz publicado nos Annaes da Biblio. Nac. do Rio de Janeiro. (1907).**

t. XXVI, 3-14.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1902, adquiriu do livreiro B. Quaritch uma coleção organizada por Hessel Gerritsz. Continha a mesma várias

informações colhidas de livros de viagens, diários, apontamentos fornecidos por naturais, etc. São valiosos subsídios para a história da geografia brasileira da época e para a história da expansão holandesa para o Brasil. Foram publicados pelos **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. 29, 1907, p. 158-179. São os seguintes os documentos e extratos aqui reproduzidos: 1) Journal de Jan Bautista Syens, d'Amsterdan (de son voyage) à Moucuru em 1600, p. 3-6; Description de la côte septentrionale du Brésil d'aprés le journal de bord du trafiquant Hendryck Adriaenssen Cluyt, d'Ackersloot, du voyage fait en 1610, p. 6-8; Declaration de Cajonen, Caspar Paracupaba, etc, p. 8-14; Extrait d'une carta française d'entre le documents que la Compagnie a reçus du dossier de D. V. Plancius, p. 14.

**Extractos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835. Do itinerario do presidente José Mariano em 1832. Breve noticia sobre a capitulação do Juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre antiguidades do Cariri. Colligidos nos archivos do Icó, Aracaty, Fortaleza, etc., pelo Dr Theberge,**

t. XXV, 222-285.

O Dr. Theberge resume o que de mais importante encontrou nos assentos, destacando-se uma noticia sôbre preços em 1738 e 1739, notas relativas à Confederação do Equador, à revolta de Pinto Madeira, em 1832. À p. 281, observações do Dr. Théberge resumindo alguns dados econômicos encontrados em inventários. A seguir a derrota do presidente José Mariano em 1832, tirada do livro da expedição do Cariri (p. 282-285).

**Extrangeiros e Ceará. Pelo Barão de Studart**

t. XXXIII, 239-248; t. XXXIV, 351-358; t. XXXVI, 381-389

**FACÓ, Roanerges.**

— Discurso ao ser recebido como sócio.

t. LXV, 279-289.

— Fastos do Ceará.

t. LXVIII, 261-265.

**Crônicas sôbre Fre. Miguel de Santa Teresa e a sêca de 1790-1793.**

**Facsimiles das assignaturas do Presidente e membros da Commissão Militar do Ceará que condemnou à morte os martyres de 1824.**

t. esp. 1924, 539.

**FALCÃO, Waldemar Cronwell do Rêgo** (1895-1946)

— Registro bibliográfico.

t. XLVII, 215-220

Nota bibliográfica sôbre o livro de Waldemar Falcão **A conversão da divida externa dos Estados e Municípios**, assinada por A. F. (215).

**O fallecimento de Antonio Bezerra e a imprensa cearense.**

t. XXXV, 354-367.

Transcrição de noticias publicadas no **Correio do Ceará** e na **Tribuna**, de 29-8-1921; **Correio do Ceará**, **Diário do Ceará** e **O Imparcial**, de 30-8-1921; **Correio do Ceará** de 31-8-1921 e **Diário do Ceará** de 8-9-1921.

**FARIA, Manoel Severim de** (1583-1655).

— SILVA, Innocencio Francisco da

Notas bio-bibliographicas. D. Fr. Christovão de Lisboa e Manoel Severim de Faria.

t. XXIII, 309-315

**FARIAS BRITO vide BRITO, Raymundo Farias** (1862-1917).

— Fastos do Ceará. Por Boanerges Facó.

t. LXVIII, 261-265.

**Fauna cearense**

— ROCHA, Dias da

Subsídio para o estudo da fauna cearense. (Catálogo das espécies animais por mim coligidas e notadas)

t. LXII, 102-138; t. LXIV, 284-313; t. LXVIII, 195-204.

**FAZENDA, José Vieira**

— Ventre livre.

t. XXI, 33-38.

Trata-se de um comentário ao trabalho do Barão de Vasconcelos sôbre Pedro Pereira da Silva Guimarães ( -1876), deputado cearense que teve a iniciativa de propor no Parlamento a abolição. Transcreve o projeto apresentado em 20-3-1850 pela terceira vez apresenta o projeto, sendo novamente rejeitado. O artigo é baseado exclusivamente no trabalho do Barão de Vasconcelos e é datado do Rio de Janeiro, 8-10-1906.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXXIV, 364-368.

Necrológio do Dr José Vieira Fazenda, o 365-368.

**Febre amarela**

— ABREU, Cruz.

Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 18º presidente, dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego (de 9 de julho de 1851 a 28 de abril de 1853).

t. XLVIII, 173-184; t. XLIX, 101-160.

**FEIJÓ, João da Silva** (1760-1824).

— Memoria economica sobre o gado lanigero do Ceará.

t. XXVIII, 367-397.

João da Silva Feijó, naturalista e estudioso do Ceará, membro da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira e autor de vários trabalhos, alguns dêles publicados nesta Revista, declara nesta Memória que o clima do Ceará é muito apto para a criação de ovelhas. Estuda o proveito que se pode tirar dessa criação e dá uma idéia geral das diferentes raças e da qualidade da lã, bem como do tratamento indicado para sua prosperidade. Dedica um capítulo à organização dos novos rebanhos.

— Memoria sobre a Capitania do Ceará, escripta de ordem superior pelo Sargento-mór João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S.A.R. das investigações philosophicas da mesma.

t. III, 3-27.

Descrição geral da capitania do Ceará, dividida em três partes: corográfica, física e política. Fala na localização de várias minas, da composição da população, sua distribuição, costumes e trabalhos de aproveitamento das salinas. Sugere medidas de reflorestamento e proteção à agricultura, assim como a introdução de espécies novas. A memória é anotada por Pauline Nogueira Borges da Fonseca, que providenciou sôbre a sua publicação na **Revista**.

— Memoria sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará.

t. XXVI, 364-371.

Em nota introdutória à publicação dessa Memória, o Barão de Studart diz que

ela parece ser a citada pelo professor Caminhoá com nome diferente e incluída na lista bibliográfica feita por Paulino Nogueira Borges da Fonseca e publicada no t. II, 1888, desta Revista, quando escreveu a biografia de Feijó. É documento valioso para a história natural brasileira e especialmente do Ceará.

— ABREU, Silvio Froes de

O salitre no Ceará.

t. XXXVI, 172-177.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

O naturalista João da Silva Feijó.

t. II, 247-276.

FEITOSA, Carlos

— A descendência de Antônio Leite de Chaves e Melo.

t. LXVIII, 155-177.

Estudo genealógico. Não fornece as datas extremas do chefe da famíl'a e, às vêzes, dos seus descendentes.

**FEITOSA, Família**

— FEITOSA, Leonardo.

Para a historia do Ceará.

t. XLIII-XLIV, 281-296.

Estudo genealógico da família Feitosa.

**FEITOSA, Leonardo**

— O Coronel Manoel Martins Chaves.

t. XLII, 21-32.

Procura restaurar a memória do Coronel Manoel Martins Chaves, grande potentado da Ribeira do Acarau, prêso por João Carlos Augusto Oeynhausen e Gravenburg, futuro Marquês de Aracati e enviado prêso para Portugal. Diz que êle foi homem honesto e acrescenta que o chefe da família Feitosa não era Martins Chaves, como se escreve comumente, mas o Capitão-mor José Alves Feitosa. Manuel Chaves é acusado por outros cronistas como um dos principais criminosos da história criminal do Ceará.

— História e genealogia.

t. XLVII, 126-132.

O A. trata a descendência de Jerônimo de Albuquerque, especialmente no Ceará. É artigo de valor secundário nas fontes e na documentação.

— Para a historia do Ceará.

t. XLIII-XLIV, 281-296.

O autor estuda a genealogia da família Feitosa cujo sobrenome, acrescenta, deve provir não da cidade dessa denominação, existente em Portugal, mais sim da família Feitosa existente em Portugal. João Alves Feitosa, origem da grande família cearense, foi Capitão-mor: O autor ajunta duas árvores genealógicas.

**FERNANDES, Alvaro Octacilio Nogueira** (1873- ).

— Etiologia physiographica das seccas. Summa meteórica.

t. LI, 163-166.

O A. pensa que "o regime pluvial do Ceará está em função fisiográfica dos baixos relevos da topografia nordestina, semi-desertica, de base arqueana superficial ou aflorante, centro estival de irradiação calorífica". Esta a razão das sêcas, segundo o autor.

**COSTA, Antonio Theodorico da** (1861-1939).

— Amerasia ou Mesopotamia brasileira. Carta
t. XXXV, 334-338.

**FERRARIO, Benigno**

— Não confundamos.
t. LV, 55-62.

O A. refuta as objeções que o Dr. Jorge Bertolaso Stella fêz num folheto intitulado **Carta Glotológica em defesa do monogenismo linguístico**, ao seu artigo publicado na **La manana de Montevidéu**, de 20-1-1937, criticando o livro de Antônio **Portnoy Estado actual del estudio de las lenguas indigenas que se hablaron en território hoy** argentino, publicano em Buenos Aires, 1936. O A. declara no final do artigo que tanto a poli como a monogênese das linguas são hoje artigos de fé.

**FERRAZ, Luiz Antonio**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).
Geographia do Ceará.
t. XXXVII, 160-384.

Dados biográficos do Tenente-Coronel Luiz Antônio Ferraz, que governou o Ceará de 1889-1891, o 228-229.

**FERREIRRA, Antonio Rodrigues** (1801-1859)

— FONSECA, João Nogueira Borges da (1842-1908).
O Ferreira boticario.
t. LVI, 79-82.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).
Vida de Antonio Rodrigues Ferreira.
t. I, 13-51.

**FERREIRA, Carlos**

— Auto de vistoria feito no local em que foi ferido o Capitão de infantaria Carlos Ferreyra, governador interino do Ceará (1708).
t. VI, 179-180.
Documento oferecido por Guilherme Studart. É datado de 13-8-1708.

— Tentativa de assassinato do governador interino Carlos Ferreira. Auto de vistoria na pessoa do offendido.
t. VI, 215-216.
Documento oferecido por Guilherme Studart. É datado de 13-8-1708.

**FERREIRA, Pedro**

— Ceará versus Piauhy. (Em torno de um officio).
t. XXXV, 156-159.

Critica as asserções do senador piauiense, Dr. Abdias Neves, no jornal de Teresina, **O Nordeste**, sôbre os limites entre o Ceará e o Piauí, defendendo o direito de posse do primeiro sôbre a área da Serra da Ibiapaba, referida por Abdias Neves. É datado o trabalho de Ibiapaba, setembro de 1920.

**Uma festa em Fortaleza no tempo do governador Sampaio.**
t. XIV, 271-274.

Descrição datada de Fortaleza, 16 de outubro de 1817, oferecida pelo Dr. Ferreira Santiago. Descreve a festa realizada a 12 de outubro de 1817, data do aniversário do Príncipe D. Pedro I o gvernador Sampaio á Manuel Inácio de Sampaio e Pina, que dirigia a capitania de 1812 a 1819.

**FIALHO, José Antonio de Abreu** (1874-1940).

— Os mortos do Instituto em 1940.
t. LIV, 283-287.

Regista-se o falecimento, entre outras pessoas, do Dr. José Antônio de Abreu Fialho.

**FIGUEIRA, Gaston**

— El poeta pernambucano Oliveira e Silva.

t. LIII, 262-270.

Artigo em língua espanhola comentando a obra de Oliveira e Silva, Horizonte (1922), Poema de Humildade (1924) e Vôo Interrompido (1930). Transcreve o conto do Natal, Pequena oração e Cristo nasceu. A cronica é datada de Montevidéu, dezembro de 1939.

**FIGUEIRA, Luís, padre (1574/75?-1643).**

— Relação do Maranhão, 1609 pelo jesuita Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva.

t. XVII, 97-140.

Descrição feita pelo padre Figueira de sua viagem ao Ceará. É o documento mais antigo que existe sôbre a história do Ceará, segundo a opinião autorizada do Barão de Studart, que o publicou. Foi o jesuíta van Meurs, do Limburgo holandês, que o enviou ao Barão, de ordem de seus superiores em Roma.

Há um diálogo entre o padre Figueira e o índio Cobra Azul, em que se encontra uma referência ao modo incorreto e desumano de Pero Coelho para com os índios. Da p. 138-140 encontra-se uma carta do Pe. Figueira sôbre as dificuldades da Missão do Maranhão.

Há na Relação referências a alguns costumes dos índios.

— ABREU, João Capistrano de

Tricentenário do Ceará.

t. XVIII, 57-69.

— Da missão que fizerão o padre Francisco Pinto e o padre Luiz Figueira ao Rio do Maranhão.

t. XVI, 249-254.

Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará. (Colleção Studart).

t. XXIV, 215-399.

— Excerptos de varios autores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará

t. XVII, 141-175.

Para a enumeração dos autores e obras de que foram tirados os excertos, vide a entrada principal.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).

O Padre Francisco Pinto ou a primeira catechese de Indios no Ceará.

t. XVIII, 5-49.

— JUVENCIO, Joseph

Luiz Figueira e Francisco Pinto

t. XXIII, 64-65.

— LISBOA, Christovam de, frei

Três cartas de Frei Christovam de Lisboa dirigidas ao irmão Manoel Severim de Faria. (Da Colleção Studart).

t. XXIII, 316-333.

— Sobre hu memorial que fes Luiz figrª Religioz da Companhia de Jesus sobre as cousas tocantes a conquista do Maranhão. (Da Colleção Studart).

t. XX, 324-338.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Francisco Pinto e Luiz Figueira. O mais antigo documento existente sobre a historia do Ceará.

t. XVII, 51-96.

**FIGUEIREDO, Afonso Celso de, visconde de Ouro Prêto (1837-1911)**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXVI, 382-395.

Dados biográficos do Visconde de Ouro Prêto, p. 389-391.

**FIGUEIREDO, Bruno, da Silva Rodrigues padre (1852-1930.**

— Os primeiros bispos do Ceará.

t. XXXII, 71-73.

Trata-se de um apenso ao opúsculo "Os primeiros bispos do Ceará". É datado de 30-8-1917, e justifica a afirmação do folheto sôbre a eleição do vigário capitular do Ceará.

— Monsenhor Bruno Figueiredo.

t. XLV, 195-198.

Necrológio de Monsenhor Bruno Figueiredo, com dados bio-bibliográficos.

**FIGUEIREDO, Fidelino de**

— BRASIL, Thomás Pompeu de Sousa, sobrinho (1880- ).

Parenthese geographico.

t. XLVI, 137-176.

Trata-se de crítica ao livro de Fidelino de Figueiredo **Parêntesis anti-geográfico**. A análise não é ordenada, clara e bem fundamentada.

— Registro bibliographico.

t. XLIII-XLIV, 364-374.

Notícia bibliográfica da obra **Notas para o idearium português de Fidelino de** Figueiredo, assinada A.B. (364-365).

**FIGUEIREDO, Manoel de**

— Exame de pilotos, no qual se contem as regras que todo piloto deve guardar em suas navegações... Com os roteiros de Portugal para o Brazil, Rio da Prata, Guiné, San Thomé, Angolla, e Indias de Portugal e Castella. Composto por Manoel de Figueiredo... Em Lisboa, Impresso por Vicente Aluares, Anno 1614.

t. III, 223-225.

Trata-se de roteiro raríssimo. O autor, cosmógrafo-mor, faz a derrota da Costa do Brasil pela parte norte.

Foi o mesmo oferecido por cópia ao Instituto pelo Dr. Guilherme Studart, que o colheu na Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

**FILGUEIRAS, José Pereira**

— Officio de José Pereira Filgueiras ao Governador das armas de Pernambuco.

t. X, 454-457.

Datado de 1-5-1824. Relata a posse e deposição de Pedro José da Costa Barros no govêrno da Provincia, a convocação da Câmara e a eleição de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe para a chefia do govêrno

— MARTINS FILHO, Antônio.

Filgueiras e o Exército Libertador.

t. LIX, 234-239.

— PINHEIRO, Irineu.

Um baiano a serviço do Ceará e do Brasil.

t. LXV, 5-27.

**Fins do Instituto do Ceará**

t. esp. 1938, 4; t. XLVIII, 6; t. XLIX, 6; t. L, 6; t. LI, 4; t. LII, 6; t. LIII 2; t. LIV, 4; t. LV, 4; t. LVI, 4.

**FLETCHER, J. C.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

O Barão faz sérias objeções à obra **Brazil and the Brazilians**, de Kidder e Fletcher às p. 204-205. No t. XXXIV, 352, o Barão dá pequena notícia dos dois autores.

**Flora cearense**

t. XV, 109-110.

Reprodução d'A República de Fortaleza, 1900. Trata-se da reprodução de uma lista de fetos da serra de Baturité, extraída da tradução de um trabalho em que o Dr. Hermann Christ, de Basiléia, determina cientificamente 47 espécies de indivíduos da flora tropical, colecionados pelo Dr. J. Huber quando de sua visita ao Ceará. A tradução foi publicada no **Boletim do Museu Paraense**, fevereiro de 1901, sob o título "Materiais para a flora amazônica".

— BRAGA, Renato.

Plantas do Ceará.

t. LXII, 21-62; t. LXIII, 145-175; t. LXIV, 95-141; t. LXV, 229-256.

— ROCHA, Dias da

Subsídio para o estudo da flora cearense.

Catálogo das espécies vegetais por mim coligidas.

t. LX, 226-253.

**FOEPPEL, Guilherme Conceição (1867-1914).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-193?).

Os mortos do Instituto.

t. XXIX, 361-398.

Dados biográficos do Dr. Guilherme Conceição Foeppel, p. 386-394.

**FOEPPEL. (Guilherme da Conceição Foeppel)**

t. XXIX, 244-248

Transcrição do **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro, dando uma notícia do Dr. Guilherme da Conceição Foeppel (1867-1914), que há pouco havia falecido na Bahia. Veja-se a biografia escrita pelo Barão de Studart neste mesmo volume, da página 386 a 394.

**Folclore**

— ANDRADE, Francisco Alves de

O pioneiro do folclore no Nordeste do Brasil

t. LXII, 243-265.

— MAGALHÃES, José

Previsões folclóricas das sêcas e dos invernos no Nordeste brasileiro.

t. LXVI, 253-268.

— MARTINS, Fran

Discurso ao ser recebido como sócio.

t. LXII, 399-418.

— SERAINE, Florival

Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses.

t. LXV, 28-40.

— Reisado no interior cearense.

t. LXVIII, 31-83.

— SILVA, Antonio Martinz Aguiar e (1893- )

Cirandas infantis. (Letra e notas filológicas e linguísticas).

t. XLVII, 3-24.

**Fonética do português do Ceará. Por Martinz de Aguiar.**

t. LI, 271-307.

**FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da (1718-1786).**

— OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de (1854-1929).

Os secretários de Borges da Fonseca.

t. X, 134-141.

Trabalho de crítica ao publicado pelo Barão de Studart no t. IX, 1895, da Revista. Para um comentário completo, vide a entrada do autor.

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e seu governo no Ceará.

t. IV, 189-234.

— Os sucessores de Borges da Fonseca.

t. V, 232-235.

**FONSECA, Faustino da**

— TESCHAUER, Carlos, padre.

Será discutível a propriedade dos Portuguêzes no descobrimento da América

t. XVII, 5-32.

**FONSECA, João Nogueira Borges da**

— Adivinhos.

t. LI, 315-319.

Crônica sôbre o dom divinatório dos poetas. Refere-se depois ao poeta Antônio Antunes, que floresceu pelos anos de 1840 e a quem se atribuem uns versos sôbre a não construção do trapiche que se pretendia erigir na praça.

— A chegada dos caboclos.

t. L, 115-118.

Discorre sôbre a peregrinação dos caboclos da Parangaba à cata de esmolas para a festa do Bom Jesus, orago daquela vila. Êrses caboclos são descendentes remotos dos índios Algodões, que foram aldeados pelos padres Francisco Pinto e Luís Figueira.

— Cidade de Fortaleza.

t. LVI, 147-152.

O A. dá uma lista dos nomes atuais e antigos das praças e chafarizes da cidade de Fortaleza. Dá ainda antigas denominações de alguns trechos da cidade. Fala dos paióis da pólvora, dos frades de pedra, da arborização e de usos antigos.

— Os congos.

t. XLVIII, 89-100.

O autor descreve os congos, folguedos que se realizavam por ocasião do Natal, e mostra as diferenças entre êles e o auto dos "Cucumbys" usuais na Bahia e no Rio de Janeiro.

— D. Barbara e o Governador Sampaio

t. XLII, 106-113.

Noticiando uma homenagem prestada à memória de D. Bárbara de Alencar, João Nogueira, filho de Paulino Nogueira Borges da Fonseca, transcreve um

trabalho dêste que êle fêz publicar no **Correio do Ceará** de 1-7-1915, e no qual o A. trata da prisão de D. Bárbara e do comportamento do Governador Sampaio. Termina com um pequeno comentário sôbre a honradez dêsse Governador. No fim ocorre a data 29-4-28.

— Enterros no tempo antigo

t. XLVIII, 75-81.

O autor conta que, até 1848, os enterramentos em Fortaleza eram feitos nas igrejas ou em seus arredores. Naquele ano foi inaugurado o cemitério do Croatá e os enterramentos passaram a ser feitos ali. São relatadas as cerimônias do entêrro, luto, visitas, sacramento **in articuli mortis**, a forma dos convites para os enterros etc.

— O Ferreira boticario.

t. LVI, 79-82.

O A. lembra o sepultamento do boticário Antônio Rodrigues Ferreira (1801-1859), no cemitério de São João Batista, por iniciativa sua. Diz que assim quis completar a obra de seu pai, Paulino Nogueira, que, escrevendo a biografia de Ferreira, salvou seu nome de um esquecimento imerecido. Transcreve o discurso que pronunciou por ocasião da trasladação dos restos de Ferreira para o novo jazigo.

— Iluminação de Fortaleza.

t. LIII, 141-146.

Tratam-se de três pequenos e breves estudos sôbre a era do azeite de peixe, e do gás carbônico e a da eletricidade com fios; a primeira iniciada a 1-3-1848, a segunda a 17-9-1866 e a terceira a 10-10-1933. Artigo valioso para a história do desenvolvimento material do Ceará.

— O Passeio Publico. Ad Senlores Fortalexienses.

t. XLVII, 221-226.

Transcrito na parte dedicada a "Notas e Transcrições"

— Raymundo Candido de Queiroz.

t. XLIX, 161-164.

Relata que Raimundo Cândido de Queirós, em estado de grande pobreza, recusou um emprêgo que o obrigaria a abandonar a amizade do Conselheiro Rodrigues Junior e louva a sua honradez e inteligência.

— O terço do Cruzeiro.

t. LII, 35-39.

Crônica sôbre o costume popular observado em Fortaleza, nas noites de segunda-feira, quando acendem velas votivas e rezam em silêncio, em frente ao Cruzeiro da Sé, pessoas do povo.

**FONSECA, Julio Cesar da, filho (1856-1931)**

— O Ceará e a proclamação da República.

t. XXXVIII, 342-354.

O A., refutando o que escrevera no **Correio do Ceará** Antônio Sales, sôbre a proclamação da República no Ceará, acontecimento de que participou, narra pormenorizadamente os sucessos do dia 16 de novembro de 1889. Numa segunda parte, sob o título "Novíssima Verba", responde a uma carta anônima, reafirmando o que dissera antes e confirmando que recusara o lugar de chefe da segurança pública. Escreve sôbre o que entende por República e critica os erros cometidos no Brasil durante a mesma. É artigo valioso pelo fato de ser o autor participante dos acontecimentos.

— Discurso.

t. esp. 1924, 11-20.

Discurso em que fala especialmente da República do Equador. Essa sessão foi comemorativa do 1º centenário do jornalismo cearense.

— Discurso.

t. esp. 1924, 601-612.

Discurso pronunciando na sessão comemorativa do primeiro centenário da adesão do Ceará à Confederação do Equador.

— Discurso.

t. III, 113-117.

Proferido como orador do Instituto, na sessão de 12 de março de 1889, quando tomou posse o sócio Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

— Discurso funebre... na sessão solemne commemorativa do fallecimento do consocio e thesoureiro dr. José Sombra.

t. II, 93-98.

Contém alguns dados biográficos do falecido.

— Discurso proferido pelo orador official Julio Cezar da Fonseca Filho, por occasião da inauguração da estatua do General Tiburcio a 24 de maio de 1893.

t. XXXIV, 140-145.

Discurso proferido na inauguração da estátua do general Tibúrcio Ferreira de Sousa.

— Discurso pronunciado... em 11 de agôsto de 1924, por occasião da commemoração solemne da inauguração dos Cursos Juridicos, promovida pela Faculdade de Direito.

t. XXXVI, 3-14.

— Discurso pronunciado... em 13 de abril de 1926, por occasião da sessão commemorativa do bi-centenario da fundação da cidade de Fortaleza, sessão solemne promovida pela respectiva Camara Municipal.

t. XL, 239-248.

Discurso sem conteúdo histórico.

— Em torno da abolição.

t. XXXVIII, 355-360.

No Diário do Ceará, de 13-10-1920, escreveu-se que o Dr. Justiniano de Serpa não fôra membro fundador do Centro Abolicionista e que êste se originara do antagonismo à Libertadora Cearense. O A. procura refutar ambas as afirmações. Uma nota da redação esclarece que, por razões que não convém externar, o artigo deixou de ser publicado na época.

— Resposta ao sr. Rodolpho Theophilo.

t. XLIX, 220-225.

Nessa resposta, o A. diz ter sido sempre abolicionista. Artigo transcrito em "Notas e transcrições".

— Julio Cesar.

t. XLVI, 245-246.

Nota sôbre o passamento de Julio César da Fonseca Filho.

**FONSECA, Luís da**

— Relazione inviata dal P. Ludovico Fonseca al R. P. Everardo Mercuriano, Prof. Gen. dell C. de G. (Documento da Colleção Studart).

t. XXIII, 17-63.

O padre Luís da Fonseca foi o primeiro Vice-reitor do Colégio da Bahia e, mais tarde, em 15 de agôsto de 1584, foi nomeado Reitor. Seu reitorado foi a época

mais crítica do Colégio. Foi a Roma em 1593 para participar da Congregação de Procuradores. Depois de ter negociado assuntos do Brasil, faleceu em Madrid, em junho de 1594.

Esta carta anua de 17 de dezembro de 1576, cujo original se encontra no Arquivo da Sociedade de Jesus, em Roma (Brasilia, 15, 1549-1595, p. 288-296), é aqui publicada pela segunda vez. Foi a seguir reimpressa pelo Barão de Studart em **Documentos para a História do Brasil**, II, p. 17-63, Fortaleza, 1909.

Contém variada e ampla informação sôbre o Colégio da Bahia, Prefeitura de Pôrto Seguro, Colégio do Rio de Janeiro, Prefeitura de São Vicente de Piratininga, Espírito Santo e Pernambuco. Foi traduzida para o francês em 1580, em **Lettres du Iappon, Pery et Bresil**, Paris, p. 73-79. No capítulo referente ao Rio de Janeiro, descreve o A. a expedição de Antônio de Salerme ao Cabo Frio, em que desbaratou os tamoios ali fortificados. Capistrano de Abreu utilizou-se da tradução francesa desta Relação para compor uma magnífica narração daquela trágica jornada, onde mais de dois mil índios foram mortos e quatro mil feitos prisioneiros. Rodolfo Garcia reproduz essa narração (**História Geral do Brasil**, de Varnhagen, I, 477-478) e indica as reimpressões dêsse resumo de Capistrano de Abreu.

**FONSECA, Paulino Nogueira Borges da (1842-1908).**

— Aditamentos ás biographias do padre Gonçalo e do coronel Andrade.

t. III, 204-210.

Aditamentos e retificações às biografias do Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó e do Coronel João de Andrade Pessoa Anta, escritas pelo Major João Brígido. Publica o A. a carta de despedida do Coronel Andrade, datada de 28 de abril de 1825, seu testamento e o codicilo (p. 210-222). Informa que o trabalho do Major João Brígido foi transcrito no **Diário de Pernambuco**, de 29 de janeiro de 1866, e refutado no dia seguinte pelo Conselheiro Tristão de Alencar, no Jornal de Recife, na parte referente ao Senador José Martiniano de Alencar.

— A administração Homem de Mello e a Revista do Instituto do Ceará.

t. X, 96-105.

Transcrição feita por Paulino Nogueira da carta que lhe endereçou o Barão Homem de Melo a propósito do artigo de Antônio Bezerra de Menezes, "Descrição da cidade de Fortaleza". Reclama contra a completa omissão que nela se dá de tudo quanto fêz a administração Homem de Melo, que promoveu vários melhoramentos e a criação de várias instituições naquela capital. Resume os principais serviços prestados durante seu govêrno. A carta é datada de 25-2-1896. O Barão Homem de Melo governou a Província do Ceará de 1865 a 1866.

— Carta ao comendador dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.

t. X, 330.

O Presidente do Instituto do Ceará comunica ao Presidente do Estado a mudança de sede (ofício datado de 25-7-1896).

— O Coronel José Antonio Machado injustamente accusado pelo Presidente Coronel Antonio de Sales Nunes Berford. (Sécca de 1825 a 1827).

t. IX, 291-329.

Trabalho escrito em contradita ao "Juizo histórico sôbre fatos do Ceará", do Senador Pompeu, publicado neste mesmo tomo, p. 5-54, na parte referente ao Coronel José Antônio Machado e a sêca de 1825-1827. Transcreve cartas escritas por Berford a Machado, lista dos donativos recebidos para os indigentes e outros documentos inéditos. Conta que, sendo vice-presidente, foi o Coronel Machado designado para substituir Berford no govêrno e resume sua gestão durante quatro

meses. Refere juízos favoráveis a Machado, de Araripe, Théberge e João Brígido dos Santos.

— Discurso.

t. II, 99-102.

Na data da sessão de 17 de maio de 1888 há a transcrição de um discurso de Paulino Nogueira sôbre a extinção da escravidão pela lei de 13 de maio de 1888.

— Execuções de pena de morte no Ceará.

t. VIII, 3-99 e 157-332.

Trata-se de valioso estudo, em que o autor, depois de breves considerações sôbre a pena de morte e de ligeiro histórico sôbre essa penalidade na legislação brasileira, no Código Criminal de 1830 e no de 1890, dá notícia das execuções levadas a cabo na Província. Após curta referência a dois enforcamentos que teriam ocorrido em 1632, ordenados por Domingos da Veiga Cabral, que ficara substituindo Martim Soares Moreno, começa a noticiar, com minúcias, as execuções promovidas pela Comissão Militar em 1825, após o sufocamento da Confederação do Equador. Descreve os últimos momentos do Padre Gonçalo Inácio Loiola de Albuquerque Mororó e do Coronel João de Andrade Pessoa Anta (18-29), os primeiros a serem fuzilados. A seguir, a execução do Tenente-Coronel Francisco Miguel Pereira Ibiapina (29-30), do Major Luís Inácio de Azevedo Bolão (30), do Tenente-Coronel Feliciano José da Silva Carapinima (31-34).

Trata depois do primeiro enforcamento após a promulgação do Código Criminal de 1830 e do Código de Processo Criminal de 1832, na pessoa de Maximiano da Silva Carvalho, assassino comum (1835). Relata as mais execuções havidas na Província, na capital e no interior, de vários escravos, notadamente em Sobral e Icó, (Comissão Matuta, que fêz executar 4 revolucionários vencidos em 1824: Manuel Francisco de Mendonça, escrivão da vila; José Felix, meirinho; Silvestre de tal, liberto; e José Viegas Frazão, de Lavras).

Discute longamente a execução de Joaquim Pinto Madeira, no Crato 1834 (p. 176-258), que ficou considerada como um assassinato jurídico, uma vez que o juiz não aceitou a apelação pedida pelo réu e que era garantida pelas leis em vigor. O A. publica a correspondência oficial trocada a respeito de Pinto Madeira, na época.

Dá também as execuções levadas a efeito em Aracati, em Viçosa, na Granja, em Ipu, São Mateus, São Bernardo das Russas. No final, resume estatisticamente os dados apresentados em seu estudo, quanto ao número de mortos, forma de execução, etc, condenação pela Comissão Militar, pela Comissão Matuta, pelo Júri, ou no domínio do Código Criminal etc. Em aditamento publica a sentença condenatória de uma escrava e o extrato da devassa no processo de Pinto Madeira.

Êste trabalho é uma excelente contribuição à história do direito penal no Brasil, feito com consciência, baseado em documentos, criterioso no julgamento jurídico e na apuração dos dados.

— Fortaleza do Ceará. (Fortificação).

t. II, 121-135.

O A. historia o levantamento da primeira fortificação no Ceará, denominada Fortaleza Lusitana de São Tiago, tendo sido chamada a povoação de Nova Lisboa; situada a légua e meia da capital. Em 1611, Martim Soares Moreno erigiu o reduto de Nossa Senhora do Amparo, e só mais tarde, em 1660, foi fundado o forte de Nossa Senhora da Assunção, insignificante em suas proporções. Por isso, em 1812, foram erigidos os fundamentos do atual forte. O A. conta fatos relacionados com

o mesmo forte, historia a fundação da capela e nomeia os seus comandantes, relatando como o nome de Fortaleza passou à vila, erigida em cidade em 1823. No final aponta os vários erros cometidos por Saint Adolphe no **Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil** (t. I, verbo Ceará).

— Naturalidade do dr. José Cardoso de Moura Brasil.

t. XV, 304-310.

O A., replicando ao jornal **Diário do Natal**, que afirmara ser Moura Brasil rio-grandense, publica uma carta daquele famoso oculista, datada de 15-7-1901, em que conta ter nascido no Ceará. Inicialmente, o A. tece algumas ligeiras considerações sôbre a naturalidade de Antônio Felipe Camarão e do Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro.

— Naturalidade do Dr. José Cardoso de Moura Brasil. (Continuação).

t. XVI, 60-71.

Respondendo à crítica que fêz ao seu artigo sôbre a naturalidade de Moura Brasil, o Coronel Elias Souto (Diário de Natal, de 14, 15 e 17 de setembro de 1901), o A. transcreve trechos dessa crítica. Transcreve também a carta que êle próprio dirigiu ao Coronel Elias Souto, publicada no **Diário de Natal**, n. 1954, de 1-10-1901. A seguir, transcreve duas cartas de Moura Brasil, datadas de 2 e 11 de outubro de 1901, em que reafirma ter nascido no Ceará, a 10-2-1846, e não no Rio Grande do Norte.

— O naturalista João da Silva Feijó.

t. II, 247-276.

O A. inicia o seu trabalho, dizendo que poucos nacionais ou estrangeiros prestaram à Província do Ceará serviços mais relevantes e desinteressados que João da Silva Feijó (1760-1824). Oferece-nos seus dados bio-bibliográficos, tais como o de que foi professor de botânica em Lisboa, membro da Academia Real de Ciências e da expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Acentua a importância de suas tarefas, especialmente na pesquisa das minas de salitre. Foi êle trazido ao Ceará por Bernardo Manoel de Vasconcelos, como engenheiro da capitania, incumbido de estudar o país, suas produções, seus recursos e sua geografia, nomeado por Provisão Real de 20 de abril de 1799. Transcreve o A. três ofícios de Feijó ao governador João Carlos Augusto Oeynhausen, depois Marquês de Aracati, sôbre matéria de serviço.

— O Padre Francisco Pinto ou a primeira catechese de Indios no Ceará.

t. XVIII, 5-49.

Primeiramente publicado em folheto em 1887. Trata-se de boa memória dedicada à figura do Padre Francisco Pinto (1552-1608), que, juntamente com Luís Figueira, (1574/75?-1643) dirigiu a 1ª missão que pisou a terra cearense. A viagem de Francisco Pinto e Luís Figueira, de exploração e catequese transitória, realizou-se em 1607, com sacrifício de seu chefe. O Padre Luís Figueira escreveu a narrativa dessa viagem, datada de 26-3-1608 e publicada pelo Barão de Studart nesta **Revista**, tomo XVII, 1903.

— O Padre Ibiapina.

t. II, 157-220.

Biografia do Dr. José Antônio Pereira Ibiapina (1806-1883), depois Padre José Antônio de Maria Ibiapina. Conta sua formação, sua carreira política, como exerceu a magistratura e a advocacia e, finalmente, como se ordenou padre e se fêz missionário.

Transcreve o A. a correspondência oficial trocada entre Ibiapina, como juiz

de direito de Quixeramobim, e o presidente da Província, José Martiniano de Alencar, dizendo que o perfeito conhecimento dela vem a ser a melhor justificativa a censuras de que foi vítima. São quatro cartas, datadas de 14 e 30 de dezembro de 1834 e 30 de janeiro e 8 de março de 1835, acompanhadas as três primeiras das respectivas respostas (p. 174-183). Nessa correspondência, Ibiapina faz muitas referências à instituição do júri na comarca e à grande criminalidade, estimulada pela falta de prisões e pelo acoitamento dado a criminosos por pessoas influentes.

— Presidentes do Ceará.

t. IV, 41-42.

No prefácio, explica que há alguns anos escreveu, na **Constituição**, uma série de artigos sôbre os presidentes do Ceará no primeiro reinado, período regencial e 2.º reinado. Diz que a primeira parte foi oferecida ao Instituto Histórico, que o recebeu como sócio correspondente. Anuncia ter dado maior desenvolvimento ao trabalho.

— Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 1º Presidente, Coronel Pedro José da Costa Barros.

t. IV, 43-71.

Tomando posse do govêrno em 17-4-1824, Pedro José da Costa Barros (1779-1839) foi obrigado a entregá-lo em 29 do mesmo mês ao Tenente-Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que proclamou a República do Equador. O A. transcreve o protesto que Costa Barros fêz lançar na ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Fortaleza nesse mesmo 29-4-1824. Sufocado o movimento republicano, reassumiu o govêrno em 17-12-1824. São também transcritos a proclamação da Costa Barros ao povo e seus ofícios ao Ministro Estêvão Ribeiro de Andrade, ao Ministro da Justiça e ao Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, dos quais ressaltam, como diz o autor "a paixão e vingança que o dominavam" e impossibilitavam de administrar o Ceará. Removido para a presidência do Maranhão, Costa Barros entregou o govêrno ao seu sucessor em 13-1-1825. O A. transcreve uma Ode de Costa Barros dirigida a D. Pedro I.

—Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 2º Presidente, Coronel José Felix de Azevedo e Sá.

t. V, 239-264.

Quando foi proclamada a República do Equador, José Felix de Azevedo e Sá (1780-1827) tinha sido eleito Conselheiro do Govêrno, cargo correspondente ao de vice-governador ou vice-presidente. Aclamado presidente da República do Equador o Tenente-Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, teve êste de partir a 17-10-1824 para o Aracati, e José Felix, como conselheiro imediato em votos, assumiu as rédeas da administração, aderindo assim ao movimento revolucionário. Em face do bloqueio da esquadra imperial, correu José Felix a se pôr à disposição de Lord Cóchrane. O A. publica o manifesto lançado por êle ao povo, oferecendo anistia aos revolucionários e a correspondência oficial, através da qual procura pôr fim ao movimento. Publica também o A. uma interessante "Conta dos mantimentos" mandados comprar por José Felix para fornecer o brigue Laxford que ia levar à Côrte os revolucionários mais comprometidos, da qual constam preços de vários artigos. A 17 de dezembro do mesmo ano passou o govêrno ao Coronel Pedro José da Costa Barros, nomeado Presidente da Província, reassumindo-o a 13-1-1825, nomeado que foi por Carta Imperial de 1-12-1824. Foi então muito atacado e para salvar-se desceu aos menores detalhes na execução

de seus ex-companheiros de movimento. Relata ainda o A. as providências tomadas por José Felix quanto à sêca de 1825, a sua interferência nas eleições dos deputados e senadores à primeira legislatura ordinária transcrevendo a circular de 24-1-1825, por êle enviada às Câmaras Municipais. Governou até 4-2-1826.

— Presidentes do Ceará. Primeiro Reinado. 3º Presidente, Coronel Antonio de Sales Nunes Berford.

t. VI, 227-246.

Cuidadoso estudo sôbre o govêrno do Coronel Antônio de Sales Nunes Berford no Ceará, de 4-2-1826 até 2-1-1829. Berford prestara grandes serviços à independência de sua provincia, o Maranhão. O A. transcreve a proclamação que Berford lançou ao povo em 7-2-1826 e trechos de sua correspondência oficial, durante sua administração.

— Presidentes do Ceará. Primeiro reinado, 4º presidente. Marechal de Campo Manoel Joaquim Pereira da Silva.

t. X, 5-45.

O A. relata os principais acontecimentos durante o govêrno do Marechal de Campo Manoel Joaquim Pereira da Silva, de 6-4-1829 até 8-7-1830, quando partiu para assumir a Presidência da Província da Paraíba. Era portuquês de nascimento e faleceu em 21-4-1839. Noticia os distúrbios havidos em Icó e Jardim, provocados pelos absolutistas ou Coluna, que eram partidários da monarquia sem constituição, corrente de que Joaquim Pinto Madeira era um dos principais, e as arbitrariedades cometidas pelo Ouvidor Manoel Pedro de Morais Mayer. Transcreve ofícios trocados na época e a Fala do Presidente ao ser instalado o Conselho, na qual faz um quadro da situação econômica da Província. Segundo o autor, êste importante documento, lido em 1-12-1829, foi escrito por Manuel José de Albuquerque, baiano que representou importante papel na Província do Ceará.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial, 5º presidente, Tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti.

t. X, 221-285.

O A. oferece dados biográficos de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, terceiro cearense nomeado presidente do Ceará. Relata sua participação na revolução de 1817, em Pernambuco, e sua ação no Parlamento, como um dos representantes do Ceará (1823). Nomeado em 29-8-1831 governador do Ceará, é empossado a 8 de dezembro do mesmo ano. Logo depois há a insurreição de Joaquim Pinto Madeira e do Padre Antônio Manuel de Sousa na comarca do Crato. José Mariano envia contra os insurretos Francisco Xavier Tôrres, como comandante das tropas legalistas, e pouco depois vai chefiar pessoalmente as operações até a chegada do General Labatut. Transcreve o A. vários ofícios trocados entre o Governador e Xavier Tôrres e Labatut. Derrotados inteiramente os insurretos, José Mariano empreende o combate contra a moeda falsa de que estava cheio o Ceará e a qual o povo apelidava de "xem-xem", pelo pouco ruído que produzia. Relata a seguir a sedição militar de 10-11-1833, chefiada por Tôrres, que estava descontente por ter sido reintegrado no comando do seu batalhão em Fortaleza, sedição logo debelada. Em 23-11-1833 José Mariano é substituído pelo novo Governador. Resume o A. seus principais dados biográficos depois de deixar o govêrno do Ceará.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial, 6c presidente. Tenente-Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

t. XI, 89-104.

Nomeado em 1-8-1833, Vasconcelos tomou posse a 13 de dezembro do mesmo

ano. No ofício em que dá conta de sua chegada, relata o estado em que se encontra a Província, ainda perturbada por adeptos de Pinto Madeira. Transcreve o A. a proclamação dirigida pelo Presidente ao povo, e o ofício em que pede sejam nomeados para a província juízes formados. Transcreve também sua correspondência com o Bispo de Olinda sôbre o preenchimento de vagas de clérigos em quatro freguesias. Governou até 6-10-1834, quando passou as rédeas da administração ao senador José Martiniano de Alencar.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial, 7º presidente, Senador José Martiniano de Alencar.

t. XII, 34-57 e 89-166.

O A. relata, da p. 34-57 a participação de Alencar na revolução de 1817 e os suplícios por que passou com seu irmão e mãe, até ser anistiado. Da p. 89-166 conta sua volta ao Ceará e eleição para representante da Província perante as Côrtes portuguêsas de 1822, depois sua eleição para a Constituinte Brasileira de 1822 e o papel que aí representou. Depois de dissolvida a Constituinte, Alencar toma parte na Confederação do Equador (1824), no Ceará, e é novamente prêso. Transcreve a Súplica endereçada por Alencar ao Imperador, em que relata pormenores de sua vida desde 22-11-1823 até 14-11-1824 e onde pede para ter a cidade por menagem, ou que fique prêso em um convento, a fim de melhor poder defender-se. Foi recolhido à Fortaleza de Santa Cruz. Submetido a Conselho Militar, é absolvido. É eleito para a legislatura de 1830-1833 e o autor refere suas atividades no Congresso. José Martiniano foi o quarto cearense nomeado presidente do Ceará.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial. 7º presidente, Senador José Martiniano de Alencar. (Continuação).

t. XIII, 47-106.

O A. inicia esta parte de seu estudo, mostrando o estado da província do Ceará quando Alencar é nomeado presidente da lá por Carta Imperial de 23-8-1834. Tomou posse a 6 de outubro do mesmo ano. Sua primeira preocupação foi combater os facínoras que infestavam o interior e fazer parar a torrente de bárbaros assassinatos que, todos os dias, sucediam na capital. Relata as providências preliminares para o júri de Joaquim Pinto Madeira e o seu julgamento e execução. Transcreve tôda a correspondência oficial trocada a respeito. Alencar exproba o procedimento do juiz negando a Pinto Madeira o direito de recurso e comunica o fato ao Ministro da Justiça, pedindo-lhe levá-lo ao conhecimento do Imperador. Daí resultou a ordem do Regente no sentido de que fôssem apuradas as responsabilidades. Alencar, nesse ofício, diz ser uma verdade "que o interior do nosso Brasil ainda não está bem preparado para as instalações que garantem o nosso Código do Processo Criminal". A execução de Pinto Madeira passou à história como um assassinato jurídico. Cita historiadores que dêle acusaram Alencar. Contra essa acusação publica boa e autêntica documentação.

Refere-se depois aos casos do Padre Antônio Manoel de Sousa, chefe proeminente da rebelião, e ao do Tenente-Coronel João André Teixeira Méndes, um dos criminosos mais prepotentes. O A. transcreve muita documentação.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial. 7º presidente, Senador José Martiniano de Alencar. (Conclusão).

t. XIII, 119-216.

O A. relata, neste trecho do seu estudo, o caso da família os Moirões, célebre por seus crimes, e o julgamento de Alexandre Moirão. Transcreve ampla docu-

mentação e diz que êste último escreveu sua auto biografia, de importância incontestável para a história do Ceará. O documento foi visto no Maranhão, nas mãos de um seu parente.

Mostra ter Alencar decidido apelar aos religiosos da Capitania para que êstes colaborassem na campanha contra o crime.

Refere-se ao Regulamento de 7 de janeiro de 1737, baixado por Alencar, visando facilitar a captura e criminosos de morte. Mostra a impunidade generalizada dos crimes e a fraqueza dos jurados que, quase sem exceção, absolviam os criminosos. Êsse Regulamento, que gratificava os agentes de Polícia por cada criminoso morto ou prêso ou arma apreendida, provocou, devido a interpretações malévolas, grande celeuma na Câmara dos Deputaos.

Transcreve a Fala do Presidente da Província (datada de 7 de abril de 1835) ao ser instalada a Assembléia Provincial, em virtude do Ato Odicional. Neste importante documento, Alencar resume o estado da segurança pública, da administração judiciária, das finanças, instrução etc. O A. transcreve também a resposta a esta Fala e o agradecimento do Presidente. Entre as medidas tomadas pela Assembléia, o A. ressalta a criação do Banco Provincial do Ceará, cujos estatutos transcreve. Alencar promoveu ainda a vinda de colonos europeus, o melhoramento da viação da Província, o melhoramento do pôrto, o melhor abastecimento d'água. Passou a presidência a seu sucessor em 25-11-1837.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial. 8º presidente, Capitão Graduado do Corpo de Engenheiros Manoel Felisardo de Souza e Mello.

t. XIV, 97-113.

Relata o A. o govêrno de Manoel Felisardo de Souza e Melo, que tomou posse da presidência em 16 de dezembro de 1837, deixando-a a 15-2-1839. Foi depois presidente do Maranhão e de Alagoas. O A. fornece outros dados biográficos de Souza e Melo (1805-1866).

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial. 9º presidente, Bacharel João Antonio de Miranda.

t. XIV, 259-264.

O A. oferece dados biográficos de João Antonio de Miranda, que governou o Ceará de 15-2-1839 a 3-2-1840. Quanto à sua administração, poucas são as informações prestadas.

— Presidentes do Ceará. Periodo regencial. 10º presidente, Bacharel Francisco de Souza Martins.

t. XV, 5-61.

O A. oferece dados biográficos de Souza Martins (1805-1857), que tomou posse da presidência do Ceará em 3-2-1840. Morrendo na Côrte o Coronel Costa Barros, senador pelo Ceará, Presidente manda se proceda à eleição para aquela vaga. O A. conta as irregularidades ocorridas durante a mesma e como saiu eleito Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes. Conta depois a expedição mandada contra os balaios, que se tinham fortificado no lugar denominado Freicheiras. Transcreve o ofício de Souza Martins ao ministro da Justiça dando informações sôbre os rebeldes e vários documentos referentes à expedição. Referé alguns dos melhoramentos levados a efeito ou iniciados por Souza Martins, que passou a administração ao seu sucessor em 9-9-1840.

— Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 11º presidente, Senador José Martiniano de Alencar.

t. XVI, 5-29.

O A. conta a formação do Clube da Maioridade e as demarches realizadas para a proclamação da Maioridade de D. Pedro II, em que José Martiniano de Alencar teve papel principal. Em lugar de fazer parte do Gabinete da Maioridade, preferiu ser nomeado presidente do Ceará, tomando posse a 20-10-1840. O A. transcreve a descrição publicada no Vinte Três de Julho (n. 1, de 22 de outubro), órgão do partido liberal recentecente criado, da chegada e posse do Senador Alencar e a Ode recitada pelo Dr. Frederico Pamplona.

— Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 11° presidente. Senador José Martiniano de Alencar.

t. XIX, 155-218.

Neste trecho de seu excelente trabalho sôbre o Senador Alencar, o A. conta o seu segundo período de govêrno no Ceará, com a subida dos liberais ao poder, em seguida à maioridade de D. Pedro. Transcreve a representação enviada ao Imperador,pelos caranguejos (conservadores), atada de 9-9-1840 e a resposta que lhes deu Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva. Refere arbitrariedades praticadas dos dois lados e o movimento sedicioso em Sobral, contra Alencar, chefiado pelo Tenente-Coronel Francisco Xavier Tôrres, e que êle conseguiu vencer. Transcreve vários documentos encontrados nos arraiais insurgentes e os ofícios de Alencar ao Ministro da Justiça, contando o ocorrido. Relata, ainda, com minúcia, as eleições para o preenchimento da vaga de senador pelo Ceará de João Antônio Rodrigues de Carvalho e para deputados gerais, transcrevendo as chapas apresentadas. Refere a queda do Gabinete Antônio Carlos, em 23-3-1841, e sua substituição por outro de tendência conservadora, a volta de Alencar ao Rio e sua morte em 1860. Finalmente, transcreve um editorial publicado n'O Comercial, de Fortaleza, de 6-4-1860, sob o título "Já não existe o Senador José Martiniano de Alencar", assinado pelo Padre Carlos Augusto Peixoto d'Alencar. (p. 209-218).

Trata-se de trabalho excelente, bem documentado e muito rico para a história política cearense e nacional.

— Presidentes do Ceará. Segundo reinado, 12° presidente. General José Joaquim Coelho (Barão da Victoria).

t. XIX, 1 (sic) (223-281.

O A. transcreve, inicialmente, dados biográficos do General Coelho, encontrados no "Esbôço biográfico" que dêle fêz o Dr. Joaquim d'Aquino Fonseca (Pernambuco, 1859). Nomeado Presidente do Ceará e Comandante das Armas, tomou posse a 8-5-1841. Transcreve ofícios do Vice-presidente Major João Facundo ao ministro Antônio Carlos sôbre as eleições do colégio da Granja e posse da Assembléia provincial, e a resposta dêste. Relata as contínuas represálias exercidas entre caranguejos (conservadores) e chimangos (liberais). Diz não acreditar na participação do General Coelho no assassinato de Facundo e transcreve o ofício de Coelho ao ministro Araújo Viana, em que relata o ocorrido (datado de 14-12-1841) e a resposta de Manoel Felizardo de Souza e Mello, presidente de Alagoas e ex-presidente do Ceará, que era interessado pelos caranguejos e tinha prestígio perante o Govêrno Imperial (datado de 8-1-1842). Transcreve também os três discursos de Martiniano de Alencar, Padre Carlos Augusto Peixoto d'Alencar e José Lourenço de Castro e Silva, perante o Imperador, sôbre o assassinato do Major João Facundo, e o ofício do General Coelho, refutando as acusações dêste, datado de 11-1-1842. Refere duas tentativas de assassinato contra Facundo anteriores à

que lhe tirou a vida e transcreve o pedido de pensão de sua mulher ao Imperador, o qual não mereceu acolhida.

— Presidente do Ceará. Segundo Reinado. 12º presidente, General José Joaquim Coelho (Barão da Victoria).

t. XX, 148-171.

Depois de contar o desfecho do julgamento do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá, mandante do assassinato de Facundo, o A. transcreve a correspondência de Coelho com o govêrno imperial sôbre uma tentativa de morte contra sua pessoa e outra de conspiração contra o govêrno geral e provincial. O A. nega tivesse realmente havido essa tentativa de morte contra Coelho, mas confirma a sedição de Exu, cujos participantes foram abrangidos na anistia de 1842. Eleito para a Câmara dos Deputados, Coelho passa o govêrno em 14-3-1843. Dissolvido o Congresso, ainda prestou vários serviços em diferentes províncias, até a sua morte, em 1860.

— Presidentes do Ceará. Segundo reinado, 13º presidente, Brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt.

t. XXI, 3-11.

Nomeado presidente em 12-1-1842, tomou posse a 2 de abril do mesmo ano. Seus primeiros atos tiveram por fim punir o crime e defender a segurança individual. Descreve o A. os serviços prestados pela administração de Bitancourt, como o de completar o novo edifício da Alfândega e de iniciar a construção do primeiro cemitério do Ceará. Relata as atividades e lutas políticas entre os liberais e os caranguejos ou conservadores, aos quais êle era associado. Exonerado a 23-1-1844, passou a administração a 8 do mesmo mês. Transcreve o ofício de 4 de dezembro dirigido ao Ministro Almeida Tôrres. Bitancourt faleceu em 1875, tendo sido promovido a marechal de exército em 20-2-1865.

— Presidentes do Ceará. Segundo reinado, 14º presidente, Coronel graduado Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

t. XXI, 337-352.

Nomeado pela segunda vez presidente do Ceará, Vasconcelos tomou posse em 4-12-1844. Conta as dificuldades oriundas da sêca de 1845, as várias obras públicas realizadas, especialmente a instalação do primeiro Liceu, dando os nomes dos seus primeiros professôres e transcrevendo o têrmo de instalação. Relata acidentes havidos durante sua administração, como o roubo da Alfândega, e a formação da Sociedade dos Penitentes, no Crato, cujos membros se flagelavam para expungir seus pecados e chamavam os governantes de judeus e republicanos. Transcreve o ofício do Presidente ao Ministro José Carlos P. de Almeida Tôrres (Visconde de Macaé), datado de 3-6-1845, sôbre essa sociedade. Passou o govêrno em 3-8-1847 e faleceu em 1859.

— Presidentes do Ceará. Segundo reinado. 15º presidente, Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento.

t. XXII, 155-163.

Dados biográficos de Sarmento. Louva sua administração no Rio Grande do Norte e transcreve a mensagem da Assembléia provincial ao Imperador, de que resultou a transferência de Casimiro para a presidência do Ceará, província de categoria mais elevada. Governou o Ceará de 14-10-1847 a 14-4-1848. Foi quem fêz construir o primeiro cemitério de Fortaleza, onde os enterramentos eram até então feitos nas igrejas. Narra as eleições realizadas sob seu govêrno para deputados gerais.

— A Relação da Fortaleza.

t. XIV, 114-127.

O A. dá o decreto legislativo (n. 2342, de 6-8-1873) de criação da Relação de Fortaleza. Dá o nome do pessoal que o compôs e conta a instalação da mesma. Transcreve o discurso do Presidente Conselheiro, Bernardo Machado da Costa Dória e o discurso do Senador Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, orador da comissão nomeada para promover a solenidade.

— Relação dos cearenses titulares e condecorados.

t. XV, 121-136.

Os nomes são registados na ordem alfabética e vão até R. Trata-se de lista útil e valiosa.

— Relação dos cearenses titulares e condecorados. (Continuação).

t. XVI, 101-103.

Aditamento às duas listas já publicadas.

— Vida de Antonio Rodrigues Ferreira.

t. I, 13-51.

O A. inicia esta biografia de Antônio Rodrigues Ferreira, dizendo que êle foi o político que mais legítima, benéfica, extensa, desinteressante e exemplar influência exerceu na política conservadora do Ceará. Ao lado dos dados biográficos relata episódios curiosos sôbre eleições naquela província e entra em detalhes quanto às lutas locais entre os chamados **caranguejos, saquarema**, ou conservadores e **chimangos** ou liberais.

Nasceu Rodrigues Ferreira em Niterói, em 1801, e faleceu em 1859. O autor contesta que chimango signifique uma espécie de rato, como escreveu Silvio Romero. É ave onívora, espécie de caracará. Descreve os vários serviços prestados por Rodrigues Ferreira durante os 18 anos em que foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza.

A seguir, p. 53-55, o A. transcreve o testamento de Rodrigues Ferreira, o qual é datado de Fortaleza, 27 de abril de 1859.

— Vocabulario indigena em uso na Provincia do Ceará, com explicações etimológicas, orthographicas, topographicas, historicas, therapeutica etc.

t. I, 209-434.

O A. coligiu e explicou alguns nomes indígenas em uso no Ceará, assim como definiu a etimologia dos nomes de cidades, vilas e povoados cearenses.

— Memoria sopre a Capitania do Ceará, escripta de ordem superior pelo Sargento-mór João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S.A.R. das investigações philosophicas da mesma.

t. III, 3-27.

Descrição geral da capitania do Ceará, dividida em 3 partes: corográfica, física e política. Fala na localização de várias minas, da composição da população, sua distribuição, costumes e trabalhos de aproveitamento das salinas. Sugere medidas de reflorestamento e proteção à agricultura, assim como a introdução de espécies novas. A memória é anotada por Paulino Nogueira Borges da Fonseca, que providenciou sôbre a sua publicação na Revista.

— MELLO, Francisco Ignacio Homem de, barão (1837-1918).

Relação dos presidentes e vice-presidentes que tem administrado a Provincia do Ceará, desde 1824 até 1866.

t. IX, 55-59.

A Relação é publicada por Paulino Nogueira Borges da Fonseca, que em notas

regista os títulos com que alguns dos administradores foram agraciados mais tarde pelo govêrno imperial. Publica também uma carta do Barão que lhe foi dirigida, oferecendo o trabalho.

— Provincia dos Cariris Novos. Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Camara dos Deputados.

t. VI, 222-226.

Documento oferecido e anotado por Paulino Nogueira Borges da Fonseca, no qual se chama atenção para a conveniência e pública utilidade da criação da província dos Cariris Novos. A povoação fôra elevada a vila em 1764, com a denominação de Crato.

— ABREU, Cruz

Paulino Nogueira.

t. XLVI, 45-49.

Pequena biografia de Paulino Nogueira, acompanhada de uma notícia bibliográfica extraída do Dicionário Bio-bibliográfico Cearense do Barão de Studart.

— Os mortos do Instituto em 1908. Pelo Barão de Studart.

t. XXII, 394-416.

Dados bio-bibliográficos de Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1842-1908), p. 394-402.

— OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de (1854-1929).

Palavras pronunciadas na sessão extraordinária, solemne e funebre, realizada a 15 de agôsto de 1908, etc. (Necrológio).

t. XXII, 207-235.

— SANTOS, Benedicto.

A pena de morte em Aracaty.

t. XXIV, 62-78.

— VASCONCELLOS, Abner Carneiro Leão de (1884- ).

Paulino Nogueira.

t. XVI, 194-199.

**FONTENELLE, José Freire Bizerril**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Geographia do Ceará.

t. XXXVII, 160-384.

Dados biográficos do Tenente-Coronel José Freire Bizerril Fontenele, que governou o Ceará de 1892 a 1896, p. 229-230.

**Fontes de receita das Câmaras da Capitania**

— PEIXOTO, Eduardo Marques

A Camara da Villa de N. S. d'Assumpção do Ceará Grande, o seu edifício etc.

t. XX, 3-36.

**Fontes termais**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Descripção do municipio de Barbalha.

t. II, 9-13.

**Foral de direitos e mercês mandado passar em favor de João de Barros. — Dito em favor de Ayres da Cunha. (Documento da Colleção Studart).**

t. XXIII, 3-9.

Coube a João de Barros (1496-1570), grande historiador, não só a extensão do litoral da baía de Traição até o Rio Grande do Norte, dada em parceria com Aires da Cunha, como 50 léguas mais da costa do Maranhão ao Piauí. Este Foral

é datado de 11-3-1530 e nêle se confirmam as doações e privilégios concedidos e se fixam os deveres do donatário para com a Coroa, e para com os colonos. Regista-se a carta de foral de Aires da Cunha, igual à de João de Barros. O documento foi extraído da "Chancelaria de D. João III", livro 10, fls. 85", e oferecido pelo Barão de Studart.

**Foral de doação e mercês mandado passar em favor de Antonio Cardoso de Barros. (Documento da Colleção Studart).**

t. XXIII, 10-16.

Foral datado de 20-11-1530 confirmando a doação de 40 léguas de terra no Ceará e privilégios ao senhor da terra, e no qual se fixam os seus deveres para com a Coroa e os colonos. O documento foi extraído da "Chacelaria de D. João II", livro 22, fls. 108v. e oferecido pelo Barão de Studart.

No t. XXXIII, p. 294-299, há um estudo do Barão de Studart sôbre Antônio Cardoso de Barros.

**Fôrça pública 1848-1850**

— ABREU, Crúz

Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. 16º presidente, Fausto Augusto de Aguiar.

t. XXXIII, 110-197.

**Ford, Isaac N.**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIV, 351-358.

Pequena notícia de Isaac N. Ford, p. 355.

Fortaleza

— Documentos. O Campo d'Amelia, hoje Praça Castro Carreira. Uma festa em 1830 na Fortaleza.

t. XLVII, 201-203.

— Documentos sobre a Fortaleza da capitania do Ceará Grande.

t. XVI, 236-242.

— FONSECA, Paulino Nogueira Borges da

Fortaleza do Ceará. (Fortificação).

t. II, 121-135.

— GIRÃO, Raimundo

Plano de urbanização de Fortaleza. (Subsídio para a sua história).

t. LVII, 205-222.

— NOGUEIRA, João

Iluminação de Fortaleza.

t. LIII, 141-146.

— MENEZES, Antonio Bezerra de

Descripção da cidade de Fortaleza.

t. IX, 147-290.

— NOGUEIRA, João

A inscrição do Santo Cruzeiro.

t. LVII, 282-284.

— SANTOS, João Brigido dos

A Fortaleza em 1810.

t. XXVI, 83-131.

**A Fortaleza de N. S. d'Assumpção. Por Eduardo Marques Peixoto.**

t. XIX, 297-302.

**Forte Schoonenborch**

— BECK, Mathias

Diario da Expedição de Mathias Beck no Ceará, em 1649. Trad. de Alfredo de Carvalho.

t. XVII, 325-405.

**Fortificações**

— Documentos para a historia do Brasil e especialmente do Ceará.

t. XXXVI, 97-230.

Os documentos ns. 361, 368, 382, 388 dizem respeito às fortificações do Ceará Para so títulos, vide a entrada principal.

— Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará. Coleção Studart.

t. XXXVII, 20-145.

Os documentos 418, 440 e 459 tratam de fortificações no Maranhão e Ceará. Vide comentário na entrada principal.

— STUDART, Carlos, filho

As fortificações do Ceará.

t. XLIII-XLIV, 119-121.

**Fortim**

t. XXIV, 168-171.

Transcrição d'O Aracati, ns. de 21 e 27-8-1909. Notícia sôbre o Fortim que fica a algumas milhas barra a dentro do rio Jaguaribe.

**Foster, John James**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXIV, 351-358.

Pequena notícia de John James Foster, p. 354.

**Frades Capuchinhos no Ceará.**

— Para a historia dos Frades Capuchinhos no Ceará. (Off. pelo Rvd. Mansueto de Peveransa).

t. XX, 146-147.

Texto latino.

**FRANCA, José Vicente**

— Para a historia de Sobral. Sedição ou rebelião em Sobral em 1840.

t. XX, 290-306.

Relata os sucessos da rebelião que surgiu em 1840 na cidade de Sobral, quando era presidente da Província o Padre José Martiniano de Alencar. Transcreve o plano de rebelião traçado por Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá e escrito a 4 de dezembro de 1840. Desejavam depor o presidente e formar novas autoridades. Conta o pocesso de julgamento dos promotores, transcreve autos, pública-formas, interrogatórios, sentença de pronúncia etc.

**Franceses no Maranhão**

— SILVEIRA, Simão Estacio da

Relação summaria das cousas do Maranhão. Escripta pelo Capitão Simão Estacio da Silveira, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal.

t. XIX, 124-154.

**Franceses no Maranhão, Expulsão dos**

— MORENO, Diogo de Campos

Jornada do Maranhão por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado do Brazil.

t. XXI, 209-330.

**Francez, Manoel**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Ineditos relativos ao levante ocorrido na ribeira do Jaguaribe no tempo de Manoel Francez e do Ouvidor Mendes Machado, que fazem parte da Colleção Studart.

t. X, 142-208, Documentos, p. 157-208.

— Tres documentos do tempo de Manoel Francez.

t. XII, 270-272.

**FRANCO, Afonso Arinos de Mello**

— Discurso mandado transcrever no Diario Official a requerimento feito na Camara dos Deputados Federaes pelo Dr. Justiniano de Serpa, Cearense, representante do Estado do Pará.

t. XXX, 311-325.

Conferência feita no festival realizado em Belo Horizonte em benefício dos flagelados. Disserta sôbre a unidade da pátria e o dever das classes ricas no auxílio dos sitiantes.

**FRANCO, Manoel José de Araujo**

— MUNIZ, Palma

Ouvidor Araujo Franco.

t. XXXVIII, 361-362.

**FRANCO, Pedro da Rocha**

— HENRIQUE, J.

O Capitão-mor Pedro da Rocha Franco e sua prole.

t. XXXVI, 392-395.

**FRANKLIN, Tristão**

— Curso das ravinas do Ceará.

t. III, 54-56.

O autor aceita a substituição da palavra rios pela palavra ravinas, no que respeita à hidrografia do Ceará, proposta por Beaurepaire Rohan uma vez que as maiores correntes só existem durante o inverno. Divide-as em três grupos principais e três gupos menores.

**Freguesias do Ceará.**

— Documentos.

t. LIV, 90-98.

Transcrevem-se, aqui, dois documentos. O primeiro é sôbre a Freguesia do Pereiro, extraído do livro oiginal existente na Matriz do Pereiro, sob a rubrica Limites da Freguesia, ano de 1883.

— Estatutos da freguezia de N. S. do Rosario das Russas concordados em 29 de setembro de 1761.

t. XV, 88-92.

**Da coleção Studart**

— MORAES, Francisco Carlos de, padre

Apontamentos sobre as Freguezias de Arneiroz e de Saboeiro.

t. XVI, 72-82.

— Notícia das Freguezias do Ceará visitadas pelo Pe. José de Almeida Machado

nos annos de 1805 e 1806, extrahida d'um livro de Devassas que serviu na Visita.

t. XVI, 191-205.

Serviu de secretário da visita o presbítero secular Manoel Antônio de Pinho. Registra-se a visita e dá-se pequena notícia das freguesias.

— OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de

A primeira freguezia da Provincia.

t. II, 223-236.

— Uma data de sismaria.

t. VIII, 100-102.

Dá a primeira freguesia do Ceará.

— PEIXOTO, Eduardo Marques

Apontamentos sobre a freguezia de S. Quiteria.

t. XX, 69-93.

— PESSOA, João Ribeiro, padre.

Notícia da Freguezia de N. S. da Conceição da Caissara... Ano de 1767.

t. II, 136-143 e 147-150.

**FREIRE, Adelino Antonio de Luna**

— Revolução de 1824. (Parte relativa ao Ceará).

t. XVI, 223-232.

Artigo reproduzido da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfco Pernambucano, n. 47. Historia os sucessos da Confederação do Equador no Ceará. Apoia-se na ata escrita por ocasião da proclamação da República, na qual se compreendem as queixas levantadas contra o Imperador e que deram motivo à revolução.

Descreve os auxilios enviados pelo Ceará a Pernambuco e os sucessos da luta no Ceará, derrota e prisão dos revolucionários e nomeia os membros da Comissão Militar. As notas que acompanham o texto são informativas.

**FREIRE, Brito**

— Noticia da capitania do Seará. Os indios offerecem aos côtrarias entregar-lhes o reducto que nella temos o qual ganhão sem resistencia. Anno 1637.

t. XX, 229-230.

Extraída da Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica, de Brito Freire, Livro X, p. 422 e 423, ed. de Lisboa, 1675.

**FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira (1858-1916).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Os mortos do Instituto.

t. XXXIII, 343-351.

Dados biográficos do Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, p. 345.

**FREITAS, José Joaquim de Senna (1840- ).**

— STUDART, Guilherme, barão de (1856-1938).

Extrangeiros e Ceará.

t. XXXII, 191-274.

Notícia do missionário José Joaquim de Sena Freitas, p. 216-217.

— SOUSA, Eusebio Neri Alves de (1883- ).

Pela historia do Ceará.

t. XLVIII, 115-133.

**FROTA, João Augusto da, padre (1849-1942).**

— Os mortos do Instituto em 1942.

t. LVI, 235-239.

Registra-se a morte do Padre João Augusto da Frota.

FURTADO, Manoel Antonio de Andrade (1890- )

— A Catedral.

t. LVI, 5-12.

Palestra ligeira lida no auditório do "Colégio da Imaculada", no dia 25-4-1942.

— Cearense-Padrão.

t. LV, 180-188.

Discurso pronunciado na sessão solene do Instituto do Ceará em 31-2-1941, centenário do nascimento do escritor Antônio Bezerra de Menezes. Contém alguns dados sôbre Bezerra e sua obra. O caráter retórico prejudica a crítica.

— O Centenário da Princesa Isabel.

t. LX, 185-187.

Discurso.

— O centenário de Carlos de Laet. Discurso.

t. LXI, 1947, 45-57.

— O Centenário de Joaquim Nabuco.

t. LXIII, 98-104.

Discurso.

— O centenário de Justiniano de Serpa.

t. LXVI, 307-312.

— O culto da tradição.

t. LI, 390-397.

Discurso pronunciado na sessão de 28 de fevereiro do Congresso Regional de História e Geografia, promovido pelo Instituto do Ceará.

— O culto do Santissimo Sacramento na vida colonial da Terra de Santa Cruz.

t. XLVIII, 149-157.

Discurso proferido no 1º Congresso Eucarístico Nacional, realizado na cidade do Salvador em 5-9-1933.

— Discurso.

t. LII, 150-156.

Pronunciado ao ser recebido como sócio do Instituto do Ceará o Padre Misael Gomes.

— Discurso.

Recepção do novo sócio Dom Antônio de Almeida Lustosa.

t. LVIII, 207-217.

— Discurso.

t. XLVII, 205-210.

Proferido na sessão de recepção ao sócio Djacir Menezes, eleito na vaga de José de Carvalho.

— Dos nossos o maior. (Discurso).

t. esp. 1938, 13-20.

Discurso proferido na sessão fúnebre realizada no 30º dia do falecimento do Barão de Studart, na Escola Jornal Justiniano de Serpa e promovida pelo Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras e Centro Médico Cearense.

— Figura de apóstolo.

t. LXV, 268-275.

Discurso feito nas comemorações das bodas de prata de dom Antônio de Almeida

Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, a 20 de abril de 1950.

— Liberdade de cathedra.

t. LI, 101-106.

Comentando um projeto do senador Waldemar Falcão sôbre a regulamentação da liberdade de cátedra, o A. ataca a Rússia e a organização soviética.

— Legenda de Glória.

t. LVII, 44-51.

Artigo de caráter discursivo, e sem contribuição histórica.

— O Papa — Defensor do Direito Internacional.

t. LIX, 206-216.

Crônica em tom discursivo.

— Para que o mundo pense...

t. LXIV, p. 168-177.

Dissertação literária.

— Pior que a imoralidade.

t. LIII, 57-58.

Crônica louvando declarações de Oliveira Salazar.

— O IV Centenario da Companhia de Jesus. Discurso.

t. LIV, 142-152.

Dissertação sôbre a formação da Companhia de Jesus e sôbre sua ação no Brasil.

— O IV centenario de Anchieta.

t. XLIX, 71-83.

Discurso pronunciado na sessão solene promovida pelo Instituto do Ceará para comemorar o quarto centenário de Anchieta.

— O tricentenario de Nassau.

t. L, 7-11.

Repele a idéia de se comemorar o tricentenário da chegada de Nassau a Pernambuco e diz que, debatido o assunto em sessão plena do Instituto, todos foram unânimes em não aprovar essa comemoração.

— Recepção ao dr. Andrade Furtado. Sessão de 5 de setembro de 1932.

t. XLVI, 309-318.

Transcrevem-se os discursos do Dr. José Lino da Justa (309-312) e o do Dr. Andrade Furtado.

(CONTINÚA)